

CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO METROPOLITANA

BELFORD ROXO	NITERÓI
CACHOEIRAS DE MACACU	NOVA IGUAÇU
DUQUE DE CAXIAS	PARACAMBI
GUAPIMIRIM	QUEIMADOS
ITABORAÍ	RIO BONITO
ITAGUAÍ	RIO DE JANEIRO
JAPERI	SÃO GONÇALO
MAGÉ	SÃO JOÃO DE MERITI
MARICÁ	SEROPÉDICA
MESQUITA	TANGUÁ
NILÓPOLIS	



GOVERNO DO
Rio de
Janeiro

SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

GOVERNADOR

Luiz Fernando Pezão

VICE-GOVERNADOR

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SECRETÁRIO DE ESTADO

Christino Áureo da Silva

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Alberto Messias Mofati

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rodrigo Pacheco Ribas

EQUIPE TÉCNICA

Camila Chaves Abuche

Ísis Mathias de Lima

Vicente Pereira

Vitor Dias Mihessen

MAPAS

Rogério de Sousa Martins

APOIO

Loys Lane Emerick

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Crama Design Estratégico



PERTO DE VOCÊ

**SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Palácio Guanabara

Rua Pinheiro Machado s/nº – Edifício anexo, 2º andar

CEP: 22.231-901

Tel: (21) 2334-3697 / 2332-8301

E-mail: ascom@desenvolvimento.rj.gov.br

Site: <http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNOS REGIONAIS

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÃO METROPOLITANA

DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO 2007/2014



- 1** REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE
- 2** REGIÃO DA COSTA VERDE
- 3** REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS
- 4** REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

R 585 Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico / Subsecretaria de Estado de Comércio e Serviços. Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Região Metropolitana: desenvolvimento socioeconômico 2007/2014 – organizado por Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho & Rodrigo Pacheco Ribas. Niterói: Imprensa Oficial, 2017

224 p. (Cadernos Regionais do Estado do Rio de Janeiro, 5 – Região Metropolitana)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-88945-10-4

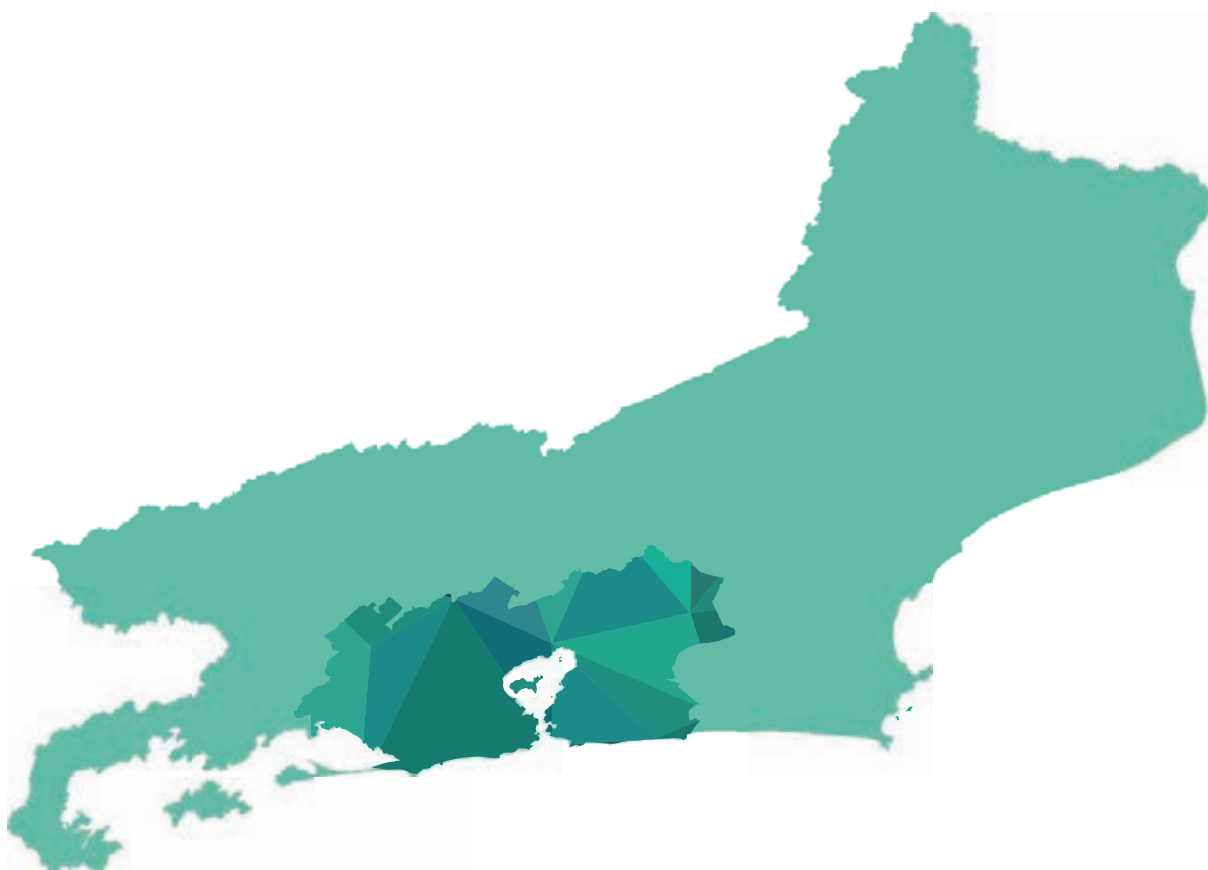
ISBN: 978-85-88945-15-9

1 – Rio de Janeiro-Estado – Região Metropolitana – Desenvolvimento Socioeconômico. 2 – Região Metropolitana – Desenvolvimento Socioeconômico – Rio de Janeiro-Estado. I – Título. II – Série.

CDU 338 (815.3)

CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO METROPOLITANA

BELFORD ROXO	NITERÓI
CACHOEIRAS DE MACACU	NOVA IGUAÇU
DUQUE DE CAXIAS	PARACAMBI
GUAPIMIRIM	QUEIMADOS
ITABORAÍ	RIO BONITO
ITAGUAÍ	RIO DE JANEIRO
JAPERI	SÃO GONÇALO
MAGÉ	SÃO JOÃO DE MERITI
MARICÁ	SEROPÉDICA
MESQUITA	TANGUÁ
NILÓPOLIS	



SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

Abertura

CHRISTINO ÁUREO DA SILVA

**SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**



Os Cadernos Regionais, elaborados com esmero pela Subsecretaria de Comércio e Serviços e agora publicados, apresentam, com números e informações incontestáveis, os resultados das ações de atração de investimentos desenvolvidas no Estado do Rio entre 2007 e 2014. Foram ações que não somente ampliaram o escopo já desenvolvido na área de petróleo, mas também diversificaram a economia fluminense para novos horizontes, como a consolidação da pesquisa e desenvolvimento, uma vocação antiga do Rio de Janeiro que só agora se afirmou. Resgataram ainda setores industriais que haviam abandonado o estado nas décadas de 1990 e 2000, casos, entre outros, do setor de bebidas e do automotivo.

O movimento de retomada das atividades industriais acompanha outra política estadual bem-sucedida: a interiorização dos investimentos. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico apontam que os investimentos públicos e privados, anunciados no período compreendido nesta publicação, somam R\$ 200 bilhões no estado. Do total, quase um terço, ou R\$ 60 bilhões, foi destinado ao interior.

Todo o detalhamento dessas ações e aplicações é visualizado nos Cadernos Regionais.

O denso material compilado é de extrema importância tanto para os estudos sobre a economia fluminense quanto como manancial de consulta para futuros investidores, já que permite identificar as vocações de cada município do estado.

Apresentação

DULCE ÂNGELA PROCÓPIO DE CARVALHO

**SUBSECRETÁRIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



Os Cadernos Regionais são resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro.



Ao longo dos últimos anos, e foram mais de oito, a Subsecretaria de Comércio e Serviços ficou responsável, por indicação do então secretário Júlio Bueno, de olhar e contribuir para o desenvolvimento regional com foco nas aglomerações econômicas e seu encadeamento. Trabalhamos de perto em setores como o de confecção, entretenimento, metal mecânico, petróleo e gás natural, materiais de construção civil, procurando unir o setor produtivo e de serviços na forma de arranjos produtivos, com ferramentas para estruturar e estimular as micro, pequenas e médias empresas de nosso estado.

Alguns programas foram conduzidos, como o Compra Rio, que por meio das rodadas de negócios, propicia as compras do setor privado no território fluminense. Outro programa que tem dados bons frutos é o do Design, que agrega valor e estimula a promoção dos profissionais do design do Rio de Janeiro, melhorando a competitividade dos serviços e produtos. O artesanato, também sob nossa articulação, vem tendo boas oportunidades para gerar renda a milhares de famílias.

Os Cadernos Regionais, que hoje temos a alegria de apresentar, são

resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro. É importante frisar que esta iniciativa fez parte das premissas do Governo do Estado: a preocupação com a regionalização e integração do estado em seus diferentes aspectos, criando-se um instrumental que condicione o desenvolvimento, impulsionando o crescimento e as potencialidades econômicas das distintas regiões fluminenses.

Alguns desafios que nortearam este trabalho foram o de reunir informações, sobre o estado e seus municípios, que se encontram dispersas em diferentes fontes e instituições, bem como por grande parte destas informações serem atualizada periodicamente, fazendo com que no ato da divulgação do trabalho algum dado já não seja o último disponibilizado.

Embora não esgote a visão completa da realidade estadual, é uma iniciativa que procura contribuir para um maior conhecimento social das configurações locais e regionais, assim como para o planejamento de ações pelos poderes públicos locais e diferentes segmentos da sociedade que visem ao desenvolvimento econômico e social de toda a população fluminense. Agradeço à equipe que tornou realidade esse sonho.

Sumário

1

2

3

**Síntese histórica
e socioeconômica do
Estado do Rio de
Janeiro**

24

Panorama regional
28

29 2.1 HISTÓRICO

53 2.2 CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS
FÍSICO-AMBIENTAIS

Aspectos sociais
62

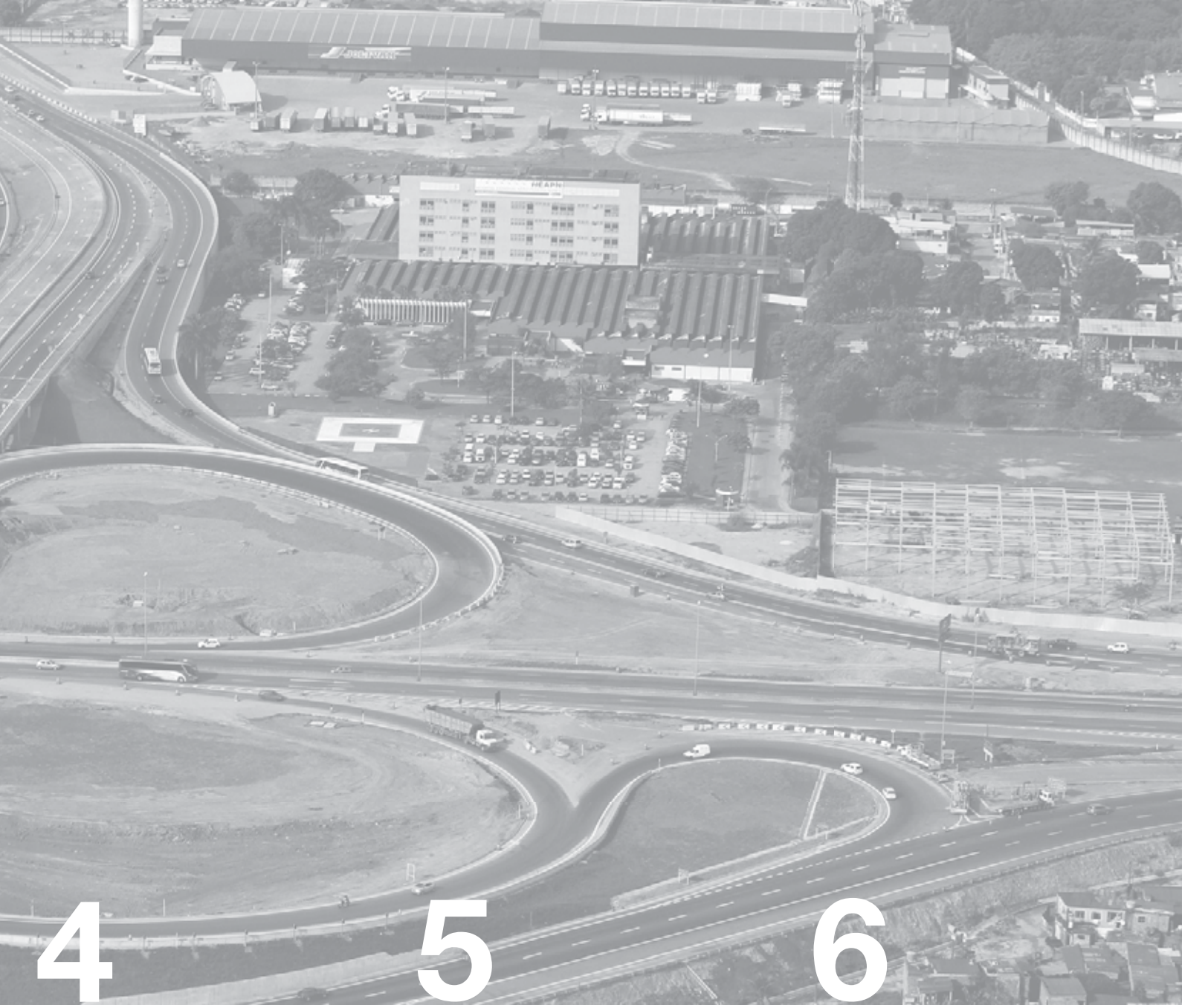
63 3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

65 3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA (PEA)

68 3.3 HABITAÇÃO

72 3.4 SAÚDE

75 3.5 EDUCAÇÃO



Aspectos econômicos e contas regionais

88

89 4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

94 4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

95 4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

104 4.4 EMPREGO E RENDA

123 4.5 ESTABELECIMENTOS

Finanças públicas

138

139 5.1 RECEITAS CORRENTES

142 5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

152 5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

157 5.4 DESPESA

158 5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

Infraestrutura

166

167 6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

183 6.2 CONSUMO DE GÁS NATURAL

189 6.3 SANEAMENTO E ÁGUA

193 6.4 TRANSPORTE

198 Referências

202 Apêndices

Índice de tabelas

TABELA 1

População Residente com Valor Absoluto e Distribuição (%) dos Municípios na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro em 2013 64

TABELA 2

Pessoas Economicamente Ativas (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 65

TABELA 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação e Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 66

TABELA 4

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 67

TABELA 5

Domicílios Recenseados, Por Espécie, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 69

TABELA 6

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região Metropolitana (2010)..... 70

TABELA 7

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação do Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 71

TABELA 8

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 73

TABELA 9

Estabelecimentos de Saúde, Por Tipo, nos Municípios da Região Metropolitana (2010)..... 74

TABELA 10

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 76

TABELA 11

Taxa de Analfabetismo, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 77

TABELA 12

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 78

TABELA 13

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana do ERJ (2011) 79

TABELA 14

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no ERJ (2011) 80

TABELA 15

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011) 81

TABELA 16

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana (2011) 83

TABELA 17

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana (2011) 84

TABELA 18

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional por Dependência Administrativa nos Municípios da Região Metropolitana (2011)..... 85

TABELA 19

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 86

TABELA 20

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011) 87

TABELA 21

PIB Real (em R\$ 1.000,00) por Município da Região Metropolitana e Distribuição (%) Regional em 2012..... 90

TABELA 22

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região Metropolitana Entre 2006 e 2012..... 91

TABELA 23

Evolução do PIB Per Capita Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)..... 92

TABELA 24

Evolução do PIB Per Capita Real na Região Metropolitana, por Município (2006-2012)..... 93

TABELA 25

Densidade Econômica (PIB por km²) nos Municípios da Região Metropolitana (2012) 94

TABELA 26

Participação (%) das Regiões de Governo no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro, Segundo os Setores de Atividade Econômica (2012)..... 96

TABELA 27

Participação (%) no Valor Adicionado Bruto, Segundo Atividades Econômicas nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 97

TABELA 28

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto para cada Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos (2012)..... 98

TABELA 29

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)..... 99

TABELA 30

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012) 100

TABELA 31

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012) 101

TABELA 32

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo o Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012) 102

TABELA 33

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor de Administração Pública Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)..... 103

TABELA 34

Número de Empregados na Região Metropolitana em 2014, Segundo Classificação do IBGE..... 105

TABELA 35

Varição (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE 107

TABELA 36

Varição do Número de Empregados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE 109

TABELA 37

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE 111

TABELA 38

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 113

TABELA 39

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana (2014) 116

TABELA 40

Varição do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana Entre 2006 e 2014 117

TABELA 41

Distribuição (%) do Número de Empregados Entre os Municípios da Região Metropolitana, Segundo Porte de Empresas (2014) 118

TABELA 42

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região Metropolitana (2014) 119

TABELA 43

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014) 120

TABELA 44

Distribuição dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014) 121

TABELA 45

Remuneração Média (R\$) dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014)..... 122

TABELA 46

Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana em 2014, Segundo Classificação do IBGE..... 124

TABELA 47

Varição (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE 126

TABELA 48

Varição (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE 128

TABELA 49

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE..... 130

TABELA 50

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014) 132

TABELA 51

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana (2014) 134

TABELA 52

Varição do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana Entre 2006 e 2014 135

TABELA 53

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos Entre os Municípios da Região Metropolitana, Segundo Porte de Empresas (2014) 136

TABELA 54

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região Metropolitana (2014) 137

TABELA 55

Varição (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana (2006-2012)..... 145

TABELA 56

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)..... 160

TABELA 57

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)..... 161

TABELA 58

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012) 162

TABELA 59

Indicador do Grau de Investimento (2007 a 2012)..... 163

TABELA 60

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)..... 164

TABELA 61

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012) 169

TABELA 62

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 174

TABELA 63

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 175

TABELA 64

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 176

TABELA 65

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 177

TABELA 66

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 178

TABELA 67

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 179

TABELA 68

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 181

TABELA 69

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012) 185

TABELA 70

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 188

TABELA 71

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012) 189

TABELA 72

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010) 192

TABELA 73

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011) 194

TABELA 74

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011) 195

TABELA 75

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011) 196

Índice de gráficos

GRÁFICO 1

População Residente por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013) 63

GRÁFICO 2

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012) 89

GRÁFICO 3

Distribuição do Valor Adicionado Bruto na Região Metropolitana, Segundo Atividades Econômicas (2012) 95

GRÁFICO 4

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto para cada Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos (2012) 98

GRÁFICO 5

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 106

GRÁFICO 6

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 108

GRÁFICO 7

Distribuição (%) do Número de Empregados, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014) 110

GRÁFICO 8

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), por Segmentos, Segundo Classificação do IBGE..... 112

GRÁFICO 9

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 125

GRÁFICO 10

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 127

GRÁFICO 11

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014) 129

GRÁFICO 12

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 131

GRÁFICO 13

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes Sobre as Receitas Correntes (2012)..... 140

GRÁFICO 14

Distribuição (%) do ICMS Sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012) 142

GRÁFICO 15

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 144

GRÁFICO 16

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)..... 146

GRÁFICO 17

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)..... 147

GRÁFICO 18

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região Metropolitana (2013) 150

GRÁFICO 19

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região Metropolitana (2013) 151

GRÁFICO 20

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012) 153

GRÁFICO 21

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 154

GRÁFICO 22

RCL/PIB (%) (2006 e 2011)..... 155

GRÁFICO 23

DCL/RCL (%) (2006 e 2012) 156

GRÁFICO 24

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012)..... 158

GRÁFICO 25

Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica, Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012) 168

GRÁFICO 26

Participação (%) do Consumo Setorial de Energia Elétrica no Consumo Final da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 170

GRÁFICO 27

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Setor Industrial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 171

GRÁFICO 28

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 172

GRÁFICO 29

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 182

GRÁFICO 30

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural, Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 184

GRÁFICO 31

Participação (%) do Consumo Setorial de Gás Natural no Consumo Final da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 186

GRÁFICO 32

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural do Setor Industrial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 187

Índice de figuras

FIGURA 1	Mapa da Divisão Político-administrativa da Região Metropolitana (2014).....	52
FIGURA 2	Traçado do Arco Metropolitano (2014)	54
FIGURA 3	Foto Aérea de Trecho do Arco Metropolitano, Incluindo Vias de Acesso (2014).....	56
FIGURA 4	Iluminação Solar na Extensão do Arco Metropolitano.....	56
FIGURA 5	Mapa da Infraestrutura Viária da Região Metropolitana (2014).....	57
FIGURA 6	Malha do Transporte Público Metropolitano (2014).....	58
FIGURA 7	Mapa de Uso e Cobertura do Solo da Região Metropolitana (2014).....	60
FIGURA 8	Mapa de Recursos Hídricos do Solo da Região Metropolitana (2014)	61

Índice de quadros

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Selecionados 159

QUADRO 2

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 190

Índice de apêndices

APÊNDICE 1

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012) 203

APÊNDICE 2

Distribuição (%) das Principais Receitas Sobre os Orçamentos dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012) 207

APÊNDICE 3

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012) 210

APÊNDICE 4

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região Metropolitana (2006 a 2012) 212

APÊNDICE 5

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012) 214

APÊNDICE 6

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica Sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012) 216

APÊNDICE 7

Evolução das Despesas dos Municípios da Região Metropolitana (2006 a 2012) 218

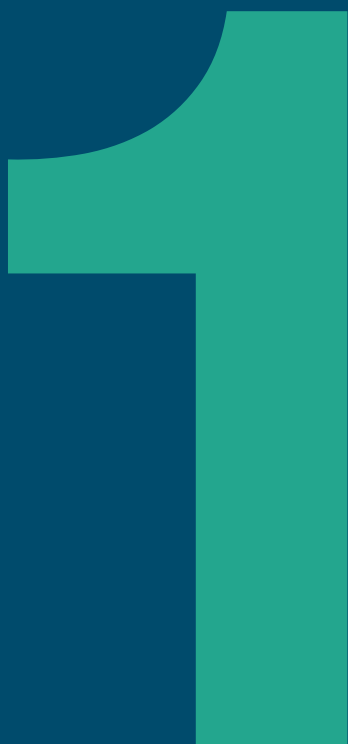
APÊNDICE 8

Classificação das Atividades Industriais 219

Síntese histórica e socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro



O Estado do Rio de Janeiro se configura na segunda economia mais importante da República Federativa do Brasil e por diferentes aspectos, incluindo-se os naturais e culturais, prospecta o país no plano internacional.



Ao sediar durante dois séculos a capital do país, o estado foi marcado profundamente desde a sua cultura cosmopolita, passando por elementos que simbolizam o Brasil no cenário internacional, como suas belezas naturais, o samba e o futebol, até a sua economia, onde atividades como o porto, o aeroporto e o turismo contribuíram para que a Cidade do Rio se configurasse na mais visitada por turistas estrangeiros que veem ao país até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo em que o fato de sediar a capital marcava o Rio de Janeiro no cenário nacional e internacional, e ainda hoje garante ao estado um importante peso político – o Rio de Janeiro é tradicional centro de repercussão política nacional –, e permitia a construção na cidade de uma razoável infraestrutura de serviços públicos, concentrando aqui investimentos na montagem desta, a distância real e institucional entre a capital federal e o interior do estado se ampliava. A separação formal dos estados, com a criação do Estado da Guanabara, na década de 1960, depois revista com a fusão novamente deste ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975, apenas acentuou esta tendência.

A Cidade do Rio de Janeiro foi, neste processo, concentrando em torno de si uma série de municípios que cresciam (inclusive recebendo uma enorme população de migrantes de outros estados e do interior do Rio de Janeiro) e passavam a depender de sua dinâmica enquanto metrópole, à qual se achavam integrados. Constituiu-se dessa forma uma Região Metropolitana que ainda

muito se diferencia do restante do estado, caracterizada por um núcleo ativo, e uma série de municípios, no seu entorno, que lhe são dinamicamente dependentes.

A história econômica do Estado do Rio de Janeiro está ligada inicialmente aos portos de onde era levado à Europa o ouro do interior do país, em especial o proveniente do Estado de Minas Gerais. A própria Cidade do Rio de Janeiro cresceu com esse processo, assim como se desenvolveram, por exemplo, Paraty, Angra dos Reis, Magé (porto no fundo da Baía de Guanabara) e Cabo Frio. O Rio de Janeiro se associava desta forma ao comércio, com saída do ouro e entrada de produtos de consumo para as regiões de extração do ouro.

As experiências agrícolas estiveram vinculadas à produção de cana-de-açúcar no Norte do estado (Campos, Macaé) ou mesmo nos arredores da capital e aos engenhos que acompanhavam essa produção, ou o café, cuja cultura sobe da Cidade do Rio de Janeiro em direção ao Vale do Paraíba. Dessa última experiência surgiu o transporte ferroviário, no final do século XIX, ligando a produção ao porto, e o Rio de Janeiro a São Paulo, onde a cafeicultura progredia rapidamente. Foi-se montando dessa forma, na capital, uma infraestrutura para apoiar a produção cafeeira-ferrovia, porto, bancos para importação e exportação etc.

Por outro lado, a presença no Rio da nobreza portuguesa e, em seguida, a sua transformação em sede imperial ajudaram a desenvolver a infraestrutura necessária à

administração e à cultura. Também surgiram experiências industrializantes, como o sucesso da indústria têxtil, ou o embrião da indústria naval brasileira.

No início do século XX, já como capital da República, foi modernizada a indústria têxtil e implantadas as primeiras unidades siderúrgicas. O processo de desenvolvimento siderúrgico continuou ao longo dos anos 1930, com a construção da Siderúrgica Barra Mansa, e culminou, em 1946, com a entrada em funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Esse processo que ajudou, pouco a pouco, a industrializar o Sul do estado, fazia parte de um grande plano nacional de criação de uma indústria siderúrgica robusta, visando atender às necessidades não só do desenvolvimento econômico, mas da própria soberania nacional.

No surto desenvolvimentista do Brasil dos anos 1950 e 1960, foram instaladas a Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), e ampliou-se rapidamente a indústria naval (Rio de Janeiro e Niterói). Junto com a industrialização, cresceu o comércio, a área de serviços, a intermediação financeira.

O Rio de Janeiro montava sua infraestrutura e crescia, mas em torno da cidade surgia um cinturão de municípios que se ligavam à economia da cidade, mas não tinham condição de criar sua própria infraestrutura. O crescimento verificado até os anos 1970 gerava desigualdade e alterações estruturais como a urbanização acelerada, atingindo profundamente o país, suas finanças e suas empresas. O estado, enquanto

sede de várias dessas estatais, sofreu mais do que os outros com o impacto deste processo.

A crise dos anos 1980 promoveu o crescimento da economia informal. Alguns indicadores desse processo de difícil quantificação são os aumentos do consumo de energia elétrica superior ao aumento do número de consumidores, e do percentual de trabalhadores por conta própria e sem carteira no total da mão de obra ocupada, com a conseqüente redução do percentual de trabalhadores com carteira profissional assinada. Isto acabou se refletindo também no crescimento do setor terciário, particularmente no comércio e na prestação de serviços. Em uma ótica mais próxima do cotidiano, esse processo se torna mais evidente sob a forma de camelôs nas ruas, bem como pelo crescimento de profissionais autônomos e de contratos de trabalho temporários, principalmente em segmentos de comércio e serviços.

Nesta década, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Janeiro dividia-se, aproximadamente, em cerca de 2% para a agropecuária, 38% para a indústria e cerca de 60% para comércio e serviços. Já nas últimas décadas o peso por parte dos setores de comércio e principalmente o de serviços – incluindo-se Administração Pública – se intensificou, chegando a representar conjuntamente cerca de 67% de toda a economia fluminense em 2012, enquanto a indústria representa pouco mais de 32% e as atividades agropecuárias menos que 0,5%.

Embora grande parte da economia fluminense seja estabelecida em serviços, refletindo a configuração de âmbito nacional, verifica-se que nos últimos anos houve um movimento importante de “reindustrialização” do estado, resultado da atração

de negócios e investimentos que redundaram na inauguração de unidades fabris, no advento de serviços industriais associados e na geração de empregos.

Não obstante ao estabelecimento e maturidade da indústria extrativa de óleo e gás fluminense, esse movimento, em termos relativos, se observa em grande medida na indústria de transformação, cuja representação no estado vinha perdendo espaço nas últimas décadas, tanto por conta da implantação em São Paulo do setor de bens de consumo duráveis nas décadas de 1940/1950 e posterior difusão em estados da Região Sul, como pela implantação dos polos siderúrgico em Minas Gerais e petroquímicos no Nordeste (a exemplo da Bahia e Alagoas).

Além disso, o estado conta com algumas vantagens comparativas regionais, contando com recursos humanos especializados – atraindo inclusive desenvolvimento de parques tecnológicos, vocação turística, liderança cultural e artística, desenvolvimento e dimensão do segmento de intermediação financeira, proximidade dos mercados consumidores, nível de urbanização da população e consequentes vantagens sobre a organização do comércio e serviços.

Afora o cenário das décadas anteriores, nos últimos anos o Estado do Rio apresentou resultados socioeconômicos ascendentes, com alguns indicadores acumulando bons resultados, inclusive em termos reais, ou seja, eliminando-se os efeitos da inflação. O ciclo recente de investimentos executados propiciou um aquecimento na economia fluminense de forma proeminente até o ano de 2013, revertendo uma tendência de estagnação e de falta de dinamismo que perdurava há algumas décadas sobre a economia fluminense.

Esta configuração foi percebida por diferentes indicadores socioeconômicos apresentados neste trabalho, tais como emprego, remuneração dos empregados e acesso a serviços, além de alguns indicadores macroeconômicos relacionados à mensuração do tamanho da economia, a exemplo do Produto Interno Bruto, Valores Adicionados Brutos setoriais e indicadores de ordem financeira.

Os resultados e interferências de alguns desses indicadores, demandam, por um lado, maior tempo de maturação para que suas respostas se evidenciem no contexto da economia, e por outro, exigem maior esforço de apuração, cálculo e verificações antes de divulgação oficial pelas instituições competentes, fazendo com que geralmente sejam publicados com maior defasagem temporal, podendo esta ultrapassar um ou mais anos – por exemplo, os resultados das Contas Regionais são divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dois anos de defasagem.

Por conta disso, o alcance deste trabalho para a grande maioria dos indicadores utilizados não inclui os dois anos anteriores, cujos resultados poderão apresentar alguma alteração de tendência por conta do cenário político-econômico brasileiro atual e relativa dependência da exploração de recursos minerais e oscilação dos preços de *commodities*.

Não obstante, fica a expectativa de que este trabalho possa contribuir com diferentes atores da sociedade, subsidiando discussões, tomadas de decisão e definições de estratégias para o desenvolvimento regional fluminense de forma integrada, refletindo no crescimento econômico, social e na melhoria da qualidade de vida de sua população.

Panorama regional



A história da Região Metropolitana está intimamente ligada à história e ao desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação iniciou-se em 1502 e estendeu-se por todo século XVI. A região é, hoje, a mais representativa do Estado em termos econômicos e populacionais.



2.1 HISTÓRICO¹

A história da Região Metropolitana está intimamente ligada à história e ao desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação iniciou-se no começo do século XVI, e expandiu-se para a Baixada Fluminense no mesmo período. Já as terras do entorno da Baía de Guanabara, habitada inicialmente

por diversas tribos indígenas, começaram a ser ocupadas pelos portugueses a partir da metade do século e desenvolveram-se mais tarde. A região é, hoje, a mais representativa do Estado em termos econômicos e populacionais.

¹ Histórico baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), e em SYDENSTRICKER et al. (1993).



Belford Roxo

O município de Belford Roxo ficava em uma região onde existia a Fazenda do Brejo, na qual funcionava um engenho de açúcar. A região era cortada pelo rio Sarapuí e cercada de pântanos e brejos. Possuía às margens do rio um porto para o escoamento do açúcar, arroz, feijão, milho e aguardente. Após anos de prosperidade, a região do atual município entrou em um período de decadência a partir da metade do século XIX. Com a construção da linha férrea Rio do Ouro, inaugurada em 20 de janeiro de 1883, começaram a surgir povoações às suas margens.

No ano de 1888 ocorreu uma das mais longas estiagens na Baixada Fluminense. Para solucionar o problema de água, o engenheiro Paulo de Frontin propôs diversas soluções. Após possuir diversos donos, a fazenda do Brejo passou às mãos do Barão de Jacutinga, e, depois, ao Visconde de Barbacena. Este último vendeu a fazenda ao Comendador Manoel José Coelho da Rocha. A denominação atual foi uma homenagem ao engenheiro colaborador de Paulo de Frontin, Raimundo Teixeira Belford Roxo. O município emancipou-se pela Lei Estadual nº 1.640, de 3 de abril de 1990, com instalação em 1º de janeiro de 1993.

Atualmente a dinâmica da economia local de Belford Roxo gira em torno do comércio local e da presença de empresas ligadas às indústrias química e de transporte.

Cachoeiras de Macacu



A ocupação do território onde hoje se localiza Cachoeiras de Macacu começou no final do século XVI, quando exploradores subiram o rio Macacu após a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. No local foi doada uma sesmaria a Miguel de Moura, escrivão da Fazenda Real, e mais tarde, doada aos jesuítas. Na região foram cultivados mandioca, milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão. Os povoados se encontravam aos arredores da antiga capela de Santo Antônio, chamado Santo Antônio de Casseribu, que foi elevado à Vila em 15 de maio de 1679, com o nome de Santo Antônio de Sá, e se tornado município em 5 de agosto do mesmo ano. Ao lado da vila, os jesuítas construíram o convento de São Boaventura.

Entre os anos de 1831 e 1835, ocorreu no local uma epidemia chamada “febre de Macacu”, que causou um grande número de mortes, levando ao êxodo rural e à consequente interrupção do progresso. Com isso, a sede municipal foi transferida em 1868 para a freguesia de Santíssima Trindade de Sant’ana de Macacu, posteriormente rebatizada de Sant’ana de Japuíba. Já em 1923, ocorreu nova transferência de sede para o povoado de Cachoeiras de Macacu, e, em 27 de dezembro de 1929, a vila foi elevada à categoria de Cidade, pela Lei nº 2.335.

Na década de 1940, após a distribuição de terras para assentamento dos colonos deslocados das áreas de citricultura da Baixada Fluminense, foram estabelecidas as colônias agrícolas de Japuíba e Papucaia. A economia do município, hoje, se baseia principalmente na agropecuária e na indústria de bebidas. Em 2013, o município se torna parte da Região Metropolitana do estado através da Lei Complementar nº 156, de 26 de dezembro do mesmo ano.

A economia do município, hoje, se baseia principalmente na agropecuária e na indústria de bebidas.



Duque de Caxias

A localidade, que mais tarde seria Duque de Caxias, era originalmente a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, criada em 1637.

A maior parte do território de Duque de Caxias fazia parte, inicialmente, de São João de Meriti. Os primeiros registros de povoamento da região datam do século XVI, quando foram doadas sesmarias da capitania do Rio de Janeiro. A localidade, que mais tarde seria Duque de Caxias, era originalmente a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, criada em 1637. A construção de uma igreja dedicada à santa levou à criação de um embarcadouro, pelo qual era feito o recebimento e o transporte do ouro vindo da região das Minas Gerais.

Por muito tempo, as lavouras de cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca e feijão foram predominantes na região. Após anos de progresso em decorrência da agricultura, a devastação das matas resultou na obstrução dos rios e a formação de pântanos. A partir da metade do século XIX, a proliferação de epidemias e mosquitos tornaram a região quase inabitável, levando a um período de decadência, permanecendo assim por algumas décadas.

O revitalização da localidade se deve à Nilo Peçanha, iniciador das obras de saneamento da Baixada Fluminense. O prolongamento das linhas da Estrada de Ferro Leopoldina melhorou o acesso da cidade à capital, assim como a abertura da estrada Rio-Petrópolis. Em 1931, Duque de Caxias emancipou-se de São João de Meriti para constituir mais um distrito de Nova Iguaçu com sede na velha estação de Meriti e, pelo Decreto nº 1.055, de 31 de dezembro de 1943, foi o mesmo elevado à categoria de município com o nome atual de Duque de Caxias, instalado em 1º de janeiro de 1944.

Guapimirim



As terras onde hoje se localiza o município de Guapimirim eram, até o século XVII, habitadas por índios tamoios e timbaras. Quando os portugueses chegaram à região, subiram a serra e descobriram o rio Guapi-Mirim. Após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, foram criadas sesmarias na localidade. O primeiro nome dado era Nossa Senhora D’Ajuda de Aguapei-Mirim, fundada em 1674. O município pertencia inicialmente à Magé, que surgiu com a edificação de moradia de Simão da Mota no morro da Piedade, próximo de onde hoje é a sede municipal de Magé.

Em 19 de setembro de 1908, foi inaugurada a Estrada de Ferro Teresópolis, que impulsionou a economia da região, e que passava a transportar para as grandes cidades toda a produção agrícola. Este fato culminou com a construção da estação ferroviária de Guapimirim, em 1926. A partir de então, foram surgindo edificações urbanas na localidade. O município conseguiu sua emancipação pela Lei Estadual nº 1.772, de 21 de dezembro de 1990, sendo instalado em 1º de janeiro de 1993.

Em 19 de setembro de 1908, foi inaugurada a Estrada de Ferro Teresópolis, que impulsionou a economia da região, e que passava a transportar para as grandes cidades toda a produção agrícola.



Itaboraí

Inicialmente, a região onde se localiza o município de Itaboraí era povoada por índios tamoios, e seu nome significava em tupi “pedra bonita”. O território pertencia ao antigo município de Santo Antônio de Sá. Através de doações de sesmarias nos arredores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foram estabelecidas lavouras de cana-de-açúcar, com a produção de açúcar e aguardente. Houve a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, na fazenda do Inguá, onde hoje se localiza Venda das Pedras.

O município foi emancipado pelo Decreto Geral de 15 de Janeiro de 1833, e instalado em 22 de maio do mesmo ano. Sua prosperidade na época se devia, principalmente, pela presença do porto que escoava a produção agrícola das regiões próximas, chamado Porto das Caixas, pois os produtos eram colocados em caixas. Entretanto, com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, que ligava Cantagalo e Nova Friburgo a Niterói, o porto passou a perder importância e levou o município a um período de decadência econômica, agravado pela libertação dos escravos. Posteriormente, algumas indústrias se fixaram na região e, atualmente, a localidade vive um processo de progresso econômico devido à instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A região onde se localiza o município de Itaboraí era povoada por índios tamoios, e seu nome significava em tupi “pedra bonita”.

Itaguaí



O local onde hoje se situa o município de Itaguaí começou a ser desbravado em meados do século XVII, pelos jesuítas que se instalaram entre os rios Tinguçu e Itaguaí, com a finalidade de catequizar os índios tupiniquins. Mais tarde, os missionários mudaram-se para a fazenda de Santa Cruz juntamente com os indígenas, onde ergueram um templo para São Francisco Xavier em 1729. Em 5 de julho de 1818, um alvará elevou a categoria de Vila a aldeia de Itaguaí, com o nome de Vila de São Francisco Xavier do Itaguaí. Estas terras compreendiam a freguesia de Itaguaí do alto da serra para a vargem, a freguesia de Marapicu, do rio Guandu subindo a parte esquerda, o Ribeirão das Lajes e a freguesia de Mangaratiba.

O nome Itaguaí tem origem tupi que significava “lago das pedras”, ou, de acordo com outra versão, seria uma derivação da palavra *tagoahy*, que significaria “água amarela”, devido à água amarelada captada próxima ao aldeamento dos jesuítas. O município passou por um período de prosperidade até a década de 1880, exportando grandes quantidades de cereais, café, farinha, açúcar e aguardente, baseando-se principalmente em mão de obra escrava. Com a abolição da escravidão, ocorreu um esvaziamento da região, conjuntamente com a falta de transporte e insalubridade, o município entrou em um momento de decadência econômica. A passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo por seu território, a implantação de indústrias e as obras de saneamento, propiciaram o retorno do progresso econômico na localidade.

O nome Itaguaí tem origem tupi que significava “lago das pedras”, ou, de acordo com outra versão, seria uma derivação da palavra *tagoahy*, que significaria “água amarela”, devido à água amarelada captada próxima ao aldeamento dos jesuítas.



Japeri

O nome Japeri veio de uma palavra indígena que denominava uma planta que flutuava nos pântanos da região (*Yaperi*), substituindo o nome Belém.

A fundação de Japeri ocorreu em 1743, quando tinha o nome Morgado de Belém. Inicialmente, suas terras pertenciam ao antigo engenho de Pedro Dias, fazendo parte de uma sesmaria que existia na freguesia de Sacra Família Tinguá. O marquês de São João Marcos levou desenvolvimento à região, incentivando a lavoura, montando engenhos de açúcar e construindo casas. Ele também foi o responsável pela construção da igreja de Nossa Senhora de Belém e Menino Jesus, e da primeira escola e teatro, em 1872. Ainda, foi inaugurada, em 8 de dezembro de 1858, uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II na localidade.

Com o passar do tempo e a devastação das matas, muitos rios foram obstruídos, ocorrendo transbordamento, deixando a região pantanosa. A partir daí houve grande proliferação de mosquitos e epidemias, que tornaram o local inabitável, levando a um esvaziamento. Em 1951, o que era conhecida como Belém, juntamente com Engenheiro Pedreira, passou a constituir o 6º distrito de Nova Iguaçu. O nome Japeri veio de uma palavra indígena que denominava uma planta que flutuava nos pântanos da região (*Yaperi*), substituindo o nome Belém. Um plebiscito em 30 de junho de 1991, com a finalidade de obter a emancipação político-administrativa, resultou na criação do município de Japeri, constituído pelas localidades de Japeri, Engenheiro Pedreira, Jaceruba e Rio D'Ouro, efetivado com a edição da Lei Estadual nº 1.902, de 2 de dezembro de 1991, e instalado em 1º de janeiro de 1993.

Magé



As terras onde hoje se localiza o município de Magé eram originalmente, habitadas por índios da tribo Timbaras. Em 1565, estas terras foram dadas pelo então governador Mem de Sá ao português Simão da Mota, na forma de uma sesmaria localizada no morro da Piedade. O povoado chamava-se Magepe-Mirim. Em 1643, começaram a surgir outros povoados na localidade. A grande presença de escravos nas propriedades da região contribuiu para o progresso econômico. Foi construída, na localidade, a primeira estrada de ferro da América do Sul, inaugurada em 30 de abril de 1854. Primeiramente, era chamada Mauá e, posteriormente, Estrada de Ferro Príncipe Grão-Pará, possuindo uma extensão de 14,5 km.

Em 1789, Magé foi elevada à categoria de Vila, obtendo sua emancipação. Já em 1857, ganhou foros de cidade. Assim como nas demais regiões da Baixada Fluminense, após a abolição da escravidão, o município passou por um período de decadência. Porém, como possuía uma localização privilegiada, teve novo surto de desenvolvimento no século XX, com a implementação de indústrias, como a têxtil.

Foi construída, na localidade, a primeira estrada de ferro da América do Sul, inaugurada em 30 de abril de 1854. Primeiramente, era chamada Mauá e, posteriormente, Estrada de Ferro Príncipe Grão-Pará, possuindo uma extensão de 14,5 km.



Maricá

A região onde se localiza o município de Maricá começou a ser colonizada nas últimas décadas do século XVI, através das doações de sesmarias a Antônio de Mariz, Manuel Teixeira Duarte e Martins Moirão, que realizaram atividades extrativistas, agrícolas e pastoris. Devido às epidemias de febres que ocorriam na época, os colonos foram, aos poucos, se deslocando para a outra margem da lagoa de Maricá. Lá, surgiu o povoado de Santa Maria de Maricá, uma homenagem a Dona Maria I de Portugal. Foi então elevado à categoria de Vila e posterior emancipação pelo Alvará de 26 de maio de 1814, instalando-se em 27 de agosto de 1815.

Em 1889, foi inaugurada a estrada de ferro, ligada a Central do Brasil e, posteriormente, estendida até Cabo Frio. Por ela, os pescadores escoavam seus peixes para serem vendidos nos mercados de Niterói e São Gonçalo, sendo a pesca a principal fonte de renda do município. Em 1889, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Porém, devido à abolição da escravidão, assim como em outras áreas do estado baseadas em trabalho escravo, Maricá passou por um período de decadência econômica. O município voltou a prosperar após a implantação de atividades agropastoris, indústrias de pequeno porte, exploração de minerais, construção civil, pesca e turismo.

Em 1889, foi inaugurada a estrada de ferro, ligada a Central do Brasil e, posteriormente, estendida até Cabo Frio, por onde se escoava o pescado vendido nos mercados de Niterói e São Gonçalo.

Mesquita



O município de Mesquita se localiza em uma região que pertencia à Nova Iguaçu, e que foi, posteriormente, subdividida em cinco distritos. Por volta de 1700, funcionava um engenho na região da descida da serra da Cachoeira, cujo proprietário era o Capitão Manoel Correa Vasques. Após diferentes donos, as terras do engenho foram para Jerônimo José de Mesquita, o primeiro Barão de Mesquita. Ao redor deste engenho, cresceu um arraial. Com a expansão das linhas de ferro, foram sendo construídas estações, em que uma delas se localizava no centro do antigo arraial da Cachoeira, que, posteriormente, passou a se chamar Jerônimo de Mesquita, e depois, somente Mesquita.

Por muitos anos, a economia da localidade era baseada nas plantações de laranja que, a partir de 1940, começaram a entrar em decadência, fazendo com que muitas chácaras fossem loteadas e vendidas. Com a atração de moradores, a população já havia triplicado em 1950. Nesta época, foram implantadas fábricas que impulsionavam a economia da região. Com a edição da Lei Estadual nº 3.253, de 25 de setembro de 1999, Mesquita foi desmembrada de Nova Iguaçu e instalada em 1º de janeiro de 2001.

Com a expansão das linhas de ferro, foram sendo construídas estações, em que uma delas se localizava no centro do antigo arraial da Cachoeira, que, posteriormente, passou a se chamar Jerônimo de Mesquita, e depois, somente Mesquita.



Nilópolis

Em 1921, seu nome foi mudado para Nilópolis, em homenagem ao presidente Nilo Peçanha, que realizou muitas obras de infraestrutura na localidade.

As terras onde hoje se localiza o município de Nilópolis faziam parte da mesma sesmaria pertencente a Brás Cubas, que também incluíam São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Posteriormente, essa sesmaria foi se dividindo em outras e em grandes fazendas. No ano de 1621, uma parte deste território foi doada para João Alves Pereira, que ergueu uma capela em homenagem a São Matheus. Surgiu, então, uma grande propriedade conhecida como fazenda São Matheus. Em 1866, o proprietário desta fazenda fracionou a área em lotes, vendendo-os a preços baixos. Muitos lotes foram vendidos e, com o passar do tempo, foi surgindo um povoado ainda denominado São Matheus, que fazia parte na época de São João de Meriti, distrito de Nova Iguaçu. O Coronel Júlio de Abreu foi um dos que compraram lotes na região, levando muitos amigos e parentes com o objetivo de construção de uma cidade, a qual foi inaugurada no dia 6 de setembro de 1914.

Para levar mais desenvolvimento à região, o engenheiro Lucas Soares Neiva conseguiu que os trens da Estrada de Ferro D. Pedro II fizessem uma parada obrigatória na cidade. Em 1916, através da Lei nº 1.332, de 9 de novembro, fez com que o povoado de São Matheus se tornasse o sétimo Distrito de Nova Iguaçu. Em 1921, seu nome foi mudado para Nilópolis, em homenagem ao presidente Nilo Peçanha, que realizou muitas obras de infraestrutura na localidade. Anos mais tarde, pela Lei nº 6, de 11 de agosto 1947, foi concedida em 22 de agosto do mesmo ano, a Nilópolis a categoria de município.

Niterói



A Região de Niterói, que em tupi significa “água escondida”, era habitada primitivamente por índios tamoios, e logo após a descoberta de Cabral, foi alvo de incursões dos franceses, que se instalaram nos domínios da Baía de Guanabara. Os tamoios apoiavam os franceses, porém, em 1564, os índios temiminós, comandados por Araribóia e catequizados pelos jesuítas, vieram do Espírito Santo na frota de Estácio de Sá, e combateram os franceses e tamoios. Os portugueses e os temiminós se saíram vitoriosos sobre os invasores franceses, e foi então que, em 1568, o então governador-geral Mem de Sá atendeu ao pedido de Araribóia, que solicitava terras naquelas regiões, que iam das praias da Boa Viagem e Gragoatá até a região do Maruí. Então, fundaram a aldeia de São Lourenço dos Índios, que foi instalada no morro de São Lourenço, onde cultivavam milho e mandioca. Após a morte de Araribóia, a aldeia entrou em decadência, sendo extinta em 1866. Porém, novos povoados foram surgindo nas terras mais próximas do mar, como Icaraí, São Domingos e Itaipu.

A primeira freguesia instituída foi a de São João Batista de Icaraí, em 1669, e em seguida, as de São Lourenço dos Índios, em 1752, e São Sebastião de Itaipu, em 1755. Após a chegada da família Real ao Brasil, no século XIX, essas freguesias começaram a progredir cada vez mais, com destaque para a de São João Batista de Icaraí. No ano de 1819, a região se emancipa pelo Alvará, de 10 de maio, instalando-se em 11 de agosto do mesmo ano. Já em 1834, ela alcança a autonomia da província do Rio de Janeiro, sendo escolhida como a capital do estado, e elevada à categoria de Cidade em 1835.

A condição de capital culminou em uma série de desenvolvimentos urbanos, dentre os quais, a implantação de serviços básicos como a barca a vapor (1835), efetuada pela Cantareira e Viação Fluminense; a iluminação pública a óleo de baleia (1837) e os primeiros lampiões a gás (1847); abastecimento de água (1861); o surgimento da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862); bonde de tração animal da Companhia de Ferro Carril Nictheroyense (1871); Estrada de Ferro de Niterói, ligando a cidade com localidades do interior do estado (1872); bondes elétricos (1883) entre outros. No final do século XIX, após a revolta da armada (1893), parte da cidade ficou danificada, o que gerou conflitos políticos que levaram à transferência da capital para Petrópolis. Esta condição permaneceu por 10 anos, só voltando a ser capital em 1903.

No final da década de 1960, iniciou-se a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio-Niterói. Nesta mesma época, através da Lei Complementar nº 20 de 1974, ocorreu a emancipação dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, retirando de Niterói a condição de capital. A partir de então, a cidade entrou em um período de decadência, que começou a se reverter após a inauguração da ponte. Atualmente, Niterói passa por um período de desenvolvimento, tendo como um de seus motores, comércio, serviços e a indústria naval.



Nova Iguaçu

Por muitos anos, a laranja foi o principal produto do município, tendo seu auge na década de 1930.

A região onde se localiza o município de Nova Iguaçu pertencia à capitania de São Vicente que, após a expulsão dos franceses, recebeu o nome de capitania do Rio de Janeiro. Após 1566, foi registrada na região a existência de sesmarias, caracterizando, ao longo dos anos, a colonização desta região da Baixada Fluminense, principalmente em torno do rio Iguaçu. O crescimento populacional fez surgir várias freguesias, como a de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, criada em 1719. Em 1833, a povoação de Iguaçu recebeu autonomia através do Decreto Geral de 15 de Janeiro de 1833. O município foi definitivamente instaurado pela Assembleia Legislativa da província em 10 de dezembro de 1836, por meio da Lei nº 57.

Após a metade do século XIX, começou um período de decadência da região. A construção da estrada de ferro fez com que surgissem povoados, vilas e cidades em seu entorno. Devido à falta de estrutura que se encontrava a antiga vila do Iguaçu, a sede do município foi transferida para a localidade Maxambomba, à margem da via férrea. Em 1916, ao adquirir foro de cidade, seu nome foi mudado para Nova Iguaçu.

Por muitos anos, a laranja foi o principal produto do município, tendo seu auge na década de 1930. Após o fim da II Guerra, a citricultura deu lugar a atividades industriais. O território de Nova Iguaçu foi sucessivamente desmembrado para formação de novos municípios, como Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti), em 1943; Nilópolis, em 1947; Japeri, Belford Roxo e Queimados, nas décadas de 80 e 90; e Mesquita, em 2000.

Paracambi



A região onde hoje se encontra o município de Paracambi foi, inicialmente, ocupada por jesuítas, que se estabeleceram próximo ao ribeirão da Lages, com a finalidade de catequizar os índios. Eles estenderam da Fazenda de Santa Cruz para além do rio dos Macacos. Desta localidade, prosperaram os povoados de Taireté, Sétimo Distrito de Vassouras, e Paracambi, Terceiro Distrito de Itaguaí. No local, foram instaladas as fábricas de tecido de algodão, pela Companhia Brasil Industrial, e de dinamites, pelo industrial francês Lepelletier, as quais acabaram, posteriormente, de forma trágica, na década de 1880. Paracambi prosperou por algum tempo devido a grande exportação de cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Entretanto, após a abolição da escravidão, a localidade entrou em um período de decadência.

Em 1871, foi instalada no município uma fábrica de tecidos, a Companhia Têxtil Brasil Industrial, fundada, originalmente, por ingleses que trouxeram 400 teares para fabricação de tecidos de algodão. Após quase um século, a fábrica encerrou as atividades em 1984, sendo tombada no ano seguinte pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). Adquirida pela prefeitura em 2001, foi transformada na “Fábrica do Conhecimento”, por onde circulam mais de seis mil estudantes matriculados em instituições que funcionam no espaço, tais como a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), o Instituto Superior Tecnológico de Paracambi, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Cefetq) e o Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (Cederj).

A antiga fábrica de tecidos faz parte da história de Paracambi. Inaugurada em 1871 por ingleses, serve, hoje, como grande centro educacional técnico municipal e regional.



Queimados

As terras que hoje constituem o município de Queimados faziam parte da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, que no século XVII pertencia ao então município de Iguassu. A expansão da economia cafeeira neste mesmo século levou à construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, e o consequente surgimento de povoados e vilas em suas margens. Em Queimados, se localizava uma importante estação da linha férrea na época, que ajudou a reestabelecer a economia da região, principalmente após o período de decadência em meados do século XIX, agravado pela abolição da escravidão.

Há três versões mais prováveis para o nome “Queimados”. A primeira diz que, quando o imperador Dom Pedro I passou por aquela região, por ocasião da inauguração da estação de trem, viu uma grande queimada que estava sendo feita dos laranjais nos morros e chamou o lugar de “Morro dos Queimados”. A segunda versão diz que o nome é referente aos corpos de leprosos queimados, aos montes, que morriam em um leprosário que ali existia, onde hoje fica a Estrada do Lazareto, uma das principais vias do município. Há ainda uma terceira versão, que afirma que o nome da cidade provém dos escravos fugidos das fazendas, que eram mortos e tinham seus corpos queimados pelos seus senhores.

Queimados alcançou sua emancipação através da Lei nº 1.364, de 11 de dezembro de 1990, após um plebiscito, e foi instaurado em 1º de janeiro do mesmo ano.

Em Queimados, se localizava uma importante estação da linha férrea na época, que ajudou a reestabelecer a economia da região.

Rio Bonito



O município de Rio Bonito recebeu este nome devido ao fato de um belo riacho que atravessava a localidade ter impressionado os militares portugueses, que chegaram no século XVII, após lutarem para expulsar os franceses da Baía de Guanabara. A região começou a ser efetivamente povoada a partir da segunda metade do século XVIII, quando o sargento-mor Gregório Pereira Pinto mandou construir em sua fazenda uma capela à Madre de Deus, e, em seu entorno, surgiram os primeiros povoados. Em 1768, o povoado foi elevado à categoria de freguesia com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Rio d'Ouro. Posteriormente, após a sede ser transferida de local, a freguesia passou a ser chamada de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, e no século XIX construída a igreja matriz de Nossa Senhora do Rio Bonito.

Durante algum tempo, o plantio de cana-de-açúcar foi predominante na região, porém deu lugar ao plantio do café, cultura esta que passou a ocupar as melhores terras da região. Devido ao progresso do local, em 1846, foi criado o município de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, que se emancipou pela Lei Provincial nº 381, de 7 de maio do mesmo ano, e a instalação ocorreu em 1º de outubro. A instalação do terminal de um ramal da Companhia de Ferro Carril Niteroiense aumentou o comércio na região e, em 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade. Em 2013, o município se torna parte da Região Metropolitana do estado através da Lei Complementar nº 156, de 26 de dezembro do mesmo ano.

A instalação do terminal de um ramal da Companhia de Ferro Carril Niteroiense aumentou o comércio na região e, em 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade.



Rio de Janeiro

Em janeiro de 1502 a expedição portuguesa comandada por Gaspar Lemos chegou à região que hoje compreende o município do Rio de Janeiro. Por acreditar que a baía fosse a foz de um rio, o navegador nomeou o local de Rio de Janeiro. No início do Século XVI, os franceses também chegaram ao local e tentaram implantar uma colônia, porém foram expulsos pelos portugueses na década de 1560.

O primeiro local a ser povoado foi o Morro de São Januário, posteriormente conhecido como Morro do Castelo e, atualmente, como Praça Quinze, no Centro da Cidade. A atividade portuária sempre foi vital no desenvolvimento da cidade desde os primórdios de sua colonização. Com a descoberta de ouro nas Minas Gerais no final do século XVII, o porto da cidade ganhou ainda mais importância, ocasionando a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, tornando-se a principal cidade em terras brasileiras durante muitos anos.

O primeiro local a ser povoado foi o Morro de São Januário, posteriormente conhecido como Morro do Castelo e atualmente como Praça Quinze, no Centro da Cidade.

Em 1808, devido à ameaça das invasões napoleônicas na Europa, a família Real Portuguesa vem se refugiar na Cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, quando a família Real volta à Portugal, em 1822, D. Pedro I que, havia ficado no Brasil, declara a independência do país. Entretanto, nesta época, a principal fonte de riqueza já não era mais o ouro, e sim o café. Esta cultura continuou crescendo durante quase todo o século XIX. Na cidade, ela se expandiu inicialmente para a região norte, como São Cristóvão e Tijuca e, mais tarde, para a zona sul, como Glória, Flamengo e Botafogo.

No ano de 1889, com a proclamação da República, a cidade que era chamada de Distrito Federal, continuou a ser a capital e a mais importante cidade do país. Já no início do século XX, entre 1903 e 1906, ocorreram grandes reformas de modernização do centro urbano e alargamento de avenidas. O Rio continuou sendo a capital até a construção de Brasília, em 1960.

No ano de 1889, com a proclamação da República, a cidade que era chamada de Distrito Federal, continuou a ser a capital e a mais importante cidade do país.



São Gonçalo

São Gonçalo foi fundada em 6 de abril de 1579 pelo colonizador Gonçalo Gonçalves. A região foi habitada, inicialmente, por índios tamoios, até a chegada dos colonizadores portugueses e franceses. No final do século XVI, os jesuítas fundaram uma fazenda onde hoje é a região do Colubandê, a qual foi elevada à categoria de paróquia em 1646, sendo transformada em freguesia. No século XVIII, a economia da região alcançava progresso através da grande presença de fazendas, engenhos de açúcar e aguardente, e lavouras de mandioca, feijão, milho e arroz. Em 22 de setembro de 1890, o distrito de São Gonçalo conseguiu a emancipação política de Niterói, através do Decreto Estadual nº124. Entretanto, no ano de 1892, o município é reincorporado a Niterói, por meio do Decreto nº1, de 8 de maio, ficando nesta situação por sete meses, até o Decreto nº 34, de 7 de dezembro do mesmo ano, o qual restaurava a autonomia do município. Foi somente em 1929, através da Lei nº 2.335, que São Gonçalo recebeu de forma definitiva a categoria de cidade.

Fundada em 6 de abril de 1579 pelo colonizador Gonçalo Gonçalves, a região foi habitada, inicialmente, por índios tamoios, até a chegada dos colonizadores portugueses e franceses.

São João de Meriti



O município que hoje é São João de Meriti teve sua origem na sesmaria que se localizava próximo aos Rios Miriti e Sarapuí, que foi doada a Brás Cubas. Nesta região, foi fundado um povoado denominado São João Batista de Trairaponga, o qual teve seu nome alterado, em 1747, para São João de Meriti. Os Rios Miriti e Sarapuí eram as principais vias de transporte das mercadorias que eram produzidas, principalmente milho, mandioca, feijão e açúcar. Em 1833, o povoado de Iguassu foi elevado à categoria de Vila e a Freguesia que correspondia a São João de Meriti passou a fazer parte como Quarto Distrito.

Pela dificuldade de mão de obra disponível, as grandes fazendas vão se dividindo em sítios e chácaras, propiciando o surgimento de pequenos proprietários que desenvolveram atividades de fruticultura e hortigranjeiros para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. As obras de saneamento da Baixada Fluminense implementadas por Nilo Peçanha contribuíram para o desenvolvimento da região. A partir daí, desenvolveu-se o processo de loteamento das antigas fazendas meritienses, dando origem a bairros e distritos do município. Posteriormente, com a abertura da estrada Rio-Petrópolis, a localidade ficou ainda mais próspera. Com a edição da Lei nº 6, de 11 de agosto de 1947, São João de Meriti adquiriu autonomia municipal, com instauração dada em 22 de Agosto do mesmo ano.

Os Rios Miriti e Sarapuí eram as principais vias de transporte das mercadorias que eram produzidas, principalmente milho, mandioca, feijão e açúcar.



Seropédica

O povoamento do local onde se localiza o município de Seropédica ocorreu em meados do século XVII, através dos jesuítas que intencionavam catequizar os índios da região que ficava entre os rios Tinguauçu e Itaguaí. Os missionários foram morar em uma fazenda chamada Santa Cruz, próxima às aldeias indígenas. Lá, em 1729, eles ergueram um templo dedicado a São Francisco Xavier. Porém, em 1759, os jesuítas foram expulsos, levando a região à decadência. O nome Seropédica deriva de sericultura, ou seja, da criação do bicho-da-seda. Em 1875, criou-se no local a primeira organização serícola do país, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

As atividades rurais e comerciais eram o forte da região até a década de 1880. Produzia-se cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Após a abolição da escravidão e o êxodo dos antigos escravos, ocorreu uma crise econômica que, aliada a falta de transporte e a insalubridade, fez com que desaparecessem as grandes plantações que lá haviam. Pelo abandono das plantações, ocorreram obstruções nos rios que cortavam quase toda a baixada, levando ao alagamento e conseqüente proliferação de doenças como a malária. A população foi reduzida e seguiram-se várias décadas de estagnação econômica. Posteriormente, a passagem da estrada Rio-São Paulo e as obras de saneamento da baixada levaram o município a voltar ao processo de desenvolvimento.

O nome Seropédica deriva de sericultura, ou seja, da criação do bicho-da-seda.

Tanguá



A região onde se localiza o município de Tanguá era, inicialmente, povoada por índios tamoios. Na metade do século XVI, as terras foram divididas em sesmarias, que acabaram cedidas aos jesuítas com a finalidade de catequizar os índios. O nome Tanguá tem origem na língua tupi, significando “papa-formiga”. Em 17 de março de 1878, foi inaugurada a estação ferroviária de Tanguá. No local, haviam várias fazendas, que produziam principalmente açúcar e álcool. A estação teve grande importância para o escoamento destes produtos, da década de 1920 até 1960. Entre 1920 e 1923 foi construída a usina Tanguá e, na mesma época a região foi determinada como quinto distrito de Itaboraí. A usina empregava a maior parte da população, que trabalhavam no plantio e no corte da cana, entretanto, acabou fechando em 1970 por dificuldades financeiras.

Ainda na década de 1970, foi descoberta, na localidade, uma das maiores reservas de fluorita do Brasil. Em 1995, o município se emancipou de Itaboraí pela edição da Lei Estadual nº 2.496, e foi instaurado em 1º de janeiro de 1997.

O nome Tanguá tem origem na língua tupi, significando “papa-formiga”.

1 FIGURA

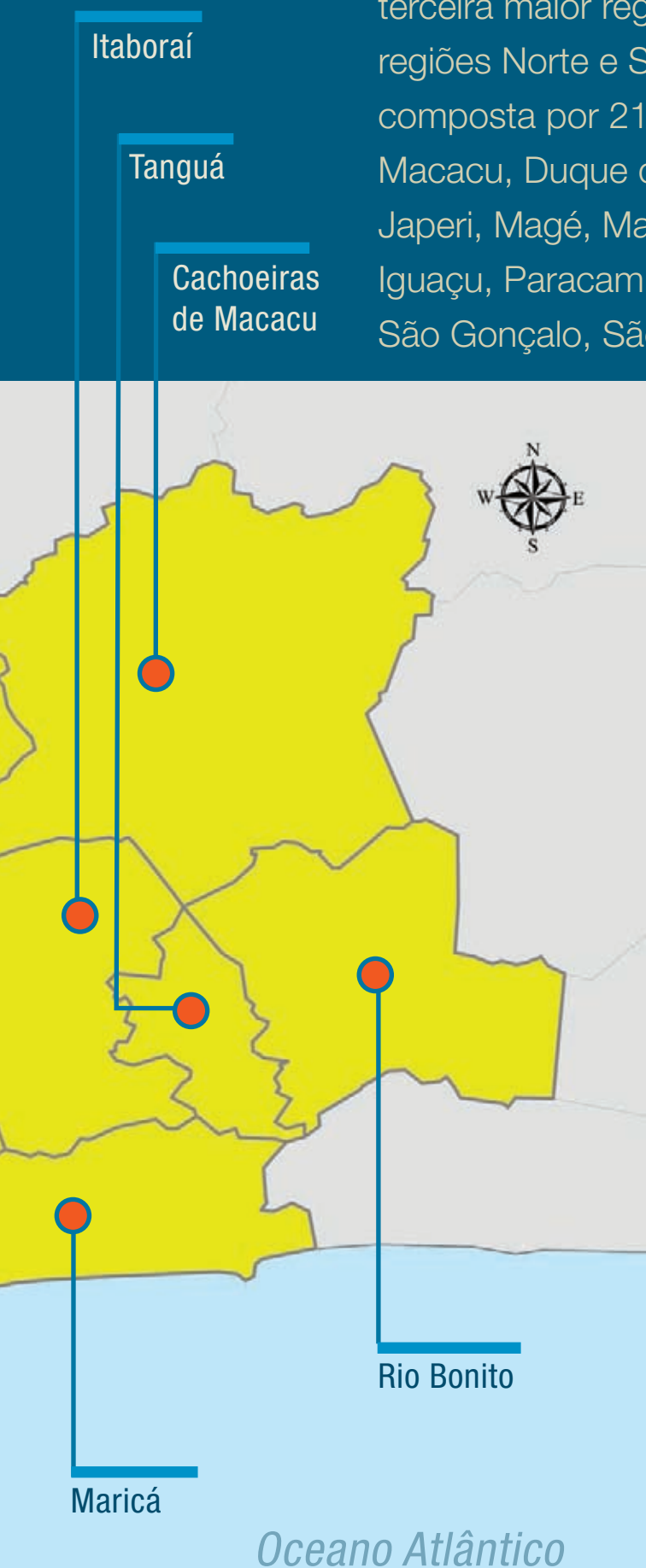
Mapa da Divisão Político-administrativa da Região Metropolitana (2014)



2 A Lei Complementar nº 158, de 26/12/2013, incluiu os municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito à região Metropolitana do estado.

2.2 CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Com extensão de 6.736 km², a Região Metropolitana é a terceira maior região do estado em área, atrás apenas das regiões Norte e Serrana. Desde o final de 2013², a região é composta por 21 municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.



Em extensão, a Região Metropolitana é a terceira maior do estado e é composta por 21 municípios.

Fonte: IBGE | CEPERJ

Sistema de Coordenada Geográfica

WGS_1984

Datum

WGS_1984



SUBSECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, 2014.

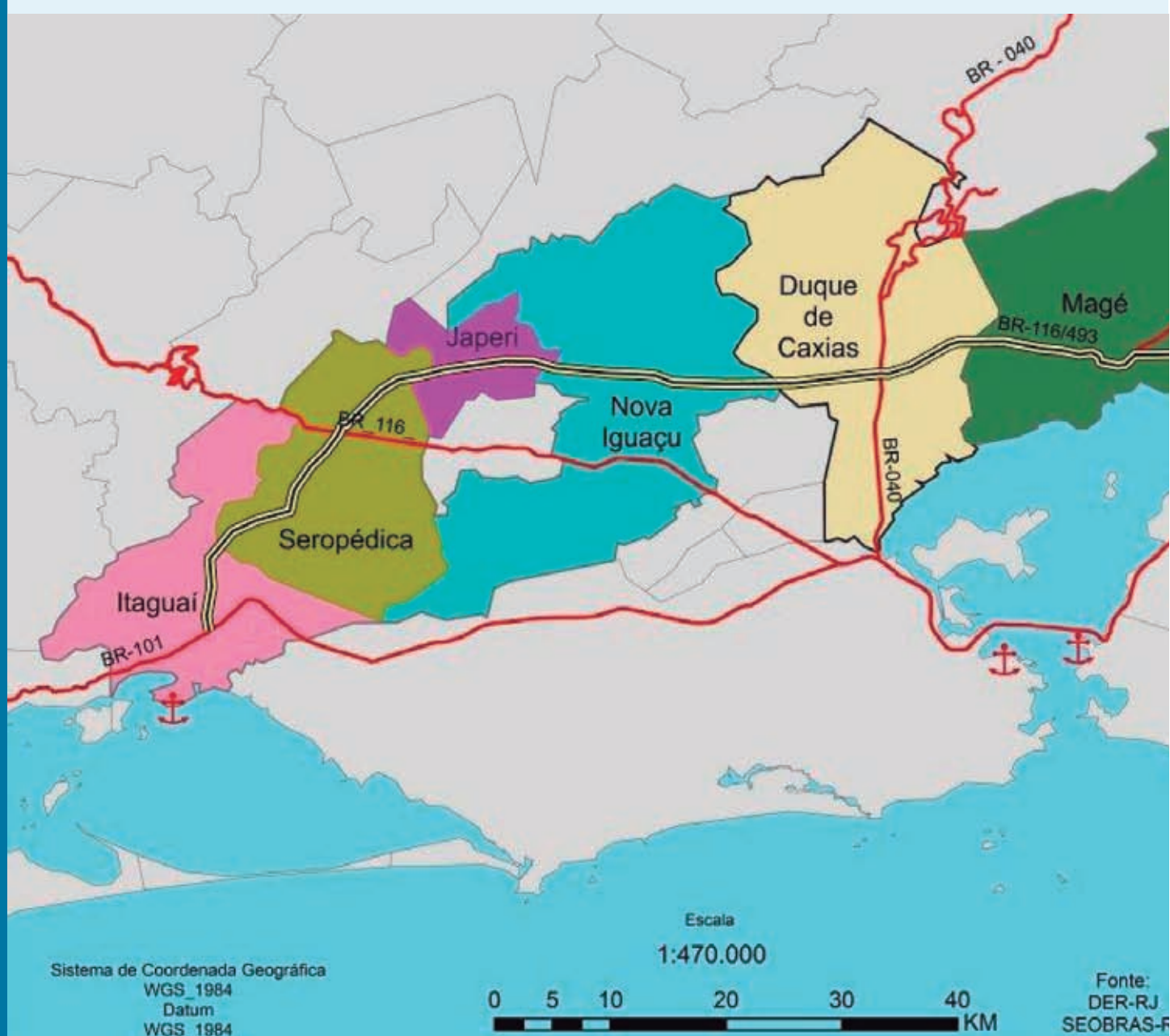
A região é cortada por cinco rodovias federais, dentre elas, duas rodovias longitudinais (BR-101 e

BR-116), uma rodovia radial (BR-040) e duas rodovias de ligação (BR-493 e BR-465).

A Região Metropolitana abriga 36% dos aeródromos públicos do estado e é cortada por quatro rodovias federais.

2 FIGURA

Traçado do Arco Metropolitano (2014)



FONTE: SEDEIS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Em 2007, foi autorizada a construção do Arco Metropolitano com o objetivo de ampliar a logística do transporte e da malha rodoviária da região e consistiu na obra estratégica mais importante do Estado do Rio das últimas décadas. Com extensão de 145 km, o anel rodoviário corta oito municípios ligando a BR-101 Norte, em Itaboraí, à BR-101 Sul, em Itaguaí, em pista dupla com duas faixas de ida e duas de volta, e com velocidade média de 100 km/h (Figura 2). O primeiro trecho do Arco Metropolitano, de 71 km, foi inaugurado em 1º de julho de 2014, ligando Duque de Caxias a Itaguaí, na Baixada Fluminense, onde se conecta à BR-116 (Rio-Petrópolis) até Magé e, depois, à BR-493 até Manilha (na Figura 3). Com esta rodovia, a previsão atual é a de que 35 mil veículos/dia, (dentre os quais cerca de 10 mil são caminhões de carga) deixem

de passar pela Avenida Brasil e as Rodovias Presidente Dutra e Washington Luís. Ao longo de 72km da via, foram colocados 4,3 mil postes com placas de energia solar acopladas e lâmpadas de LED, sendo a rodovia, atualmente, uma das maiores estradas do mundo iluminadas com o uso de fonte energética renovável (Figura 4).

Em relação ao transporte aéreo, a região possui cinco aeródromos³ públicos abrigando, dessa forma, 36% do total de aeródromos públicos do estado. A Figura 5 apresenta a infraestrutura viária da Região Metropolitana e a Figura 6 consolida a malha de transporte público metropolitano, contemplando diferentes modais (rodoviário – rodovias; ferroviário; metroviário, e marítimo – barcas) e projetos implementados recentemente.



3 De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves. Os aeródromos podem ser classificados em civis (quando destinados ao uso de aeronaves civis) e militares (quando destinados ao uso de aeronaves militares). Os aeródromos civis podem ser subdivididos em (i) públicos cuja destinação é especificada pela União e, só podem ser fechados mediante ato administrativo da Autoridade de Aviação Civil (no caso, a ANAC) sendo abertos ao tráfego através de processo de homologação e; (ii) privados, que só podem ser utilizados com a permissão de seu proprietário, sendo vedada sua exploração comercial – o proprietário não pode sujeitar os usuários de seu aeródromo ao pagamento de tarifas sendo abertos ao tráfego através de processo de registro e podem ser fechados a qualquer tempo pelo proprietário ou pela Autoridade de Aviação Civil. Para maiores informações, visitar www.anac.gov.br. Os cinco aeródromos da RMRJ são: o Aeroporto internacional do Rio de Janeiro (Antonio Carlos Jobim – Galeão), Aeroporto de Jacarepaguá e Aeroporto Santos Dumont, localizados no município do Rio de Janeiro; Aeroporto de Maricá, no município de mesmo nome e o Aeroclube de Nova Iguaçu, em Nova Iguaçu.

3 FIGURA

Foto Aérea de Trecho do Arco Metropolitano, Incluindo Vias de Acesso (2014)



FONTE: Subsecretaria de Comunicação Social / Imprensa do Governo do ERJ. Foto de Carlos Magno (01/07/2014).

4 FIGURA

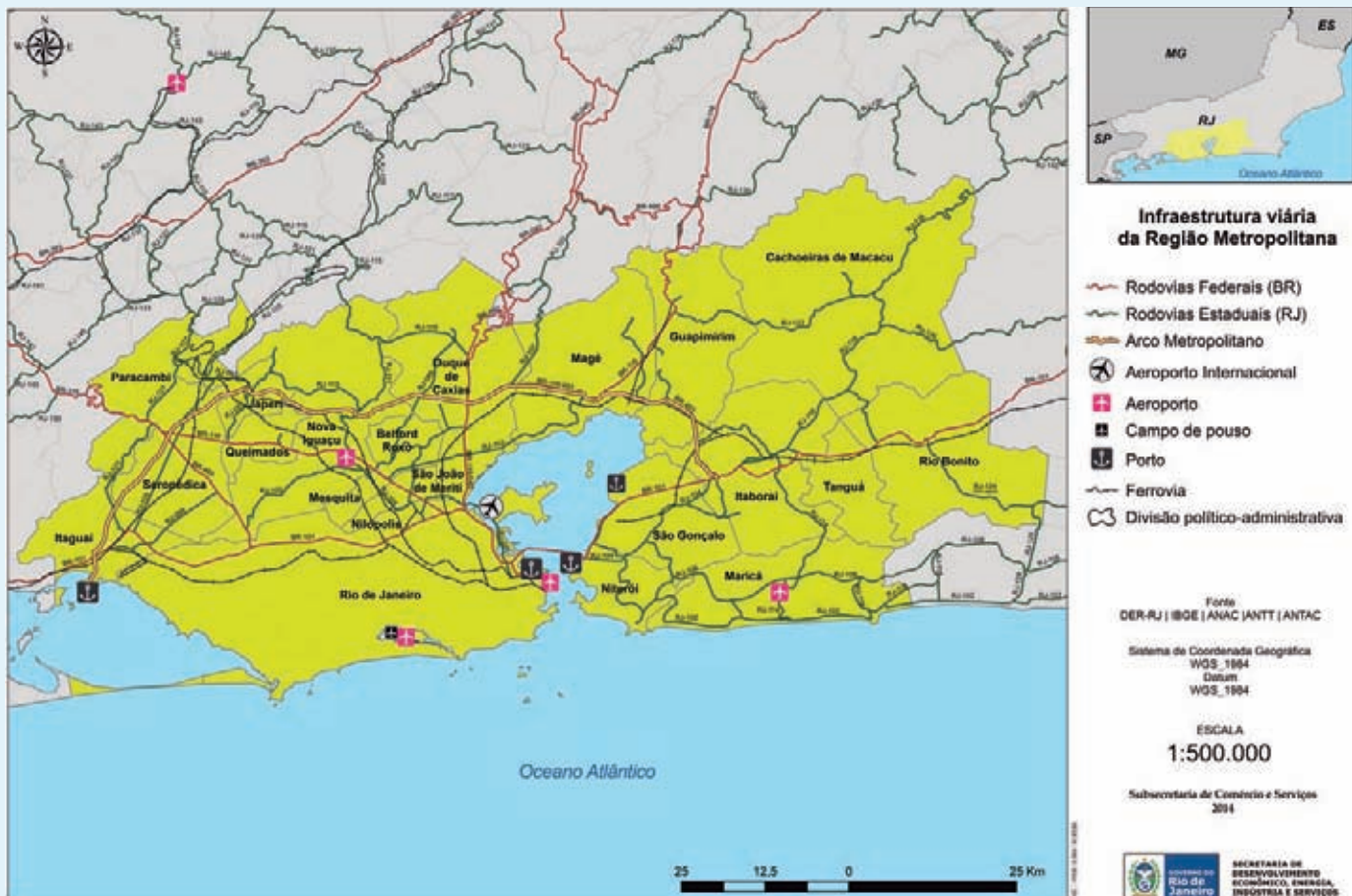
Iluminação Solar na Extensão do Arco Metropolitano



FONTE: Subsecretaria de Comunicação Social / Imprensa do Governo do ERJ. Foto de Érica Ramalho (12/01/2015).

Mapa da Infraestrutura Viária da Região Metropolitana (2014)

FIGURA 5



FONTE: SEDEIS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

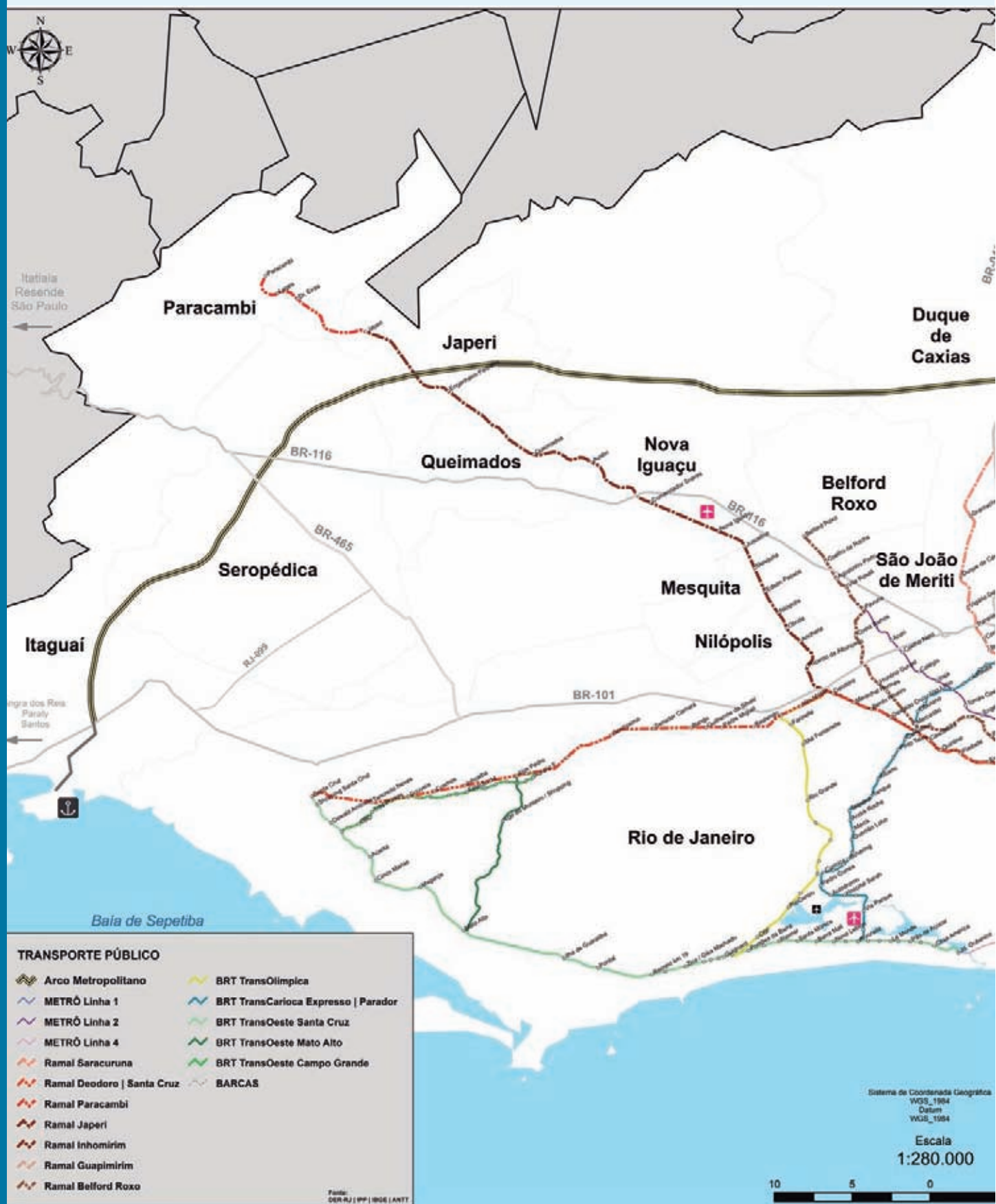
O clima da região é predominantemente tropical, reflexo da sua localização em baixas altitudes entre o oceano e

a base da Serra do Mar. Apresenta temperatura média anual em torno de 24° C e pluviosidade média anual entre 1000 e 1500 mm.

A Região Metropolitana possui mais de vinte unidades de conservação localizadas de forma parcial e/ou total no território dos municípios.

6 FIGURA

Malha do Transporte Público Metropolitano (2014)



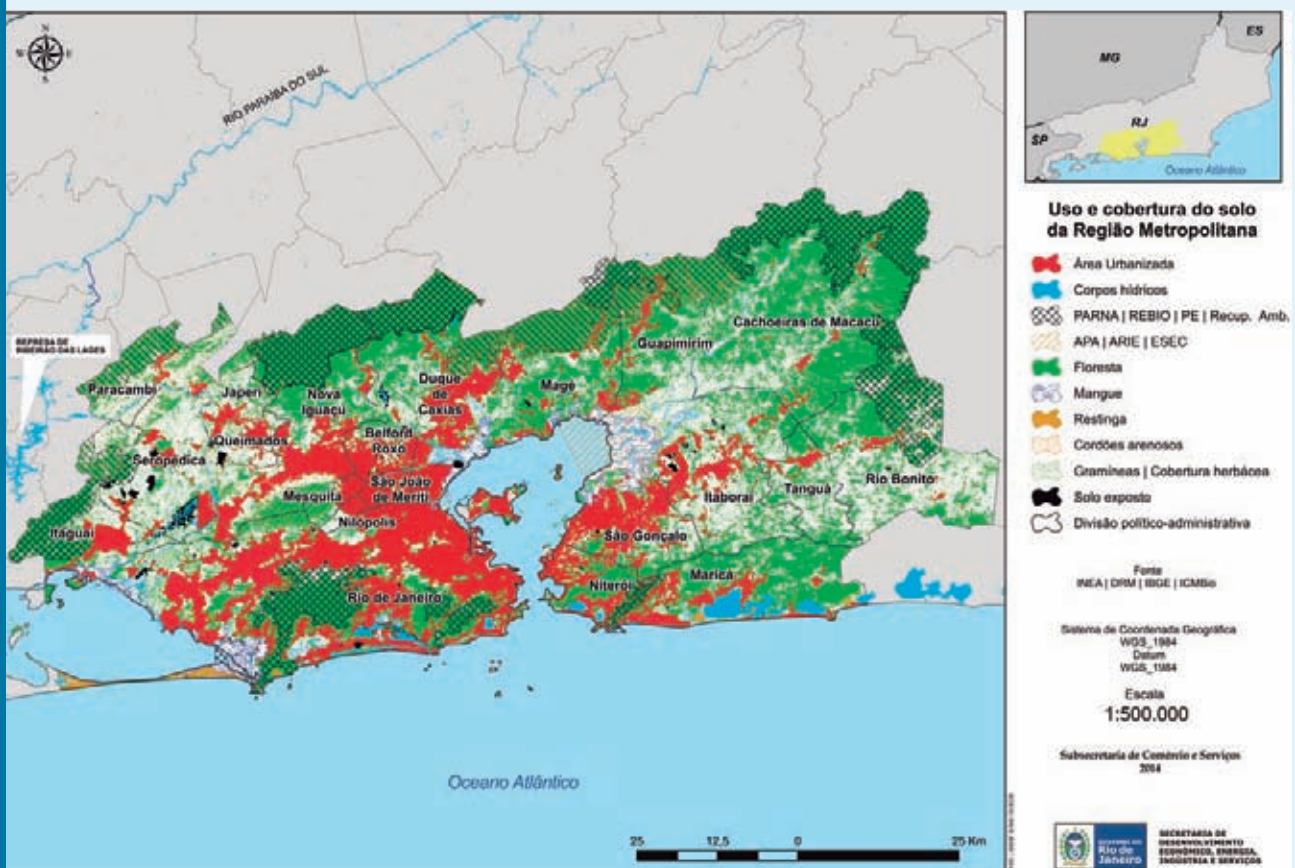


Em relação às áreas de proteção ambiental, a Região Metropolitana possui mais de vinte unidades de conservação localizadas de forma parcial e/ou total no território dos municípios. Dentre as principais, estão o Monumento Natural da Ilha das Cagarras, os Parques Estaduais do Cunhambebe, da Chacrinha, da Pedra Branca, da Tiririca, do Grajaú, do Mendanha e dos Três Picos. Além destes, as Reservas Ecológicas do Tinguá

e de Guaratiba, a Floresta Nacional Mario Xavier, Estação Ecológica da Guanabara e as Áreas de Proteção Ambiental do Rio Guandu, de Maricá, do Alto Iguaçu, de Gericinó-Mendanha, do Rio Macacu, de Petrópolis, de Guapimirim e da Bacia do Rio São João (Mico-Leão-Dourado). A Figura 7 apresenta o uso e cobertura do solo da Região Metropolitana.

7 FIGURA

Mapa de Uso e Cobertura do Solo da Região Metropolitana (2014)

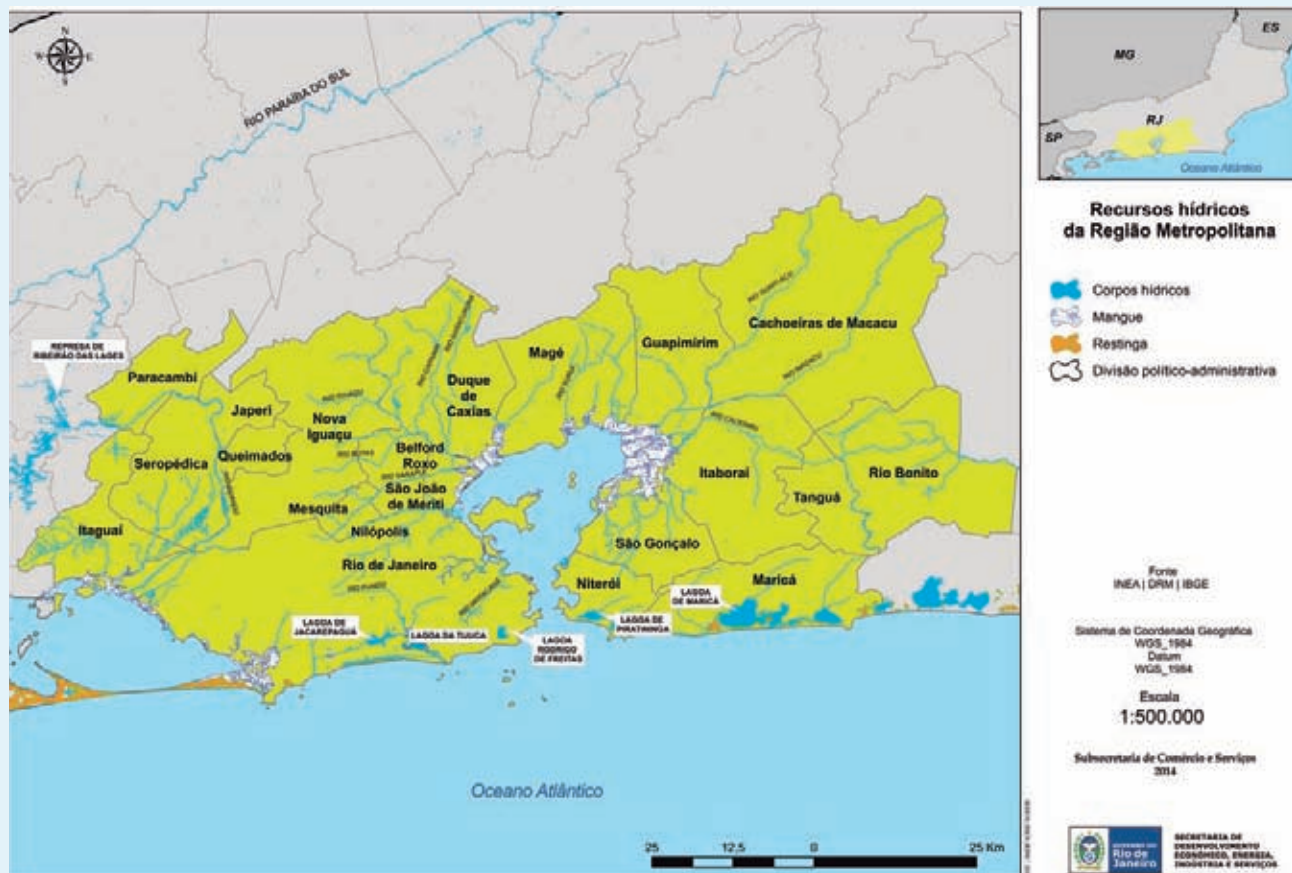


FONTE: SEDEIS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Quanto aos recursos hídricos, a Região Metropolitana abrange duas regiões hidrográficas, tanto de forma parcial quanto total: as regiões hidrográficas da Baía de Guanabara e a do Guandu.

Mapa de Recursos Hídricos do Solo da Região Metropolitana (2014)

FIGURA 8



FONTE: SEDEIS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Em relação aos recursos hídricos, a Região Metropolitana abrange duas regiões hidrográficas,⁴ tanto de forma parcial quanto total, a saber: a região hidrográfica da Baía de Guanabara e a região hidrográfica do Guandu. A primeira ocupa uma superfície de 4.081 km² e compreende 16 municípios (Figura 8), sendo dez integralmente (Duque de Caxias, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, São Gonçalo, Magé, Guapimirim, Itaboraí e Tanguá) e seis

parcialmente (Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Maricá). Esta região hidrográfica concentra mais de 70% da população fluminense, bem como a maioria das indústrias de maior porte. Já a segunda bacia hidrográfica, abrange sete municípios da Região Metropolitana, de abrangência parcial os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu; e total, os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri e Queimados.

⁴ Segundo a Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, CERHI – nº 107, de 22 de maio de 2013.

Aspectos sociais



A região Metropolitana concentra cerca de 75% de toda a população residente do estado. A cidade do Rio de Janeiro responde, sozinha, por mais da metade da população metropolitana.



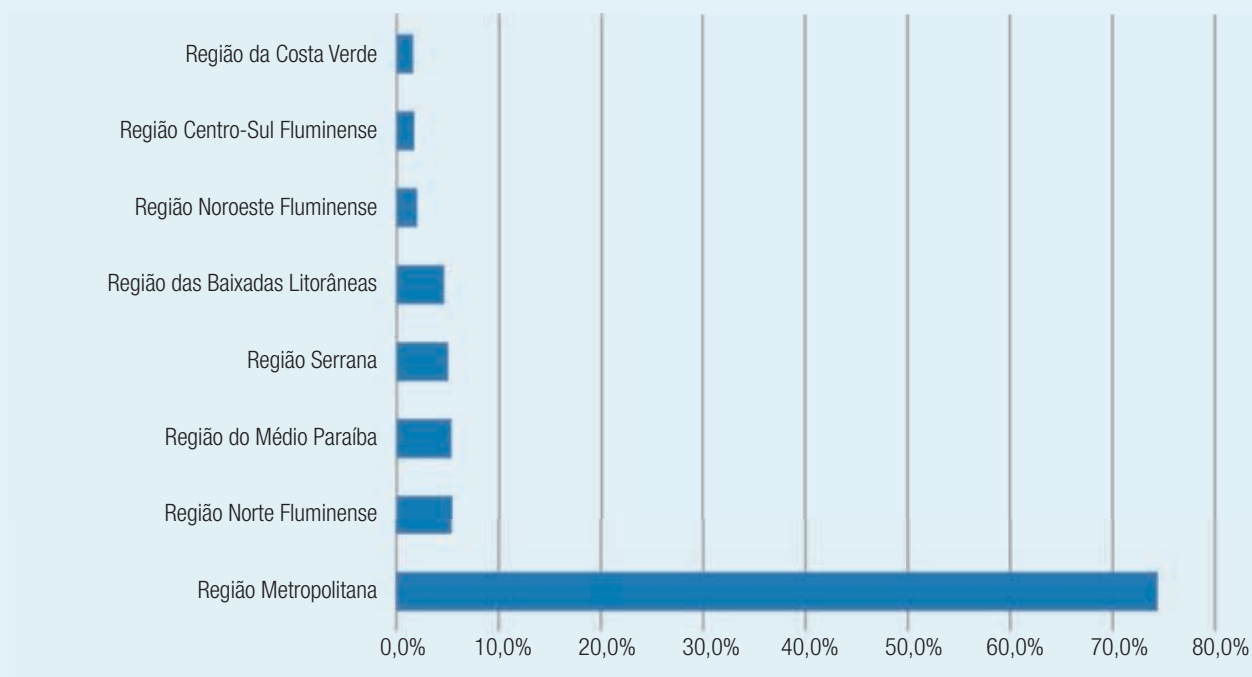
3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

Abrigando cerca de 75% da população residente no Estado do Rio de Janeiro e por, aproximadamente, 75% da sua população economicamente ativa (PEA), a Região Metropolitana responde por 65,9% da riqueza

produzida no estado. Perante os 21 municípios que a compõem, a Cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, destaca-se no âmbito da produção devido a sua grande concentração empresarial e populacional.

População Residente por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013)

GRÁFICO 1



FONTE: IBGE (estimativa em 1º julho de 2013).

A região abriga cerca de 12 milhões de pessoas. Mais da metade desse contingente reside no município do Rio de Janeiro.

Sendo a região mais populosa do estado, a Região Metropolitana abriga, aproximadamente, 12 milhões de pessoas. O município que mais concentra esse contingente populacional é o Rio de Janeiro, que é residência de mais da metade (52,8%) desses habitantes. Em seguida, estão os municípios de São Gonçalo

(8,4%), Duque de Caxias (7,2%) e Nova Iguaçu (6,6%) que são municípios territorialmente próximos a capital. Por outro lado, os municípios que se localizam na área fronteira da região são também os menos populosos, dentre eles Tanguá (0,3%), Paracambi (0,4%) e Guapimirim (0,4%) – Tabela 1.

1 TABELA

População Residente com Valor Absoluto e Distribuição (%) dos Municípios na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro em 2013

Regiões do Governo	População Residente	Distribuição (%)
Região Metropolitana	12.177.232	–
Rio de Janeiro	6.429.923	52,8%
São Gonçalo	1.025.507	8,4%
Duque de Caxias	873.921	7,2%
Nova Iguaçu	804.815	6,6%
Niterói	494.200	4,1%
Belford Roxo	477.583	3,9%
São João de Meriti	460.799	3,8%
Magé	232.419	1,9%
Itaboraí	225.263	1,8%
Mesquita	170.185	1,4%
Nilópolis	158.288	1,3%
Queimados	141.753	1,2%
Maricá	139.552	1,1%
Itaguaí	115.542	0,9%
Japeri	98.393	0,8%
Seropédica	81.260	0,7%
Rio Bonito	56.942	0,5%
Cachoeiras de Macacu	55.632	0,5%
Guapimirim	54.706	0,4%
Paracambi	48.705	0,4%
Tanguá	31.844	0,3%

FONTE: IBGE (estimativa em 1º de julho de 2013).

3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A RMRJ acomoda cerca de 75% da PEA do estado, percentual que corresponde a aproximadamente 5,8 milhões de pessoas.

Da mesma forma, a região acomoda cerca 74,6% da população economicamente ativa do estado. Do total de 5,8 milhões de pessoas, 91,5% estavam ocupadas em 2010. Os municípios que mais concentram

esse contingente populacional ocupado são o Rio de Janeiro (54,9%), São Gonçalo (8,4%), Duque de Caxias (6,7%) e Nova Iguaçu (6,1%). Conforme as tabelas, a seguir.

TABELA 2

Pessoas Economicamente Ativas (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (pessoas de 14 anos ou mais)		
	Total	Condição de Ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Estado do Rio de Janeiro	7.782.154	7.127.175	654.979
Região Metropolitana	5.804.973	5.311.536	493.437
Rio de Janeiro	3.141.668	2.915.102	226.566
São Gonçalo	495.310	445.779	49.531
Duque de Caxias	401.054	357.187	43.867
Nova Iguaçu	362.789	323.474	39.315
Niterói	250.681	234.778	15.903
São João de Meriti	218.352	198.147	20.205
Belford Roxo	212.405	190.954	21.451
Itaboraí	106.832	94.926	11.906
Magé	102.489	90.762	11.727
Mesquita	79.222	71.107	8.115
Nilópolis	73.136	65.942	7.194
Maricá	61.254	56.509	4.745
Queimados	61.080	54.140	6.940
Itaguaí	51.620	45.468	6.152
Japeri	38.609	34.415	4.194
Seropédica	36.943	32.857	4.086
Guapimirim	25.082	21.872	3.210
Paracambi	19.503	17.546	1.957
Tanguá	13.833	12.368	1.465
Cachoeiras de Macacu	26.647	24.058	2.589
Rio Bonito	26.464	24.145	2.319

FONTE: IBGE (Censo 2010).

3 TABELA

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação e Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (pessoas de 14 anos ou mais)		
	Total	Condição de ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Região Metropolitana	100,0%	100,0%	100,0%
Rio de Janeiro	54,1%	54,9%	45,9%
São Gonçalo	8,5%	8,4%	10,0%
Duque de Caxias	6,9%	6,7%	8,9%
Nova Iguaçu	6,2%	6,1%	8%
Niterói	4,3%	4,4%	3,2%
São João de Meriti	3,8%	3,7%	4,1%
Belford Roxo	3,7%	3,6%	4,3%
Itaboraí	1,8%	1,8%	2,4%
Magé	1,8%	1,7%	2,4%
Mesquita	1,4%	1,3%	1,6%
Nilópolis	1,3%	1,2%	1,5%
Maricá	1,1%	1,1%	1,0%
Queimados	1,1%	1,0%	1,4%
Itaguaí	0,9%	0,9%	1,2%
Japeri	0,7%	0,6%	0,8%
Seropédica	0,6%	0,6%	0,8%
Guapimirim	0,4%	0,4%	0,7%
Paracambi	0,3%	0,3%	0,4%
Tanguá	0,2%	0,2%	0,3%
Cachoeiras de Macacu	0,5%	0,5%	0,5%
Rio Bonito	0,5%	0,5%	0,5%

FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: População economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>

Todos os municípios da região apresentam taxa de ocupação da PEA superior a 87%.

Acompanhando a média de ocupação estadual (91,6%), a Região Metropolitana apresenta, em média, 91,5% da sua PEA ocupada. No âmbito municipal, em geral, todos os municípios apresentam taxas próximas

de ocupação da PEA (todas superiores a 87%). Os municípios cujas taxas são mais elevadas são Niterói (93,7%), Rio de Janeiro (92,8%) e Maricá (92,3%), conforme tabela a seguir.

TABELA 4

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (pessoas de 14 anos ou mais)		
	Total	Condição de ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Estado do Rio de Janeiro	7.782.154	91,6%	8,4%
Região Metropolitana	5.804.973	91,5%	8,5%
Niterói	250.681	93,7%	6,3%
Rio de Janeiro	3.141.668	92,8%	7,2%
Maricá	61.254	92,3%	7,7%
Rio Bonito	26.464	91,2%	8,8%
São João de Meriti	218.352	90,7%	9,3%
Cachoeiras de Macacu	26.647	90,3%	9,7%
Nilópolis	73.136	90,2%	9,8%
São Gonçalo	495.310	90,0%	10,0%
Paracambi	19.503	90,0%	10,0%
Belford Roxo	212.405	89,9%	10,1%
Mesquita	79.222	89,8%	10,2%
Tanguá	13.833	89,4%	10,6%
Nova Iguaçu	362.789	89,2%	10,8%
Duque de Caxias	401.054	89,1%	10,9%
Japeri	38.609	89,1%	10,9%
Itaboraí	106.832	88,9%	11,1%
Seropédica	36.943	88,9%	11,1%
Magé	102.489	88,6%	11,4%
Queimados	61.080	88,6%	11,4%
Itaguaí	51.620	88,1%	11,9%
Guapimirim	25.082	87,2%	12,8%

FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: População economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012).

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>

3.3 HABITAÇÃO

A Região Metropolitana apresenta, em sua extrema maioria, residências particulares. À exceção da capital do estado, a ocupação pelo modo coletivo não apresenta frequência expressiva (sendo boa parte dos domicílios que se encontravam nesta situação), quando pesquisados não apresentavam moradores. O município do Rio de Janeiro, por sua vez, apresenta duas mil, das três mil habitações coletivas, sendo quase mil delas ocupadas por moradores. Em relação aos domicílios particulares, a região

segue a tendência encontrada no estado. Nos quais estavam vagos, aproximam-se dos 8% do total deste tipo de moradia. À exceção de Maricá, Guapimirim e Itaguaí, nos demais municípios há mais domicílios particulares vagos do que unidades de uso ocasional, por exemplo, o que dá a dimensão da população flutuante das três cidades, onde o movimento pendular é intenso. Em Paracambi, chama atenção a quantidade de domicílios de uso coletivo ocupados, 93% do total de coletivos – Tabela 5.

A habitação é um dos aspectos que mais explicam a situação socioeconômica da população e, no Brasil, trata-se do maior gasto agregado das famílias, em torno de 30% do orçamento das despesas de consumo. As informações deste segmento são coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consolidadas pela Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, ao seu anuário estatístico. Deste, originam-se as tabelas a seguir.

Segundo o IBGE, as unidades domiciliares pesquisadas nos Censos Demográficos e em contagens da população são classificadas em categorias de acordo com a situação de seus moradores na data de referência da coleta, a saber: domicílios particulares, permanentes ou improvisados, ocupados; domicílios particulares permanentes fechados; domicílios particulares permanentes vagos; domicílios particulares permanentes de uso ocasional; e domicílios coletivos com ou sem

morador. A operação censitária visa obter informações das pessoas moradoras nos domicílios classificados nas duas primeiras categorias (domicílios particulares ocupados e domicílios particulares permanentes fechados) e nos domicílios coletivos com morador. Nas divulgações de resultados de Censos Demográficos, os totais da população para cada um dos municípios brasileiros foram sempre divulgados considerando os domicílios ocupados (particulares e coletivos) na data de referência da operação censitária.

A Região Metropolitana possui 71,2% do total de domicílios recenseados no Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 5

Domicílios Recenseados, Por Espécie, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Domicílios Recenseados							
	Total	Particular				Coletivo		
		Total Particular	Particular Ocupado	Particular Uso Ocasional	Particular Vago	Total Coletivo	Coletivo com Morador	Coletivo sem Morador
Estado do Rio de Janeiro	6.156.101	6.148.767	5.248.110	383.937	516.720	7.334	2.593	4.741
Região Metropolitana	4.424.616	4.421.464	3.944.171	134.146	343.147	3.152	1.349	1.803
Rio de Janeiro	2.408.891	2.406.815	2.146.340	66.793	193.682	2.076	924	1.152
São Gonçalo	345.946	345.860	326.079	3.021	16.760	86	53	33
Duque de Caxias	295.258	295.136	269.577	4.484	21.075	122	34	88
Nova Iguaçu	276.118	276.049	248.321	5.026	22.702	69	36	33
Niterói	191.172	191.003	169.331	6.930	14.742	169	117	52
Belford Roxo	157.955	157.923	145.743	1.458	10.722	32	11	21
São João de Meriti	157.396	157.372	147.516	821	9.035	24	7	17
Magé	87.752	87.712	70.465	6.791	10.456	40	20	20
Itaboraí	82.593	82.519	69.487	4.055	8.977	74	24	50
Maricá	67.389	67.349	42.846	17.558	6.945	40	10	30
Mesquita	57.856	57.846	53.117	597	4.132	10	2	8
Nilópolis	54.821	54.803	50.535	365	3.903	18	7	11
Queimados	46.022	46.007	42.241	643	3.123	15	10	5
Itaguaí	41.271	41.111	33.942	4.431	2.738	160	12	148
Seropédica	30.947	30.856	24.272	3.046	3.538	91	21	70
Japeri	30.507	30.496	28.424	342	1.730	11	7	4
Cachoeiras de Macacu	23.206	23.172	17.855	2.587	2.730	34	9	25
Guapimirim	21.363	21.339	15.752	3.652	1.935	24	4	20
Rio Bonito	19.729	19.712	17.191	582	1.939	17	6	11
Paracambi	17.225	17.196	15.470	408	1.318	29	27	2
Tanguá	11.199	11.188	9.667	556	965	11	8	3

FONTE: IBGE (Censo - 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Na Região Metropolitana, apenas 0,6% dos domicílios está em área rural, enquanto a média do estado é de 3,1%.

Sobre os domicílios particulares ocupados, no que tange à localização da área em que se encontram, ocorre uma forte concentração na área urbana, tendência semelhante às metrópoles nacionais.

O menor percentual de domicílios situados no espaço urbano está

em Rio Bonito, (com 76,5%) seguido por Seropédica (82,9%) e Paracambi (86,4%). A vizinha Japeri, e mais seis cidades dentre os 21 municípios da Região Metropolitana possuem a totalidade dos domicílios inseridos no perímetro urbano – Tabela 6.

6 TABELA

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região Metropolitana (2010)

Regiões de Governo	Total	Urbana	Rural	(%) Urbana	(%) Rural
Estado do Rio de Janeiro	5.248.110	5.083.835	164.275	96,9%	3,1%
Região Metropolitana	3.944.171	3.919.553	24.618	99,4%	0,6%
Rio de Janeiro	2.146.340	2.146.340	–	100%	0,0%
São Gonçalo	326.079	325.821	258	99,9%	0,1%
Duque de Caxias	269.577	268.656	921	99,7%	0,3%
Nova Iguaçu	248.321	245.693	2.628	98,9%	1,1%
Niterói	169.331	169.331	–	100%	0,0%
São João de Meriti	147.516	147.516	–	100%	0,0%
Belford Roxo	145.743	145.743	–	100%	0,0%
Magé	70.465	66.798	3.667	94,8%	5,2%
Itaboraí	69.487	68.682	805	98,8%	1,2%
Mesquita	53.117	53.117	–	100%	0,0%
Nilópolis	50.535	50.535	–	100%	0,0%
Maricá	42.846	42.223	623	98,5%	1,5%
Queimados	42.241	42.241	–	100%	0,0%
Itaguaí	33.942	32.417	1.525	95,5%	4,5%
Japeri	28.424	28.424	–	100%	0,0%
Seropédica	24.272	20.132	4.140	82,9%	17,1%
Cachoeiras de Macacu	17.855	15.516	2.339	86,9%	13,1%
Rio Bonito	17.191	13.155	4.036	76,5%	23,5%
Guapimirim	15.752	15.233	519	96,7%	3,3%
Paracambi	15.470	13.372	2.098	86,4%	13,6%
Tanguá	9.667	8.608	1.059	89,0%	11,0%

A Região apresenta alguns domicílios localizados em áreas isoladas e em aglomerados rurais de acordo com a classificação do IBGE.

Sobre a caracterização da situação destes domicílios em função da localização da área em que se encontram, o IBGE desagrega as informações em *idades, vilas, aglomerados, povoados e núcleos*, de maneira a tornar mais precisa a referência geográfica destas residências. Neste processo, esclarecido nas notas de rodapé da Tabela 7, os municípios de

Magé, Itaguaí, Guapimirim e em menor escala, Duque de Caxias, apresentaram, em sua área rural, domicílios nas características de aglomerado povoado. Seropédica é o único município que apresenta mais domicílios em aglomerados de extensão urbana do que em área rural propriamente dita. Outros modelos de moradia rural são encontrados em Paracambi.

TABELA 7

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação do Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Total	Urbana				Rural					
		Total Urbano	Cidade ou Vila		Área Urbana Isolada ¹	Total Rural	Área Rural (exceto aglom.)	Aglom. de Extensão Urbana ²	Aglom. Povoado ³	Aglom. Núcleo ⁴	Aglom. Outros
			Área Urbaniz.	Área Não Urbaniz.							
Estado do Rio de Janeiro	5.248.110	5.083.835	5.051.595	14.099	18.141	164.275	124.309	28.500	10.553	182	731
Região Metropolitana	3.944.171	3.919.553	3.909.774	9.239	540	24.618	18.868	3.912	1.428	-	410
Belford Roxo	145.743	145.743	145.680	63	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeiras de Macacu	17.855	15.516	13.887	1.621	8	2.339	2.339	-	-	-	-
Duque de Caxias	269.577	268.656	268.651	5	-	921	862	-	59	-	-
Guapimirim	15.752	15.233	15.233	-	-	519	249	-	270	-	-
Itaboraí	69.487	68.682	66.156	2.526	-	805	805	-	-	-	-
Itaguaí	33.942	32.417	32.417	-	-	1.525	1.186	39	300	-	-
Japeri	28.424	28.424	27.154	1.270	-	0	-	-	-	-	-
Magé	70.465	66.798	66.046	752	-	3.667	2.510	358	799	-	-
Maricá	42.846	42.223	42.223	-	-	623	623	-	-	-	-
Mesquita	53.117	53.117	53.090	27	-	0	-	-	-	-	-
Nilópolis	50.535	50.535	50.535	-	-	0	-	-	-	-	-
Niterói	169.331	169.331	169.331	-	-	0	-	-	-	-	-
Nova Iguaçu	248.321	245.693	245.539	154	-	2.628	2.628	-	-	-	-
Paracambi	15.470	13.372	13.372	-	-	2.098	1.431	257	-	-	410
Queimados	42.241	42.241	40.879	1.362	-	0	-	-	-	-	-
Rio Bonito	17.191	13.155	12.788	367	-	4.036	3.641	395	-	-	-
Rio de Janeiro	2.146.340	2.146.340	2.145.442	898	-	0	-	-	-	-	-
São Gonçalo	326.079	325.821	325.821	-	-	258	258	-	-	-	-
São João de Meriti	147.516	147.516	147.516	-	-	0	-	-	-	-	-
Seropédica	24.272	20.132	19.406	194	532	4.140	1.277	2.863	-	-	-
Tanguá	9.667	8.608	8.608	-	-	1.059	1.059	-	-	-	-

FONTE: IBGE (Censo - 2010) e Fundação Ceperj (2012).

NOTAS: ¹ Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.

² Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área urbana de uma Cidade ou Vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.

³ Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

⁴ Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas etc.).

3.4 SAÚDE

Em 2010, para o atendimento hospitalar, a Região Metropolitana contava com uma proporção de leitos disponíveis ao Sistema Único de Saúde (56%) menor do que o Estado do Rio (60%). A esfera federal somente oferecia leitos em dois municípios: a atual capital fluminense e a antiga capital do Estado do Rio, Niterói. Em ambos, poderiam ser encontrados também leitos administrados pelo governo estadual e além dos dois, São Gonçalo, Itaboraí, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. Já a rede municipal, apresentava leitos em quase todos os municípios (apenas Queimados e Tanguá não apresentavam este tipo de serviço) sendo dependentes exclusivamente da oferta particular de leitos para o atendimento clínico.

Na Região Metropolitana como um todo, a oferta privada possui mais da metade dos leitos oferecidos aos cidadãos (56%). Na esfera pública, 18% da oferta total é administrada pelas prefeituras, 11% pelo Governo do Estado e 15% são administrados pela união. O ente federal tem 95% dos leitos da Região concentrados na capital. Apenas 112 leitos existentes no estado não estão na Região Metropolitana. Em geral, a metade das vagas para atendimento hospitalar do estado está no município do Rio, e a Região Metropolitana responde por três quartos das vagas do Estado do Rio de Janeiro.

Para os cuidados com a saúde, a manutenção e preservação da qualidade de vida dos habitantes, são apresentadas as condições do atendimento médico e hospitalar dos municípios. Os dados foram obtidos junto à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e o Ministério da Saúde, através da base DATASUS. A Fundação CEPERJ é responsável pela consolidação e publicação dos bancos de dados que geraram as tabelas a seguir.

Em 2010, no sistema de saúde da Região Metropolitana, 56,4% da cobertura era oferecida pela Rede Particular de atendimento e 43,6% pela Rede Pública.

Nos dados de 2010, quatro municípios somente possuíam leitos hospitalares de administração municipal: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí. Neste último, ainda, o atendimento pelo SUS é oferecido em 75% das vagas, enquanto nos três demais municípios, a cobertura é de 100%. Na Região,

dos leitos disponíveis ao SUS, os menores percentuais em termos de cobertura estão em Mesquita e Belford Roxo, onde não havia leitos particulares para usuários do Sistema Único. Rio de Janeiro e Niterói completam a lista daqueles municípios em que a cobertura do SUS não chega à metade dos leitos existentes – Tabela 8.

TABELA 8

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Leitos Existentes					Leitos Disponíveis ao SUS				
	Total	Esfera Administrativa				Total	Esfera Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado		Federal	Estadual	Municipal	Privado
Estado do Rio de Janeiro	55.062	6.224	4.850	10.350	33.638	60%	69%	88%	98%	42%
Região Metropolitana	41.289	6.112	4.655	7.205	23.317	56%	71%	88%	99%	32%
Rio de Janeiro	27.690	5.833	3.087	4.228	14.542	49%	70%	91%	99%	17%
Niterói	3.135	279	591	463	1.802	46%	96%	80%	99%	14%
São Gonçalo	2.610	–	242	492	1.876	76%	–	69%	96%	72%
Duque de Caxias	1.512	–	282	371	859	95%	–	–	0%	96%
São João de Meriti	1.066	–	182	30	854	100%	–	–	100%	–
Nova Iguaçu	1.057	–	–	358	699	61%	–	86%	97%	37%
Paracambi	691	–	–	44	647	84%	–	84%	100%	83%
Rio Bonito	568	–	–	6	562	61%	–	–	99%	41%
Nilópolis	561	–	81	162	318	99%	–	–	100%	99%
Belford Roxo	460	–	–	83	377	41%	–	86%	100%	0%
Magé	349	–	–	281	68	85%	–	–	100%	81%
Itaboraí	304	–	190	112	2	81%	–	–	100%	0%
Queimados	301	–	–	–	301	96%	–	–	96%	0%
Japeri	245	–	–	100	145	84%	–	–	–	84%
Tanguá	212	–	–	–	212	98%	–	–	100%	96%
Itaguaí	141	–	–	141	–	75%	–	–	–	75%
Cachoeiras de Macacu	109	–	–	109	–	100%	–	–	100%	–
Maricá	89	–	–	79	10	89%	–	–	100%	0%
Mesquita	71	–	–	28	43	39%	–	–	100%	0%
Guapimirim	67	–	–	67	–	100%	–	–	100%	–
Seropédica	51	–	–	51	–	100%	–	–	100%	–

FONTE: IBGE (Censo - 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Todos os municípios da Região Metropolitana contam com pelo menos uma Unidade Básica de Saúde.

Nas instituições de atenção à saúde disponíveis na Região, a prevalência da iniciativa privada novamente fica clara. Em números absolutos há ampla frequência de consultórios isolados, em que Niterói supera o município do Rio, e clínicas especializadas, estas mais concentradas na capital fluminense. Hospitais especializados são encontrados em catorze, dos vinte e um municípios

da Região. Na realidade do setor Saúde da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além dos cinco municípios mais populosos, apenas Nilópolis, Itaboraí e Rio Bonito, apresentam, pelo menos, uma unidade de cada um dos oito tipos de estabelecimentos de tratamento clínico. De todos os tipos, apenas as clínicas ou ambulatórios especializados se fazem presentes em todos os municípios – Tabela 9.

9 TABELA

Estabelecimentos de Saúde, Por Tipo, nos Municípios da Região Metropolitana (2010)

Regiões de Governo	Total	Tipo de Estabelecimento								
		Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	Clínica Especializ. / Ambulatório Especializ.	Consultório Isolado	Hospital Especializado	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Outras Unidades
Estado do Rio de Janeiro	14.977	1.498	3.297	6.415	215	343	423	536	1.577	634
Região Metropolitana	8.231	637	2.350	2.950	177	213	242	290	1.077	285
Rio de Janeiro	3.700	229	1.536	864	116	143	67	8	634	100
Niterói	1.390	14	204	942	20	19	20	31	128	11
Nova Iguaçu	635	15	155	300	5	5	40	47	53	15
São Gonçalo	592	24	99	206	9	13	38	107	75	20
Duque de Caxias	532	38	135	213	7	10	13	54	44	16
São João de Meriti	196	16	45	84	5	3	10	–	20	13
Nilópolis	174	7	27	101	3	3	6	5	18	4
Itaboraí	151	46	13	45	2	2	3	4	26	9
Magé	144	62	20	29	–	4	1	2	17	9
Belford Roxo	116	35	28	17	3	1	13	–	6	12
Itaguaí	103	32	20	36	–	1	2	1	3	8
Rio Bonito	88	15	13	30	1	1	5	1	15	7
Maricá	87	15	13	35	–	2	1	8	8	5
Paracambi	65	10	5	16	2	2	–	5	8	17
Cachoeiras de Macacu	63	17	13	16	–	1	4	–	5	7
Mesquita	54	22	6	5	–	1	3	–	8	9
Queimados	43	13	5	3	2	–	11	1	3	4
Seropédica	40	17	5	6	1	–	1	1	1	8
Japeri	21	3	1	1	–	1	2	6	2	5
Tanguá	19	7	4	–	1	–	1	–	3	3
Guapimirim	18	–	3	1	–	1	1	9	–	3

FONTE: IBGE (Censo - 2010) e Fundação Ceperj (2012).

3.5 EDUCAÇÃO

A Região Metropolitana tem revertido o histórico de analfabetismo e evasão escolar observado há décadas, não somente no Estado do Rio de Janeiro, como em todo o país. O recorte por faixa etária revela que este quadro não é mais a realidade da população mais jovem residente na Região Metropolitana. A Região como um todo tem ofertado educação de base com qualidade superior àquela oferecida no passado.

O Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como os estabelecimentos que atendem ao Proeja – O Programa Nacional

de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos receberam investimentos dos governos e a rede pública já atinge todos os municípios. Através das tabelas a seguir, é possível enxergar que, com relação à taxa de analfabetismo, a média regional conseguiu manter-se abaixo da média do estado em todas as faixas etárias de análise, o que mostra que os municípios da Região Metropolitana estão com a juventude atual em melhor situação do que os jovens do passado, em Educação Básica.

A educação das crianças e dos adultos dos municípios fluminenses deve ser prioridade dos governos que têm por objetivo prover um cenário de desenvolvimento social e econômico no presente e garantir um legado futuro. Nesta etapa do caderno, buscaram-se dados da oferta de estabelecimentos de ensino dos doze municípios da Região Metropolitana.

O município do Rio de Janeiro, por ser o mais populoso, (com 40% dos residentes no estado e 52% na Região) dirige a tendência da média metropolitana em todos os aspectos do desenvolvimento fluminense. Na taxa de analfabetismo, não é diferente. Assim, o município do Rio apresenta taxas semelhantes às taxas que representam a média regional e quando diferentes, estão sempre abaixo, o que mostra que a capital está em situação melhor que a periferia da Região Metropolitana. Cachoeiras de Macacu apresenta a maior taxa de analfabetismo da Região, com

9,31% das pessoas com mais de 15 anos de idade, quase três vezes o percentual verificado na capital.

Queimados, por exemplo, apresenta percentual de analfabetismo entre os jovens de 15 a 19 anos 2,4 vezes maior do que a taxa verificada na capital. Entre os mais idosos, com 60 anos ou mais, Tanguá é o município que possui o maior analfabetismo. Em alguns municípios a população analfabeta de 60 anos ou mais, é maior do que a soma de todas as demais faixas, o que evidencia uma melhoria na cobertura educacional dos jovens – Tabelas 10 e 11.

Jovens de 15 a 19 anos não alfabetizados em 2010 representam 3,2% dos analfabetos da Região Metropolitana.

10 TABELA

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Pessoas de 15 anos ou mais de Idade, Não Alfabetizadas						
	Total	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Estado do Rio de Janeiro	542.241	14.684	36.343	61.031	85.568	100.745	243.870
Região Metropolitana	344.137	10.848	25.730	39.652	52.899	62.280	152.728
Rio de Janeiro	150.098	5.115	13.915	19.606	23.781	26.137	61.544
Duque de Caxias	32.426	979	2.088	3.346	4.887	6.137	14.989
São Gonçalo	28.409	751	1.460	2.602	4.109	5.166	14.321
Nova Iguaçu	28.074	980	1.746	2.863	4.025	5.239	13.221
Belford Roxo	17.536	625	1.080	1.827	2.733	3.295	7.976
São João de Meriti	11.995	433	757	1.207	1.682	2.036	5.880
Itaboraí	11.007	187	537	1.141	1.757	2.209	5.176
Magé	10.135	306	672	1.058	1.508	1.800	4.791
Niterói	9.374	265	709	1.037	1.459	1.745	4.159
Queimados	5.847	252	443	612	854	1.125	2.561
Japerí	5.017	142	319	624	823	927	2.182
Maricá	4.602	110	267	534	727	898	2.066
Mesquita	4.495	194	299	454	607	761	2.180
Itaguaí	4.483	98	307	499	685	903	1.991
Cachoeiras de Macacu	3.909	58	180	442	667	772	1.790
Seropédica	3.521	87	226	388	510	666	1.644
Rio Bonito	3.423	36	162	378	626	670	1.551
Guapimirim	2.912	62	172	340	493	587	1.258
Nilópolis	2.686	112	204	246	344	401	1.379
Paracambi	2.098	31	88	224	304	400	1.051
Tanguá	2.090	25	99	224	318	406	1.018

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

TABELA 11

Taxa de Analfabetismo, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Taxa de Analfabetismo						
	Total	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Estado do Rio de Janeiro	4,30%	0,12%	0,29%	0,48%	0,68%	0,80%	1,93%
Região Metropolitana	3,60%	0,11%	0,27%	0,41%	0,55%	0,65%	1,59%
Rio de Janeiro	2,95%	0,10%	0,27%	0,38%	0,47%	0,51%	1,21%
Duque de Caxias	4,99%	0,15%	0,32%	0,52%	0,75%	0,94%	2,31%
São Gonçalo	3,58%	0,09%	0,18%	0,33%	0,52%	0,65%	1,81%
Nova Iguaçu	4,64%	0,16%	0,29%	0,47%	0,66%	0,87%	2,18%
Belford Roxo	4,98%	0,18%	0,31%	0,52%	0,78%	0,93%	2,26%
São João de Meriti	3,39%	0,12%	0,21%	0,34%	0,47%	0,57%	1,66%
Itaboraí	6,59%	0,11%	0,32%	0,68%	1,05%	1,32%	3,10%
Magé	5,92%	0,18%	0,39%	0,62%	0,88%	1,05%	2,80%
Niterói	2,31%	0,07%	0,17%	0,26%	0,36%	0,43%	1,02%
Queimados	5,68%	0,24%	0,43%	0,59%	0,83%	1,09%	2,49%
Japeri	7,09%	0,20%	0,45%	0,88%	1,16%	1,31%	3,09%
Maricá	4,53%	0,11%	0,26%	0,53%	0,72%	0,88%	2,04%
Mesquita	3,45%	0,15%	0,23%	0,35%	0,47%	0,58%	1,67%
Itaguaí	5,44%	0,12%	0,37%	0,61%	0,83%	1,10%	2,42%
Cachoeiras de Macacu	9,31%	0,14%	0,43%	1,05%	1,59%	1,84%	4,26%
Seropédica	5,90%	0,15%	0,38%	0,65%	0,85%	1,12%	2,75%
Rio Bonito	7,89%	0,08%	0,37%	0,87%	1,44%	1,54%	3,58%
Guapimirim	7,51%	0,16%	0,44%	0,88%	1,27%	1,51%	3,25%
Nilópolis	2,15%	0,09%	0,16%	0,20%	0,28%	0,32%	1,10%
Paracambi	5,46%	0,08%	0,23%	0,58%	0,79%	1,04%	2,73%
Tanguá	8,92%	0,11%	0,42%	0,96%	1,36%	1,73%	4,34%

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseado em INEP (2011).

A Região Metropolitana apresenta 62,4% das instituições de ensino em atividade do estado, com taxa de utilização das salas de aula existentes de 91,7%.

No que tange à oferta de vagas nos estabelecimentos de ensino da Região Metropolitana como um todo, a predominância é de instituições públicas. Em alguns municípios, porém, a oferta de estabelecimentos particulares supera a oferta de escolas e faculdades públicas, como no Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, além de Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo. Até 2011, ano do último censo escolar, apenas nove dos vinte e um municípios da Região Metropolitana apresentavam instituições federais de ensino.

Das 36 existentes, 26 estavam na capital, ou seja, 72% do total. Nos demais entes administrativos, a capital possui 45% na esfera estadual, 55% na municipal e 58% dos estabelecimentos de ensino particulares concentrados em seu território. De um modo geral, as salas de aulas existentes têm pouca ociosidade, sendo a menor proporção verificada em Nilópolis, com 86% de uso, e a maior em Japeri, com 96%, o que indica que a oferta de salas de aulas nos municípios atende à demanda – Tabela 12.

12 TABELA

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino em Atividade				Salas de Aula		
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Existentes	Utilizadas
Estado do Rio de Janeiro	10.628	50	1.492	4.963	4.123	111.076	102.337
Região Metropolitana	6.756	36	980	2.499	3.241	77.609	71.158
Belford Roxo	237	–	45	73	119	2.412	2.253
Cachoeiras de Macacu	55	–	9	33	13	431	410
Duque de Caxias	431	2	87	174	168	4.589	4.295
Guapimirim	42	–	4	33	5	272	255
Itaboraí	150	–	20	76	54	1.367	1.286
Itaguaí	87	1	12	50	24	968	895
Japeri	50	–	11	30	9	479	462
Magé	141	–	22	89	30	1.359	1.281
Maricá	81	–	10	47	24	759	704
Mesquita	77	–	12	32	33	813	739
Nilópolis	99	1	13	22	63	1.236	1.058
Niterói	332	2	46	69	215	4.034	3.677
Nova Iguaçu	379	1	83	125	170	4.215	3.990
Paracambi	34	1	4	21	8	327	295
Queimados	56	–	13	28	15	661	594
Rio Bonito	62	–	7	46	9	525	485
Rio de Janeiro	3.656	26	435	1.337	1.858	44.591	40.785
São Gonçalo	446	1	93	94	258	5.299	4.717
São João de Meriti	255	–	44	59	152	2.433	2.235
Seropédica	63	1	8	44	10	647	561
Tanguá	23	–	2	17	4	192	181

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseado em INEP (2011).

Na Região Metropolitana, 40% dos estabelecimentos de ensino para a Educação Infantil pertencem à rede municipal, 59% à Rede Particular.

Até 2011, na Educação Infantil, a esfera estadual tem oferta apenas na capital do estado, nos Colégios de Aplicação - CAPs, e a esfera federal tem 3 estabelecimentos no município do Rio de Janeiro, uma na Universidade Federal Rural (UFRRJ) e outra na UFRJ, além do Instituto Superior de Educação (ISERJ). Em Niterói, a Educação Infantil é oferecida pela UFF. Nas duas esferas, em todo o Estado do Rio de Janeiro, são apenas onze

instituições (uma vez que os ensinos infantil e fundamental são de responsabilidade dos municípios), como prevê a Constituição Federal de 1988. As escolas privadas têm maior incidência no total da Região da Metropolitana, mas estão em menor número do que as municipais em diversas localidades. Quanto às matrículas, na Região Metropolitana, as escolas municipais atendem a 50,2% das crianças, como visto na Tabela 13.

TABELA 13

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana do ERJ (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	6.942	4	7	3.696	3.235	501.956	487	897	290.883	209.689
Região Metropolitana	4.299	4	4	1.749	2.542	338.553	487	608	169.971	167.487
Belford Roxo	120	–	–	43	77	9.322	–	–	4.678	4.644
Cachoeiras de Macacu	30	–	–	20	10	2.004	–	–	1.562	442
Duque de Caxias	262	–	–	134	128	15.745	–	–	8.633	7.112
Guapimirim	35	–	–	31	4	1.925	–	–	1.693	232
Itaboraí	104	–	–	56	48	5.389	–	–	3.365	2.024
Itaguaí	61	–	–	43	18	4.862	–	–	4.140	722
Japeri	31	–	–	24	7	2.094	–	–	1.695	399
Magé	92	–	–	70	22	6.992	–	–	5.595	1.397
Maricá	60	–	–	38	22	3.791	–	–	2.754	1.037
Mesquita	43	–	–	17	26	3.477	–	–	1.922	1.555
Nilópolis	61	–	–	12	49	4.078	–	–	1.252	2.826
Niterói	186	1	–	45	140	14.650	54	–	4.521	10.075
Nova Iguaçu	227	–	–	102	125	12.582	–	–	5.613	6.969
Paracambi	24	–	–	17	7	1.282	–	–	899	383
Queimados	32	–	–	19	13	2.020	–	–	928	1.092
Rio Bonito	48	–	–	41	7	2.541	–	–	1.938	603
Rio de Janeiro	2.471	3	4	966	1.498	217.945	433	608	111.291	105.613
São Gonçalo	275	–	–	59	216	18.447	–	–	4.323	14.124
São João de Meriti	153	–	–	25	128	9.857	–	–	3.230	6.627
Seropédica	42	–	–	32	10	3.068	–	–	2.613	455
Tanguá	20	–	–	16	4	1.027	–	–	826	201

Escolas municipais atendem à mais da metade das matrículas do Ensino Fundamental da Região Metropolitana

Apesar da atuação prioritária no Ensino Fundamental ser também de responsabilidade dos municípios, as escolas estaduais têm participação expressiva neste nível de ensino na Região. Em São Gonçalo e São João de Meriti, por exemplo, foram matriculados mais alunos do que a rede municipal, ainda que a oferta particular seja superior a ambas. Em todos os municípios, os colégios públicos atendem a mais crianças e adolescentes

por unidade do que os estabelecimentos privados. Em relação ao total de estabelecimentos de ensino, a Rede Particular responde por 49% do total, o município por 39%, o Governo do Estado por 12% deles, e a esfera federal por 0,3%. Já na distribuição das matrículas, a oferta privada cai para 29%, a esfera municipal aumenta sua participação para 55% e a estadual aumenta para 15% a cobertura de vagas – Tabela 14.

14 TABELA

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Ensino Fundamental									
	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	7.759	17	1.007	3.715	3.020	2.277.461	10.748	367.290	1.314.111	585.312
Região Metropolitana	4.863	16	572	1.908	2.367	1.651.961	10.625	248.628	912.866	479.842
Belford Roxo	193	–	41	54	98	74.645	–	18.224	37.594	18.827
Cachoeiras de Macacu	50	–	9	29	12	8.736	–	2.901	4.866	969
Duque de Caxias	369	–	82	143	144	137.597	–	37.991	64.480	35.126
Guapimirim	31	–	4	22	5	7.371	–	1.351	5.139	881
Itaboraí	135	–	18	67	50	38.075	–	6.126	24.498	7.451
Itaguaí	68	–	9	37	22	19.668	–	1.865	15.088	2.715
Japeri	45	–	10	28	7	17.957	–	4.569	11.318	2.070
Magé	111	–	21	65	25	41.531	–	6.970	28.465	6.096
Maricá	67	–	10	39	18	17.464	–	3.152	10.522	3.790
Mesquita	57	–	10	20	27	22.190	–	5.475	9.351	7.364
Nilópolis	77	–	13	17	47	24.430	–	6.811	8.153	9.466
Niterói	221	1	39	46	135	61.147	268	16.464	18.350	26.065
Nova Iguaçu	334	–	80	109	145	122.815	–	38.795	49.860	34.160
Paracambi	26	–	4	17	5	6.043	–	759	4.181	1.103
Queimados	52	–	13	27	12	24.774	–	8.119	12.088	4.567
Rio Bonito	51	–	7	39	5	9.141	–	2.072	5.696	1.373
Rio de Janeiro	2.310	15	63	970	1.262	817.670	10.357	22.106	534.320	250.887
São Gonçalo	365	–	88	82	195	114.726	–	39.653	35.252	39.821
São João de Meriti	228	–	41	45	142	66.595	–	22.582	19.178	24.835
Seropédica	53	–	8	36	9	14.556	–	1.750	10.917	1.889
Tanguá	20	–	2	16	2	4.830	–	893	3.550	387

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseado em INEP (2011).

Há pelo menos uma escola da rede pública estadual em todos os municípios da Região Metropolitana para atender aos alunos do Ensino Médio.

Para o Ensino Médio, responsabilidade prioritária do Governo do Estado, a concentração de estabelecimentos fica mesmo com a Rede Estadual na esfera pública, porém o número de colégios particulares é superior na Região como um todo. Apenas três escolas municipais, localizadas em Cachoeiras de Macacu, Maricá e Rio Bonito oferecem vagas (642 no total) para alunos

cursarem o Ensino Médio. Neste nível de ensino, até 2011, Tanguá não possuía escolas particulares. Em número de vagas, porém, a oferta pública é muito superior: enquanto a esfera estadual detém 77% das matrículas da Região Metropolitana, a rede privada responde por 21% das matrículas, ainda que detenha mais da metade das escolas – Tabela 15.

TABELA 15

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Ensino Médio									
	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	2.124	32	1.096	29	967	609.680	14.364	469.870	6.301	119.145
Região Metropolitana	1.460	21	696	3	740	460.552	9.768	354.415	642	95.727
Belford Roxo	50	–	35	–	15	16.980	–	15.680	–	1.300
Cachoeiras de Macacu	11	–	7	1	3	2.107	–	1.882	96	129
Duque de Caxias	105	2	67	–	36	38.181	805	30.682	–	6.694
Guapimirim	5	–	4	–	1	1.556	–	1.473	–	83
Itaboraí	27	–	15	–	12	7.873	–	6.748	–	1.125
Itaguaí	18	–	11	–	7	5.593	–	4.642	–	951
Japeri	10	–	9	–	1	3.412	–	3.290	–	122
Magé	29	–	21	–	8	10.109	–	8.968	–	1.141
Maricá	19	–	9	1	9	4.237	–	3.048	423	766
Mesquita	13	–	8	–	5	4.215	–	3.811	–	404
Nilópolis	29	1	13	–	15	8.750	714	6.464	–	1.572
Niterói	83	2	29	–	52	20.695	535	12.325	–	7.835
Nova Iguaçu	107	1	64	–	42	34.669	394	27.712	–	6.563
Paracambi	7	1	4	–	2	2.148	520	1.497	–	131
Queimados	14	–	11	–	3	6.273	–	5.881	–	392
Rio Bonito	12	–	7	1	4	2.363	–	1.902	123	338
Rio de Janeiro	753	12	287	–	454	241.865	6.347	177.957	–	57.561
São Gonçalo	100	1	52	–	47	26.399	40	20.611	–	5.748
São João de Meriti	53	–	33	–	20	18.712	–	16.101	–	2.611
Seropédica	13	1	8	–	4	3.804	413	3.130	–	261
Tanguá	2	–	2	–	–	611	–	611	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

A Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – participa, desde 2010, do EJA, programa voltado para jovens e adultos que não completaram os anos do Ensino Fundamental. De acordo com os indicadores educacionais, a Rede Estadual se constitui na

principal mantenedora da oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos para os ensinos Fundamental e Médio. Com vagas preenchidas através de sorteio, desenvolvido em todas as unidades da Rede, o ensino de ambos é promovido no horário noturno, de segunda a sexta-feira.

Na Lei Federal nº 9.349 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ao Artigo 37, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é definida como “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e médio na idade própria”. A fundação FAETEC opera o programa na esfera estadual.

A vigência do Programa de Educação de Jovens e Adultos é garantida na Região Metropolitana pelas instituições públicas das três esferas, além da oferta particular. Em 2011, a Região Metropolitana concentrava mais de 60% dos estabelecimentos de ensino em atividade no Estado do Rio. A Rede Estadual oferece mais de 103 mil matrículas, divididas igualmente entre os ensinos fundamental e médio. No Ensino Fundamental,

54,7% das matrículas são de responsabilidade dos municípios e 40,4% do estado. Para a Educação de Jovens e Adultos em nível médio, até 2011, não havia oferta na rede municipal, sendo 76,8% das matrículas administradas pelo ente estadual e 22,0% pelo privado. No total, mais de 20 mil vagas na rede privada possibilitam a educação dos jovens e adultos com distorção idade-série – Tabelas 16 e 17.

A educação profissional e tecnológica é também regida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB de 1996. O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico contempla este tipo de ensino no país e a oferta se divide nas redes Particular e Pública de ensino.

TABELA 16

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de ensino				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	1.604	15	625	737	227
Região Metropolitana	976	9	402	376	189
Belford Roxo	41	–	13	20	8
Cachoeiras de Macacu	16	–	6	10	–
Duque de Caxias	92	1	23	51	17
Guapimirim	9	–	1	8	–
Itaboraí	32	–	11	19	2
Itaguaí	18	1	5	12	–
Japerí	11	–	4	7	–
Magé	20	–	12	7	1
Maricá	15	–	6	9	–
Mesquita	15	–	4	9	2
Nilópolis	21	1	11	6	3
Niterói	45	–	26	14	5
Nova Iguaçu	67	–	30	22	15
Paracambi	12	–	4	8	–
Queimados	11	–	5	6	–
Rio Bonito	11	–	5	6	–
Rio de Janeiro	407	5	174	112	116
São Gonçalo	87	–	43	30	14
São João de Meriti	27	–	11	10	6
Seropédica	17	1	6	10	–
Tanguá	2	–	2	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

17 TABELA

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região Metropolitana (2011)

Regiões de Governo	Matrículas nos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos										
	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	267.967	175.495	91	67.132	99.867	8.405	92.472	1.365	72.020	1.512	17.575
Região Metropolitana	195.620	128.293	91	51.851	70.238	6.113	67.327	788	51.727	–	14.812
Belford Roxo	9.633	6.870	–	1.795	4.889	186	2.763	–	2.189	–	574
Cachoeiras de Macacu	1.423	1.033	–	400	633	–	390	–	390	–	–
Duque de Caxias	19.626	13.694	–	3.060	10.087	547	5.932	100	3.732	–	2.100
Guapimirim	1.049	888	–	–	888	–	161	–	161	–	–
Itaboraí	5.953	4.438	–	1.913	2.486	39	1.515	–	1.322	–	193
Itaguaí	2.324	1.995	46	297	1.652	–	329	–	329	–	–
Japeri	2.938	2.178	–	384	1.794	–	760	–	760	–	–
Magé	5.084	3.121	–	1.349	1.772	–	1.963	–	1.908	–	55
Maricá	2.005	1.315	–	574	741	–	690	–	690	–	–
Mesquita	3.547	2.487	–	375	2.094	18	1.060	–	998	–	62
Nilópolis	5.546	1.892	–	584	1.188	120	3.654	102	3.252	–	300
Niterói	7.968	4.340	–	2.822	1.504	14	3.628	–	3.433	–	195
Nova Iguaçu	18.136	11.191	–	4.724	6.031	436	6.945	–	5.911	–	1.034
Paracambi	1.236	583	–	269	314	–	653	–	653	–	–
Queimados	3.259	2.193	–	1.168	1.025	–	1.066	–	1.066	–	–
Rio Bonito	1.101	665	–	299	366	–	436	–	436	–	–
Rio de Janeiro	76.056	51.552	–	24.902	22.750	3.900	24.504	586	15.695	–	8.223
São Gonçalo	20.142	12.207	–	4.938	6.581	688	7.935	–	6.137	–	1.798
São João de Meriti	5.413	3.445	–	1.051	2.229	165	1.968	–	1.690	–	278
Seropédica	2.482	1.923	45	664	1.214	–	559	–	559	–	–
Tanguá	699	283	–	283	–	–	416	–	416	–	–

Fonte: Fundação Ceperj (2012).

Na Região Metropolitana, os cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos matricularam quase 200 mil alunos nos ensinos Fundamental e Médio.

A Região Metropolitana, na esfera pública, concentra a oferta de ensino profissionalizante na Rede Estadual de ensino. Contudo, até 2011, as instituições privadas são as que mais matriculam alunos

(63%) e possuem 70% do total de estabelecimentos. Além disso, do total dos 21 municípios, quatro não possuíam este tipo de ensino em 2011: Guapimirim, Maricá, Paracambi e Tanguá – Tabela 18.

Para suprir a demanda daqueles que visam ao mercado de trabalho e o Ensino Médio técnico, o Governo do Estado inicia, em 2008, a inauguração dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). A Região Metropolitana já conta com 30 unidades, que totalizam 650 cursos. Envolvem segmentos como administração, hotelaria, informática, línguas, oficinas de cabeleireiro, maquiagem,

moda entre outras profissões. O município do Rio conta com onze CVTs, desde Santa Cruz até a Ilha do Governador, passando pela Cidade de Deus, são oferecidos 357 cursos. São mais quatro unidades em Caxias, duas em Belford Roxo, Magé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, e uma do CVT em Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica.

TABELA 18

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional por Dependência Administrativa nos Municípios da Região Metropolitana (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de ensino					Matrícula inicial				
	Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	371	22	111	7	231	89.189	8.338	23.176	1.631	56.044
Região Metropolitana	211	10	53	–	148	57.561	4.175	16.837	–	36.549
Belford Roxo	7	–	2	–	5	893	–	491	–	402
Cachoeiras de Macacu	1	–	–	1	–	79	–	–	79	–
Duque de Caxias	17	1	3	–	13	3.280	302	176	–	2.802
Itaboraí	2	–	1	–	1	262	–	89	–	173
Itaguaí	4	–	–	–	4	981	–	–	–	981
Japeri	2	–	1	–	1	335	–	264	–	71
Magé	5	–	2	–	3	846	–	259	–	587
Mesquita	2	–	2	–	–	566	–	566	–	–
Nilópolis	4	–	1	–	3	805	–	382	–	423
Niterói	13	–	5	–	8	4.954	–	2.436	–	2.518
Nova Iguaçu	14	1	3	–	10	5.561	1.017	1.058	–	3.486
Queimados	2	–	1	–	1	840	–	182	–	658
Rio Bonito	2	–	1	1	–	220	–	139	81	–
Rio de Janeiro	111	6	25	–	80	33.823	2.206	10.115	–	21.502
São Gonçalo	15	1	3	–	11	2.546	149	280	–	2.117
São João de Meriti	12	–	4	–	8	1.368	–	539	–	829
Seropédica	1	1	–	–	–	501	501	–	–	–

FONTE: Fundação Cepej (2012).

Em 2010, 73% dos estabelecimentos de Ensino Superior da Região Metropolitana estavam nas três cidades de maior população.

Os dados do Censo Escolar de 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, retratam também a oferta de cursos de nível superior. Na Região Metropolitana, que em 2010 totalizavam 1.790 cursos, concentra-se nos três maiores municípios em número de habitantes: Rio de Janeiro (com 1.306 cursos), Niterói (com 183 cursos) e Duque de Caxias (com 64 cursos). As instituições variam entre públicas nas esferas federal e estadual, e entidades particulares filantrópicas e convencionais.

Do total de cursos oferecidos no ano de 2010, 73% se concentram na capital, a maioria (851 cursos) pertencem a grades das universidades: 228 cursos em Centros Universitários, 211 em Faculdades particulares e 16 ligados a Institutos Federais. Proporcionalmente ao número de cursos, a cidade do Rio concentrou pouco mais de 72% do total de alunos matriculados da região, ou 311.173 matrículas. Niterói computou 50.876 matrículas e Duque de Caxias, 23.810 matrículas – Tabelas 19 e 20.

19 TABELA

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Cursos de Ensino Superior					Matrículas				
	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade
Estado do Rio de Janeiro	2.403	1.530	418	51	404	521.355	345.987	96.731	10.736	67.901
Região Metropolitana	1.790	1.221	274	20	275	434.051	300.365	75.113	6.306	52.267
Belford Roxo	13	–	11	–	2	3.843	–	3.585	–	258
Duque de Caxias	64	53	1	–	10	23.810	22.874	106	–	830
Itaboraí	7	–	1	–	6	1.592	–	267	–	1.325
Itaguaí	1	–	1	–	–	39	–	39	–	–
Magé	1	1	–	–	–	296	296	–	–	–
Maricá	2	2	–	–	–	168	168	–	–	–
Nilópolis	13	–	5	2	6	3.648	–	1.905	320	1.423
Niterói	183	142	21	–	20	50.876	40.438	6.972	–	3.466
Nova Iguaçu	73	64	6	2	1	14.450	12.842	1.096	476	36
Paracambi	2	–	–	–	2	567	–	–	–	567
Queimados	11	11	–	–	–	830	830	–	–	–
Rio Bonito	0	–	–	–	–	82	–	–	–	82
Rio de Janeiro	1.306	851	228	16	211	311.173	202.328	61.143	5.510	42.192
São Gonçalo	52	35	–	–	17	12.600	10.512	–	–	2.088
São João de Meriti	13	13	–	–	–	2.768	2.768	–	–	–
Seropédica	49	49	–	–	–	7.309	7.309	–	–	–

FONTE: INEP (2011).

Todos os vinte e um municípios da Região Metropolitana possuem, ao menos, uma biblioteca municipal.

Outro quantitativo importante para se avaliar a Educação na Região, é o número de bibliotecas existentes nos 21 municípios que compõem a Região. Notadamente, as bibliotecas escolares predominam em números absolutos, no entanto, somente as públicas municipais estão em todos os municípios da Região. As demais colunas da tabela a seguir, representam dados disponibilizados pelas próprias

bibliotecas, estando sujeito a algumas lacunas. A frequência de público é entendida como mensal, apesar do grande contingente populacional frequentando a única biblioteca municipal de Tanguá. Na Baixada Fluminense, se destacam os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com um total de treze bibliotecas comunitárias em atividade, em 2011.

TABELA 20

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Bibliotecas				Público	Tipos de Atividades Culturais - 2011				
	Total	Tipo				Exposições	Cursos	Atividades Extra-Muros	Cessão de Espaço	Outras Atividades
		Municipal	Escolar	Comunitária						
Estado do Rio de Janeiro	1.216	139	953	124	661.566	231	185	234	908	3.014
Região Metropolitana	390	27	288	75	224.433	109	102	53	517	450
Belford Roxo	8	1	5	2	500	–	–	–	–	–
Cachoeiras de Macacu	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Duque de Caxias	106	4	96	6	42.665	8	2	3	6	11
Guapimirim	4	1	2	1	1.200	–	–	–	–	–
Itaboraí	1	1	–	–	11.916	12	1	2	5	10
Itaguaí	5	1	3	1	4.639	1	3	8	1	–
Japeri	18	1	16	1	6.489	3	7	–	2	–
Magé	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Maricá	1	1	–	–	5.066	–	–	–	–	–
Mesquita	21	1	18	2	14.926	22	22	8	32	–
Nilópolis	2	1	–	1	–	1	1	–	–	1
Niterói	7	2	–	5	26.970	6	3	18	65	3
Nova Iguaçu	120	1	112	7	13.191	44	–	–	4	8
Paracambi	1	1	–	–	–	1	–	–	–	1
Queimados	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Bonito	37	1	36	–	2.380	–	–	–	–	–
Rio de Janeiro	46	2	–	44	81.511	7	61	10	397	411
São Gonçalo	41	1	36	4	3.000	1	2	1	3	4
São João de Meriti	4	4	–	–	600	2	–	3	–	–
Seropédica	2	1	–	1	1.200	–	–	–	–	1
Tanguá	1	1	–	–	10.560	1	–	–	2	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Aspectos econômicos e contas regionais



A região Metropolitana concentrava mais de 64% de todo o produto bruto do estado, em 2012. Grande parte do produto regional se deve à capital – cerca de 70%.



4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

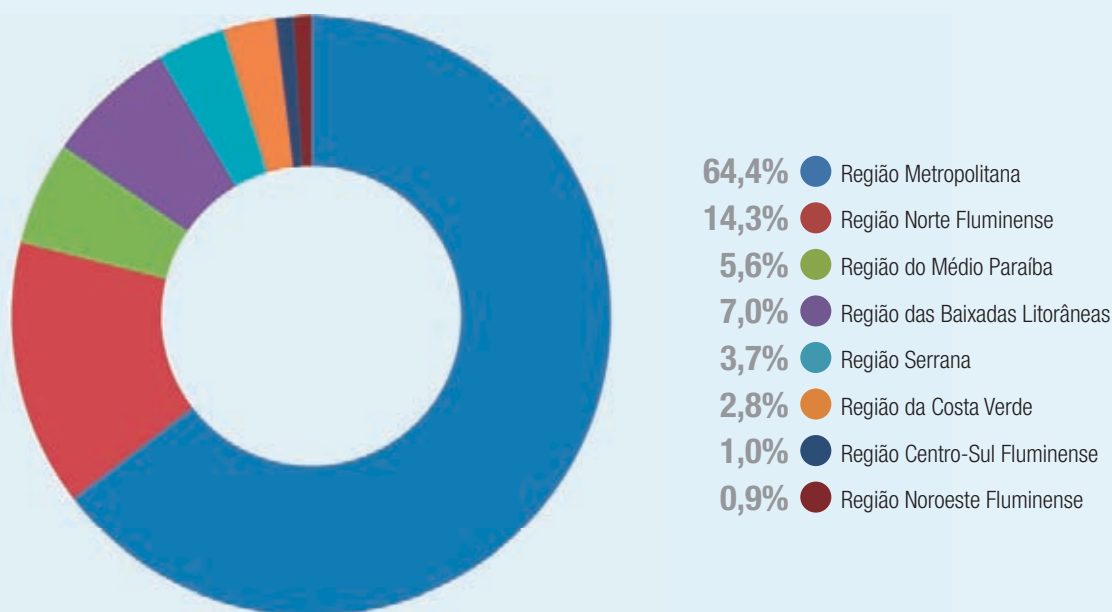
Em 2012, a região respondeu por aproximadamente 64,4% do PIB estadual.

Em termos produtivos, a Região Metropolitana respondeu, em 2012, por 64,4% do PIB estadual. No âmbito regional, o Rio de Janeiro produziu cerca de 68% do PIB metropolitano, tendo sido o município mais representativo da região, seguido por Duque de Caxias (8,4%), Niterói (4,7%), São Gonçalo

(3,7%) e Nova Iguaçu (3,3%). Por outro lado, os municípios de menores participações no PIB regional foram Tanguá (0,1%), Guapimirim e Paracambi (ambos com 0,2%), além de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Seropédica e Japeri (todos com 0,3% de participação) – Gráfico 2 e Tabela 21.

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 2



FONTE: IBGE (2014).

21 TABELA

PIB Real (em R\$ 1.000,00) por Município da Região Metropolitana e Distribuição (%) Regional em 2012

Regiões do Governo	PIB (R\$ 1.000,00)	Distribuição (%)
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	–
Região Metropolitana	324.757.917	100,0%
Rio de Janeiro	220.924.561	68,0%
Duque de Caxias	27.121.886	8,4%
Niterói	15.112.496	4,7%
São Gonçalo	11.976.716	3,7%
Nova Iguaçu	10.665.648	3,3%
Belford Roxo	7.542.639	2,3%
São João de Meriti	5.707.688	1,8%
Maricá	5.332.833	1,6%
Itaguaí	3.698.896	1,1%
Itaboraí	3.097.077	1,0%
Magé	2.512.879	0,8%
Queimados	2.041.797	0,6%
Nilópolis	1.935.707	0,6%
Mesquita	1.692.738	0,5%
Japeri	1.026.212	0,3%
Seropédica	991.753	0,3%
Rio Bonito	962.501	0,3%
Cachoeiras de Macacu	941.601	0,3%
Guapimirim	561.400	0,2%
Paracambi	550.832	0,2%
Tanguá	360.057	0,1%

FONTE: IBGE (2014).

Maricá apresentou a maior evolução do PIB real no período entre 2006 e 2012, de 156,9%.

No período entre os anos de 2006 e 2012, o município que apresentou a maior evolução do PIB real foi Maricá, com crescimento de 385,2%, seguido por Belford Roxo (72,9%) e Japeri (64,8%). Possivelmente, este crescimento do PIB de Maricá foi impulsionado pela instalação do Polo Naval de Jaconé, em Ponta Negra, e a criação das “Áreas de Especial Interesse Urbanístico e

Econômico” no município, em 2008. Em termos absolutos, o maior crescimento do período foi o do PIB do município do Rio de Janeiro, que apresentou um aumento de quase 29 bilhões de reais no período. Por outro lado, os municípios de Duque de Caxias e Rio Bonito apresentaram, no período, evoluções negativas de 19,4%, 10,6%, respectivamente – Tabela 22.

TABELA 22

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região Metropolitana Entre 2006 e 2012

Regiões do Governo	PIB Real* (1.000 R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	412.790.435	504.221.373	22,1%
Região Metropolitana	282.283.456	324.757.917	15,0%
Maricá	1.099.096	5.332.833	385,2%
Belford Roxo	4.362.102	7.542.639	72,9%
Japeri	622.757	1.026.212	64,8%
Queimados	1.325.372	2.041.797	54,1%
Itaboraí	2.049.098	3.097.077	51,1%
Seropédica	664.804	991.753	49,2%
Tanguá	253.029	360.057	42,3%
Niterói	11.194.676	15.112.496	35,0%
São João de Meriti	4.349.352	5.707.688	31,2%
Itaguaí	2.903.886	3.698.896	27,4%
Magé	2.010.423	2.512.879	25,0%
Paracambi	445.191	550.832	23,7%
Nilópolis	1.633.966	1.935.707	18,5%
Guapimirim	473.901	561.400	18,5%
São Gonçalo	10.323.453	11.976.716	16,0%
Rio de Janeiro	191.946.007	220.924.561	15,1%
Nova Iguaçu	9.374.469	10.665.648	13,8%
Mesquita	1.616.594	1.692.738	4,7%
Cachoeiras de Macacu	921.937	941.601	2,1%
Rio Bonito	1.076.254	962.501	-10,6%
Duque de Caxias	33.637.088	27.121.886	-19,4%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: (*) Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB Municipal disponibilizado pelo IBGE. (**) PIB Real calculado pelo deflator implícito do PIB, a preços constantes de 2012.

Possivelmente devido à grande concentração populacional no local, a região apresentou, em 2012, o quinto maior PIB per capita do estado, R\$ 26.854,53, à frente das regiões Centro-Sul (R\$ 22.890,25), Serrana (R\$ 22.693,78) e Noroeste

(R\$ 14.587,87). No período entre 2006 e 2012, a região apresentou a sexta melhor evolução do PIB per capita (12%) que representou, em valores absolutos, um aumento de R\$ 2.870,77. Conforme se observa na Tabela 23.

Em 2012, o PIB per capita da região era de R\$ 26.854,53, valor 12% maior do que o apresentado em 2006.

23 TABELA

Evolução do PIB Per Capita Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)

Regiões do Governo	PIB Per Capita* Real (R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	26.526,02	31.064,63	17,1%
Região da Costa Verde	29.618,22	56.065,66	89,3%
Região Centro-Sul Fluminense	13.741,40	22.890,25	66,6%
Região Serrana	17.691,98	22.693,78	28,3%
Região Norte Fluminense	67.005,49	82.726,17	23,5%
Região do Médio Paraíba	28.932,59	32.682,57	13,0%
Região Metropolitana	23.983,76	26.854,53	12,0%
Região das Baixadas Litorâneas	45.273,77	47.944,78	5,9%
Região Noroeste Fluminense	13.968,24	14.587,87	4,4%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: (*) Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB Municipal disponibilizado pelo IBGE. (**) PIB Real calculado pelo deflator implícito do PIB, a preços constantes de 2012.

Em 2012, os municípios de Maricá, Rio de Janeiro, Itaguaí, Duque de Caxias e Niterói apresentam PIB per capita superior à média da região (R\$ 26.854,53).

No âmbito municipal, apenas cinco municípios apresentam PIB per capita maior do que a média da região (R\$ 26.854,53). Foram eles: Maricá, Rio de Janeiro, Itaguaí, Duque de Caxias e Niterói. Estes municípios foram, em grande parte, responsáveis pelo patamar da média regional, tendo em vista

que o dado referente aos demais municípios foi de R\$ 12.838,61, em média, valor 52% inferior ao dado regional. Já entre 2006 e 2012, os municípios de Maricá, Belford Roxo e Japeri apresentaram crescimento de 255,7%, 78,2% e 62,9%, respectivamente, no PIB per capita municipal – Tabela 24.

TABELA 24

Evolução do PIB Per Capita Real na Região Metropolitana, por Município (2006-2012)

Regiões do Governo	PIB Per Capita* Real (R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	26.526,02	31.064,63	17,1%
Região Metropolitana	23.983,76	26.854,53	12,0%
Maricá	11.096,15	39.467,09	255,7%
Belford Roxo	8.920,42	15.892,76	78,2%
Japeri	6.472,96	10.542,88	62,9%
Queimados	9.526,96	14.545,41	52,7%
Itaboraí	9.272,73	13.912,07	50,0%
Seropédica	8.657,66	12.375,56	42,9%
Tanguá	8.407,13	11.452,92	36,2%
São João de Meriti	9.313,47	12.406,35	33,2%
Niterói	23.485,22	30.728,51	30,8%
Magé	8.482,80	10.898,65	28,5%
Nova Iguaçu	11.099,52	13.303,03	19,9%
Mesquita	8.712,35	9.984,48	14,6%
Nilópolis	10.858,72	12.252,40	12,8%
Paracambi	10.242,05	11.444,91	11,7%
São Gonçalo	10.605,87	11.786,62	11,1%
Rio de Janeiro	31.278,62	34.571,91	10,5%
Itaguaí	30.325,57	32.680,96	7,8%
Cachoeiras de Macacu	16.853,50	17.076,86	1,3%
Guapimirim	10.472,71	10.488,16	0,1%
Rio Bonito	20.291,75	17.054,73	-16,0%
Duque de Caxias	39.341,16	31.280,03	-20,5%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: (*) Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB Municipal disponibilizado pelo IBGE. (**) PIB Real calculado pelo deflator implícito do PIB, a preços constantes de 2012.

4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

A região foi, em 2012, a mais economicamente densa, com R\$ 61.057,00 por mil/km², resultado que destoa da média do estado, R\$ 11.521 mil/km².

Em relação à densidade econômica (PIB/km²), a Região Metropolitana foi a mais densa, destoando das demais regiões e, inclusive, da média do estado. Em 2012, o indicador metropolitano era de R\$ 61.057,00 por km² enquanto a média do estado era de R\$ 11.521,00 por km². Esse resultado regional foi impulsionado, principalmente, pelos indicadores

dos municípios do Rio de Janeiro (R\$ 183.905,00 por km²), São João de Meriti (R\$ 162.612,00 por km²) e Niterói (R\$ 113.457,00 por km²). Ainda em termos de densidade econômica, o município de Nilópolis destacou-se por ser o município de menor área e ser o quarto mais denso, com R\$ 99.267,00 por km², resultado 63% superior ao da região – Tabela 25.

25 TABELA

Densidade Econômica (PIB por km²) nos Municípios da Região Metropolitana (2012)

Regiões do Governo	PIB (R\$1.000,00)	Área da unidade territorial (km ²)	PIB por km ² (R\$1.000,00)
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	43.767	11.521
Região Metropolitana	324.757.917	5.319	61.057
Rio de Janeiro	220.924.561	1.201	183.905
São João de Meriti	5.707.688	35	162.612
Niterói	15.112.496	133	113.457
Nilópolis	1.935.707	20	99.267
Belford Roxo	7.542.639	78	97.199
Duque de Caxias	27.121.886	467	58.102
São Gonçalo	11.976.716	248	48.215
Mesquita	1.692.738	42	40.691
Queimados	2.041.797	76	26.725
Nova Iguaçu	10.665.648	519	20.546
Maricá	5.332.833	363	14.711
Itaguaí	3.698.896	282	13.112
Japeri	1.026.212	82	12.576
Itaboraí	3.097.077	428	7.233
Magé	2.512.879	391	6.433
Seropédica	991.753	266	3.728
Paracambi	550.832	189	2.921
Tanguá	360.057	143	2.525
Rio Bonito	962.501	462	2.085
Guapimirim	561.400	358	1.569
Cachoeiras de Macacu	941.601	956	985

FONTE: IBGE (2014).

4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

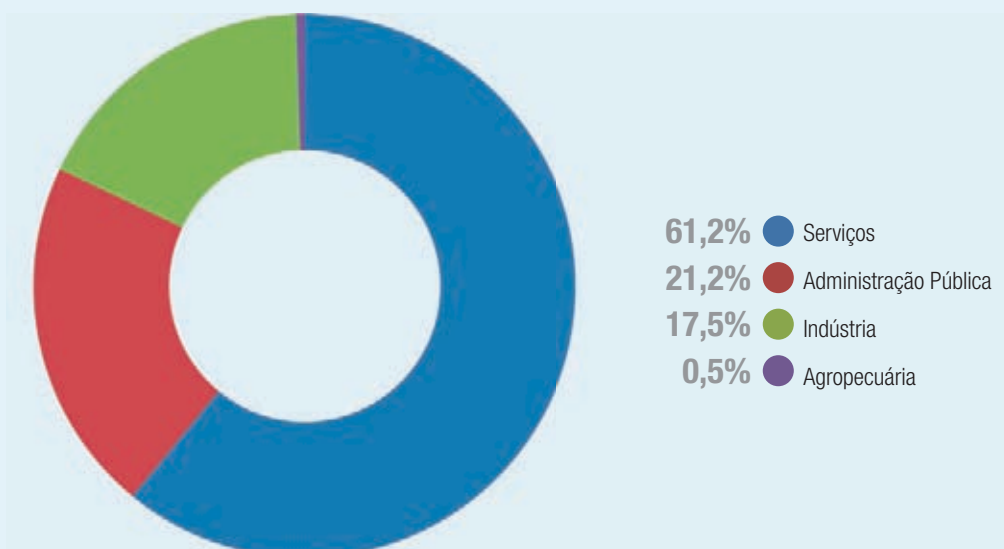
Responsável por 61,2% do VAB produzido em todo o estado, a Metropolitana foi a região mais representativa impulsionada, sobretudo, pelo Setor de Serviços que compôs 61,2% do VAB regional. Em seguida, vieram os setores de Administração Pública

e Indústria que responderam por 21,2% e 17,5% do Valor Adicionado Bruto na região. Nota-se que a Agropecuária é o setor menos representativo, com apenas 0,1% de participação no VAB, conforme gráfico e tabela a seguir.

Em 2012, a RMRJ foi responsável por 61,2% do VAB estadual, participação que foi impulsionada pelo Setor de Serviços.

Distribuição do Valor Adicionado Bruto na Região Metropolitana, Segundo Atividades Econômicas (2012)

GRÁFICO 3



FONTE: IBGE (2014).

26 TABELA

Participação (%) das Regiões de Governo no Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro, Segundo os Setores de Atividade Econômica (2012)

Regiões de Governo	Valor Adicionado Bruto				
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Estado do Rio de Janeiro	429.122.945	1.859.905	138.131.093	212.199.310	76.932.635
Região Metropolitana	262.773.210	224.497	46.080.650	160.800.126	55.667.940
Região Norte Fluminense	68.924.056	422.542	50.150.956	13.271.481	5.079.075
Região das Baixadas Litorâneas	34.129.679	109.092	23.145.814	7.073.647	3.801.126
Região do Médio Paraíba	23.792.884	160.412	8.312.966	11.137.134	4.182.370
Região Serrana	16.707.015	541.810	4.663.602	7.639.134	3.862.469
Região da Costa Verde	12.793.777	48.848	3.513.571	7.764.990	1.466.368
Região Centro-Sul Fluminense	5.641.820	129.162	1.690.659	2.478.186	1.343.813
Região Noroeste Fluminense	4.360.504	223.542	572.875	2.034.612	1.529.474

FONTE: IBGE (2014).

No âmbito regional, o município do Rio de Janeiro teve a participação mais significativa no VAB, aproximadamente 64,7%, seguido dos municípios de Duque de Caxias (9%), Niterói (5%) e São Gonçalo (4,3%). Juntos, o VAB destes municípios somaram cerca de 218 bilhões de reais, 82,9% do VAB total da região. Para o setor Agropecuário, observou-se que os municípios do Rio de Janeiro (27,9%), São Gonçalo (11,8%) e Magé (10,6%)

tiveram maiores participações. Em relação à indústria e serviços, Rio de Janeiro e Duque de Caxias foram os mais representativos com participações de 50,1% e 14% para a indústria e com 72,3% e 8,2% para serviços, respectivamente. Já em relação à Administração Pública, foram Rio de Janeiro (54,9%), São Gonçalo (7,4%) e Duque de Caxias (7,3%) os municípios com participações mais significantes – Tabela 27.

Juntos, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo responderam por 82,9% do VAB total da região em 2012.

TABELA 27

Participação (%) no Valor Adicionado Bruto, Segundo Atividades Econômicas nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Região Metropolitana	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Rio de Janeiro	64,7%	27,9%	50,1%	72,3%	54,9%
Duque de Caxias	9,0%	3,4%	14,0%	8,2%	7,3%
Niterói	5,0%	6,6%	7,8%	4,4%	4,4%
São Gonçalo	4,3%	11,8%	3,5%	3,4%	7,4%
Nova Iguaçu	3,7%	3,3%	2,9%	3,1%	6,1%
Belford Roxo	2,6%	0,8%	5,5%	1,4%	3,6%
Maricá	2,0%	1,9%	8,4%	0,5%	1,1%
São João de Meriti	2,0%	0,4%	1,2%	1,7%	3,3%
Itaboraí	1,1%	3,4%	1,1%	0,8%	1,8%
Itaguaí	1,0%	7,6%	1,0%	0,9%	1,1%
Magé	0,9%	10,6%	0,6%	0,7%	1,8%
Queimados	0,7%	0,5%	1,2%	0,4%	1,1%
Nilópolis	0,7%	0,0%	0,4%	0,6%	1,2%
Mesquita	0,6%	0,0%	0,4%	0,5%	1,2%
Japeri	0,4%	0,9%	0,2%	0,3%	0,8%
Seropédica	0,3%	4,0%	0,5%	0,2%	0,7%
Rio Bonito	0,3%	2,3%	0,3%	0,3%	0,5%
Cachoeiras de Macacu	0,3%	9,7%	0,4%	0,2%	0,5%
Guapimirim	0,2%	2,6%	0,2%	0,1%	0,4%
Paracambi	0,2%	1,1%	0,1%	0,2%	0,4%
Tanguá	0,1%	1,3%	0,1%	0,1%	0,3%

FONTE: IBGE (2014).

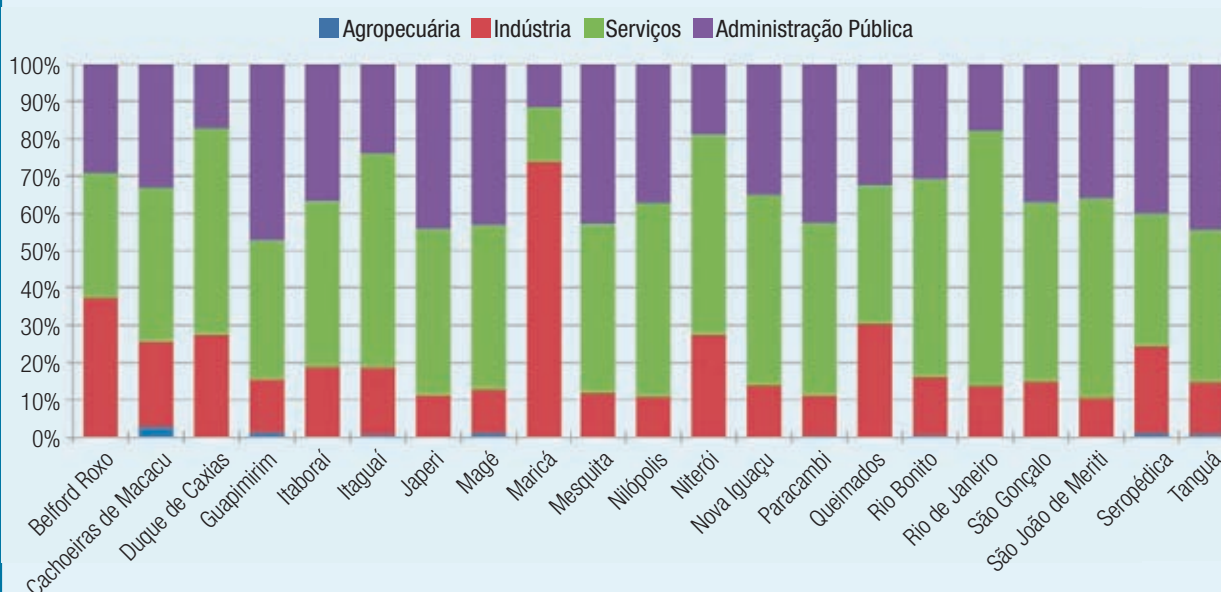
Em 2012, em média, o Setor de Serviços destacou-se como o mais representativo da região.

Em média, o Setor de Serviços foi o mais significativo na composição do VAB dos municípios da Região Metropolitana. Sobretudo para os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Duque de Caxias que apresentaram, em 2012, respectivamente 68,4%, 57,4% e 55,4% da composição do VAB de cada município relacionados ao Setor de Serviços. O setor de Administração Pública destacou-se como o segundo setor mais representativo, em média, para os municípios da região.

Principalmente para Guapimirim (47,2%), Tanguá (44,4%) e Japeri (44,2%). Em seguida, o Setor Industrial apresentou sua importância para o arranjo do VAB dos municípios da região, especialmente, para, Maricá do qual a indústria representou mais da metade do seu VAB (73,9%). Finalmente, o setor Agropecuário foi o menos representativo na região, com média de 0,1% da composição do VAB dos municípios da região – Gráfico 4 e Tabela 28.

4 GRÁFICO

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto para cada Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos (2012)



FONTE: IBGE (2014).

NOTAS: Valor Adicionado Bruto, a preços correntes de 2012.

28 TABELA

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto para cada Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos (2012)

Regiões de Governo	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Região Metropolitana	100,0%	0,1%	17,5%	61,2%	21,2%
Belford Roxo	100,0%	0,0%	37,4%	33,5%	29,1%
Cachoeiras de Macacu	100,0%	2,7%	23,0%	41,3%	33,1%
Duque de Caxias	100,0%	0,0%	27,3%	55,4%	17,2%
Guapimirim	100,0%	1,1%	14,3%	37,4%	47,2%
Itaboraí	100,0%	0,3%	18,5%	44,6%	36,6%
Itaguaí	100,0%	0,7%	17,9%	57,4%	24,0%
Japeri	100,0%	0,2%	10,9%	44,7%	44,2%
Magé	100,0%	1,0%	11,6%	44,3%	43,1%
Maricá	100,0%	0,1%	73,9%	14,4%	11,6%
Mesquita	100,0%	0,0%	11,8%	45,5%	42,7%
Nilópolis	100,0%	0,0%	10,7%	52,2%	37,1%
Niterói	100,0%	0,1%	27,3%	53,7%	18,9%
Nova Iguaçu	100,0%	0,1%	13,7%	51,2%	35,0%
Paracambi	100,0%	0,5%	10,6%	46,5%	42,5%
Queimados	100,0%	0,1%	30,4%	37,3%	32,3%
Rio Bonito	100,0%	0,6%	15,5%	53,1%	30,8%
Rio de Janeiro	100,0%	0,0%	13,6%	68,4%	18,0%
São Gonçalo	100,0%	0,2%	14,5%	48,3%	37,0%
São João de Meriti	100,0%	0,0%	10,4%	53,7%	35,9%
Seropédica	100,0%	1,0%	23,4%	35,5%	40,1%
Tanguá	100,0%	0,8%	13,8%	41,0%	44,4%

FONTE: IBGE (2012).

Entre 2006 e 2012, o município que mais se destacou foi Maricá, com aumento de 405% do seu VAB impulsionado, sobretudo, pelo desempenho do seu Setor Industrial.

Em termos gerais, no período entre 2006 e 2012, o VAB da Região Metropolitana cresceu 14,8%, descontando-se a inflação no período. O município que mais se destacou nesse intervalo foi Maricá, com aumento de 405% do seu VAB impulsionado, sobretudo, pelo desempenho do seu Setor Industrial, de 3.274,3% no período. Esse crescimento

atípico que resultou em um saldo real de mais de R\$ 3,7 bilhões entre estes anos, deveu-se, provavelmente, à ampliação do Condomínio Industrial de Ponta Negra e à criação das “Áreas de Especial Interesse Urbanístico e Econômico”, em 2008, buscando a adequação do município para a instalação de novas indústrias – Tabela 29.

TABELA 29

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)

Regiões de Governo	Total (2006)	Total (2012)	Varição (2006-2012)
Região Metropolitana	228.848.416	262.773.210	14,8%
Maricá	1.038.777	5.246.213	405,0%
Belford Roxo	4.056.623	6.840.740	68,6%
Japeri	599.247	954.622	59,3%
Queimados	1.191.400	1.870.650	57,0%
Seropédica	626.494	908.968	45,1%
Itaboraí	1.922.388	2.775.263	44,4%
Tanguá	237.320	340.654	43,5%
Niterói	9.928.089	13.100.459	32,0%
São João de Meriti	4.049.654	5.176.154	27,8%
Magé	1.891.274	2.374.143	25,5%
Paracambi	418.783	519.765	24,1%
Guapimirim	437.299	525.212	20,1%
Nilópolis	1.533.345	1.823.016	18,9%
São Gonçalo	9.578.147	11.194.647	16,9%
Rio de Janeiro	147.085.325	169.930.564	15,5%
Nova Iguaçu	8.548.491	9.636.769	12,7%
Mesquita	1.517.294	1.596.753	5,2%
Cachoeiras de Macacu	779.012	814.440	4,5%
Itaguaí	2.593.904	2.592.711	0,0%
Rio Bonito	964.242	868.163	-10,0%
Duque de Caxias	29.851.309	23.683.304	-20,7%

FONTE: IBGE (2014).

Em 2012, o município do Rio de Janeiro possuía o maior peso no VAB da Agropecuária na região.

O VAB do setor de Agropecuária da Região Metropolitana variou negativamente, entre 2006 e 2012, influenciado por 16 municípios. Em 2012, o município do Rio de Janeiro alcançou o maior VAB da região, porém, obteve variação negativa na comparação com o

ano de 2006, de 17,6%. Apesar de Mesquita ter obtido a menor variação (-73,4%), foi o município do Rio de Janeiro que apresentou a maior redução em valores absolutos, cerca de R\$ 13,4 milhões em termos reais – Tabela 30.

30 TABELA

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Agropecuária (2006)	Agropecuária (2012)	Variação (2006-2012)
Região Metropolitana	278.344	224.497	-19,3%
Tanguá	2.286	2.850	24,7%
Seropédica	8.366	8.987	7,4%
Paracambi	2.376	2.432	2,3%
Itaboraí	7.573	7.642	0,9%
Cachoeiras de Macacu	22.669	21.682	-4,4%
Guapimirim	6.274	5.781	-7,9%
Rio de Janeiro	76.154	62.732	-17,6%
Magé	29.156	23.867	-18,1%
Itaguaí	21.083	17.033	-19,2%
Duque de Caxias	9.664	7.629	-21,1%
Maricá	5.663	4.193	-26,0%
São Gonçalo	36.425	26.541	-27,1%
São João de Meriti	1.199	872	-27,3%
Niterói	20.281	14.712	-27,5%
Belford Roxo	2.630	1.837	-30,1%
Rio Bonito	7.774	5.096	-34,4%
Nova Iguaçu	11.714	7.423	-36,6%
Japeri	3.838	2.054	-46,5%
Queimados	2.813	1.026	-63,5%
Mesquita	406	108	-73,4%

FONTE: IBGE (2014).

Maricá foi o município com o maior aumento absoluto e percentual no VAB da Indústria.

O município que se destacou com maior VAB Industrial na região foi o Rio de Janeiro, com R\$ 23,1 bilhões. No entanto, entre os anos de 2006 e 2012, o município que apresentou a maior evolução foi Maricá, tanto percentualmente quanto em termos absolutos reais (3.274,3%; R\$ 3,8 bilhões). Outros quatro municípios se

destacaram, com crescimentos variando entre 123,7% e 174%. Foram eles: Belford Roxo, Niterói, Queimados e Seropédica. Por outro lado, Duque de Caxias, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu obtiveram quedas de 47,5%, 12,4% e 8%, nesse mesmo período, como visto na Tabela 31.

TABELA 31

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Indústria (2006)	Indústria (2012)	Variação (2006-2012)
Região Metropolitana	40.929.293	46.080.650	12,6%
Maricá	114.880	3.876.447	3.274,3%
Belford Roxo	933.162	2.557.151	174,0%
Niterói	1.422.059	3.572.704	151,2%
Queimados	235.662	568.363	141,2%
Seropédica	95.244	213.069	123,7%
Itaguaí	236.291	465.189	96,9%
Itaboraí	279.061	512.062	83,5%
Japeri	69.529	104.072	49,7%
Magé	213.493	276.323	29,4%
São João de Meriti	421.714	537.549	27,5%
Nilópolis	157.206	194.763	23,9%
São Gonçalo	1.311.135	1.622.941	23,8%
Tanguá	38.522	46.920	21,8%
Rio Bonito	117.159	134.659	14,9%
Mesquita	167.757	188.080	12,1%
Paracambi	49.660	54.895	10,5%
Rio de Janeiro	21.234.331	23.096.457	8,8%
Nova Iguaçu	1.224.412	1.323.671	8,1%
Cachoeiras de Macacu	203.298	186.975	-8,0%
Guapimirim	85.862	75.253	-12,4%
Duque de Caxias	12.318.855	6.473.107	-47,5%

FONTE: IBGE (2014).

A região apresentou variação positiva de 12,5% no VAB de Serviços, no período analisado.

O maior crescimento em termos absolutos no VAB de Serviços foi do município do Rio de Janeiro. Entre 2006 e 2012, a capital do estado obteve um aumento de R\$ 15,4 bilhões, apresentando um crescimento de 15,2%. Entretanto, o município que apresentou a maior variação percentual no período foi Japeri, com 118,2%, seguido por Tanguá (68,7%) e

Belford Roxo (53,9%). Por outro lado, cinco municípios obtiveram quedas no VAB de Serviços, sendo que as mais intensas foram observadas em Rio Bonito (-27,4%), Itaguaí (-23,1%) e Duque de Caxias (-8,8%). Este último município apresentou também maior redução absoluta em termos reais (- R\$ 1,3 bilhão) – Tabela 32.

32 TABELA

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo o Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Serviços (2006)	Serviços (2012)	Varição (2006-2012)
Região Metropolitana	142.985.728	160.800.126	12,5%
Japeri	195.708	426.966	118,2%
Tanguá	82.842	139.784	68,7%
Belford Roxo	1.490.323	2.293.522	53,9%
Queimados	484.313	697.840	44,1%
Itaboraí	862.289	1.239.021	43,7%
Maricá	558.929	757.833	35,6%
São João de Meriti	2.065.437	2.780.299	34,6%
Seropédica	249.558	322.240	29,1%
Magé	848.480	1.050.987	23,9%
Paracambi	205.261	241.532	17,7%
Rio de Janeiro	100.814.485	116.185.168	15,2%
Nilópolis	832.372	951.646	14,3%
Guapimirim	176.189	196.181	11,3%
Nova Iguaçu	4.488.695	4.934.812	9,9%
Niterói	6.539.527	7.039.580	7,6%
São Gonçalo	5.057.901	5.406.393	6,9%
Mesquita	726.939	726.468	-0,1%
Cachoeiras de Macacu	343.768	336.546	-2,1%
Duque de Caxias	14.393.358	13.124.968	-8,8%
Itaguaí	1.934.290	1.487.010	-23,1%
Rio Bonito	635.063	461.330	-27,4%

FONTE: IBGE (2014).

Rio de Janeiro teve crescimento de R\$ 5,6 bilhões no VAB da Administração Pública, entre 2006 e 2012.

Em 2012, o município com maior VAB da Administração Pública foi Rio de Janeiro (R\$ 30,6 bilhões), aproximadamente. O maior crescimento percentual do VAB desse setor, entre 2006 e 2012, foi verificado no município de Maricá (69,1%), com crescimento absoluto de R\$ 248,4 milhões. Contudo, o maior aumento, em termos absolutos, foi o do Rio de

Janeiro, com variação positiva de R\$ 5,6 bilhões, seguido por Duque de Caxias, com, aproximadamente, R\$ 966,1 milhões e Duque de Caxias, com R\$ 948,2 milhões. Ainda nesse período, a menor variação, em termos absolutos, foi do município de Tanguá, com aumento de R\$ 37,4 milhões no VAB da Administração Pública – Tabela 33.

TABELA 33

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor de Administração Pública – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Administração Pública (2006)	Administração (2012)	Varição (2006-2012)
Região Metropolitana	44.655.050	55.667.940	24,7%
Maricá	359.307	607.740	69,1%
Itaguaí	402.240	623.479	55,0%
Guapimirim	168.974	247.997	46,8%
Paracambi	161.487	220.906	36,8%
Seropédica	273.325	364.673	33,4%
Tanguá	113.669	151.099	32,9%
Itaboraí	773.467	1.016.539	31,4%
Rio Bonito	204.244	267.078	30,8%
São Gonçalo	3.172.686	4.138.772	30,5%
Duque de Caxias	3.129.430	4.077.599	30,3%
Queimados	468.613	603.422	28,8%
Cachoeiras de Macacu	209.276	269.237	28,7%
Magé	800.144	1.022.967	27,8%
Japeri	330.173	421.530	27,7%
Niterói	1.946.222	2.473.463	27,1%
Nilópolis	543.767	676.608	24,4%
Rio de Janeiro	24.960.356	30.586.207	22,5%
Belford Roxo	1.630.507	1.988.230	21,9%
Nova Iguaçu	2.823.670	3.370.864	19,4%
São João de Meriti	1.561.302	1.857.433	19,0%
Mesquita	622.192	682.097	9,6%

FONTE: IBGE (2014).

4.4 EMPREGO E RENDA

As informações apresentadas a seguir se referenciam ao quantitativo de trabalhadores com vínculo formal, bem como a evolução destes na Região, refletindo a geração de novos postos de trabalho ou a formalização da ocupação entre os anos da análise, de acordo com os segmentos de atividade econômica definidos pelo IBGE.

A Região Metropolitana, onde residiam 74,3% da população do Estado do Rio de Janeiro, por outro lado concentrou, em 2014, 77,4% das ocupações formais, o que indicou que a Região, em 2014, ainda representava uma zona de atração de empregos para o Estado do Rio de Janeiro. Nesse recorte, os 21 municípios da região responderam por 82,8% dos empregados no Setor de Serviços e 82,6% dos Serviços Industriais de Utilidade Pública da Unidade da Federação.

A Cidade do Rio de Janeiro foi a Capital do Brasil por quase 200 anos. Assim, constituiu-se,

desde então, como eixo de desenvolvimento, em escala nacional. Em 2014, a centralidade do município se reduziu, mas ainda é nítida na fotografia do mercado de trabalho formal. O município sozinho, respondeu por 57,2% dos empregos do estado, com a Administração Pública concentrando 59,3%, os Serviços, 64,7%, e ainda 67,4% de todo o emprego em empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana do estado, por estarem, historicamente, sediadas no município.

Em quatro dos oito setores agregados pelo IBGE o município teve participação menor do que 50%, sendo a Indústria de Transformação com 42,5% dos empregados da unidade da federação, a Indústria Extrativa Mineral (23,9%), as atividades da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, com (10,7%), e o Comércio, que, no último ano, passou para 49% de todo o estado.

Para os dados de emprego e renda, foi consultada a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2006, 2013 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro. As informações da RAIS são fornecidas por todos os estabelecimentos formais diretamente ao MTE, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrou 77,4% das ocupações formais do estado.

Pela influência dos três segmentos que mais empregam em termos absolutos na Região Metropolitana – Serviços, Comércio e Administração Pública –, as profissões mais frequentes, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), foram: Auxiliares Administrativos totalizando 340.461 (ou 9,5% dos empregados), e em seguida,

apareceram Vendedores e Demonstradores em lojas ou mercado somando 247.754 empregados, com 6,9%, e em terceiro lugar, apareceram os trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações, com 130.836 (ou 3,6% das ocupações formais), num total de 3.594.439 empregados, nos 21 municípios da Região – Tabela 34.

TABELA 34

Número de Empregados na Região Metropolitana em 2014, Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	4.641.380	50.091	474.275	58.873	301.354	891.489	2.059.563	780.804	24.931
Região Metropolitana	3.594.439	15.941	316.893	48.649	233.575	670.207	1.706.214	597.230	5.730
Rio de Janeiro	2.654.076	11.965	201.429	39.674	166.362	436.517	1.332.335	463.138	2.656
Niterói	198.013	1.929	16.756	4.289	14.714	37.250	109.801	12.477	797
Duque de Caxias	172.977	176	37.221	1.222	7.441	43.059	68.286	15.538	34
São Gonçalo	124.617	176	13.276	1.028	6.025	37.081	48.245	18.573	213
Nova Iguaçu	105.180	159	13.016	846	3.637	34.164	37.071	16.192	95
São João de Meriti	56.836	0	5.359	272	1.096	18.006	25.658	6.434	11
Itaboraí	48.300	69	4.858	95	14.126	8.627	12.854	7.484	187
Belford Roxo	35.911	36	2.643	84	2.260	9.382	10.645	10.848	13
Itaguaí	35.690	237	4.348	54	7.018	5.941	8.391	9.628	73
Magé	24.500	215	2.742	250	3.481	7.103	5.626	5.015	68
Nilópolis	20.393	0	1.219	5	540	5.615	9.112	3.896	6
Rio Bonito	20.179	32	1.950	42	3.443	3.784	8.118	2.433	377
Maricá	17.585	93	1.264	5	360	5.370	5.455	4.955	83
Mesquita	17.278	0	1.062	14	423	3.614	9.417	2.748	0
Queimados	16.317	107	3.437	56	521	5.211	4.173	2.810	2
Seropédica	14.220	585	1.428	99	1.104	2.199	5.130	3.594	81
Cachoeiras de Macacu	8.215	46	1.118	282	196	1.784	1.235	2.766	788
Japeri	7.115	57	943	277	233	1.507	923	3.165	10
Paracambi	6.379	0	1.376	6	214	1.597	1.029	2.125	32
Guapimirim	5.778	15	850	39	49	1.549	1.116	2.049	111
Tanguá	4.880	44	598	10	332	847	1.594	1.362	93

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

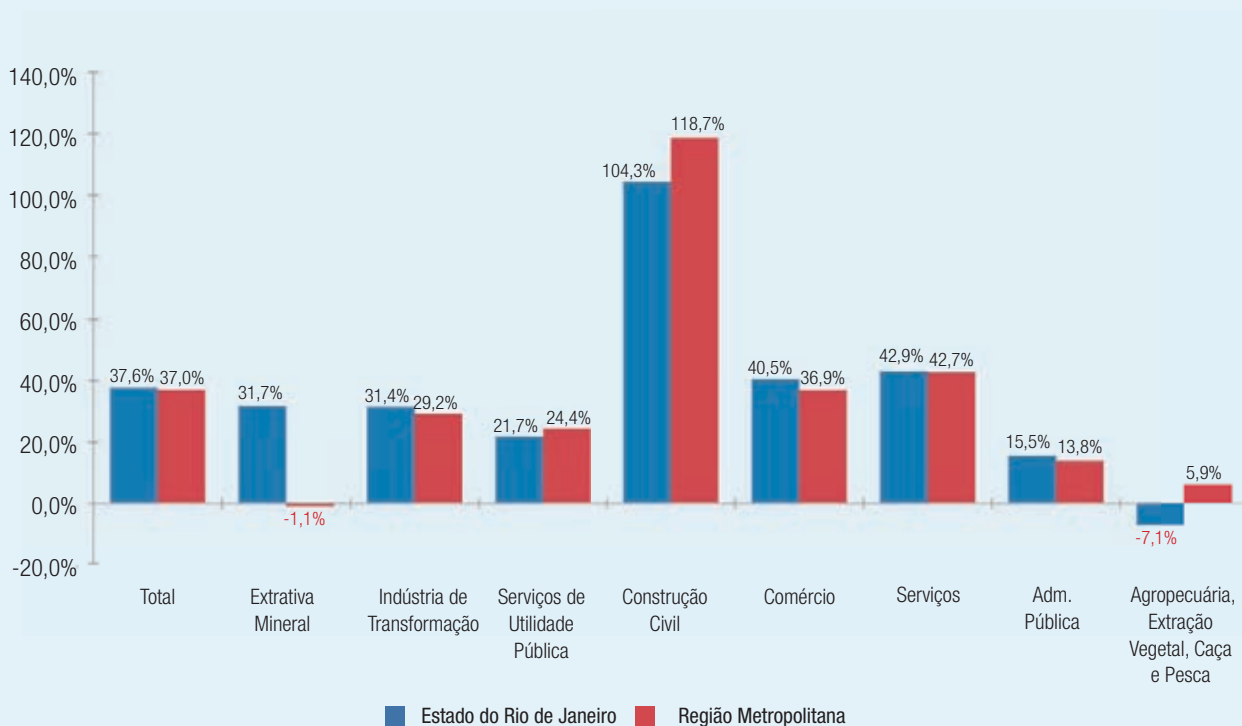
Entre 2006 e 2014, a Região Metropolitana apresentou segmentos com crescimento sensivelmente maior que a média estadual, norteados pela tendência do emprego total deste período, que apresentou taxa de crescimento muito próxima a da média estadual. A Indústria de Transformação foi um segmento

em que o crescimento do interior do estado foi superior à elevação da Região Metropolitana, sobretudo pela influência da indústria automobilística na Região do Médio Paraíba. O Comércio foi o outro segmento em que o interior cresceu mais do que a metrópole em número de postos formais – Gráfico 5 e Tabela 35.

De 2006 a 2014, o crescimento médio do total de empregos, na Região Metropolitana, foi próximo à elevação do estado.

5 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

TABELA 35

Variação (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
ERJ	37,6%	31,7%	31,4%	21,7%	104,3%	40,5%	42,9%	15,5%	-7,1%
Região Metropolitana	37,0%	-1,1%	29,2%	24,4%	118,7%	36,9%	42,7%	13,8%	5,9%
Itaboraí	156,4%	-85,8%	43,3%	-45,4%	3879,2%	83,8%	118,6%	114,4%	-49,3%
Maricá	95,8%	447,1%	36,8%	-	188,0%	88,0%	119,2%	103,0%	-35,2%
Seropédica	83,9%	185,4%	55,9%	1314,3%	279,4%	97,4%	55,3%	94,3%	80,0%
Itaguaí	79,4%	-22,0%	176,8%	63,6%	494,7%	94,2%	3,7%	75,2%	-55,8%
Tanguá	78,8%	-47,6%	89,8%	-78,7%	-7,5%	58,6%	280,4%	53,9%	6,9%
Mesquita	76,0%	-100,0%	14,8%	-	746,0%	103,1%	77,4%	56,9%	-
Japeri	71,5%	39,0%	224,1%	-	316,1%	72,2%	142,9%	26,5%	233,3%
Queimados	70,7%	409,5%	26,2%	24,4%	396,2%	132,0%	88,0%	28,2%	-77,8%
Magé	62,5%	33,5%	22,1%	29,5%	344,6%	32,4%	45,6%	110,0%	-9,3%
Belford Roxo	48,8%	1700,0%	17,3%	265,2%	67,4%	85,0%	58,9%	24,4%	44,4%
Duque de Caxias	41,6%	-23,1%	49,0%	286,7%	-12,3%	42,6%	55,5%	11,1%	-35,8%
São Gonçalo	40,0%	4,8%	-10,4%	293,9%	117,0%	50,6%	57,0%	19,0%	301,9%
São João de Meriti	38,1%	-100,0%	-1,1%	156,6%	75,4%	27,1%	62,3%	28,3%	0,0%
Nova Iguaçu	37,1%	21,4%	24,2%	-64,5%	-52,4%	45,1%	47,7%	118,7%	86,3%
Rio de Janeiro	35,3%	-10,2%	31,4%	26,2%	128,0%	33,7%	41,4%	10,1%	50,8%
Cachoeiras de Macacu	32,2%	318,2%	0,1%	25,9%	575,9%	48,0%	-23,3%	136,6%	-7,1%
Niterói	29,8%	112,4%	16,7%	12,7%	98,5%	19,8%	49,1%	-38,8%	-18,8%
Nilópolis	22,7%	-	-6,4%	150,0%	-18,9%	14,0%	46,0%	11,7%	-
Guapimirim	16,5%	114,3%	15,0%	50,0%	-9,3%	24,2%	41,1%	8,3%	-45,3%
Paracambi	2,7%	-	-13,3%	-25,0%	872,7%	47,1%	-55,7%	87,1%	-33,3%
Rio Bonito	-16,9%	146,2%	14,2%	110,0%	136,8%	16,0%	-45,3%	-1,8%	-26,2%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

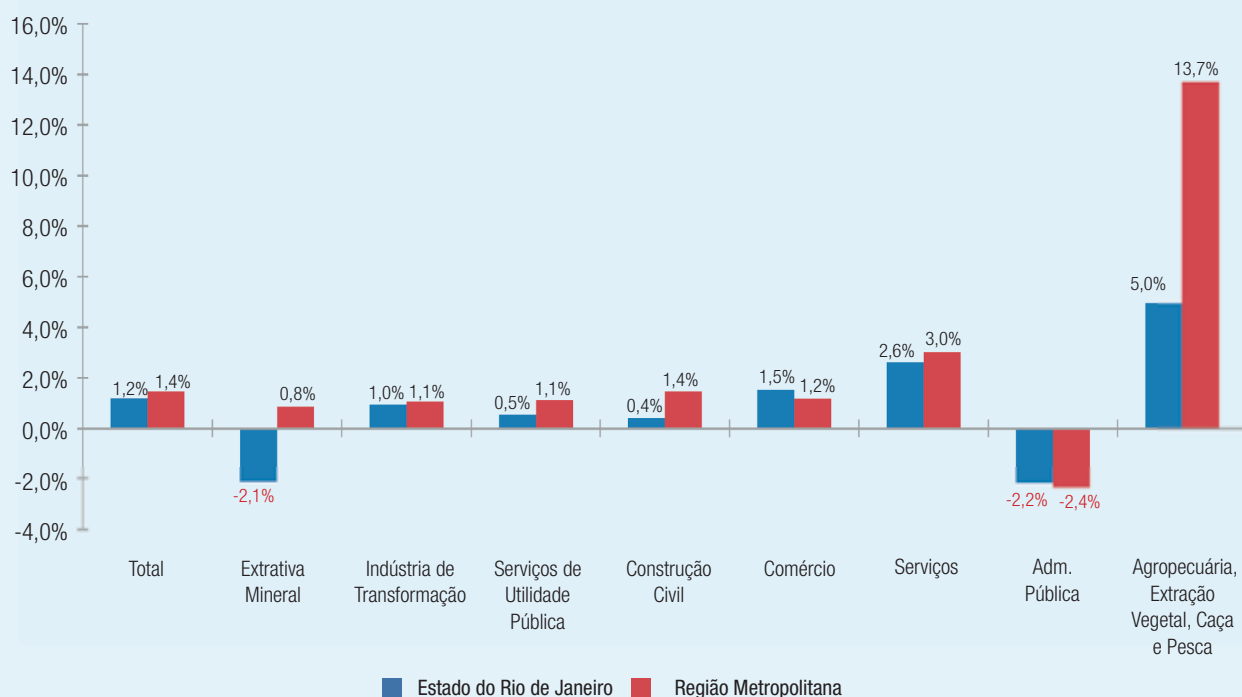
A tendência de curto prazo, entre 2013 e 2014, é menos expressiva no que diz respeito à interiorização das ocupações formais. O interior do Estado somente obteve crescimento maior do que a Região Metropolitana no segmento do Comércio. Os setores de Serviços, Construção Civil e

Serviços de Utilidade Pública tiveram crescimento maior na Região Metropolitana do que no interior do estado, assim como na Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que de um ano para o outro empregaram menos nas demais regiões do estado do que na Metropolitana – Gráfico 6 e Tabela 36.

Na variação entre os dois últimos anos o crescimento do emprego na Região Metropolitana ficou acima da elevação média sentida pelo estado.

6 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

TABELA 36

Varição do Número de Empregados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	1,2%	-2,1%	1,0%	0,5%	0,4%	1,5%	2,6%	-2,2%	5,0%
Região Metropolitana	1,4%	0,8%	1,1%	1,1%	1,4%	1,2%	3,0%	-2,4%	13,7%
Paracambi	26,1%	—	15,6%	500,0%	32,9%	21,7%	8,4%	49,5%	39,1%
Magé	17,9%	10,8%	42,8%	-33,7%	85,4%	2,9%	4,0%	24,8%	-12,8%
Tanguá	15,7%	-45,0%	0,2%	-9,1%	-24,0%	-0,8%	151,8%	-10,1%	2,2%
Maricá	12,3%	5,7%	6,6%	25,0%	41,7%	12,7%	17,7%	6,8%	2,5%
Japeri	7,1%	7,5%	3,2%	-1,4%	-19,1%	7,5%	33,8%	5,2%	66,7%
São Gonçalo	4,7%	60,0%	-11,2%	37,8%	19,1%	1,8%	4,2%	22,1%	-3,6%
Mesquita	3,7%	—	-28,4%	27,3%	-4,7%	10,0%	4,8%	11,9%	-100,0%
Nilópolis	2,9%	—	-9,4%	0,0%	-45,4%	0,1%	17,1%	-4,6%	200,0%
Belford Roxo	2,7%	12,5%	2,2%	-8,7%	-8,6%	8,9%	8,3%	-4,4%	225,0%
Niterói	2,1%	51,4%	0,3%	2,6%	7,6%	-0,9%	2,3%	-3,5%	172,9%
Nova Iguaçu	1,8%	-27,4%	-1,4%	166,0%	-16,7%	1,3%	5,9%	-1,3%	10,5%
Rio de Janeiro	1,5%	-4,1%	1,1%	-1,4%	8,3%	0,6%	3,2%	-3,8%	5,2%
Rio Bonito	1,1%	-11,1%	7,7%	2000,0%	-14,1%	0,9%	-17,9%	3955,0%	-7,1%
Seropédica	0,4%	9,1%	12,3%	7,6%	-36,7%	1,3%	-0,7%	14,6%	76,1%
Itaguaí	0,2%	-13,2%	4,7%	-28,9%	0,4%	7,8%	4,4%	-8,3%	12,3%
Duque de Caxias	0,0%	9,3%	6,4%	19,2%	0,6%	0,8%	-1,3%	-10,9%	-51,4%
Cachoeiras de Macacu	-2,0%	17,9%	-6,7%	11,5%	10,7%	6,3%	-14,1%	-3,2%	5,8%
Guapimirim	-2,5%	-11,8%	18,9%	11,4%	-43,0%	0,8%	-18,9%	-0,6%	15,6%
São João de Meriti	-2,8%	—	1,4%	8,8%	-5,7%	-4,7%	0,9%	-13,4%	-42,1%
Itaboraí	-3,8%	-14,8%	-14,8%	39,7%	-14,8%	8,0%	1,5%	7,7%	3,3%
Queimados	-26,7%	-20,7%	8,7%	86,7%	-93,9%	38,5%	5,6%	3,3%	100,0%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

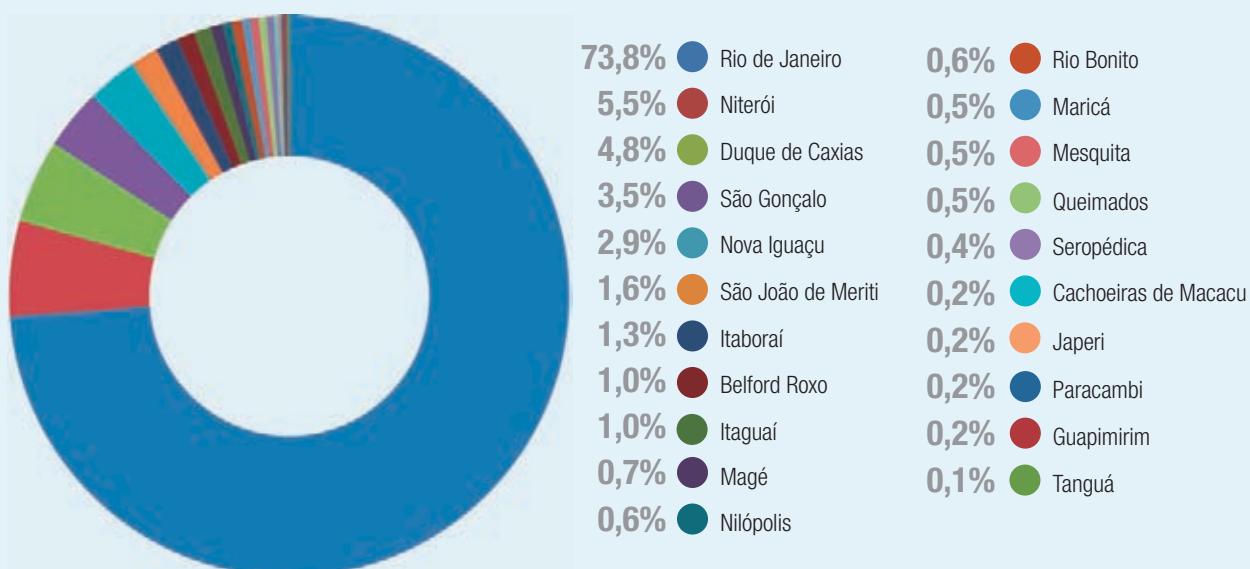
A Tabela 37 e o Gráfico 7 apresentam as localidades que mais empregam na Região Metropolitana em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Em termos de participação relativa, o município do Rio de Janeiro possuía a liderança em todos os segmentos. Apenas no segmento de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca a capital fluminense ficou abaixo

dos 60% do total de empregos da Região Metropolitana, sobretudo pela influência dos municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, além da pesca, em Niterói e São Gonçalo. Nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, a concentração na capital foi a maior dentre os oito segmentos, com 81,6% dos empregados de toda a Região Metropolitana.

A capital fluminense concentrou 73,8% das ocupações formais da Região Metropolitana em 2014, seguida por Niterói (5,5%) e Duque de Caxias (4,8%).

7 GRÁFICO

Distribuição (%) do Número de Empregados, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)



FONTE: RAIS/MTE (2015).

TABELA 37

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região Metropolitana	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rio de Janeiro	73,8%	75,1%	63,6%	81,6%	71,2%	65,1%	78,1%	77,5%	46,4%
Niterói	5,5%	12,1%	5,3%	8,8%	6,3%	5,6%	6,4%	2,1%	13,9%
Duque de Caxias	4,8%	1,1%	11,7%	2,5%	3,2%	6,4%	4,0%	2,6%	0,6%
São Gonçalo	3,5%	1,1%	4,2%	2,1%	2,6%	5,5%	2,8%	3,1%	3,7%
Nova Iguaçu	2,9%	1,0%	4,1%	1,7%	1,6%	5,1%	2,2%	2,7%	1,7%
São João de Meriti	1,6%	0,0%	1,7%	0,6%	0,5%	2,7%	1,5%	1,1%	0,2%
Itaboraí	1,3%	0,4%	1,5%	0,2%	6,0%	1,3%	0,8%	1,3%	3,3%
Belford Roxo	1,0%	0,2%	0,8%	0,2%	1,0%	1,4%	0,6%	1,8%	0,2%
Itaguaí	1,0%	1,5%	1,4%	0,1%	3,0%	0,9%	0,5%	1,6%	1,3%
Magé	0,7%	1,3%	0,9%	0,5%	1,5%	1,1%	0,3%	0,8%	1,2%
Nilópolis	0,6%	0,0%	0,4%	0,0%	0,2%	0,8%	0,5%	0,7%	0,1%
Rio Bonito	0,6%	0,2%	0,6%	0,1%	1,5%	0,6%	0,5%	0,4%	6,6%
Maricá	0,5%	0,6%	0,4%	0,0%	0,2%	0,8%	0,3%	0,8%	1,4%
Mesquita	0,5%	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,5%	0,6%	0,5%	0,0%
Queimados	0,5%	0,7%	1,1%	0,1%	0,2%	0,8%	0,2%	0,5%	0,0%
Seropédica	0,4%	3,7%	0,5%	0,2%	0,5%	0,3%	0,3%	0,6%	1,4%
Cachoeiras de Macacu	0,2%	0,3%	0,4%	0,6%	0,1%	0,3%	0,1%	0,5%	13,8%
Japeri	0,2%	0,4%	0,3%	0,6%	0,1%	0,2%	0,1%	0,5%	0,2%
Paracambi	0,2%	0,0%	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%	0,6%
Guapimirim	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	0,3%	1,9%
Tanguá	0,1%	0,3%	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	1,6%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

NOTA: (*) O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana. (**) Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Na média regional, o segmento de Serviços foi o que mais empregou na Região Metropolitana, segundo dados do MTE para o ano de 2014.

A Tabela 38 e o Gráfico 8 apresentam as vocações regionais do conjunto dos 21 municípios em 2014. É possível definir os segmentos que mais empregaram em cada um deles e verificar, por exemplo, que mais de 82,7% dos trabalhadores formais da Região Metropolitana estavam concentrados em três segmentos: Serviços (47,5%), Comércio (18,6%) e Administração Pública (16,6%). Em 12 dos 21 municípios, o Setor de Serviços concentrou a maior parte dos empregos, em seis, a supremacia foi da Administração

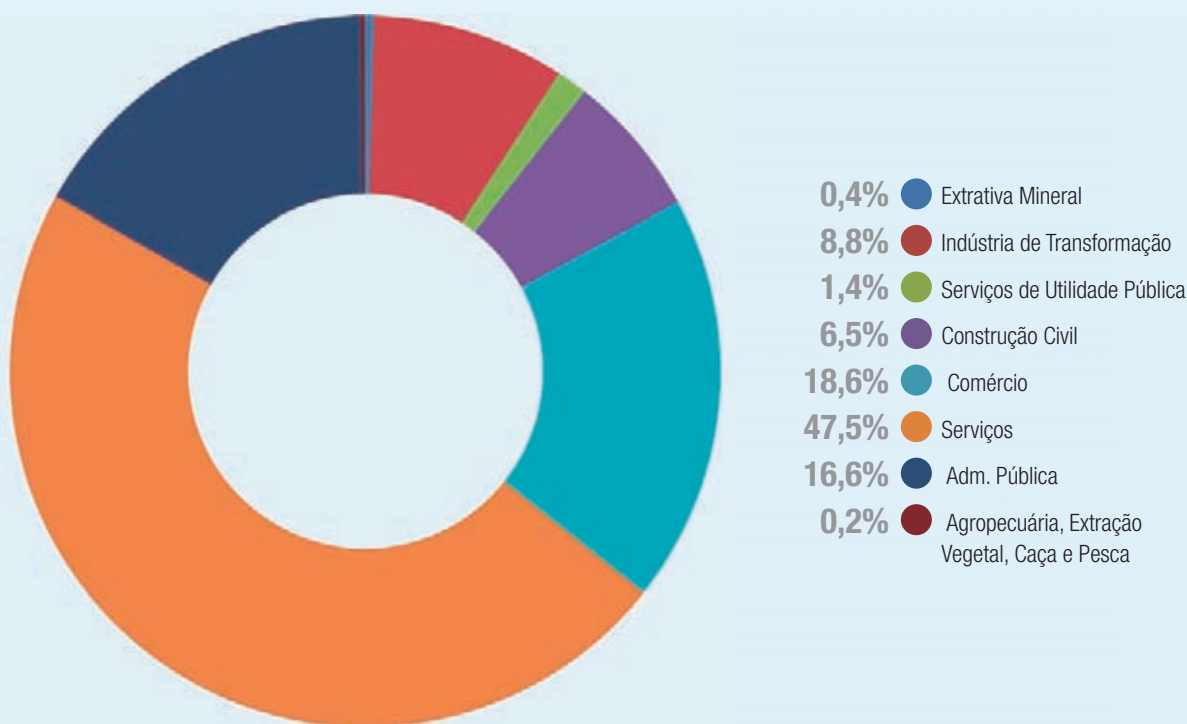
Pública; o Comércio foi o maior empregador em dois municípios e a Construção Civil liderou em um deles.

A Indústria de Transformação teve a participação mais elevada no município de Paracambi, onde foi o terceiro setor que mais empregou. Dos segmentos que possuíam mais da metade dos empregos, destacou-se o segmento de Serviços em Niterói (55,5%), Mesquita (54,5%) e Rio de Janeiro (50,2%).

8

GRÁFICO

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), por Segmentos, Segundo Classificação do IBGE



FONTE: RAIS/MTE (2015).

TABELA 38

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, extração vegetal, caça e pesca
Região Metropolitana	100,0%	0,4%	8,8%	1,4%	6,5%	18,6%	47,5%	16,6%	0,2%
Belford Roxo	100,0%	0,1%	7,4%	0,2%	6,3%	26,1%	29,6%	30,2%	0,0%
Cachoeiras de Macacu	100,0%	0,6%	13,6%	3,4%	2,4%	21,7%	15,0%	33,7%	9,6%
Duque de Caxias	100,0%	0,1%	21,5%	0,7%	4,3%	24,9%	39,5%	9,0%	0,0%
Guapimirim	100,0%	0,3%	14,7%	0,7%	0,8%	26,8%	19,3%	35,5%	1,9%
Itaboraí	100,0%	0,1%	10,1%	0,2%	29,2%	17,9%	26,6%	15,5%	0,4%
Itaguaí	100,0%	0,7%	12,2%	0,2%	19,7%	16,6%	23,5%	27,0%	0,2%
Japeri	100,0%	0,8%	13,3%	3,9%	3,3%	21,2%	13,0%	44,5%	0,1%
Magé	100,0%	0,9%	11,2%	1,0%	14,2%	29,0%	23,0%	20,5%	0,3%
Maricá	100,0%	0,5%	7,2%	0,0%	2,0%	30,5%	31,0%	28,2%	0,5%
Mesquita	100,0%	0,0%	6,1%	0,1%	2,4%	20,9%	54,5%	15,9%	0,0%
Nilópolis	100,0%	0,0%	6,0%	0,0%	2,6%	27,5%	44,7%	19,1%	0,0%
Niterói	100,0%	1,0%	8,5%	2,2%	7,4%	18,8%	55,5%	6,3%	0,4%
Nova Iguaçu	100,0%	0,2%	12,4%	0,8%	3,5%	32,5%	35,2%	15,4%	0,1%
Paracambi	100,0%	0,0%	21,6%	0,1%	3,4%	25,0%	16,1%	33,3%	0,5%
Queimados	100,0%	0,7%	21,1%	0,3%	3,2%	31,9%	25,6%	17,2%	0,0%
Rio Bonito	100,0%	0,2%	9,7%	0,2%	17,1%	18,8%	40,2%	12,1%	1,9%
Rio de Janeiro	100,0%	0,5%	7,6%	1,5%	6,3%	16,4%	50,2%	17,5%	0,1%
São Gonçalo	100,0%	0,1%	10,7%	0,8%	4,8%	29,8%	38,7%	14,9%	0,2%
São João de Meriti	100,0%	0,0%	9,4%	0,5%	1,9%	31,7%	45,1%	11,3%	0,0%
Seropédica	100,0%	4,1%	10,0%	0,7%	7,8%	15,5%	36,1%	25,3%	0,6%
Tanguá	100,0%	0,9%	12,3%	0,2%	6,8%	17,4%	32,7%	27,9%	1,9%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Porte das empresas

De acordo com a proposta metodológica do IBGE, para fins de pesquisa, uma empresa do Setor Industrial é considerada “MICRO” quando possui até 19 funcionários; “PEQUENA” de 20 a 99; “MÉDIA” de 100 a 499 e “GRANDE” de 500 ou mais empregados. Esta classificação é válida também para a Construção Civil. Já para os setores de Comércio e de Serviços, a categorização é de “MICRO” para estabelecimentos de até 9 trabalhadores; “PEQUENO” entre 10 e 49; “MÉDIO” de 50 a 99 e “GRANDE PORTE” para 100 ou mais assalariados (ver Box a seguir).

A definição do porte das empresas utilizada neste texto segue exclusivamente o critério do número de empregados por estabelecimento, foco desta seção. Paralelamente, as legislações pertinentes ao tema utilizam exclusivamente o faturamento anual das empresas para enquadramento das mesmas (ver Box).

Neste trabalho, foi utilizado o recorte estabelecido entre o IBGE e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, que delimita o contingente de trabalhadores em função do setor em que estão empregados (IBGE, 2010).

O Setor Indústria, composto pelos segmentos “Extrativa Mineral”, “Indústria de Transformação”, “Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)” e a “Construção Civil”, possui intervalos quantitativos diferentes daqueles utilizados nos Setores de Comércio e Serviços para definir o número de empregados que compõe cada um dos quatro conceitos de porte.

Ademais, salienta-se que no Setor de Serviços não estão contabilizados os empregados na Administração Pública, como da mesma maneira o Segmento “Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca” também está excluído da análise, ambos por apresentarem estruturas organizacionais particulares às suas atividades.

PORTE DE EMPRESAS

PORTE	Indústria & Construção	Comércio & Serviços
	Pessoas Empregadas	Pessoas Empregadas
MICRO	até 19	até 9
PEQUENO	de 20 a 99	10 a 49
MÉDIO	100 a 499	50 a 99
GRANDE	500 ou mais	100 ou mais

FONTE: SEBRAE (2010).

LEGISLAÇÃO

Lei Complementar Federal nº 123/2006, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral das MPEs).

Lei Estadual nº 5.147, de 06/12/2007: Dispõe sobre a aplicação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ao Estado do Rio de Janeiro.

Lei Complementar Federal nº 139/2011, de 10/11/2011: Altera Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências. (Última Atualização).

De acordo com a última atualização da Lei Geral (10/11/2011), segue classificação por Porte das Empresas, segundo o faturamento:

PORTE	TODOS OS SETORES
	Receita Bruta Anual
Micro	Até R\$ 360.000,00
Pequeno	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013: Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Ao total, mais de 1,2 milhão de trabalhadores estavam empregados em micro e pequenas empresas da Região Metropolitana no ano de 2014.

O emprego industrial na Região Metropolitana compreendeu aproximadamente 615 mil funcionários formalizados. Destes, mais de 283 mil estavam alocados em firmas de pequeno e médio porte e mais de 250 mil em firmas de grande porte. Contudo, nove municípios não possuíam grandes empresas no setor Industrial, como pode ser visto na Tabela a seguir. Assim, do total dos empregados na Região Metropolitana, as grandes empresas empregaram

mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores, 65 mil trabalhadores a mais do que a soma das micro e pequenas (MPE) (Tabela 39).

No total do Estado do Rio de Janeiro, as micro e pequenas empresas empregaram mais de 1,7 milhão, as grandes mais de 1,6 milhão sendo, aproximadamente, 78% destes empregados no Setor de Comércio e Serviços. Na Região Metropolitana do Rio, esse percentual ultrapassou 80%.

39 TABELA

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
ERJ	124.316	184.178	222.689	353.410	563.890	828.297	299.653	1.259.212	688.206	1.012.475	522.342	1.612.622
Região Metropolitana	80.634	125.642	157.368	251.414	408.222	648.481	243.126	1.076.592	488.856	774.123	400.494	1.328.006
Belford Roxo	1.365	1.788	1.025	845	4.555	6.180	2.917	6.375	5.920	7.968	3.942	7.220
Cachoeiras de Macacu	428	633	581	0	1.358	1.268	133	260	1.786	1.901	714	260
Duque de Caxias	6.742	8.310	8.540	22.468	17.936	28.856	13.203	51.350	24.678	37.166	21.743	73.818
Guapimirim	260	358	335	0	976	1.104	266	319	1.236	1.462	601	319
Itaboraí	1.454	3.219	2.879	11.596	4.350	6.583	1.936	8.612	5.804	9.802	4.815	20.208
Itaguaí	829	1.583	2.495	6.750	3.201	5.622	1.575	3.934	4.030	7.205	4.070	10.684
Japeri	183	838	489	0	769	733	395	533	952	1.571	884	533
Magé	1.014	1.858	1.249	2.567	3.957	4.647	1.624	2.501	4.971	6.505	2.873	5.068
Maricá	612	605	505	0	3.011	4.028	955	2.831	3.623	4.633	1.460	2.831
Mesquita	562	557	380	0	1.848	2.927	873	7.383	2.410	3.484	1.253	7.383
Nilópolis	717	559	488	0	3.561	4.600	1.655	4.911	4.278	5.159	2.143	4.911
Niterói	4.339	6.823	9.149	17.377	30.063	45.620	13.165	58.203	34.402	52.443	22.314	75.580
Nova Iguaçu	3.019	4.061	4.972	5.606	15.294	23.864	8.179	23.898	18.313	27.925	13.151	29.504
Paracambi	251	712	126	507	956	842	397	431	1.207	1.554	523	938
Queimados	613	1.303	2.205	0	1.971	2.462	1.683	3.268	2.584	3.765	3.888	3.268
Rio Bonito	781	1.633	1.183	1.870	2.551	3.887	1.135	4.329	3.332	5.520	2.318	6.199
Rio de Janeiro	49.285	81.638	112.582	175.925	283.812	463.793	179.209	842.038	333.097	545.431	291.791	1.017.963
São Gonçalo	4.977	5.461	4.701	5.366	18.194	27.625	8.105	31.402	23.171	33.086	12.806	36.768
São João de Meriti	2.383	2.507	1.300	537	8.270	11.496	4.943	18.955	10.653	14.003	6.243	19.492
Seropédica	657	907	1.652	0	1.022	1.643	433	4.231	1.679	2.550	2.085	4.231
Tanguá	163	289	532	0	567	701	345	828	730	990	877	828

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Entre 2006 e 2014, não houve nenhuma retração no número de trabalhadores no total da Região Metropolitana, na divisão por porte das empresas.

Percebeu-se uma elevação do número de empregados, entre 2006 e 2014, em todos os municípios nas micro e pequenas empresas. Algumas médias e grandes, no entanto, decresceram no emprego total deste período. A retração no número de

empregados nas grandes indústrias se deu somente em Cachoeiras de Macacu, Paracambi e Rio Bonito. A única retração de 100% dos trabalhadores ocorreu no município de Queimados, em grandes empresas de Comércio e Serviços – Tabela 40.

TABELA 40

Varição do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana Entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
ERJ	27,9%	33,5%	38,1%	78,1%	25,5%	41,2%	41,5%	52,0%	26,0%	39,8%	40,0%	57,1%
Região Metropolitana	26,4%	28,3%	41,0%	87,5%	21,2%	36,8%	38,0%	54,1%	22,1%	35,4%	39,2%	59,5%
Belford Roxo	31,6%	73,8%	-34,4%	–	45,6%	62,1%	104,6%	87,4%	42,1%	64,6%	31,9%	112,2%
Cachoeiras de Macacu	18,9%	37,3%	3,8%	–	55,4%	38,3%	-24,4%	-69,3%	44,7%	38,0%	-3,0%	-69,3%
Duque de Caxias	27,7%	9,6%	-14,2%	100,9%	42,1%	54,2%	43,8%	52,8%	37,9%	41,3%	13,6%	64,8%
Guapimirim	54,8%	36,1%	-15,2%	–	56,9%	31,6%	-25,3%	44,3%	56,5%	32,7%	-20,0%	44,3%
Itaboraí	71,9%	40,4%	127,2%	–	57,6%	79,6%	50,1%	201,5%	60,9%	64,5%	88,3%	607,6%
Itaguaí	50,7%	15,1%	114,5%	–	54,0%	135,4%	101,1%	-33,3%	53,3%	91,5%	109,1%	81,2%
Japeri	0,5%	306,8%	–	–	90,3%	164,6%	138,0%	30,6%	62,5%	225,3%	432,5%	30,6%
Magé	47,4%	98,9%	-29,1%	–	38,7%	71,0%	36,7%	1,2%	40,4%	78,1%	-2,6%	105,1%
Maricá	73,9%	41,0%	77,2%	–	51,2%	94,7%	57,3%	318,2%	54,6%	85,5%	63,7%	318,2%
Mesquita	59,7%	23,5%	114,7%	–	71,3%	140,7%	49,0%	75,5%	68,4%	109,0%	64,2%	75,5%
Nilópolis	23,6%	-19,2%	-30,2%	–	28,2%	27,5%	-9,4%	66,2%	27,4%	19,9%	-15,1%	66,2%
Niterói	30,1%	25,3%	55,7%	46,9%	16,1%	30,3%	21,5%	76,6%	17,7%	29,6%	33,5%	68,7%
Nova Iguaçu	16,3%	9,0%	-5,6%	-38,0%	32,8%	55,2%	28,2%	55,5%	29,8%	46,2%	12,9%	20,8%
Paracambi	85,9%	287,0%	–	-60,9%	39,4%	46,2%	25,6%	-76,5%	47,0%	104,5%	65,5%	-70,0%
Queimados	203,5%	142,6%	38,9%	-100,0%	57,2%	80,2%	45,7%	372,9%	77,5%	97,8%	41,7%	159,8%
Rio Bonito	23,2%	19,5%	100,5%	210,1%	-2,4%	6,5%	-22,3%	-58,3%	2,6%	10,0%	13,1%	-43,6%
Rio de Janeiro	23,0%	30,4%	53,8%	84,9%	16,8%	32,6%	40,6%	53,5%	17,7%	32,2%	45,4%	58,2%
São Gonçalo	36,9%	10,5%	-6,7%	21,7%	37,7%	48,5%	18,7%	87,9%	37,5%	40,5%	7,9%	74,1%
São João de Meriti	4,7%	0,4%	-5,8%	–	25,8%	41,3%	35,2%	63,3%	20,4%	31,7%	23,9%	67,9%
Seropédica	62,2%	126,8%	169,1%	–	73,5%	105,9%	48,8%	54,4%	68,9%	112,9%	130,4%	54,4%
Tanguá	38,1%	-41,0%	170,1%	–	95,5%	98,6%	68,3%	688,6%	78,9%	17,4%	118,2%	688,6%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

O município do Rio concentrou 70% do emprego em empresas de micro e pequeno porte de toda a RMRJ em 2014.

O município do Rio reafirmou sua liderança no número total de trabalhadores formais em todos os tamanhos de empresa. A participação da cidade na Região foi de mais de dois terços em todos os tipos de porte de empresas, considerando a soma de Indústrias, Comércio e Serviços. Niterói

superou Duque de Caxias em todos os quatro portes no total de empregados. Estas duas cidades representam polos de atração de emprego nas áreas em que estão localizadas, atraindo grande parte da mão de obra de municípios vizinhos – Tabelas 43 e 44.

41 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados Entre os Municípios da Região Metropolitana, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
Região Metropolitana	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Belford Roxo	1,7%	1,4%	0,7%	0,3%	1,1%	1,0%	1,2%	0,6%	1,2%	1,0%	1,0%	0,5%
Cachoeiras de Macacu	0,5%	0,5%	0,4%	0,0%	0,3%	0,2%	0,1%	0,0%	0,4%	0,2%	0,2%	0,0%
Duque de Caxias	8,4%	6,6%	5,4%	8,9%	4,4%	4,4%	5,4%	4,8%	5,0%	4,8%	5,4%	5,6%
Guapimirim	0,3%	0,3%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%	0,3%	0,2%	0,2%	0,0%
Itaboraí	1,8%	2,6%	1,8%	4,6%	1,1%	1,0%	0,8%	0,8%	1,2%	1,3%	1,2%	1,5%
Itaguaí	1,0%	1,3%	1,6%	2,7%	0,8%	0,9%	0,6%	0,4%	0,8%	0,9%	1,0%	0,8%
Japeri	0,2%	0,7%	0,3%	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%
Magé	1,3%	1,5%	0,8%	1,0%	1,0%	0,7%	0,7%	0,2%	1,0%	0,8%	0,7%	0,4%
Maricá	0,8%	0,5%	0,3%	0,0%	0,7%	0,6%	0,4%	0,3%	0,7%	0,6%	0,4%	0,2%
Mesquita	0,7%	0,4%	0,2%	0,0%	0,5%	0,5%	0,4%	0,7%	0,5%	0,5%	0,3%	0,6%
Nilópolis	0,9%	0,4%	0,3%	0,0%	0,9%	0,7%	0,7%	0,5%	0,9%	0,7%	0,5%	0,4%
Niterói	5,4%	5,4%	5,8%	6,9%	7,4%	7,0%	5,4%	5,4%	7,0%	6,8%	5,6%	5,7%
Nova Iguaçu	3,7%	3,2%	3,2%	2,2%	3,7%	3,7%	3,4%	2,2%	3,7%	3,6%	3,3%	2,2%
Paracambi	0,3%	0,6%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Queimados	0,8%	1,0%	1,4%	0,0%	0,5%	0,4%	0,7%	0,3%	0,5%	0,5%	1,0%	0,2%
Rio Bonito	1,0%	1,3%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,5%	0,4%	0,7%	0,7%	0,6%	0,5%
Rio de Janeiro	61,1%	65,0%	71,5%	70,0%	69,5%	71,5%	73,7%	78,2%	68,1%	70,5%	72,9%	76,7%
São Gonçalo	6,2%	4,3%	3,0%	2,1%	4,5%	4,3%	3,3%	2,9%	4,7%	4,3%	3,2%	2,8%
São João de Meriti	3,0%	2,0%	0,8%	0,2%	2,0%	1,8%	2,0%	1,8%	2,2%	1,8%	1,6%	1,5%
Seropédica	0,8%	0,7%	1,0%	0,0%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%	0,3%	0,3%	0,5%	0,3%
Tanguá	0,2%	0,2%	0,3%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Em 2014, as empresas de grande porte foram as maiores empregadoras tanto no estado como na Região Metropolitana.

Nos setores industriais e na Construção Civil, a maioria dos municípios que apresentaram empresas de grande porte na Região possuía a maior parte do emprego concentrada nestas. No Comércio e nos Serviços, por serem estabelecimentos menores, porém, mais numerosos, as empresas de micro e pequeno porte tiveram papel fundamental.

No total por porte, a supremacia de firmas grandes no emprego

da Região foi de 44,4%, quase a metade de todos empregados, quando retiradas a Administração Pública e as atividades Agropecuárias e a Pesca. Em Mesquita, as empresas de grande porte dominaram mais do que a metade do total de empregados. Por outro lado, em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim as micro e pequenas empresas empregaram mais de 70% do total de trabalhadores – Tabela 42.

TABELA 42

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
Região Metropolitana	13,1%	20,4%	25,6%	40,9%	17,2%	27,3%	10,2%	45,3%	16,3%	25,9%	13,4%	44,4%
Belford Roxo	27,2%	35,6%	20,4%	16,8%	22,7%	30,9%	14,6%	31,8%	23,6%	31,8%	15,7%	28,8%
Cachoeiras de Macacu	26,1%	38,6%	35,4%	0,0%	45,0%	42,0%	4,4%	8,6%	38,3%	40,8%	15,3%	5,6%
Duque de Caxias	14,6%	18,0%	18,5%	48,8%	16,1%	25,9%	11,9%	46,1%	15,7%	23,6%	13,8%	46,9%
Guapimirim	27,3%	37,6%	35,2%	0,0%	36,6%	41,4%	10,0%	12,0%	34,2%	40,4%	16,6%	8,8%
Itaboraí	7,6%	16,8%	15,0%	60,6%	20,3%	30,6%	9,0%	40,1%	14,3%	24,1%	11,9%	49,7%
Itaguaí	7,1%	13,6%	21,4%	57,9%	22,3%	39,2%	11,0%	27,4%	15,5%	27,7%	15,7%	41,1%
Japeri	12,1%	55,5%	32,4%	0,0%	31,6%	30,2%	16,3%	21,9%	24,2%	39,9%	22,4%	13,5%
Magé	15,2%	27,8%	18,7%	38,4%	31,1%	36,5%	12,8%	19,6%	25,6%	33,5%	14,8%	26,1%
Maricá	35,5%	35,1%	29,3%	0,0%	27,8%	37,2%	8,8%	26,2%	28,9%	36,9%	11,6%	22,6%
Mesquita	37,5%	37,2%	25,4%	0,0%	14,2%	22,5%	6,7%	56,7%	16,6%	24,0%	8,6%	50,8%
Nilópolis	40,6%	31,7%	27,7%	0,0%	24,2%	31,2%	11,2%	33,3%	25,9%	31,3%	13,0%	29,8%
Niterói	11,5%	18,1%	24,3%	46,1%	20,4%	31,0%	9,0%	39,6%	18,6%	28,4%	12,1%	40,9%
Nova Iguaçu	17,1%	23,0%	28,2%	31,7%	21,5%	33,5%	11,5%	33,5%	20,6%	31,4%	14,8%	33,2%
Paracambi	15,7%	44,6%	7,9%	31,8%	36,4%	32,1%	15,1%	16,4%	28,6%	36,8%	12,4%	22,2%
Queimados	14,9%	31,6%	53,5%	0,0%	21,0%	26,2%	17,9%	34,8%	19,1%	27,9%	28,8%	24,2%
Rio Bonito	14,3%	29,9%	21,6%	34,2%	21,4%	32,7%	9,5%	36,4%	19,2%	31,8%	13,3%	35,7%
Rio de Janeiro	11,8%	19,5%	26,8%	41,9%	16,0%	26,2%	10,1%	47,6%	15,2%	24,9%	13,3%	46,5%
São Gonçalo	24,3%	26,6%	22,9%	26,2%	21,3%	32,4%	9,5%	36,8%	21,9%	31,3%	12,1%	34,7%
São João de Meriti	35,4%	37,3%	19,3%	8,0%	18,9%	26,3%	11,3%	43,4%	21,1%	27,8%	12,4%	38,7%
Seropédica	20,4%	28,2%	51,4%	0,0%	13,9%	22,4%	5,9%	57,7%	15,9%	24,2%	19,8%	40,1%
Tanguá	16,6%	29,4%	54,1%	0,0%	23,2%	28,7%	14,1%	33,9%	21,3%	28,9%	25,6%	24,2%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Segundo o grau de instrução, 61,5% da força de trabalho da Região Metropolitana possuía de 8 a 11 anos de estudo em 2014.

O grau de instrução dos trabalhadores formais é um indicativo da relação entre escolaridade e mercado de trabalho. O número de empregados por anos de estudo na Região Metropolitana mostrou que foram poucos os analfabetos em número absoluto e, em termos percentuais, apresentou taxa pouco menor do que a verificada no Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, o maior grau de instrução mensurado, no qual os trabalhadores tinham pelo

menos curso superior, seja em andamento, concluído ou ainda, em fase de pós-graduação, teve maior participação na Região do que na média do estado. É notória a participação deste último nível na mão de obra alocada em Seropédica (31,9%), em função da centralidade oferecida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste nível, Rio Bonito apresentou a menor participação de graduandos e pós-graduandos da Região Metropolitana na força de trabalho: 10,5% – Tabelas 43 e 44.

43 TABELA

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Total Empregados	Anos de Estudo				
		Analfabetos	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos ou mais
ERJ	4.641.380	6.778	120.095	432.741	2.901.700	1.180.066
Região Metropolitana	3.594.439	4.478	87.155	317.717	2.210.787	974.302
Rio de Janeiro	2.654.076	3.121	65.687	222.581	1.558.874	803.813
Niterói	198.013	261	5.216	19.005	131.852	41.679
Duque de Caxias	172.977	266	3.578	20.521	119.126	29.486
São Gonçalo	124.617	103	1.966	10.853	88.448	23.247
Nova Iguaçu	105.180	87	2.029	9.661	74.599	18.804
São João de Meriti	56.836	66	909	5.816	43.714	6.331
Itaboraí	48.300	98	1.415	6.882	32.192	7.713
Belford Roxo	35.911	56	834	2.663	23.538	8.820
Itaguaí	35.690	59	614	3.714	25.700	5.603
Magé	24.500	53	532	2.739	17.633	3.543
Nilópolis	20.393	12	200	1.635	15.157	3.389
Rio Bonito	20.179	90	1.096	2.462	14.419	2.112
Maricá	17.585	27	376	1.457	11.691	4.034
Mesquita	17.278	22	302	1.360	12.446	3.148
Queimados	16.317	67	351	1.785	11.143	2.971
Seropédica	14.220	20	217	1.099	8.352	4.532
Cachoeiras de Macacu	8.215	40	454	948	5.377	1.396
Japeri	7.115	7	210	865	4.676	1.357
Paracambi	6.379	1	817	547	4.205	809
Guapimirim	5.778	6	214	614	4.169	775
Tanguá	4.880	16	138	510	3.476	740

FONTE: RAIS/MTE (2015).

Segundo o grau de instrução, 27,1% da força de trabalho da Região Metropolitana possuía 12 ou mais anos de estudo em 2014.

A maior concentração dos trabalhadores formais nos 21 municípios da Região Metropolitana estava no grau de instrução referente aos níveis fundamental completo e médio completo e incompleto, equivalente a 8 a 11 anos de estudo. Sobre os demais níveis, 1 a 3 anos representam trabalhadores que são alfabetizados, mas não prosseguiram na escola e a faixa de 4 a 7 anos de estudo equivale aos que cursaram o Ensino Fundamental, mas não o concluíram.

Os municípios de Paracambi e Itaboraí apresentaram os maiores percentuais de funcionários na Região, nestes dois graus de instrução, respectivamente. Na outra ponta estava Seropédica, que se destacou como o município onde havia o maior percentual de graduandos e pós-graduandos na Região, sobretudo em função da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, como visto na tabela a seguir.

TABELA 44

Distribuição dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Total Empregados	Anos de Estudo				
		Analfabetos	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 Anos ou Mais
Região Metropolitana	100,0%	0,1%	2,4%	8,8%	61,5%	27,1%
Belford Roxo	100,0%	0,2%	2,3%	7,4%	65,5%	24,6%
Cachoeiras de Macacu	100,0%	0,5%	5,5%	11,5%	65,5%	17,0%
Duque de Caxias	100,0%	0,2%	2,1%	11,9%	68,9%	17,0%
Guapimirim	100,0%	0,1%	3,7%	10,6%	72,2%	13,4%
Itaboraí	100,0%	0,2%	2,9%	14,2%	66,7%	16,0%
Itaguaí	100,0%	0,2%	1,7%	10,4%	72,0%	15,7%
Japeri	100,0%	0,1%	3,0%	12,2%	65,7%	19,1%
Magé	100,0%	0,2%	2,2%	11,2%	72,0%	14,5%
Maricá	100,0%	0,2%	2,1%	8,3%	66,5%	22,9%
Mesquita	100,0%	0,1%	1,7%	7,9%	72,0%	18,2%
Nilópolis	100,0%	0,1%	1,0%	8,0%	74,3%	16,6%
Niterói	100,0%	0,1%	2,6%	9,6%	66,6%	21,0%
Nova Iguaçu	100,0%	0,1%	1,9%	9,2%	70,9%	17,9%
Paracambi	100,0%	0,0%	12,8%	8,6%	65,9%	12,7%
Queimados	100,0%	0,4%	2,2%	10,9%	68,3%	18,2%
Rio Bonito	100,0%	0,4%	5,4%	12,2%	71,5%	10,5%
Rio de Janeiro	100,0%	0,1%	2,5%	8,4%	58,7%	30,3%
São Gonçalo	100,0%	0,1%	1,6%	8,7%	71,0%	18,7%
São João de Meriti	100,0%	0,1%	1,6%	10,2%	76,9%	11,1%
Seropédica	100,0%	0,1%	1,5%	7,7%	58,7%	31,9%
Tanguá	100,0%	0,3%	2,8%	10,5%	71,2%	15,2%

Em 2014, a Região Metropolitana obteve média salarial maior que do estado. Seropédica teve o maior salário médio R\$ 3.434,00.

A relação entre escolaridade e remuneração do trabalhador é definida pela divisão da massa salarial pela quantidade de empregados a cada grau de instrução. A intenção é a de que haja “prêmio salarial”, ou seja, quanto maior a escolaridade maior o salário recebido, conforme verificado na média da Região Metropolitana. Entretanto, nem sempre é o que acontece para a média do Estado do Rio de Janeiro em alguns municípios da Região, que paga salários um pouco superiores àqueles que pararam os estudos após a alfabetização

em comparação àqueles que interromperam os estudos próximos de completar o Ensino Fundamental.

O “efeito-diploma” é de fato observado a partir do primeiro nível de instrução, quando os salários médios recebem acréscimos substantivos conforme o grau obtido pelo trabalhador. O maior salto estava na média da região, na passagem do nível médio para o nível superior, quando a remuneração média mais do que triplicou – Tabela 45.

45 TABELA

Remuneração Média (R\$) dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Total Empregados	Anos de Estudo				
		Analfabetos	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos ou mais
ERJ	2.779	1.219	1.505	1.477	1.872	5.625
Região Metropolitana	2.887	1.352	1.591	1.519	1.872	5.758
Seropédica	3.434	1.255	1.743	1.794	1.834	6.872
Rio de Janeiro	3.190	1.428	1.668	1.563	1.979	6.122
Niterói	2.602	1.384	1.632	1.580	1.920	5.353
Itaguaí	2.473	1.594	1.578	1.615	2.133	4.712
Itaboraí	2.328	1.153	1.432	1.743	2.042	4.224
Duque de Caxias	2.187	1.069	1.294	1.389	1.636	5.087
Japeri	1.943	854	1.070	1.224	1.775	3.122
Queimados	1.824	1.103	1.255	1.454	1.496	3.361
Belford Roxo	1.782	1.267	1.334	1.326	1.506	2.699
Mesquita	1.685	1.198	1.526	1.284	1.458	2.772
São Gonçalo	1.657	1.084	1.288	1.227	1.413	2.823
Nova Iguaçu	1.643	1.106	1.190	1.307	1.380	2.907
Magé	1.631	1.340	1.185	1.411	1.487	2.593
Rio Bonito	1.613	1.068	1.197	1.225	1.429	3.563
Cachoeiras de Macacu	1.572	1.005	1.124	1.251	1.377	2.702
Maricá	1.555	904	1.177	1.257	1.329	2.358
Tanguá	1.535	1.082	1.217	1.237	1.388	2.499
Guapimirim	1.519	849	1.145	1.131	1.436	2.385
Nilópolis	1.500	838	1.161	1.304	1.283	2.585
São João de Meriti	1.457	1.056	1.119	1.284	1.345	2.444
Paracambi	1.319	1.587	1.022	1.121	1.290	1.906

FONTE: RAIS/MTE (2015).

4.5 ESTABELECIMENTOS

O quantitativo de estabelecimentos formais e a evolução destes nas regiões político-administrativas do estado do Rio refletem a criação de novas empresas e/ou a formalização de negócios antes não registrados. Esta análise possibilita inclusive, diferenciar as empresas por tamanho, segundo o número de empregados. Na Região Metropolitana, por exemplo, como visto na seção anterior, 8,8% dos trabalhadores formais estavam alocados na Indústria de Transformação. Entretanto, como será apresentado adiante, apenas 6,2% dos estabelecimentos

pertencem a esse segmento. Em outras palavras, os 12.397 estabelecimentos da Indústria de Transformação empregaram em 2014, em média, 26 funcionários cada.

Por outro lado, os segmentos de Comércio e Serviços, juntos, responderam por 88,8% de todos os estabelecimentos formalizados na Região. Contabilizando 178.427 empresas, estes dois segmentos, porém, apresentaram média de 13 empregados em cada uma, refletindo uma diferente configuração setorial.

Todos os estabelecimentos formais, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), declaram suas atividades ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), gerando uma ampla base de dados sobre as firmas instaladas no país.

Por ser caracterizado por estabelecimentos de maior porte, o Setor Industrial concentrou 17,1% dos empregados em 10,3% do total das empresas da Região Metropolitana. Ou seja, são empresas que empregaram mais funcionários do que em estabelecimentos comerciais ou em escritórios, por exemplo. Empresas formalizadas na Indústria Extrativa Mineral e em Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram-se em menor número ou, até mesmo, foram inexistentes em alguns municípios.

Além das empresas extrativas e de utilidade pública, quando reunidas também àquelas da

Construção Civil e da Indústria de Transformação, constituindo o Setor Industrial, somam-se 20.783 empresas industriais no todo da Região, contra 178.427 do Setor de Comércio e Serviços. No outro extremo dos segmentos, depois da capital, Cachoeiras de Macacu foi o município da Região Metropolitana que mais apresentou estabelecimentos formais no segmento de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. Ao todo, foram 1.206 estabelecimentos, representando 16,8% do total do estado, o que ainda traduziu uma importância do cultivo de algumas culturas na Região – Tabela 46.

A Região Metropolitana possuía, em média, 70% dos estabelecimentos formais de todo o estado do Rio. Os prestadores de serviços superaram a média, com 76% do total em 2014.

46 TABELA

Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana em 2014, Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	287.851	678	19.956	635	11.291	105.948	141.465	711	7.167
Região Metropolitana	200.865	333	12.397	443	7.610	70.348	108.079	449	1.206
Rio de Janeiro	138.626	169	7.300	306	4.994	43.375	81.772	299	411
Niterói	13.717	7	621	24	484	4.431	7.978	63	109
Duque de Caxias	9.513	14	1.098	41	403	4.466	3.467	11	13
São Gonçalo	9.043	8	877	13	352	4.240	3.522	15	16
Nova Iguaçu	7.344	8	494	7	278	3.448	3.078	11	20
São João de Meriti	4.034	0	445	7	132	1.948	1.495	3	4
Belford Roxo	2.396	2	216	5	166	1.188	812	3	4
Itaboraí	2.341	10	233	6	140	1.005	879	2	66
Magé	2.025	4	168	7	105	1.063	655	2	21
Nilópolis	1.718	0	122	1	56	793	741	3	2
Itaguaí	1.652	22	97	3	98	738	656	5	33
Maricá	1.583	10	98	1	55	757	629	6	27
Rio Bonito	1.564	5	123	4	91	544	669	2	126
Mesquita	1.005	0	109	4	44	475	371	2	0
Queimados	977	5	88	3	70	471	337	2	1
Cachoeiras de Macacu	949	3	79	4	32	331	238	4	258
Seropédica	635	54	51	1	48	254	205	3	19
Guapimirim	516	4	47	1	11	249	176	2	26
Paracambi	499	0	58	2	14	239	171	5	10
Japeri	396	4	37	2	20	198	129	4	2
Tanguá	332	4	36	1	17	135	99	2	38

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

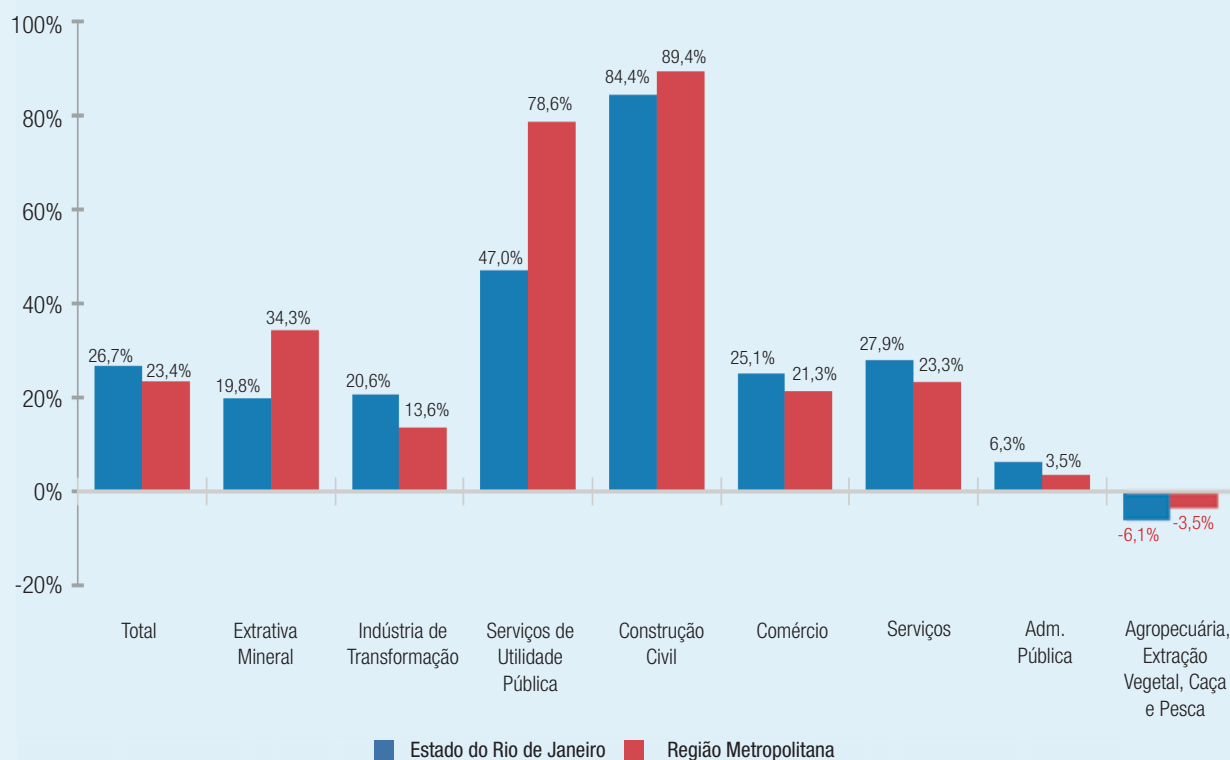
A economia da Região Metropolitana apresentou três segmentos com crescimento maior do que a média estadual no período compreendido entre os anos 2006 e 2014. A Indústria de Transformação cresceu 13,6%, aumentando o número de estabelecimentos formais em 1.483. Tanguá foi o município com maior crescimento percentual

neste período, com 100% no total de estabelecimentos. Já o maior saldo foi verificado na capital, com incremento de 662 novas empresas. O setor que mais cresceu foi o de Construção Civil, com incremento de 89,4% no período, fechando 2014 com um total de 7.610 estabelecimentos na região, quase 70% de todo o estado, como visto no Gráfico 9 e na Tabela 47.

De 2006 a 2014, a elevação do número total de estabelecimentos na Construção Civil da Região Metropolitana superou a média do estado.

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 9



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

47 TABELA

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	26,7%	19,8%	20,6%	47,0%	84,4%	25,1%	27,9%	6,3%	-6,1%
Região Metropolitana	23,4%	34,3%	13,6%	78,6%	89,4%	21,3%	23,3%	3,5%	-3,5%
Japeri	90,4%	0,0%	60,9%	-	122,2%	78,4%	126,3%	33,3%	100,0%
Seropédica	83,0%	38,5%	96,2%	0,0%	152,6%	77,6%	89,8%	50,0%	111,1%
Mesquita	82,1%	-100,0%	43,4%	300,0%	193,3%	83,4%	91,2%	-60,0%	-
Queimados	62,0%	25,0%	69,2%	50,0%	438,5%	46,7%	64,4%	0,0%	-75,0%
Itaboraí	57,2%	-28,6%	41,2%	100,0%	311,8%	43,2%	86,2%	-33,3%	-31,3%
Tanguá	56,6%	0,0%	100,0%	0,0%	88,9%	40,6%	125,0%	0,0%	0,0%
Maricá	53,5%	150,0%	46,3%	-	150,0%	43,6%	69,1%	100,0%	-25,0%
Belford Roxo	50,1%	100,0%	22,0%	150,0%	140,6%	44,0%	57,7%	-25,0%	33,3%
Itaguaí	47,1%	10,0%	38,6%	200,0%	100,0%	51,2%	59,2%	150,0%	-59,3%
Paracambi	43,4%	-	81,3%	0,0%	100,0%	41,4%	39,0%	66,7%	-16,7%
Duque de Caxias	38,2%	7,7%	10,4%	105,0%	85,7%	40,1%	43,1%	10,0%	-27,8%
São Gonçalo	37,8%	-33,3%	22,5%	85,7%	131,6%	31,6%	44,5%	36,4%	166,7%
Magé	37,4%	-20,0%	33,3%	0,0%	150,0%	30,0%	46,9%	0,0%	-25,0%
Cachoeiras de Macacu	33,5%	200,0%	27,4%	33,3%	190,9%	43,9%	53,5%	33,3%	4,9%
Guapimirim	33,3%	100,0%	-2,1%	0,0%	83,3%	55,6%	28,5%	-33,3%	-13,3%
Nova Iguaçu	33,3%	33,3%	10,8%	-22,2%	101,4%	28,2%	39,8%	37,5%	66,7%
Nilópolis	28,2%	-100,0%	19,6%	0,0%	64,7%	21,1%	36,0%	50,0%	-
São João de Meriti	21,8%	-100,0%	0,7%	133,3%	123,7%	17,8%	30,8%	-40,0%	-20,0%
Rio de Janeiro	19,8%	59,4%	10,0%	82,1%	81,9%	16,7%	19,8%	-1,3%	23,4%
Niterói	16,6%	0,0%	18,7%	84,6%	55,6%	7,7%	20,8%	14,5%	-21,6%
Rio Bonito	-2,3%	150,0%	11,8%	33,3%	56,9%	21,7%	-18,9%	-33,3%	-17,6%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

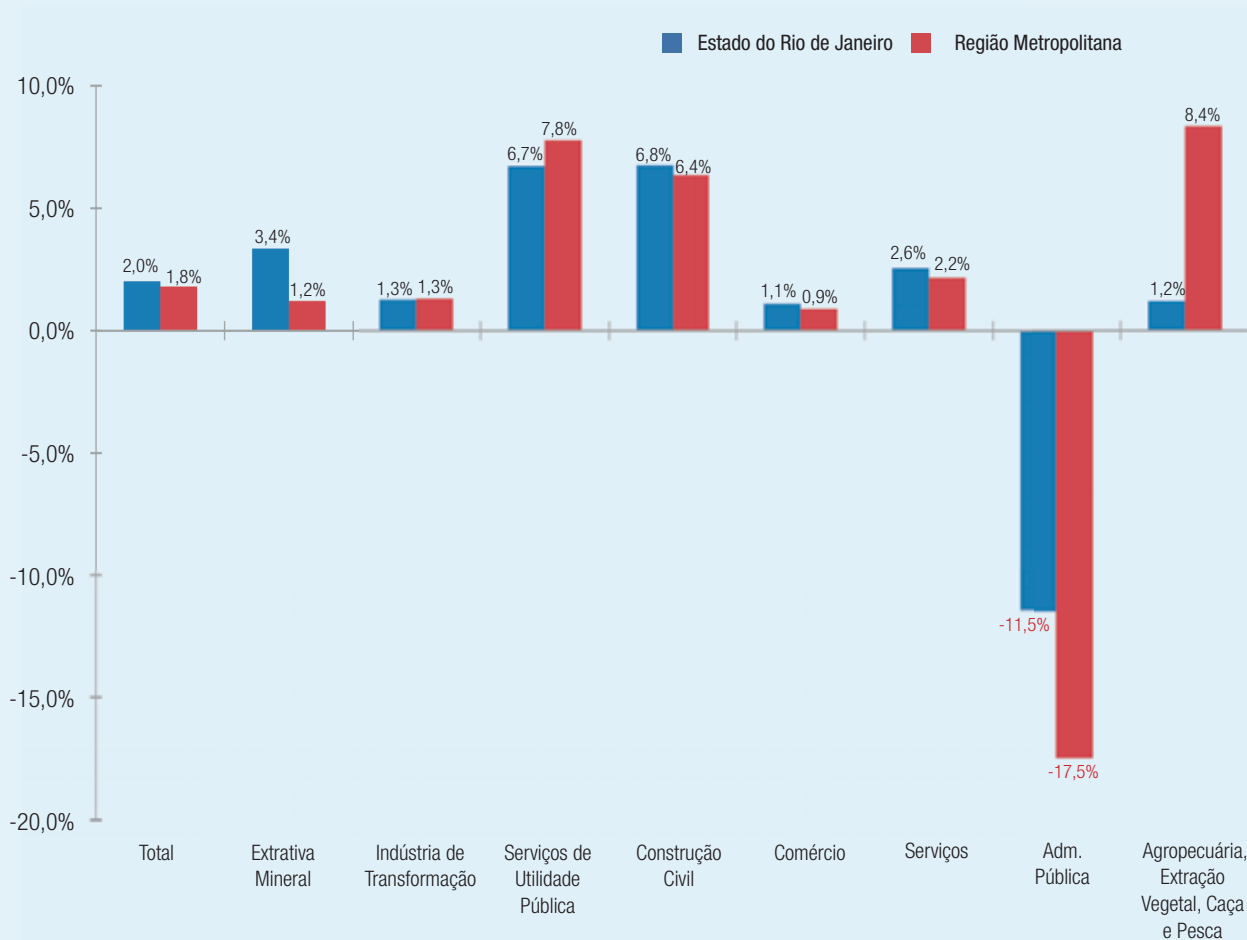
Em 2014, o número de estabelecimentos formais da Região Metropolitana aumentou em 3.557, em comparação com o ano anterior.

Das 5.697 empresas formalizadas no Estado do Rio de Janeiro, entre 2013 e 2014, 3.557 estavam na Região Metropolitana. As firmas da região representaram 62% dos estabelecimentos do estado em 2014, frente às demais Regiões do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em Comércio e Serviços, no entanto, o estado cresceu percentualmente mais que a Região Metropolitana no período 2013-2014.

Em Serviços Industriais de Utilidade Pública, a predominância da Região Metropolitana na quantidade de estabelecimentos e, em especial, da capital fluminense se refletiu também na variação de curto prazo, na qual a região cresceu acima da média do estado. Em Administração Pública, a região apresentou queda no número de estabelecimentos de 17,5%, enquanto a média do estado se retraiu 11,5% – Gráfico 10 e Tabela 48.

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 10



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

48 TABELA

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	2,0%	3,4%	1,3%	6,7%	6,8%	1,1%	2,6%	-11,5%	1,2%
Região Metropolitana	1,8%	1,2%	1,3%	7,8%	6,4%	0,9%	2,2%	-17,5%	8,4%
Japeri	12,8%	33,3%	8,8%	0,0%	11,1%	8,8%	20,6%	33,3%	0,0%
Mesquita	8,6%	—	3,8%	33,3%	7,3%	6,7%	12,8%	100,0%	-100,0%
Seropédica	7,6%	-8,5%	10,9%	0,0%	11,6%	6,3%	9,0%	0,0%	72,7%
Queimados	6,8%	0,0%	14,3%	0,0%	7,7%	5,1%	7,7%	-33,3%	0,0%
Cachoeiras de Macacu	6,7%	0,0%	8,2%	-20,0%	23,1%	8,2%	3,9%	0,0%	6,2%
Nilópolis	4,8%	—	1,7%	0,0%	-3,4%	4,9%	5,9%	0,0%	100,0%
Belford Roxo	4,8%	0,0%	1,9%	25,0%	-2,4%	2,2%	11,1%	0,0%	33,3%
Itaboraí	3,8%	0,0%	-3,3%	50,0%	11,1%	2,1%	6,9%	0,0%	-1,5%
Nova Iguaçu	3,7%	14,3%	3,6%	16,7%	5,7%	1,2%	6,6%	-15,4%	11,1%
Magé	3,7%	-20,0%	5,7%	-12,5%	7,1%	3,9%	3,3%	0,0%	-8,7%
São Gonçalo	3,3%	33,3%	-1,5%	18,2%	4,1%	2,0%	6,0%	0,0%	0,0%
Itaguaí	3,3%	10,0%	-2,0%	0,0%	34,2%	0,4%	2,3%	0,0%	37,5%
Maricá	3,1%	11,1%	12,6%	0,0%	27,9%	2,7%	0,3%	50,0%	-3,6%
Rio Bonito	2,6%	0,0%	2,5%	100,0%	2,2%	5,0%	1,8%	0,0%	-4,5%
Guapimirim	1,8%	-20,0%	0,0%	0,0%	-31,3%	4,6%	2,9%	100,0%	-7,1%
São João de Meriti	1,5%	—	-2,4%	40,0%	13,8%	-0,6%	4,3%	50,0%	-20,0%
Rio de Janeiro	1,4%	3,0%	1,3%	5,9%	7,1%	0,5%	1,6%	-6,3%	8,7%
Niterói	1,1%	40,0%	1,8%	14,3%	5,2%	0,0%	1,7%	-55,9%	94,6%
Duque de Caxias	0,8%	-6,7%	1,5%	5,1%	-2,9%	0,5%	1,7%	10,0%	-40,9%
Paracambi	0,6%	—	-1,7%	100,0%	-22,2%	0,0%	4,9%	25,0%	-16,7%
Tanguá	-0,9%	-33,3%	-5,3%	0,0%	0,0%	-3,6%	11,2%	0,0%	-9,5%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

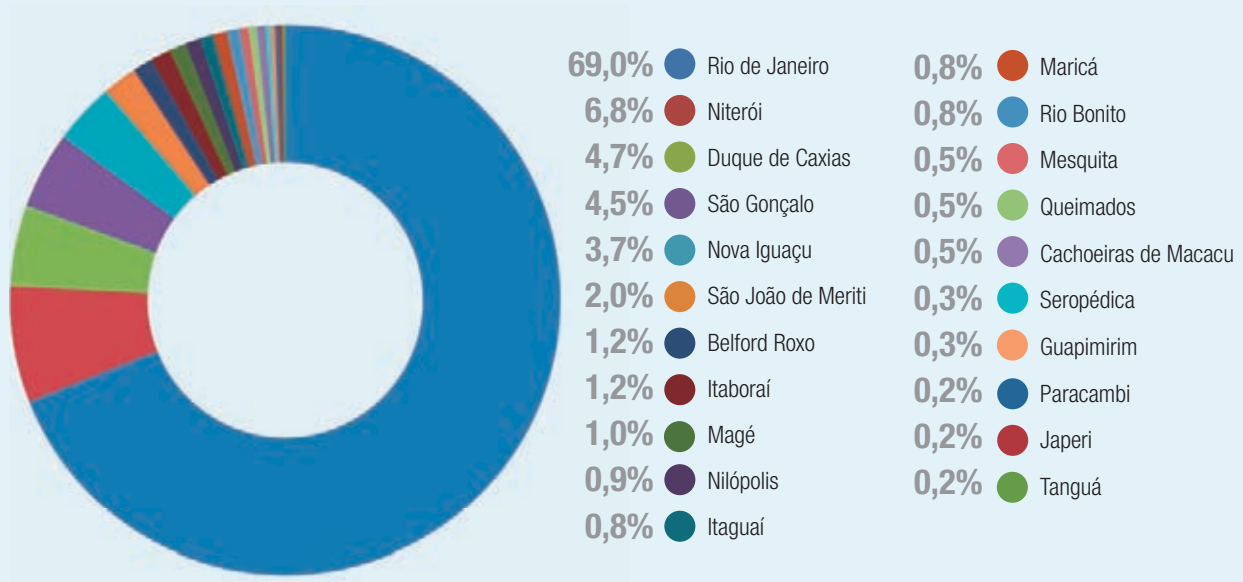
O Gráfico 11 e a Tabela 49 apresentam as localidades que mais possuem empresas formais na Região Metropolitana, em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Em termos de participação relativa, o município do Rio de Janeiro não possuía mais da metade das firmas da Região Metropolitana do estado do Rio em apenas um dos oito segmentos: Agropecuária, Extração Vegetal,

Caça e Pesca, com 34,1%. Na Administração Pública, 66,6% dos estabelecimentos estavam na capital fluminense e 14% estavam na antiga capital do Estado do Rio, Niterói. Na Indústria de Transformação, Duque de Caxias e São Gonçalo ocuparam as segunda e terceira posições, respectivamente, em número de empresas. Seropédica se destacou na Indústria Extrativa Mineral no ramo “Areias”.

O município do Rio de Janeiro concentrou 69% dos estabelecimentos formais da Região Metropolitana em 2014.

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)

GRÁFICO 11



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

49 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região Metropolitana	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rio de Janeiro	69,0%	50,8%	58,9%	69,1%	65,6%	61,7%	75,7%	66,6%	34,1%
Niterói	6,8%	2,1%	5,0%	5,4%	6,4%	6,3%	7,4%	14,0%	9,0%
Duque de Caxias	4,7%	4,2%	8,9%	9,3%	5,3%	6,3%	3,2%	2,4%	1,1%
São Gonçalo	4,5%	2,4%	7,1%	2,9%	4,6%	6,0%	3,3%	3,3%	1,3%
Nova Iguaçu	3,7%	2,4%	4,0%	1,6%	3,7%	4,9%	2,8%	2,4%	1,7%
São João de Meriti	2,0%	0,0%	3,6%	1,6%	1,7%	2,8%	1,4%	0,7%	0,3%
Belford Roxo	1,2%	0,6%	1,7%	1,1%	2,2%	1,7%	0,8%	0,7%	0,3%
Itaboraí	1,2%	3,0%	1,9%	1,4%	1,8%	1,4%	0,8%	0,4%	5,5%
Magé	1,0%	1,2%	1,4%	1,6%	1,4%	1,5%	0,6%	0,4%	1,7%
Nilópolis	0,9%	0,0%	1,0%	0,2%	0,7%	1,1%	0,7%	0,7%	0,2%
Itaguaí	0,8%	6,6%	0,8%	0,7%	1,3%	1,0%	0,6%	1,1%	2,7%
Maricá	0,8%	3,0%	0,8%	0,2%	0,7%	1,1%	0,6%	1,3%	2,2%
Rio Bonito	0,8%	1,5%	1,0%	0,9%	1,2%	0,8%	0,6%	0,4%	10,4%
Mesquita	0,5%	0,0%	0,9%	0,9%	0,6%	0,7%	0,3%	0,4%	0,0%
Queimados	0,5%	1,5%	0,7%	0,7%	0,9%	0,7%	0,3%	0,4%	0,1%
Cachoeiras de Macacu	0,5%	0,9%	0,6%	0,9%	0,4%	0,5%	0,2%	0,9%	21,4%
Seropédica	0,3%	16,2%	0,4%	0,2%	0,6%	0,4%	0,2%	0,7%	1,6%
Guapimirim	0,3%	1,2%	0,4%	0,2%	0,1%	0,4%	0,2%	0,4%	2,2%
Paracambi	0,2%	0,0%	0,5%	0,5%	0,2%	0,3%	0,2%	1,1%	0,8%
Japeri	0,2%	1,2%	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,1%	0,9%	0,2%
Tanguá	0,2%	1,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,4%	3,2%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

NOTA: (*) O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

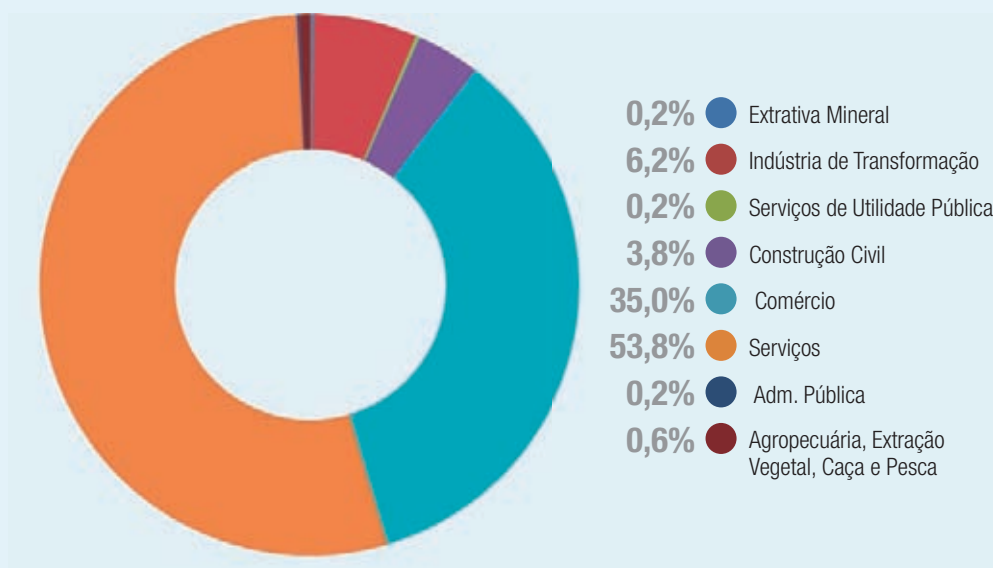
Em 2014, o segmento de Serviços foi o que mais possuía estabelecimentos, 108.079, mais da metade do total da Região.

A Tabela 50 e o Gráfico 12 apresentam as potencialidades da Região Metropolitana. É possível definir os segmentos onde há a maior oferta de empresas, fábricas e instituições que empregam nos 21 municípios. Como dito na introdução desta seção, em termos de estabelecimentos formais, o Setor de Serviços ocupou a primeira colocação dentre os oito segmentos, com 53,8% dos estabelecimentos em atividade em 2014, na Região como um todo. Contudo, em 18 municípios, o Comércio liderou com mais da metade do total dos estabelecimentos em Magé (52,5%). Mais uma vez, a centralidade da capital, que deteve

mais de 80 mil dos mais de 108 mil estabelecimentos voltados à prestação de serviços, condicionou a liderança do segmento na Região. Em cinco municípios, a Indústria de Transformação possuía mais de 10% dos estabelecimentos, já na Agropecuária, Caça e Pesca apenas Cachoeiras de Macacu com 27,2% e Tanguá com 11,4% bateram esta marca. Conforme destacado na Tabela a seguir, a Indústria Extrativa Mineral chegou a 8,5% dos estabelecimentos formais de Seropédica, em função do APL de Areia de Piranema, maior participação municipal deste segmento na Região Metropolitana.

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)

GRÁFICO 12



FONTE: RAIS/MTE (2015).

50 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região Metropolitana	100,0%	0,2%	6,2%	0,2%	3,8%	35,0%	53,8%	0,2%	0,6%
Belford Roxo	100,0%	0,1%	9,0%	0,2%	6,9%	49,6%	33,9%	0,1%	0,2%
Cachoeiras de Macacu	100,0%	0,3%	8,3%	0,4%	3,4%	34,9%	25,1%	0,4%	27,2%
Duque de Caxias	100,0%	0,1%	11,5%	0,4%	4,2%	46,9%	36,4%	0,1%	0,1%
Guapimirim	100,0%	0,8%	9,1%	0,2%	2,1%	48,3%	34,1%	0,4%	5,0%
Itaboraí	100,0%	0,4%	10,0%	0,3%	6,0%	42,9%	37,5%	0,1%	2,8%
Itaguaí	100,0%	1,3%	5,9%	0,2%	5,9%	44,7%	39,7%	0,3%	2,0%
Japeri	100,0%	1,0%	9,3%	0,5%	5,1%	50,0%	32,6%	1,0%	0,5%
Magé	100,0%	0,2%	8,3%	0,3%	5,2%	52,5%	32,3%	0,1%	1,0%
Maricá	100,0%	0,6%	6,2%	0,1%	3,5%	47,8%	39,7%	0,4%	1,7%
Mesquita	100,0%	0,0%	10,8%	0,4%	4,4%	47,3%	36,9%	0,2%	0,0%
Nilópolis	100,0%	0,0%	7,1%	0,1%	3,3%	46,2%	43,1%	0,2%	0,1%
Niterói	100,0%	0,1%	4,5%	0,2%	3,5%	32,3%	58,2%	0,5%	0,8%
Nova Iguaçu	100,0%	0,1%	6,7%	0,1%	3,8%	46,9%	41,9%	0,1%	0,3%
Paracambi	100,0%	0,0%	11,6%	0,4%	2,8%	47,9%	34,3%	1,0%	2,0%
Queimados	100,0%	0,5%	9,0%	0,3%	7,2%	48,2%	34,5%	0,2%	0,1%
Rio Bonito	100,0%	0,3%	7,9%	0,3%	5,8%	34,8%	42,8%	0,1%	8,1%
Rio de Janeiro	100,0%	0,1%	5,3%	0,2%	3,6%	31,3%	59,0%	0,2%	0,3%
São Gonçalo	100,0%	0,1%	9,7%	0,1%	3,9%	46,9%	38,9%	0,2%	0,2%
São João de Meriti	100,0%	0,0%	11,0%	0,2%	3,3%	48,3%	37,1%	0,1%	0,1%
Seropédica	100,0%	8,5%	8,0%	0,2%	7,6%	40,0%	32,3%	0,5%	3,0%
Tanguá	100,0%	1,2%	10,8%	0,3%	5,1%	40,7%	29,8%	0,6%	11,4%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2013).

*O segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Porte das empresas

De acordo com a proposta metodológica do IBGE, para fins de pesquisa, uma empresa do setor Industrial é considerada “MICRO” quando possui até 19 funcionários; “PEQUENA”, de 20 a 99; “MÉDIA”, de 100 a 499; e “GRANDE”, de 500 ou mais empregados. Esta classificação é válida também para a Construção Civil. Já para os Setores de Comércio e de Serviços, a categorização é de “MICRO” para estabelecimentos de até 9 trabalhadores; “PEQUENO”, entre 10 e 49; “MÉDIO”, de 50 a 99; e “GRANDE PORTE” para 100 ou mais assalariados (ver Box na Seção “Empregados”).

No município do Rio de Janeiro estavam 103 das 157 empresas de grande porte dos setores de Indústria e Construção Civil da Região Metropolitana. As firmas de 500 ou mais funcionários estavam localizadas em 12 municípios, sendo três deles apenas com um estabelecimento deste tipo. No entanto, em número de estabelecimentos os Setores de Comércio e Serviços possuíam supremacia no total, pois representaram 94,6% do total das firmas de grande porte e 89,6% das micro e pequenas. Em oito anos, o total destas duas categorias, cresceu 41% e 23,1%, respectivamente – Tabelas 51 e 52.

Na Região Metropolitana, 157 grandes firmas industriais empregaram formalmente mais de 250 mil pessoas. Média de 1.601 funcionários por empresa de grande porte dos segmentos da Indústria em 2014.

51 TABELA

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços							
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
ERJ	26.752	4.557	1.028	223	197.309	42.303	4.381	3.420	224.061	46.860	5.409	3.643
Região Metropolitana	16.814	3.096	716	157	139.285	32.799	3.569	2.774	156.099	35.895	4.285	2.931
Belford Roxo	337	45	6	1	1.609	327	44	20	1.946	372	50	21
Cachoeiras de Macacu	100	16	2	0	496	69	2	2	596	85	4	2
Duque de Caxias	1.287	218	42	9	6.173	1.442	195	123	7.460	1.660	237	132
Guapimirim	51	10	2	0	359	59	5	2	410	69	7	2
Itaboraí	289	77	15	8	1.478	350	30	26	1.767	427	45	34
Itaguaí	173	32	10	5	1.077	281	23	13	1.250	313	33	18
Japeri	44	16	3	0	276	42	6	3	320	58	9	3
Magé	233	43	6	2	1.424	255	24	15	1.657	298	30	17
Maricá	144	16	4	0	1.160	202	14	10	1.304	218	18	10
Mesquita	141	14	2	0	659	155	14	18	800	169	16	18
Nilópolis	162	15	2	0	1.250	243	23	18	1.412	258	25	18
Niterói	902	175	47	12	9.718	2.344	197	150	10.620	2.519	244	162
Nova Iguaçu	651	103	25	8	5.087	1.229	121	89	5.738	1.332	146	97
Paracambi	55	17	1	1	353	49	6	2	408	66	7	3
Queimados	130	26	10	0	646	128	23	11	776	154	33	11
Rio Bonito	176	41	4	2	979	196	16	22	1.155	237	20	24
Rio de Janeiro	10.176	1.993	497	103	97.116	23.319	2.620	2.092	107.292	25.312	3.117	2.195
São Gonçalo	1.080	143	22	5	6.138	1.407	124	93	7.218	1.550	146	98
São João de Meriti	510	66	7	1	2.731	586	71	55	3.241	652	78	56
Seropédica	126	22	6	0	362	84	6	7	488	106	12	7
Tanguá	47	8	3	0	194	32	5	3	241	40	8	3

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

TABELA 52

Variação do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região Metropolitana Entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços							
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
ERJ	38,5%	32,6%	33,2%	59,3%	23,7%	39,5%	41,5%	41,1%	25,3%	38,8%	39,8%	42,1%
Região Metropolitana	35,7%	28,5%	32,8%	74,4%	19,2%	35,0%	38,7%	39,5%	20,8%	34,4%	37,6%	41,0%
Belford Roxo	54,6%	73,1%	20,0%	–	45,9%	59,5%	120,0%	66,7%	47,3%	61,0%	100,0%	75,0%
Cachoeiras de Macacu	56,3%	45,5%	0,0%	–	51,2%	35,3%	-33,3%	-33,3%	52,0%	37,1%	-20%	-33,3%
Duque de Caxias	29,9%	11,8%	-16,0%	0,0%	38,8%	54,1%	51,2%	28,1%	37,1%	46,8%	32,4%	25,7%
Guapimirim	8,5%	25,0%	0,0%	–	47,7%	25,5%	-16,7%	100,0%	41,4%	25,5%	-12,5%	100,0%
Itaboraí	84,1%	51,0%	87,5%	–	54,4%	83,2%	66,7%	225,0%	58,6%	76,4%	73,1%	325,0%
Itaguaí	68,0%	0,0%	100,0%	–	45,3%	108,1%	91,7%	8,3%	48,1%	87,4%	94,1%	50,0%
Japeri	37,5%	300,0%	–	–	84,0%	250,0%	100,0%	0,0%	75,8%	263%	200,0%	0,0%
Magé	57,4%	79,2%	-25,0%	–	31,4%	67,8%	33,3%	50,0%	34,5%	69,3%	15,4%	70,0%
Maricá	75,6%	60,0%	300%	–	50,1%	75,7%	55,6%	400%	52,5%	74,4%	80,0%	400,0%
Mesquita	76,3%	7,7%	100%	–	79,6%	134,8%	75,0%	50,0%	79,0%	113,9%	77,8%	50,0%
Nilópolis	39,7%	-21,1%	-33,3%	–	27,7%	30,6%	-11,5%	100,0%	28,9%	25,9%	-13,8%	100,0%
Niterói	31,1%	35,7%	62,1%	50,0%	12,5%	29,9%	22,4%	36,4%	13,9%	30,2%	28,4%	37,3%
Nova Iguaçu	35,9%	19,8%	-7,4%	14,3%	29,4%	52,5%	33,0%	39,1%	30,1%	49,3%	23,7%	36,6%
Paracambi	61,8%	183,3%	–	0,0%	42,3%	44,1%	20,0%	-60,0%	44,7%	65,0%	40,0%	-50,0%
Queimados	150,0%	116,7%	66,7%	-100,0%	49,5%	75,3%	43,8%	120%	60,3%	81,2%	50,0%	83,3%
Rio Bonito	29,4%	24,2%	33,3%	100,0%	-5,4%	8,3%	-15,8%	-40,5%	-1,4%	10,7%	-9,1%	-36,8%
Rio de Janeiro	31,9%	30,0%	40,8%	77,6%	15,4%	30,3%	40,6%	38,8%	16,8%	30,2%	40,7%	40,3%
São Gonçalo	48,6%	10,9%	-15,4%	0,0%	34,1%	51,9%	19,2%	78,8%	36,1%	46,9%	12,3%	71,9%
São João de Meriti	17,8%	0,0%	16,7%	–	19,7%	38,5%	26,8%	52,8%	19,4%	33,3%	25,8%	55,6%
Seropédica	80,0%	83,3%	100,0%	–	73,2%	147,1%	50,0%	75,0%	74,9%	130,4%	71,4%	75,0%
Tanguá	135,0%	-27,3%	200,0%	–	67,2%	60,0%	66,7%	200,0%	77,2%	29,0%	100%	200,0%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Mais de 75% das firmas de grande porte de Comércio e Serviços da Região Metropolitana do Rio estavam na capital fluminense, em 2014.

Como nas tabelas discriminadas por porte não entram dois dos oito setores (Administração Pública e Agropecuária) o total de estabelecimentos classificados por porte não representam o total de estabelecimentos da Região, mas são uma *proxy* das firmas presentes no espaço urbano. Em todos os portes, o total das empresas seguiu

girando entre 60,5% e 75,4% no Rio de Janeiro, e nenhum outro município alcançou 8% de participação nos estabelecimentos da Região, divididos por porte. Quanto aos segmentos, as empresas industriais, sobretudo de grande porte, concentraram-se em poucos municípios da Região – Tabela 53.

53 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos entre os Municípios da Região Metropolitana, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região Metropolitana	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Belford Roxo	2,0%	1,5%	0,8%	0,6%	1,2%	1,0%	1,2%	0,7%	1,2%	1,0%	1,2%	0,7%
Cachoeiras de Macacu	0,6%	0,5%	0,3%	0,0%	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%
Duque de Caxias	7,7%	7,0%	5,9%	5,7%	4,4%	4,4%	5,5%	4,4%	4,8%	4,6%	5,5%	4,5%
Guapimirim	0,3%	0,3%	0,3%	0,0%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%
Itaboraí	1,7%	2,5%	2,1%	5,1%	1,1%	1,1%	0,8%	0,9%	1,1%	1,2%	1,1%	1,2%
Itaguaí	1,0%	1,0%	1,4%	3,2%	0,8%	0,9%	0,6%	0,5%	0,8%	0,9%	0,8%	0,6%
Japeri	0,3%	0,5%	0,4%	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
Magé	1,4%	1,4%	0,8%	1,3%	1,0%	0,8%	0,7%	0,5%	1,1%	0,8%	0,7%	0,6%
Maricá	0,9%	0,5%	0,6%	0,0%	0,8%	0,6%	0,4%	0,4%	0,8%	0,6%	0,4%	0,3%
Mesquita	0,8%	0,5%	0,3%	0,0%	0,5%	0,5%	0,4%	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	0,6%
Nilópolis	1,0%	0,5%	0,3%	0,0%	0,9%	0,7%	0,6%	0,6%	0,9%	0,7%	0,6%	0,6%
Niterói	5,4%	5,7%	6,6%	7,6%	7,0%	7,1%	5,5%	5,4%	6,8%	7,0%	5,7%	5,5%
Nova Iguaçu	3,9%	3,3%	3,5%	5,1%	3,7%	3,7%	3,4%	3,2%	3,7%	3,7%	3,4%	3,3%
Paracambi	0,3%	0,5%	0,1%	0,6%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%
Queimados	0,8%	0,8%	1,4%	0,0%	0,5%	0,4%	0,6%	0,4%	0,5%	0,4%	0,8%	0,4%
Rio Bonito	1,0%	1,3%	0,6%	1,3%	0,7%	0,6%	0,4%	0,8%	0,7%	0,7%	0,5%	0,8%
Rio de Janeiro	60,5%	64,4%	69,4%	65,6%	69,7%	71,1%	73,4%	75,4%	68,7%	70,5%	72,7%	74,9%
São Gonçalo	6,4%	4,6%	3,1%	3,2%	4,4%	4,3%	3,5%	3,4%	4,6%	4,3%	3,4%	3,3%
São João de Meriti	3,0%	2,1%	1,0%	0,6%	2,0%	1,8%	2,0%	2,0%	2,1%	1,8%	1,8%	1,9%
Seropédica	0,7%	0,7%	0,8%	0,0%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%
Tanguá	0,3%	0,3%	0,4%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Microempresas representaram 78,4% de todas as firmas da Região Metropolitana em 2014.

Com apenas 1,5% do total de estabelecimentos dos quatro setores de análise, as empresas de grande porte absorveram 44,4% do emprego. Em se tratando exclusivamente do Setor Industrial e da Construção Civil, as grandes empresas detiveram apenas 0,8% dos estabelecimentos, porém empregaram 40,9% dos empregos industriais. A predominância das empresas micro se repetiu em todos os municípios, com participações acima de 69% em

todos os municípios, tanto no Setor Industrial, (até 19 funcionários) como no comercial (até 9). Na Indústria e na Construção Civil, o município de Itaguaí foi o que apresentou o maior percentual em empresas de grande porte, dentre seus estabelecimentos formais. No Setor de Comércio e Serviços, Mesquita e Rio Bonito foram os municípios nos quais as grandes empresas tiveram as maiores participações no total de empresas do município – Tabela 54.

TABELA 54

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região Metropolitana (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região Metropolitana	80,9%	14,9%	3,4%	0,8%	78,1%	18,4%	2,0%	1,6%	78,4%	18,0%	2,2%	1,5%
Belford Roxo	86,6%	11,6%	1,5%	0,3%	80,5%	16,4%	2,2%	1,0%	81,5%	15,6%	2,1%	0,9%
Cachoeiras de Macacu	84,7%	13,6%	1,7%	0,0%	87,2%	12,1%	0,4%	0,4%	86,8%	12,4%	0,6%	0,3%
Duque de Caxias	82,7%	14,0%	2,7%	0,6%	77,8%	18,2%	2,5%	1,6%	78,6%	17,5%	2,5%	1,4%
Guapimirim	81,0%	15,9%	3,2%	0,0%	84,5%	13,9%	1,2%	0,5%	84,0%	14,1%	1,4%	0,4%
Itaboraí	74,3%	19,8%	3,9%	2,1%	78,5%	18,6%	1,6%	1,4%	77,7%	18,8%	2,0%	1,5%
Itaguaí	78,6%	14,5%	4,5%	2,3%	77,3%	20,2%	1,6%	0,9%	77,4%	19,4%	2,0%	1,1%
Japeri	69,8%	25,4%	4,8%	0,0%	84,4%	12,8%	1,8%	0,9%	82,1%	14,9%	2,3%	0,8%
Magé	82,0%	15,1%	2,1%	0,7%	82,9%	14,8%	1,4%	0,9%	82,8%	14,9%	1,5%	0,8%
Maricá	87,8%	9,8%	2,4%	0,0%	83,7%	14,6%	1,0%	0,7%	84,1%	14,1%	1,2%	0,6%
Mesquita	89,8%	8,9%	1,3%	0,0%	77,9%	18,3%	1,7%	2,1%	79,8%	16,8%	1,6%	1,8%
Nilópolis	90,5%	8,4%	1,1%	0,0%	81,5%	15,8%	1,5%	1,2%	82,4%	15,1%	1,5%	1,1%
Niterói	79,4%	15,4%	4,1%	1,1%	78,3%	18,9%	1,6%	1,2%	78,4%	18,6%	1,8%	1,2%
Nova Iguaçu	82,7%	13,1%	3,2%	1,0%	77,9%	18,8%	1,9%	1,4%	78,5%	18,2%	2,0%	1,3%
Paracambi	74,3%	23,0%	1,4%	1,4%	86,1%	12,0%	1,5%	0,5%	84,3%	13,6%	1,4%	0,6%
Queimados	78,3%	15,7%	6,0%	0,0%	80,0%	15,8%	2,8%	1,4%	79,7%	15,8%	3,4%	1,1%
Rio Bonito	78,9%	18,4%	1,8%	0,9%	80,7%	16,2%	1,3%	1,8%	80,4%	16,5%	1,4%	1,7%
Rio de Janeiro	79,7%	15,6%	3,9%	0,8%	77,6%	18,6%	2,1%	1,7%	77,8%	18,4%	2,3%	1,6%
São Gonçalo	86,4%	11,4%	1,8%	0,4%	79,1%	18,1%	1,6%	1,2%	80,1%	17,2%	1,6%	1,1%
São João de Meriti	87,3%	11,3%	1,2%	0,2%	79,3%	17,0%	2,1%	1,6%	80,5%	16,2%	1,9%	1,4%
Seropédica	81,8%	14,3%	3,9%	0,0%	78,9%	18,3%	1,3%	1,5%	79,6%	17,3%	2,0%	1,1%
Tanguá	81,0%	13,8%	5,2%	0,0%	82,9%	13,7%	2,1%	1,3%	82,5%	13,7%	2,7%	1,0%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Finanças públicas



Apresenta-se, nesta seção, a evolução das finanças dos municípios localizados na Região Metropolitana, nos anos de 2006 e 2012.



O objetivo desta seção é apresentar a evolução das finanças dos municípios localizados na Região Metropolitana, nos anos de 2006 e 2012. Para os dados fiscais, foram utilizados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ)⁵. Outra fonte constante na seção foi a Fundação Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados referentes às receitas dos municípios foram atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mês de dezembro de 2012, visando à comparação em termos reais entre os anos analisados. Já para as contas de despesas, os resultados aferidos nos respectivos relatórios são anuais, sendo realizada a atualização monetária diretamente entre os anos comparados.

5.1 RECEITAS CORRENTES

Conforme STN (2007) Receitas Correntes são ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais, que não decorre de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas. Compreendem às receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Em 2012, os municípios da Região Metropolitana receberam R\$ 12,8 bilhões em transferências correntes (R\$ 610,5 milhões, em média). Estas receitas são provenientes de transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, de pessoas, de convênios e para o combate à fome [STN (2007)]. Rio de Janeiro foi o que

mais se valeu dessas transferências (R\$ 6,7 bilhões) o que corresponde a 51,9% do conjunto dos municípios da Região. Em sequência, as transferências recebidas por Duque de Caxias (R\$ 1,2 bilhão), São Gonçalo (R\$ 631,8 milhões) e Nova Iguaçu (R\$ 628,8 milhões) ultrapassaram a média da Região.⁶

⁵ Outra fonte de dados sobre finanças municipais é o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (Sistn) que foi criado para operacionalizar um convênio firmado entre Caixa Econômica Federal e a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de coletar dados e informações contábeis dos poderes e dos órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e nas portarias expedidas pela STN. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Esse processo resulta na divulgação anual pela STN do banco de dados Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <http://www3.stn.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Porém, constata-se que alguns municípios não possuem informações no Sistn, consequentemente não aparecem no Finbra.

⁶ As receitas dos municípios são apresentadas no Apêndice 1 deste trabalho.

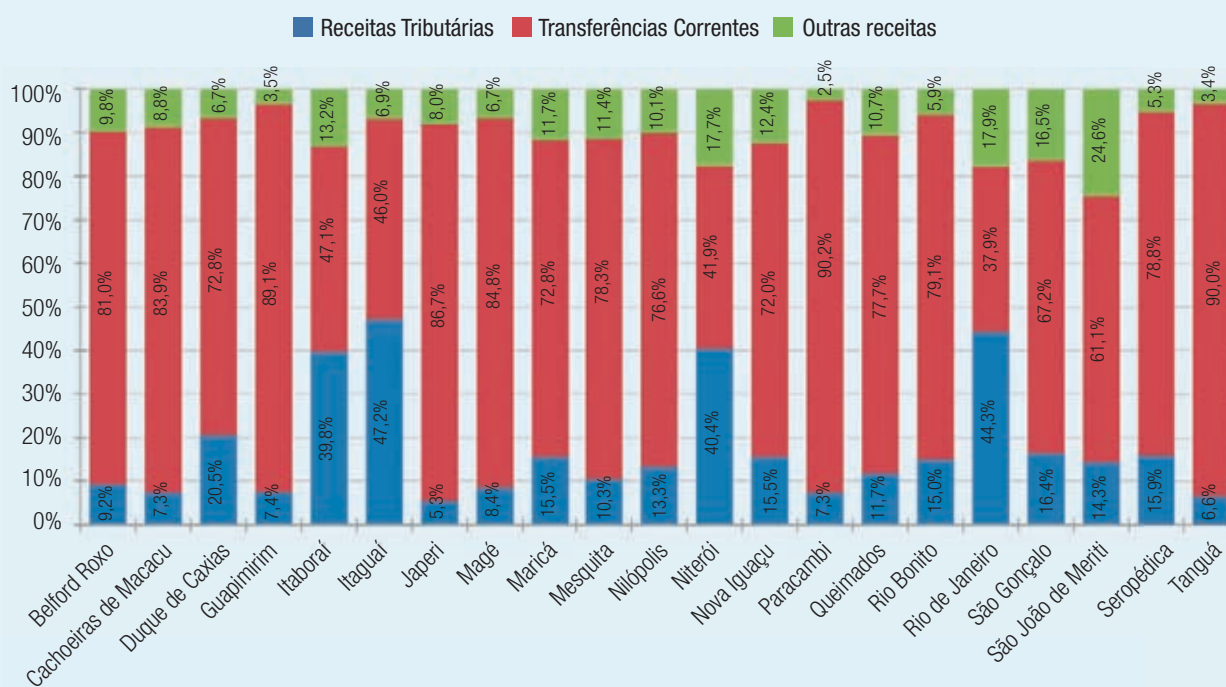
O Gráfico 13 revela que Paracambi e Tanguá possuem maiores participações das transferências com relação às receitas correntes (90,2% e 90%, respectivamente)⁷. Já Itaguaí e

Rio de Janeiro destacaram-se dos demais municípios, com maiores parcelas de suas receitas tributárias proporcionalmente às receitas correntes (47,2% e 44,3%, respectivamente).

47,2% da receita corrente de Itaguaí corresponde à receita tributária própria do município.

13 GRÁFICO

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes Sobre as Receitas Correntes (2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

⁷ O peso das receitas sobre os orçamentos encontram-se apresentados no Apêndice 2.

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL OU INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÕES (ICMS)

A parte do ICMS que compete aos municípios (cota-parte) foi maior em Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Itaguaí, Belford Roxo e São João de Meriti, tanto em 2006 quanto em

2012. Destaca-se que 17 dos 21 municípios apresentaram redução na relação cota-parte do ICMS/ Receitas Correntes, entre 2006 e 2012. As exceções foram Tanguá, Paracambi, Nova Iguaçu e Magé (Gráfico 14).

De 2006 para 2012, a cota-parte do ICMS com relação à receita corrente cresceu em Tanguá, Paracambi, Nova Iguaçu e Magé.

Em 2006, a cota-parte do ICMS respondia por mais de 30% da receita corrente em Duque de Caxias (37,2%) e Itaguaí (34%).

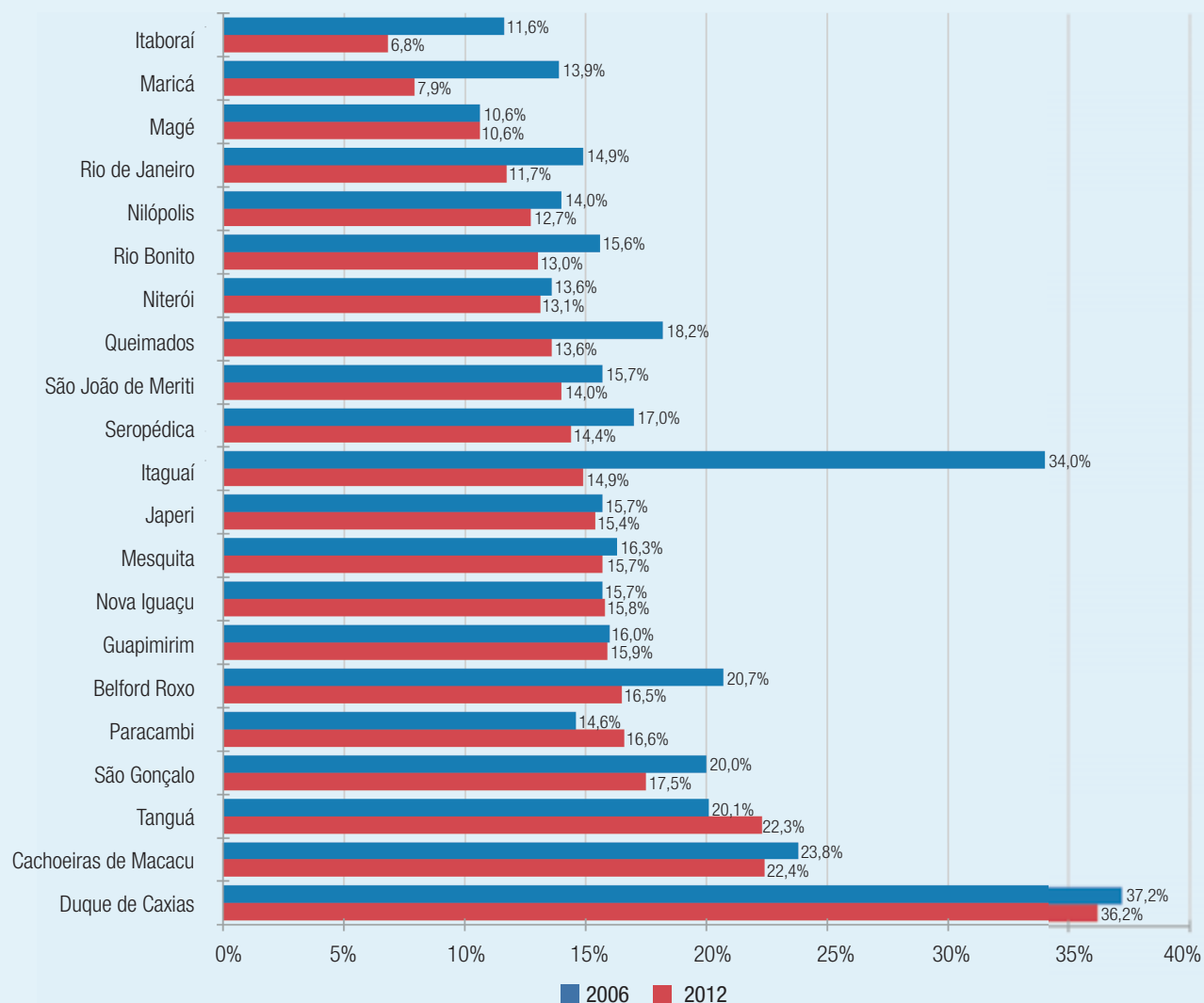
Já em 2012, este tributo continuou responsável por mais de 30% da receita corrente municipal apenas de Duque de Caxias (36,2%).

Em 2012, a cota-parte do ICMS de Duque de Caxias era superior a 35% de suas receitas correntes.

14

GRÁFICO

Distribuição (%) do ICMS Sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Receitas Tributárias são ingressos provenientes da arrecadação de impostos (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR), taxas (Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxa pela Prestação de Serviços) e Contribuições de Melhoria.

Com população estimada de 6.390.290 habitantes em 2012 (IBGE, 2014), Rio de Janeiro é o município mais populoso da Região Metropolitana como também o que mais arrecadou diretamente (R\$ 9,4 bilhões)

Contudo, se considerarmos as receitas tributárias per capita, verificamos que Itaguaí (R\$ 2.340,01) superou Rio de Janeiro (R\$ 1.216,67) no mesmo ano (Gráfico 15).

Em 2012, a receita tributária per capita de Itaguaí foi de R\$ 2.340,01, sendo a maior da Região Metropolitana.

De acordo com o Gráfico 15, entre 2006 e 2012, 20 dos 21 municípios da Metropolitana apresentaram crescimento real da receita tributária per capita. Esses crescimentos foram devidos principalmente aos aumentos nas arrecadações tributárias dos respectivos municípios, sendo que Mesquita, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Magé e São João de Meriti verificaram também reduções quanto ao número da população residente, com diminuições entre 1,5% e 8,6%. Destaque para os aumentos das receitas tributárias

per capita em Itaboraí (1.180%), Seropédica (248,9%) e Itaguaí (225,7%). Por outro lado, o município de Rio Bonito obteve queda de 17,9% (vide Tabela 55).

Em termos reais, no período compreendido entre 2006 e 2012, os municípios que apresentaram maior incremento monetário da receita tributária per capita foram os de Itaguaí e Itaboraí, com saldos de R\$ 1.621,57 e R\$ 885,41, respectivamente. Em Rio Bonito, o saldo foi negativo (em torno de R\$ 95,00).

Entre 2006 e 2012, a receita tributária per capita real aumentou em quase todos os municípios da Região.

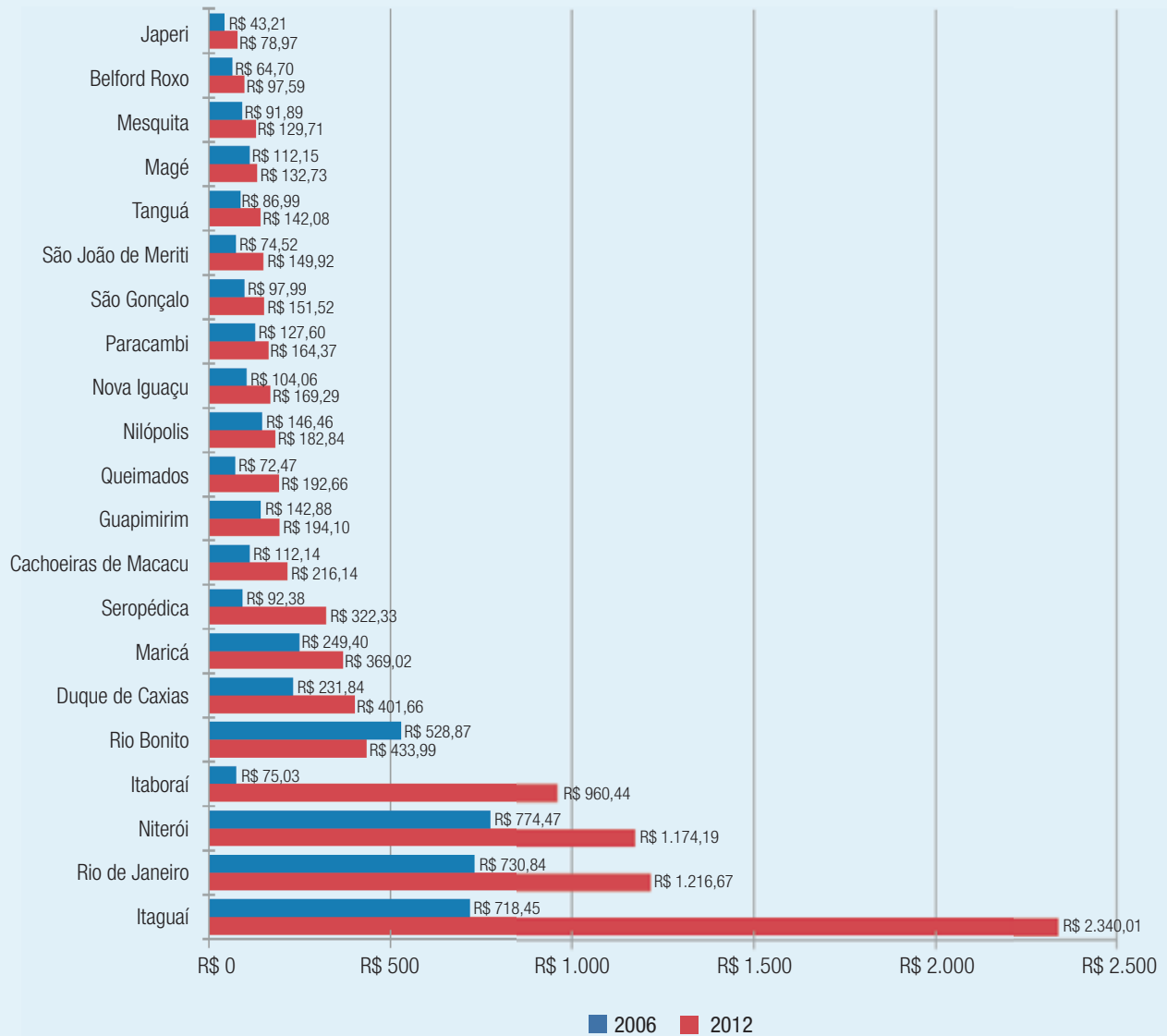
O IR nas prestações de contas de Duque de Caxias merece destaque: em 2012, foi superior em, aproximadamente, 1,4 vez o IPTU per capita. Em 2006, essa relação era, aproximadamente, 1,03 vez. Entre 2006 e 2012 o aumento foi de 83,5%. Já o IPTU per capita em Japeri apresentou crescimento real de 106,4%, passando de R\$ 3,90/população residente (em 2006) para R\$ 8,04/

população residente em 2012. O ISS per capita, por sua vez, obteve crescimento de 3.337,7% em Itaboraí entre 2006 e 2012 (em 2006 era R\$ 22,65/população residente; em 2012 passou para R\$ 778,79/população residente). Os valores das receitas tributárias per capita em 2006 e 2012, bem como a evolução entre esses mesmos anos, são explicitados no Apêndice 3.

15

GRÁFICO

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)



FONTES: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: Valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

TABELA 55

Variação (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana (2006-2012)

Município	Valores em R\$		Variação (%)
	2006	2012	
Itaboraí	R\$ 75,03	R\$ 960,44	1180,0%
Seropédica	R\$ 92,38	R\$ 322,33	248,9%
Itaguaí	R\$ 718,45	R\$ 2.340,01	225,7%
Queimados	R\$ 72,47	R\$ 192,66	165,8%
São João de Meriti	R\$ 74,52	R\$ 149,92	101,2%
Cachoeiras de Macacu	R\$ 112,14	R\$ 216,14	92,7%
Japeri	R\$ 43,21	R\$ 78,97	82,8%
Duque de Caxias	R\$ 231,84	R\$ 401,66	73,2%
Rio de Janeiro	R\$ 730,84	R\$ 1.216,67	66,5%
Tanguá	R\$ 86,99	R\$ 142,08	63,3%
Nova Iguaçu	R\$ 104,06	R\$ 169,29	62,7%
São Gonçalo	R\$ 97,99	R\$ 151,52	54,6%
Niterói	R\$ 774,47	R\$ 1.174,19	51,6%
Belford Roxo	R\$ 64,70	R\$ 97,59	50,8%
Maricá	R\$ 249,40	R\$ 369,02	48,0%
Mesquita	R\$ 91,89	R\$ 129,71	41,1%
Guapimirim	R\$ 142,88	R\$ 194,10	35,8%
Paracambi	R\$ 127,60	R\$ 164,37	28,8%
Nilópolis	R\$ 146,46	R\$ 182,84	24,8%
Magé	R\$ 112,15	R\$ 132,73	18,4%
Rio Bonito	R\$ 528,87	R\$ 433,99	-17,9%

FONTES: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: Valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

De 2006 para 2012, a relação ISS/Receita Tributária em Itaboraí aumentou 50,9 pontos percentuais, enquanto que no IPTU/Receita Tributária reduziu em 28,8 pontos percentuais.

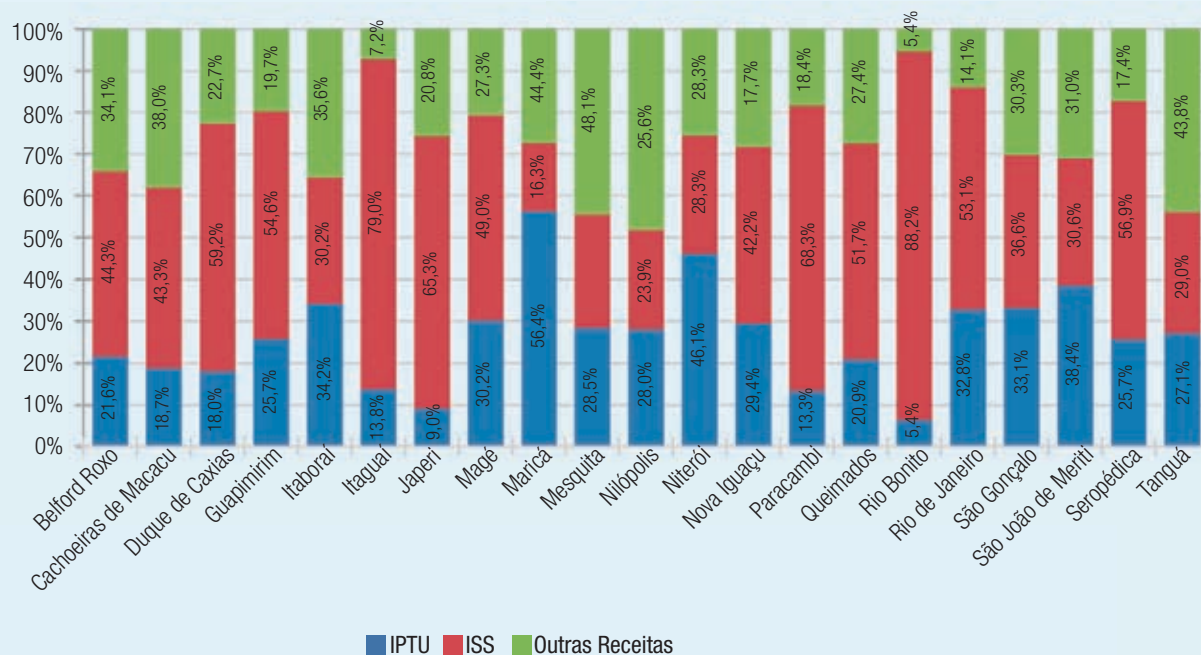
O Gráfico 16 e o Gráfico 17 ilustram a trajetória de participação do IPTU e do ISS⁸ sobre a receita tributária nos 21 municípios que compõem a Região Metropolitana. Destaque para o crescimento expressivo, de 2006 para 2012, na participação de ISS em Itaboraí (passando de 30,2% em 2006 para 81,1% em 2012; 50,9 pontos percentuais); para as quedas de participação de IPTU

também em Itaboraí (-28,8 pontos percentuais) e Tanguá (-24,4 pontos percentuais); e para o aumento de 4,4 pontos percentuais da participação de IPTU em Rio Bonito. Vale ressaltar ainda que em Rio Bonito o peso conjunto do IPTU e do ISS na receita tributária atingia 94% em 2006. Contudo, passou para menos de 85% em 2012 (84,2%).

16

GRÁFICO

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)



FONTE: TCE-RJ.

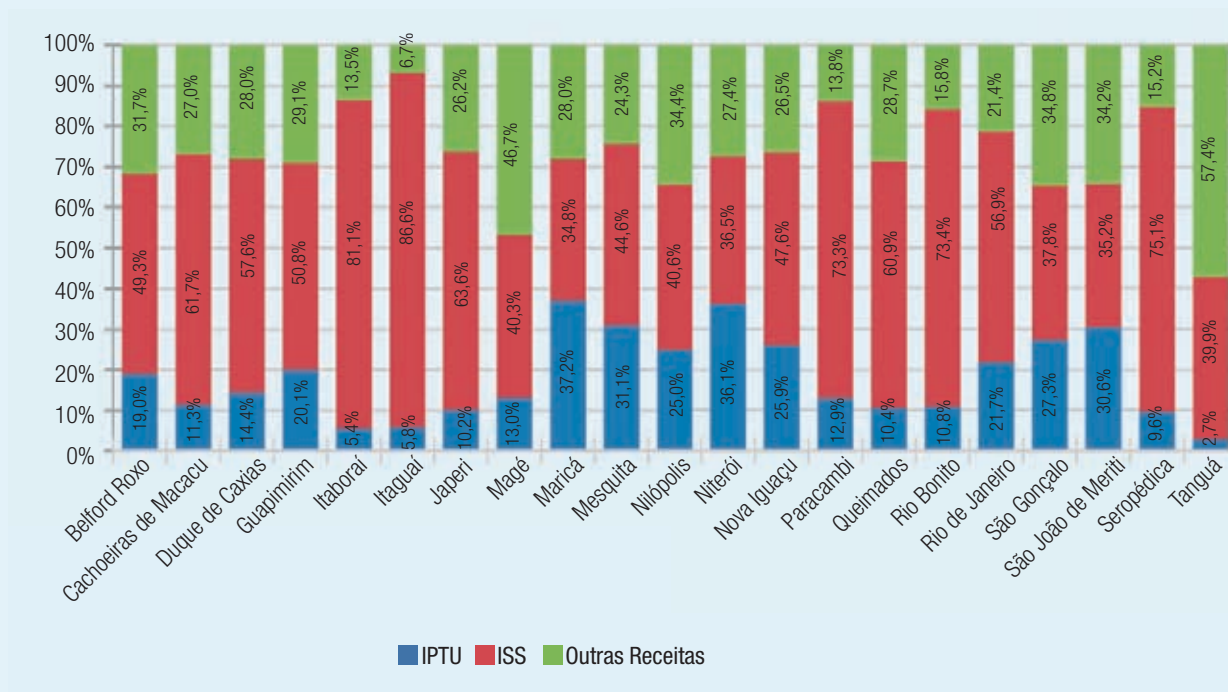
NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

⁸ IPTU e ISS são, usualmente, os principais tributos que compõem a receita tributária municipal.

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)

GRÁFICO

17



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Royalties

Conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as receitas provenientes dos *royalties* da produção de petróleo e gás natural são uma compensação financeira devida ao Estado Brasileiro pelas empresas produtoras no território nacional. Trata-se de uma remuneração à sociedade brasileira pela exploração desses recursos não renováveis (esgotáveis ou finitos) que, dentre outras participações governamentais, são previstos no regime de concessão (Lei nº 9.478/1997 – Lei do Petróleo), na cessão onerosa de direitos de exploração e produção à Petrobras (Lei nº 12.276/2010) ou no regime de partilha da produção nas áreas do pré-sal e outras áreas estratégicas (Lei nº 12.351/2010) – ANP (2014)⁹.

Os *royalties* incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os *royalties*, com base nos cálculos efetuados pela ANP, aos beneficiários: estados e municípios brasileiros, Comando da Marinha, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Fundo Especial, sendo este administrado pelo Ministério da Fazenda (MF) – ANP (2014).

Os contratos de concessão preveem alíquotas de *royalties* que variam de 5% a 10%, sendo que os primeiros 5% são distribuídos conforme o Art. 48 da Lei nº 9.478/1997¹⁰ (o qual mantém os critérios de distribuição previstos na Lei nº 7.990/1989), enquanto o percentual excedente aos 5% é distribuído conforme o Art. 49 da Lei nº 9.478/1997. O valor dos *royalties* a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores:

- Alíquota dos *royalties* do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%;
- A produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo;
- O preço de referência destes hidrocarbonetos no mês, como determinam os Artigos 7º e 8º do Decreto nº 2.705/1998, que regulamentou a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo).

As alíquotas e os beneficiários da distribuição dos *royalties* são apresentados a seguir, consoante as respectivas legislações:

⁹ <http://www.anp.gov.br/?pg=69709&m=royalties&t1=&t2=royalties&t3=&t4=&ar=0&ps=1&cachebust=1393441946434>.

¹⁰ A Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que modifica as Leis nº 9.478/1997 e nº 12.351/2010, "determina novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e aprimora o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha". Contudo, os efeitos desta Lei encontram-se suspensos até o momento de elaboração deste documento, devido à liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917.

Parcela de 5% (Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991):

LAVRA EM TERRA

70%	Estados produtores;
20%	Municípios produtores;
10%	Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

30%	Estados confrontantes com poços;
30%	Municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas;
20%	Comando da Marinha;
10%	Fundo Especial (estados e municípios);
10%	Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

Parcela acima de 5% – Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998.

LAVRA EM TERRA

52,5%	Estados produtores;
25%	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
15%	Municípios Produtores;
7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

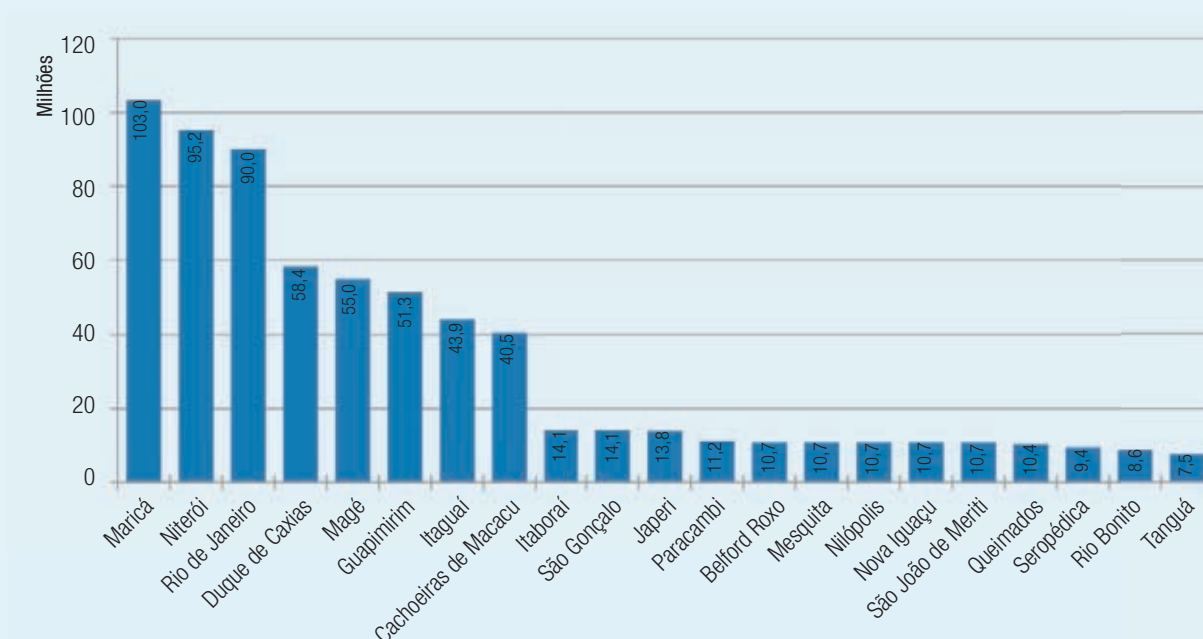
25%	Ministério da Ciência e Tecnologia;
22,5%	Estados confrontantes com campos;
22,5%	Municípios confrontantes com campos;
15%	Comando da Marinha;
7,5%	Fundo Especial (estados e municípios);
7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Em 2013, o montante da receita aferida com *royalties* da produção de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro e destinada aos municípios da Região Metropolitana, foi de aproximadamente R\$ 679,7 milhões, sendo o segundo maior valor dentre as oito regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se no Gráfico 18, que, em 2013, dentre os municípios da Região Metropolitana, Maricá recebeu o maior valor acumulado de *royalties* (R\$ 103 milhões, aproximadamente).

18 GRÁFICO

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região Metropolitana (2013)



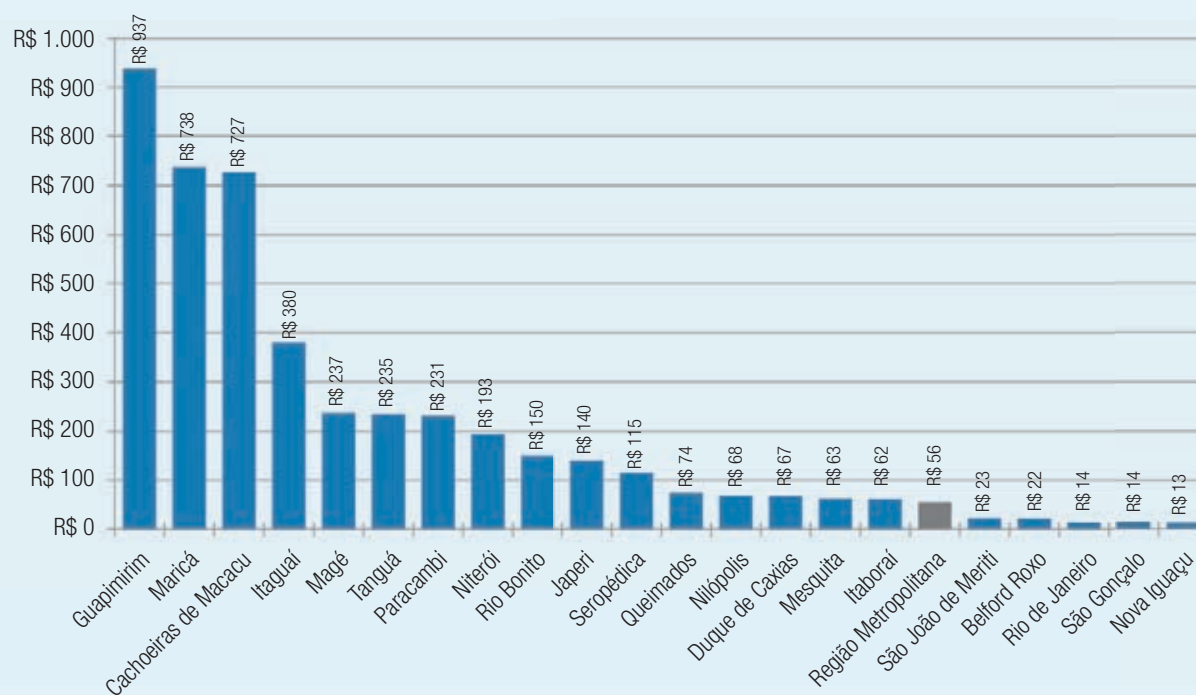
FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

Em termos per capita, Guapimirim, município com o terceiro menor contingente populacional da Região, obteve R\$ 937,32 em *royalties* por residente (Gráfico 19). Já Maricá, (que se configurou como o município que recebeu o maior montante em *royalties*) passou a ocupar a segunda posição dentre o conjunto dos municípios da Região Metropolitana com R\$ 737,80 de *royalties* per capita.

GRÁFICO

19

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região Metropolitana (2013)



FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Refere-se ao somatório das receitas correntes, consideradas as deduções previstas em lei, e serve de base para cálculo dos limites de gastos

com pessoal, da dívida consolidada líquida, das contratações de operações de crédito (empréstimos de longo prazo) e da concessão de garantias.¹¹

RCL serve de base de cálculo para limites de: gastos com pessoal, DCL, contratações de operações de crédito e concessão de garantias.

No que se refere à despesa total com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina dois limites distintos: para a União, o limite máximo é de 50% da receita corrente líquida. Nos estados e municípios, o limite é de 60% da RCL.¹²

Em relação à dívida consolidada pública¹³, esta não deverá ultrapassar o limite máximo de duas vezes a RCL para os estados e Distrito Federal e 1,2 vezes para os municípios.¹⁴

O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá exceder 16% da RCL¹⁵. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá ser superior a 11,5% da RCL¹⁶. O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% da RCL¹⁷.

11 Segundo o Art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições para a previdência social do empregador incidente sobre prestação de serviço de terceiros e a contribuição à previdência feita pelo trabalhador e também as contribuições para o PIS (Programa de Integração Social); b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; e c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre diferentes sistemas de previdência.

A apuração é feita somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

12 Para a União, os limites máximos para despesas com pessoal (50% da RCL) são assim distribuídos: a) 2,5% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União; b) 6% para o Judiciário; c) 0,6% para o Ministério Público da União; d) 3% para custeio de despesas do DF e de ex-territórios, e; e) 37,9% para o Executivo.

Nos Estados, os limites máximos para despesas com pessoal (60% da RCL) serão: a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 6% para o Judiciário; c) 2% para o Ministério Público dos Estados, e; d) 49% para as demais despesas de pessoal do Executivo.

Nos Municípios, os limites máximos para despesas com pessoal (60% da RCL) serão: a) 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e b) 54% para o Executivo.

13 A dívida consolidada compõe-se de: dívida mobiliária; dívida contratual; precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive); operações de crédito inferiores a 12 meses; parcelamento com a União de tributos federais, contribuições sociais, do FGTS; e outras dívidas.

14 Art. 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

15 Inciso I, do Art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

16 Inciso II, do Art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

17 Art. 10º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

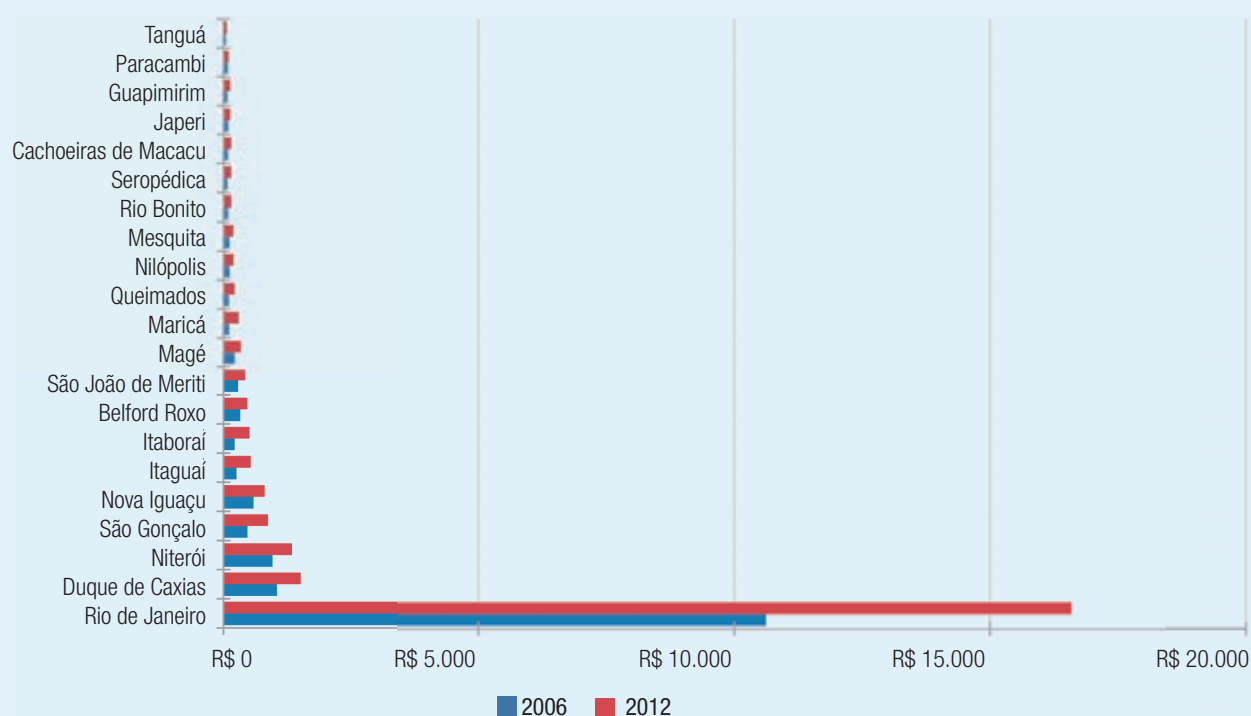
A RCL de Maricá apresentou crescimento real de 162,5%, de 2006 para 2012.

No que tange ao saldo global das garantias concedidas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, não poderá ser superior a 22% da RCL¹⁸. Esse limite poderá ser elevado para 32%, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor: a) não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 meses, a contar do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas; b) esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida; c) esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal; d) esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União.

Em 2012, os municípios de Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói apresentaram as maiores RCLs da Região Metropolitana, com valores aproximados de R\$ 16,6 bilhões, R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente, conforme dados do Gráfico 20. Isso equivale a dizer que a RCL do Rio de Janeiro corresponde a 66% da Região e, em conjunto, os três municípios com maiores RCLs respondem por, aproximadamente, 77,3%. Entre 2006 e 2012, o maior aumento foi observado em Maricá (162,5%)¹⁹.

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012)

GRÁFICO 20



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

¹⁸ Art. 10º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

¹⁹ A evolução das receitas sobre os orçamentos, entre 2006 e 2012, são apresentadas de forma completa no Apêndice 4 do presente trabalho.

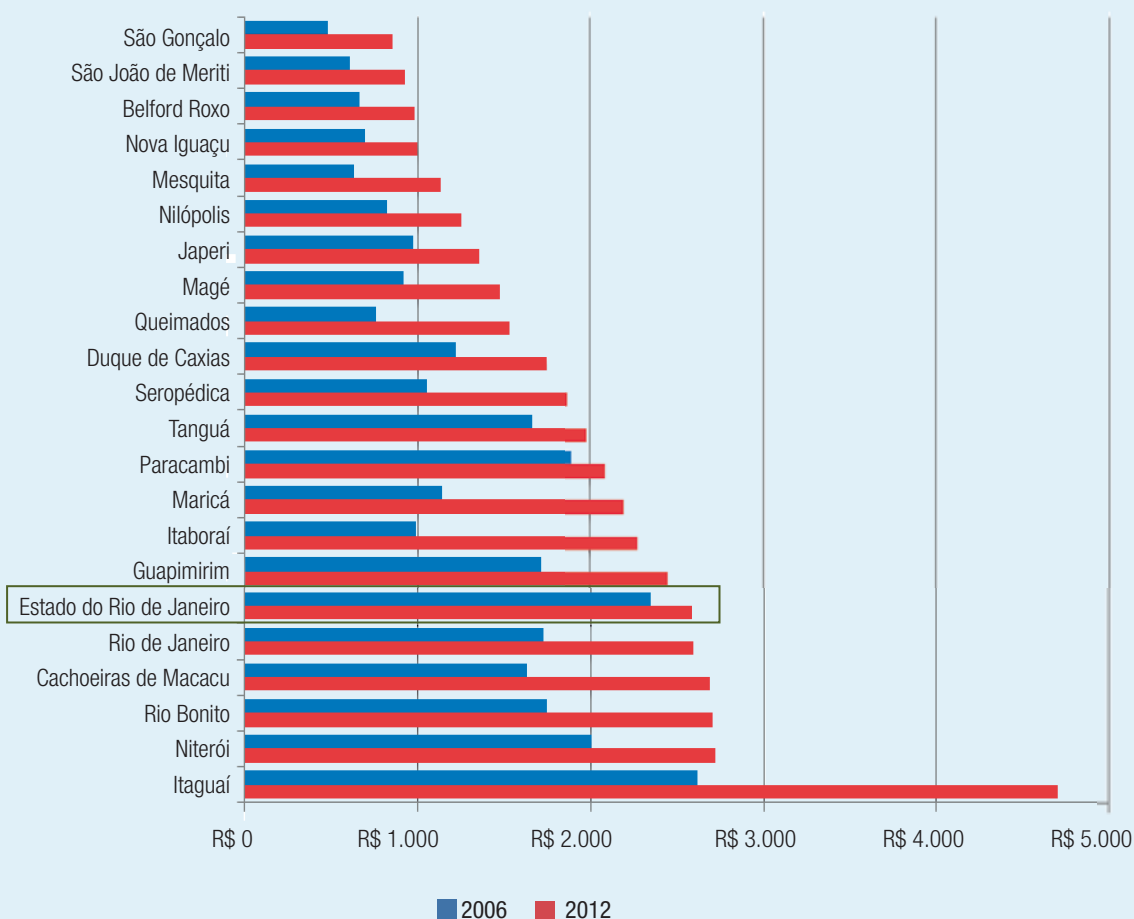
Nota-se no Gráfico 21 que, em 2012, as RCLs per capita de Itaguaí (R\$ 4.698,09), Niterói (R\$ 2.718,96) e Rio Bonito (R\$ 2.705,76) foram as maiores da

Região. Cabe ressaltar que Itaboraí e Queimados apresentaram os maiores crescimentos, entre 2006 e 2012, com 131,5% e 102,1%, respectivamente.

De 2006 para 2012, as RCLs per capita de Itaboraí e Queimados aumentaram 131,5% e 102,1%, respectivamente.

21 GRÁFICO

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)



FONTES: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

NOTA: Valores mensais da receita corrente líquida atualizados pelo IPCA para 2012.

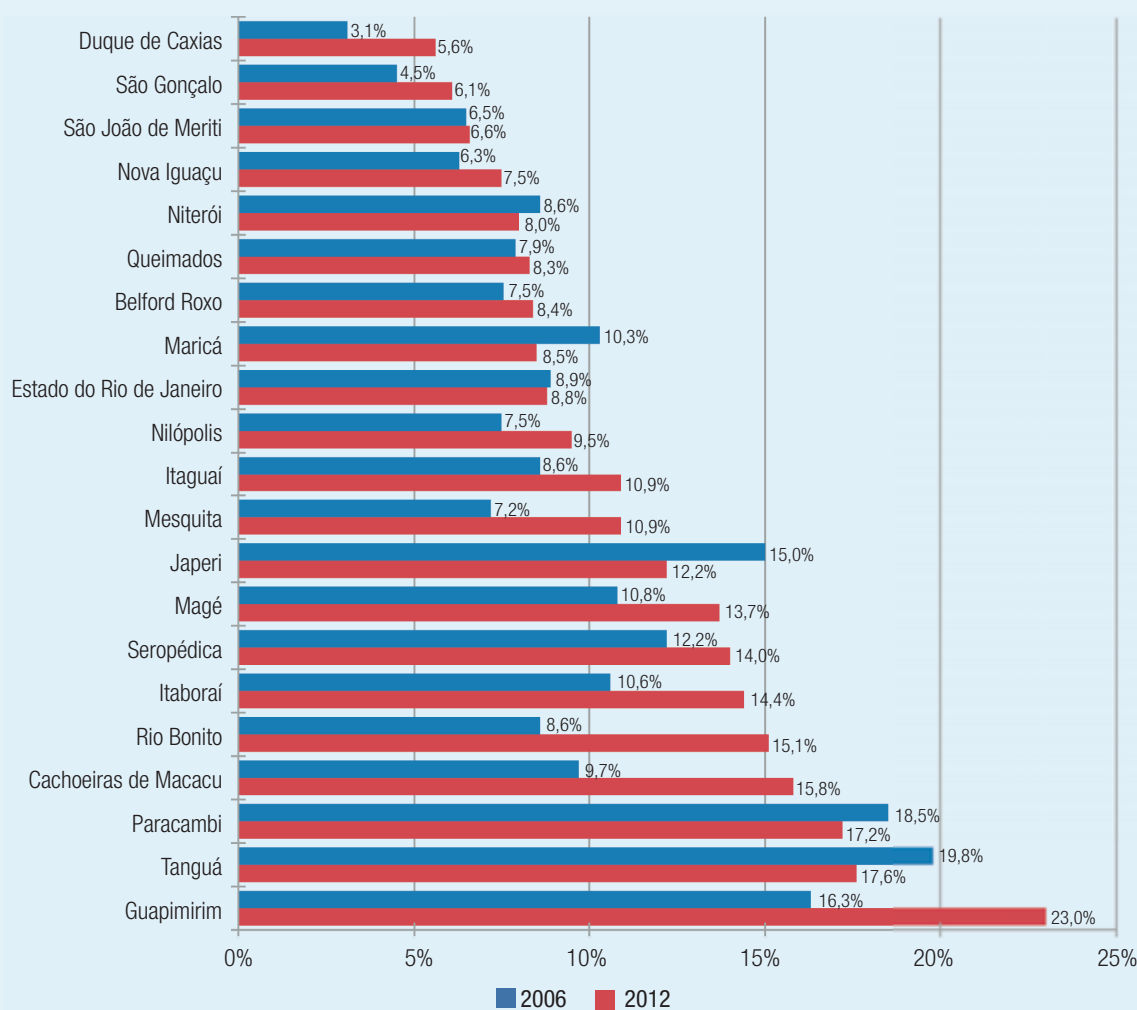
A análise do Gráfico 22, mostra que 15 dos 21 municípios da Região Metropolitana apresentaram aumento na RCL proporcionalmente ao PIB, entre 2006 e 2011. Evidenciando que, no período, a geração e a obtenção de receitas nestes municípios

foram superiores ao crescimento do PIB. Destaque para o aumento no PIB de Japeri, que, no período, apresentou crescimento de 65,5%, enquanto que a RCL aumentou 34,5%, implicando em maior redução da relação entre RCL e PIB.

De 2006 para 2011, a relação RCL/PIB apresentou redução em seis municípios.

RCL/PIB (%) (2006 e 2011)

GRÁFICO 22



FONTES: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

NOTA: Valores mensais da RCL atualizados pelo IPCA para 2012 e do PIB atualizados pelo deflator implícito do PIB nacional para 2012.

Todos os municípios da Região Metropolitana respeitaram o limite máximo definido pelo Senado Federal para DCL/RCL.

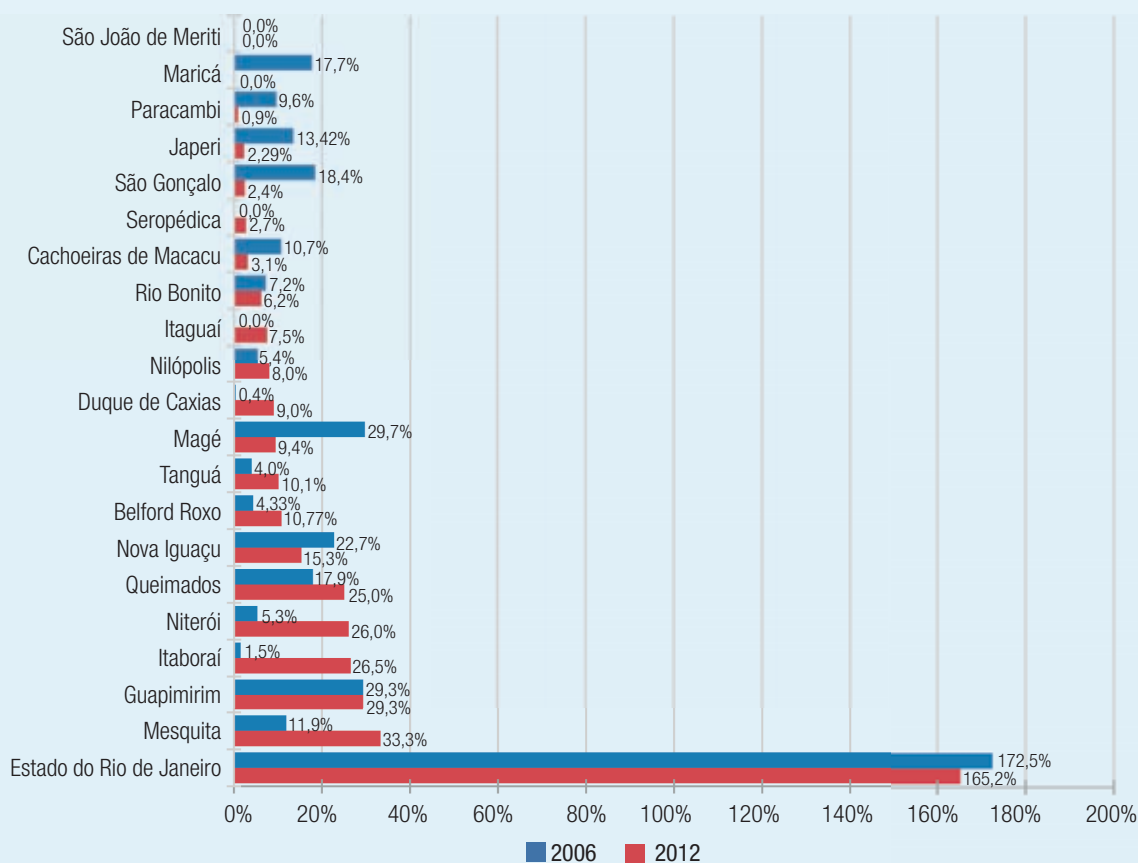
Conforme se constata no Gráfico 23, em 2012, a DCL do município de Mesquita montou a 33,3% da RCL e que nenhum município atingiu o limite máximo fixado pelo Senado Federal. Na comparação com 2006, a relação entre DCL/RCL, nesse mesmo município, apresentou aumento

de 21,4 pontos percentuais. Vale ressaltar que Itaguaí, Seropédica e São João de Meriti são os únicos municípios onde a DCL em relação a RCL era 0% em 2006, passando, em 2012, para 7,5% em Itaguaí, 2,7% em Seropédica e não variando em São João de Meriti.

23

GRÁFICO

DCL/RCL (%) (2006 e 2012)



FONTES: TCE-RJ e Sefaz-RJ.

5.4 DESPESA²⁰

Procurou-se, neste trabalho, expurgar os valores registrados nas operações intraorçamentárias, visando não contabilizar o repasse das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, a superestimação das despesas públicas. Todavia, no ano de 2006, os balanços orçamentários de alguns municípios não discriminam tais despesas intraorçamentárias.

De acordo com o Gráfico 24, as maiores participações do gasto com pessoal em relação à despesa total, em 2012, foram observadas em Tanguá (64,7%) e Duque de Caxias (59,2%). No sentido oposto, as menores ocorreram em Paracambi (31,4%) e Mesquita (36,2%). Vale ressaltar que, em quase todos os municípios, (as exceções são Guapimirim,

Itaboraí, Mesquita, Paracambi e Rio Bonito), o gasto com pessoal configura-se como a mais relevante dentre as demais categorias (nesses cinco municípios, o custeio ultrapassa). Já investimentos responderam, em média, por 24,3% da despesa total em Itaguaí e 18,9% em Maricá (maiores participações entre os municípios da Região).²¹

À exceção de Guapimirim, Itaboraí, Mesquita, Paracambi e Rio Bonito, o gasto com pessoal é mais relevante dentre as categorias.

De 2006 para 2012, Maricá e Itaboraí se destacaram dos demais municípios da Região Metropolitana com aumentos respectivos de 145% e 122,2%²² nos gastos com pessoal. Guapimirim (177,7%) e Rio Bonito (164,9%) obtiveram

maior aumento em despesas com custeio. Já os investimentos, cresceram mais em São João de Meriti (248,2%) e Seropédica (213,5%). As despesas com juros e amortizações da dívida em Itaboraí ampliaram-se em 10.021,7% nesse mesmo período.

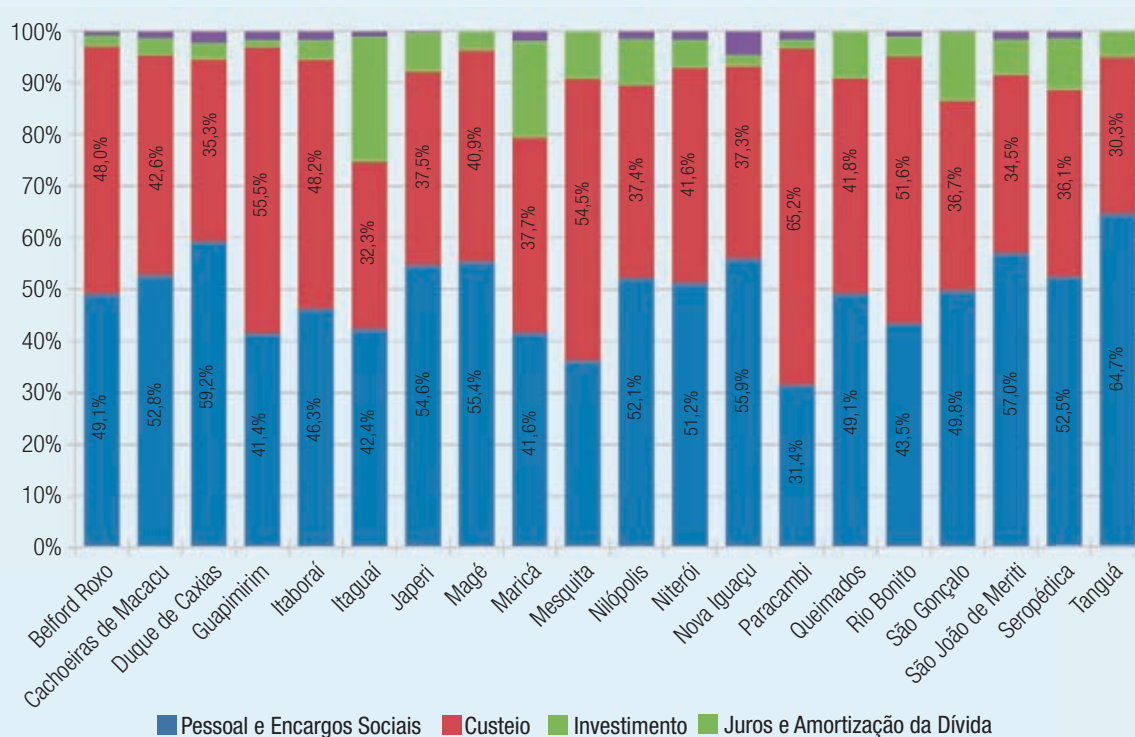
²⁰ Esses dados são apresentados de forma completa no Apêndice 4.

²¹ No Apêndice 5, encontram-se os dados de forma completa.

²² A evolução das despesas encontra-se apresentada no Apêndice 6.

24 GRÁFICO

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012)



FONTE: TCE-RJ.

5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

De forma complementar a análise até então desenvolvida, a presente seção tem como objetivo identificar e analisar alguns indicadores financeiros trabalhados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) voltados para os municípios. Estes indicadores,

baseados nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas pelos municípios ao TCE e/ou à Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), encontram-se discriminados no Quadro 1, o qual também dispõe as relações e descrições de cada indicador.

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Selecionados

Indicador	Relação	Descrição
Equilíbrio orçamentário	Receita Realizada/Despesa Executada	Demonstra, em um dado período, o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada do município.
Autonomia financeira	Receita Tributária Própria/Despesas de Custeio	Mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento as suas despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.
Investimentos per capita	Investimentos/População do Município	Demonstra o quanto de investimentos públicos aplicados, em dado período, se traduziriam em benefícios para cada cidadão.
Grau de investimento	Investimentos/Receita Total	Reflete a parcela de contribuição da receita total na execução dos investimentos realizados pelo município.
Liquidez corrente	Ativo Financeiro/Passivo Financeiro	Mede a capacidade do município de cumprir suas obrigações, consoante as disponibilidades monetárias do município em um mesmo exercício fiscal.

FONTE: Baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

A Tabela 56 revela que, em 2012, 14 municípios da Região Metropolitana apresentaram superávit de execução orçamentária, tendo Mesquita se destacado dos demais por ter apresentado índice de 1,195, o que significa que, para cada R\$ 100,00

de despesa executada, o município possui R\$ 119,50 de receita. Por outro lado, seis municípios apresentaram déficit – índice registrado abaixo de um – tendo sido o de Nova Iguaçu (0,949) o menor observado neste mesmo ano.

Quatorze municípios da Região Metropolitana apresentaram superávit de execução orçamentária em 2012.

56 TABELA

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)

Equilíbrio orçamentário	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Belford Roxo	1,0375	1,0078	1,0165	1,0564	0,9730	0,996
Cachoeiras de Macacu	0,9096	1,2012	1,0655	1,0302	0,9824	0,953
Duque de Caxias	0,9354	1,0367	0,9881	0,9799	0,8939	0,968
Guapimirim	0,8896	0,9256	0,9554	0,9921	0,9740	1,005
Itaboraí	0,9868	1,1091	1,0066	1,0703	1,0590	1,007
Itaguaí	0,9365	1,0368	0,9039	1,0374	1,0485	1,021
Japeri	0,9313	1,1122	1,1389	0,9538	1,0378	1,013
Magé	0,9455	1,1989	0,9327	0,9364	0,9453	1,014
Maricá	1,0381	1,0209	1,1017	1,0242	0,9668	1,008
Mesquita	0,8754	0,9784	1,0097	1,2007	0,9889	1,195
Nilópolis	1,0627	1,1021	0,9155	0,9438	0,9481	0,954
Niterói	1,0277	0,9861	0,9903	1,0296	0,9527	1,010
Nova Iguaçu	0,9927	1,0478	0,9876	0,9552	1,0035	0,949
Paracambi	0,9734	0,9680	0,9802	0,9095	1,0514	1,064
Queimados	1,0369	1,0449	1,1535	0,9844	1,0067	1,097
Rio Bonito	0,9661	1,0105	0,9613	1,1106	0,9646	0,967
São Gonçalo	0,9927	1,0122	1,0276	1,0652	0,9454	1,017
São João de Meriti	1,1189	1,0268	1,0985	0,8879	0,9590	1,053
Seropédica	1,0338	1,0379	0,9895	1,0493	0,9648	1,038
Tanguá	0,8815	1,1084	0,9736	0,7798	1,0553	1,044

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Os dados da Tabela 57 mostram que nenhum município da Região Metropolitana possui autonomia financeira, tendo em vista que suas receitas tributárias próprias são insuficientes para cobrir as despesas de custeio, ou seja, o atendimento das despesas com manutenção da máquina administrativa. Nos seis

anos apurados, chama a atenção os baixos índices apresentados, em que apenas Itaguaí e Niterói obtiveram resultados superiores a 40% de cobertura, refletindo a grande disparidade entre o volume de receita tributária própria e os gastos de custeio executados em dado exercício fiscal.

Os municípios da Região Metropolitana refletem uma situação de alta dependência de receitas não próprias. Em 2012, Itaguaí foi o município que apresentou o melhor índice, com autonomia financeira de 64,6%. Em todo o período apurado,

o melhor resultado havia sido computado por este mesmo município no ano de 2011 (68,7% de autonomia). Por outro lado, Japeri obteve o menor índice do período dentre os municípios da Região (3,7% em 2008), fechando em 2012 com pior índice (6,3%).

Apenas Itaguaí e Niterói apresentaram autonomia financeira superior a 40% em todo o período apurado.

TABELA 57

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)

Autonomia financeira	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Belford Roxo	0,110	0,101	0,111	0,126	0,116	0,098
Cachoeiras de Macacu	0,059	0,091	0,238	0,149	0,102	0,084
Duque de Caxias	0,230	0,238	0,234	0,245	0,224	0,242
Guapimirim	0,101	0,070	0,112	0,099	0,093	0,082
Itaboraí	0,100	0,137	0,200	0,263	0,328	0,434
Itaguaí	0,389	0,424	0,401	0,607	0,687	0,646
Japeri	0,045	0,037	0,066	0,050	0,058	0,063
Magé	0,115	0,129	0,172	0,120	0,080	0,092
Maricá	0,229	0,229	0,217	0,182	0,196	0,204
Mesquita	0,107	0,110	0,105	0,128	0,131	0,141
Nilópolis	0,190	0,183	0,164	0,145	0,155	0,148
Niterói	0,395	0,406	0,446	0,468	0,403	0,438
Nova Iguaçu	0,154	0,166	0,191	0,164	0,175	0,163
Paracambi	0,070	0,104	0,062	0,092	0,088	0,085
Queimados	0,106	0,107	0,113	0,117	0,129	0,147
Rio Bonito	0,316	0,262	0,231	0,196	0,180	0,177
São Gonçalo	0,208	0,196	0,204	0,193	0,203	0,195
São João de Meriti	0,140	0,145	0,165	0,144	0,160	0,178
Seropédica	0,112	0,129	0,123	0,137	0,174	0,198
Tanguá	0,079	0,082	0,084	0,082	0,100	0,082

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Em 2012, Itaguaí se destacou com maior valor no indicador de investimento per capita.

Observa-se na Tabela 58 que, em 2012, cada residente de Itaguaí recebeu da Administração Pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 1.111,25 em benefícios diretos e indiretos. Em seguida, veio Maricá (R\$ 450,04/residente). Chama atenção que, no período compreendido entre

2007 e 2012, o índice apresentou aumento em quase todos os municípios. O que apresentou menor índice no ano de 2012 foi o município de Belford Roxo (R\$ 30,03/residente). Em 2007, esse mesmo município obteve o menor índice do período (R\$ 12,61/residente).

58 TABELA

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012)

Investimentos per capita	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Belford Roxo	12,61	34,58	16,51	83,83	79,25	30,03
Cachoeiras de Macacu	70,03	50,31	157,15	160,79	172,96	304,89
Duque de Caxias	135,61	210,37	61,79	139,86	136,26	63,87
Guapimirim	186,67	255,84	122,46	74,18	102,50	34,16
Itaboraí	73,39	82,75	98,34	85,01	175,47	141,92
Itaguaí	657,22	397,39	388,15	538,70	648,66	1.111,25
Japeri	151,55	84,58	106,44	270,04	127,90	142,32
Magé	156,18	97,23	161,67	117,58	80,48	55,48
Maricá	97,20	90,26	55,45	74,51	297,89	450,04
Mesquita	64,31	142,11	98,48	99,41	232,09	109,73
Nilópolis	73,71	90,20	152,91	224,46	176,39	143,24
Niterói	77,21	56,06	96,98	135,94	140,00	177,35
Nova Iguaçu	86,87	160,37	212,01	59,96	55,04	46,13
Paracambi	119,53	60,72	21,81	464,39	102,15	32,71
Queimados	45,73	80,51	66,88	165,99	126,25	168,30
Rio Bonito	79,37	54,81	79,74	63,62	166,11	156,66
São Gonçalo	44,25	43,05	34,71	48,91	121,04	117,04
São João de Meriti	35,98	74,19	36,11	98,36	95,94	66,28
Seropédica	78,55	100,82	57,77	112,45	147,21	178,43
Tanguá	324,57	192,82	146,38	657,86	192,99	124,86

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Os investimentos públicos em Itaguaí corresponderam a 23,38% da receita total do município em 2012. Em seguida, veio Maricá (19,27%). Em 2010, Tanguá apurou o melhor índice de todo o

período (42,37%). Já Guapimirim (1,44%) apresentou o menor percentual em 2012. Em 2009, Paracambi destacou-se com menor índice do período (1,40%), como mostram os dados da Tabela 59.

Itaguaí também apresentou melhor indicador de grau de investimento, em 2012.

TABELA 59

Indicador do Grau de Investimento (2007 a 2012)

Grau de investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Belford Roxo	2,32%	5,46%	2,58%	8,95%	8,55%	2,99%
Cachoeiras de Macacu	5,63%	2,84%	8,05%	6,61%	6,77%	10,83%
Duque de Caxias	13,62%	14,33%	4,58%	8,18%	7,48%	3,35%
Guapimirim	14,58%	15,10%	7,52%	4,04%	4,73%	1,44%
Itaboraí	8,71%	8,48%	9,24%	5,92%	9,74%	6,07%
Itaguaí	29,83%	17,44%	17,37%	17,63%	17,35%	23,38%
Japeri	17,25%	9,64%	11,82%	23,39%	10,24%	10,30%
Magé	22,31%	10,38%	16,85%	9,62%	5,81%	3,75%
Maricá	9,71%	9,37%	4,99%	5,25%	16,16%	19,27%
Mesquita	13,17%	20,64%	14,33%	10,02%	20,73%	8,46%
Nilópolis	9,77%	10,59%	19,26%	20,02%	14,75%	11,11%
Niterói	4,45%	3,07%	5,25%	6,28%	5,60%	6,23%
Nova Iguaçu	13,29%	19,45%	24,61%	6,45%	5,19%	4,33%
Paracambi	7,42%	5,95%	1,40%	24,61%	4,97%	1,59%
Queimados	7,43%	10,95%	7,69%	16,90%	10,87%	10,64%
Rio Bonito	5,62%	3,62%	5,30%	3,04%	7,01%	5,85%
São Gonçalo	10,40%	9,46%	6,32%	7,09%	16,42%	13,08%
São João de Meriti	6,56%	11,88%	5,71%	12,77%	10,29%	6,89%
Seropédica	8,57%	9,54%	5,22%	8,02%	9,05%	9,66%
Tanguá	27,52%	13,76%	11,58%	42,37%	10,42%	6,51%

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

A Tabela 60 revela que, em 2012, 15 municípios apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pelas prefeituras – índice igual ou superior a um. Japeri e Mesquita se destacaram dos demais municípios

com maiores índices (4,98, cada um). Seguidos por Seropédica (3,14) e Queimados (3,10). Em outro extremo, Niterói apresentou menor índice (0,47). Em 2007, Cachoeiras de Macacu registrou o menor índice de todo o período (0,23).

Quinze municípios apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

60 TABELA

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)

Liquidez corrente	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Belford Roxo	3,11	4,77	4,20	2,85	2,22	1,62
Cachoeiras de Macacu	0,23	7,49	2,65	2,24	2,09	1,63
Duque de Caxias	1,15	4,22	4,38	2,57	0,84	0,64
Guapimirim	2,61	1,74	1,38	2,97	1,81	2,06
Itaboraí	0,70	1,35	1,20	1,87	1,97	2,03
Itaguaí	0,66	1,10	0,39	0,76	1,30	2,90
Japeri	2,49	4,90	6,31	2,70	5,96	4,98
Magé	0,33	2,32	1,41	1,04	1,05	1,38
Maricá	1,18	1,07	2,05	2,43	1,48	1,53
Mesquita	0,80	0,81	0,92	1,62	1,61	4,98
Nilópolis	0,96	2,33	1,61	1,08	0,86	0,75
Niterói	1,11	1,20	0,81	0,75	0,52	0,47
Nova Iguaçu	4,83	1,93	1,88	1,19	1,59	1,57
Paracambi	0,52	0,36	0,27	0,26	0,35	0,72
Queimados	2,29	6,03	7,39	2,91	2,91	3,10
Rio Bonito	0,84	1,10	1,01	1,24	0,99	0,67
São Gonçalo	0,36	1,36	1,72	2,21	1,64	1,26
São João de Meriti	0,93	1,11	1,37	0,89	0,78	1,21
Seropédica	1,23	3,32	1,82	5,77	1,70	3,14
Tanguá	0,50	1,26	1,02	1,01	0,58	1,20

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Infraestrutura



A Região Metropolitana responde por mais da metade de todo o consumo de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro.

6

Na presente seção, analisam-se dados do consumo de energia elétrica dos municípios da Região Metropolitana e do total do Estado do Rio de Janeiro, relativos ao ano de 2012, segundo o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), bem como o Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Fundação Ceperj.

Ambas as fontes baseiam-se em informações encaminhadas pelas

concessionárias Light Serviços de Eletricidade S. A., Ampla Energia e Serviços S.A. e Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A. Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram tanto o consumo de energia elétrica adquirida diretamente do sistema (energia distribuída pelas concessionárias) como aquela oriunda de autoprodução. Já as informações organizadas pela Fundação Ceperj consideram apenas a energia distribuída pelas concessionárias.

6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

As distribuições do consumo (em megawatt-hora – MWh) e das unidades de consumo nas oito regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), em 2012, estão apresentadas no Gráfico 25. A Região Metropolitana representou 57,2% do consumo

do ERJ e 70,3% das unidades de consumo, tendo ocupado a primeira posição em consumo com aproximadamente 29 TWh²³, no ano de 2012, como também em número de unidades de consumo nesse mesmo ano.

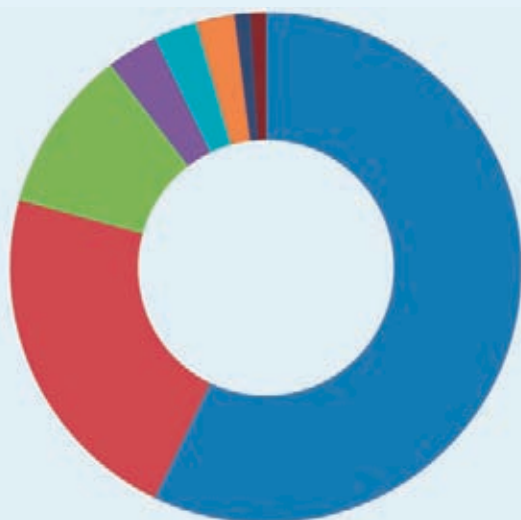
²³ terawatt-hora (TWh) = 106 megawatt-hora (MWh).

25

GRÁFICO

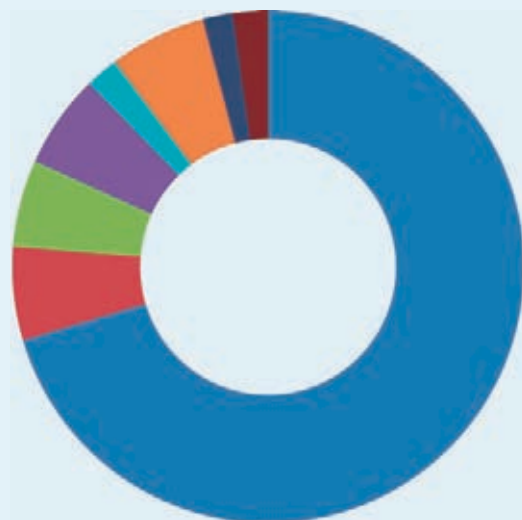
Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica, Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica (MWh)²



57,20%	●	Região Metropolitana
22,10%	●	Região Norte Fluminense
10,40%	●	Região do Médio Paraíba
3,20%	●	Região Serrana
2,80%	●	Região da Costa Verde
2,40%	●	Região das Baixadas Litorâneas
1,01%	●	Região Centro-Sul Fluminense
0,96%	●	Região Noroeste Fluminense

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica¹



70,30%	●	Região Metropolitana
5,86%	●	Região Norte Fluminense
5,50%	●	Região do Médio Paraíba
5,91%	●	Região Serrana
2,10%	●	Região da Costa Verde
6,10%	●	Região das Baixadas Litorâneas
1,90%	●	Região Centro-Sul Fluminense
2,20%	●	Região Noroeste Fluminense

FONTES: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Fundação Ceperj (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. ² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

O mercado consumidor de energia elétrica da Região Metropolitana teve predomínio do Setor Residencial (9.632.471 MWh),

seguido pelos setores Comercial (8.266.503 MWh) e Industrial (6.284.325 MWh), conforme a Tabela 61.

O consumo de energia elétrica da Região Metropolitana, em 2012, estava concentrado no Setor Residencial.

TABELA 61

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

SETOR	CONSUMO (MWh)
Consumo Final Total	28.969.359
Energético	452.432
Residencial	9.632.471
Comercial	8.266.503
Público	3.886.691
Agropecuário	63.972
Transporte (Ferroviário)	382.965
Industrial ²⁴	6.284.325
Siderúrgico/Metalúrgico	3.089.236
Ferro-gusa/aço	3.065.032
Não Ferrosos/Outros	24.203
Química	1.103.962
Borracha e Material Plástico	310.703
Produtos Alimentícios	270.112
Minerais não Metálicos	231.446
Vidros	138.908
Cimento	36.435
Cerâmica	25.473
Outros Minerais não Metálicos	30.629
Papel e Celulose	154.662
Bebidas	145.096
Equipamentos de Transporte (Exceto Veículos Automotores)	127.192
Farmoquímicos e Farmacêuticos	126.609
Produtos de Metal (Exceto Máquinas e Equipamentos)	90.395
Extração e Tratamento de Minerais	89.649
Veículos Automotores	64.030
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	62.220
Máquinas e Equipamentos	60.482
Impressão e Reprodução de Gravações	57.285
Confecção	40.489
Obras de Infraestrutura	32.208
Têxtil	28.286
Outras Indústrias	200.264

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

²⁴ As atividades industriais encontram-se discriminadas no Apêndice 1.

O elevado consumo de energia elétrica da Região pode ser justificado pela concentração demográfica.

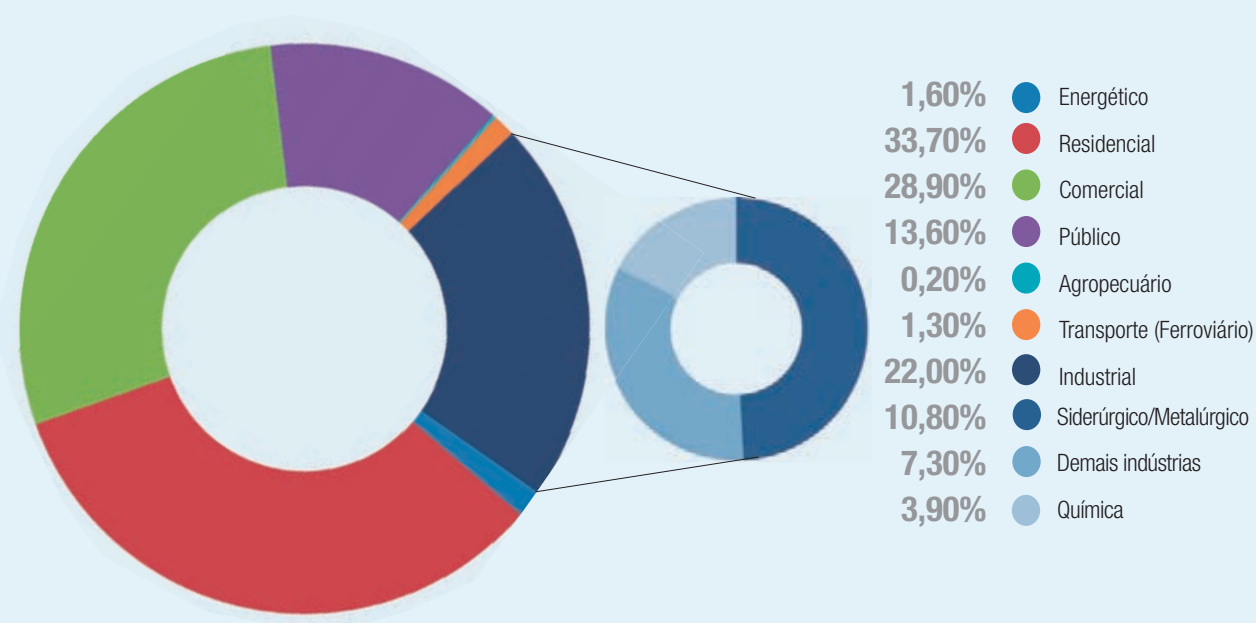
O elevado consumo de energia elétrica na Região Metropolitana se deve em grande parte à concentração demográfica da Região, que no ano de 2012 correspondia a, aproximadamente, 75% da população residente do ERJ. De fato, como mostram os dados do Gráfico 26, nesse mesmo ano de 2012, o Setor Residencial foi responsável por, aproximadamente, 34% de todo o consumo regional

de energia elétrica. Coube ao Setor de Comércio e Serviços a segunda maior parcela (28,9%) do consumo regional de energia elétrica nesse mesmo ano, ficando o Setor Industrial na terceira posição, com 22%. Nesse setor, chamam atenção as participações apresentadas pelos subsetores siderúrgico/metalúrgico e química, com, respectivamente, 10,8% e 3,9%, proporcionalmente ao consumo total.

26

GRÁFICO

Participação (%) do Consumo Setorial de Energia Elétrica no Consumo Final da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

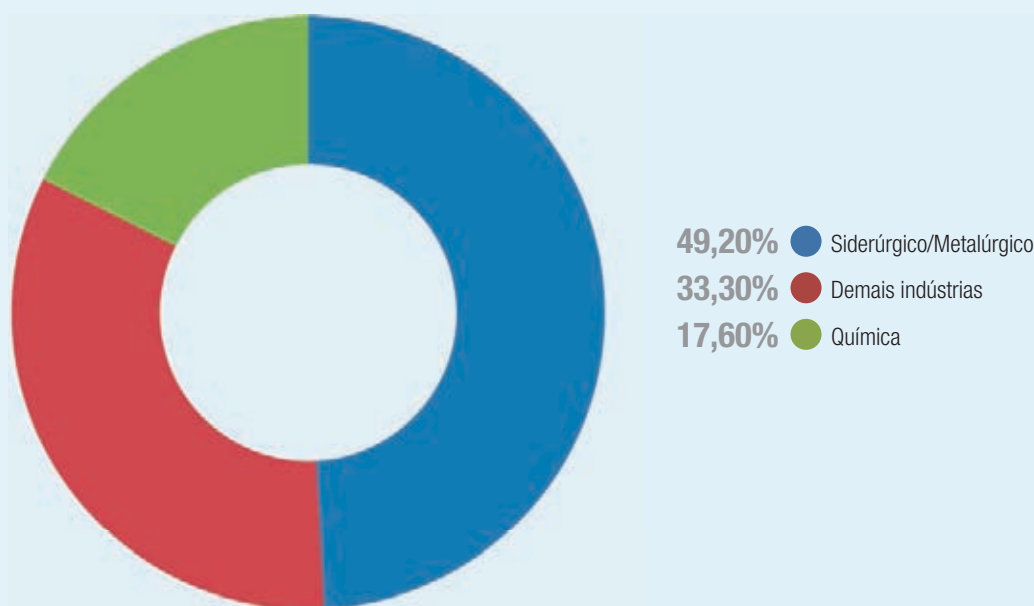
NOTA: As "Demais Indústrias" incluem: Extração e Tratamento de Minerais, Minerais não Metálicos, Produtos Alimentícios, Bebidas, Têxtil, Confeção, Papel e Celulose, Impressão e Reprodução de Gravações, Farmoquímicos e Farmacêuticos, Borracha e Material Plástico, Produtos de Metal (exceto Máquinas e Equipamentos), Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, Máquinas e Equipamentos, Veículos Automotores, Equipamentos de Transporte (exceto Veículos Automotores), Obras de Infraestrutura entre outras.

Considerando apenas o consumo industrial de energia elétrica, a análise do Gráfico 27 revela que o subsetor siderúrgico/metalúrgico respondeu com 49,2%, sendo quase a totalidade de seu consumo direcionada para a produção de ferro-gusa/aço, representada principalmente pela ThyssenKrupp CSA/Companhia Siderúrgica do Atlântico, localizada no distrito industrial de Santa Cruz.

As indústrias químicas responderam por 17,6% do consumo industrial. Já as demais indústrias, representaram 33,3% do consumo total de energia elétrica do Setor Industrial, podendo-se destacar aquelas ligadas às atividades de fabricação de borracha e material plástico, produtos alimentícios e de minerais não metálicos, representativos na Região.

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Setor Industrial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 27



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: As "Demais Indústrias" incluem: Extração e Tratamento de Minerais, Minerais não Metálicos, Produtos Alimentícios, Bebidas, Têxtil, Confecção, Papel e Celulose, Impressão e Reprodução de Gravações, Farmoquímicos e Farmacêuticos, Borracha e Material Plástico, Produtos de Metal (exceto Máquinas e Equipamentos), Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, Máquinas e Equipamentos, Veículos Automotores, Equipamentos de Transporte (exceto Veículos Automotores), Obras de Infraestrutura entre outras.

Em 2012, a Light Serviços de Eletricidade S.A. distribuiu energia elétrica para 12 dos 21 municípios da Região Metropolitana. Isso equivale a dizer que a Light concentrou, nesse ano, 82,4% da energia

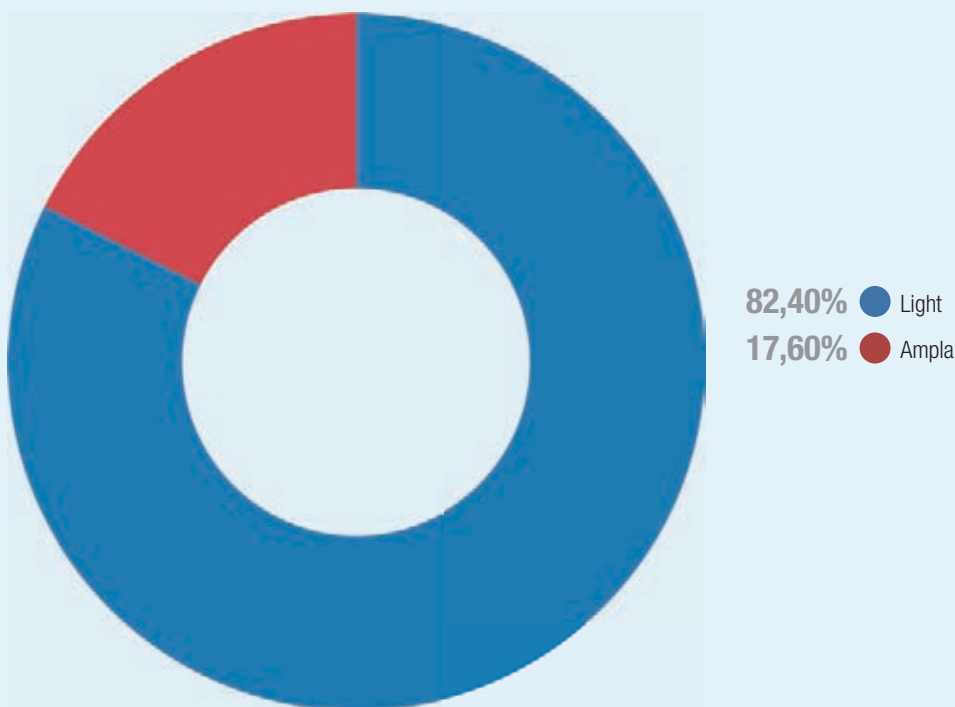
elétrica distribuída para toda a Região (21.392.928 MWh). Já os 10 municípios, foram atendidos pela Ampla Energia e Serviços S.A, abrangendo 17,6% (4.560.647 MWh) da Região (Gráfico 28).

Dentre as concessionárias, a Light possui representatividade maior na Região.

28

GRÁFICO

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S/A e da Ampla Energia e Serviços S/A.

Focando a análise do consumo de energia elétrica e considerando apenas a energia elétrica distribuída pelas concessionárias (excluindo-se, portanto, àquela energia de autoprodução), as informações trabalhadas na sequência foram

desagregadas para os quatro principais setores de consumo regional: Residencial, Industrial, Comercial e Agropecuário. Setores como Público e Energético foram considerados como “Outros”.

O maior consumo de energia elétrica (MWh) distribuída pelas concessionárias da Região Metropolitana compete ao Setor Residencial.

O Setor Residencial caracteriza-se pelo fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras com fim residencial, excetuando-se o rural residencial. O Setor Industrial refere-se ao fornecimento àquelas unidades onde sejam exercidas quaisquer atividades industriais. Já o Setor Comercial, caracteriza-se pelo fornecimento às unidades de consumo onde sejam exercidas as atividades comerciais e de serviços. O fornecimento às unidades consumidoras onde se desenvolvem atividades rurais, compete ao setor Agropecuário. Estas definições encontram-se no Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2013) publicado pela

Empresa de Pesquisa Energética – EPE (EPE, 2013).

A Tabela 62 revela que, do total da energia elétrica distribuída pelas concessionárias na Região (25.953.576 MWh), o maior consumo, em 2012, encontrava-se no Setor Residencial (9.632.471 MWh), seguido por Comercial (8.248.580 MWh) e por Industrial (4.025.885 MWh). Constatou-se a mesma configuração para esses três setores na análise anterior baseada nos dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro de 2013, (Sedeis, 2013) que contabilizou também a autoprodução de energia elétrica.

62 TABELA

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Consumo de energia elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	Ampla/Energisa/Light	35.762.621	12.837.479	7.853.420	9.778.617	291.922	5.001.183
Região Metropolitana	Ampla/Light	25.953.576	9.632.471	4.025.885	8.248.580	63.972	3.982.668
Belford Roxo	Light	529.958	206.321	177.703	84.977	32	60.925
Cachoeiras de Macacu	Ampla	104.998	22.186	29.791	8.472	37.866	6.683
Duque de Caxias	Ampla/Light	1.633.412	481.029	703.773	327.094	326	121.188
Guapimirim	Ampla	113.620	31.552	56.745	12.677	837	11.809
Itaboraí	Ampla	339.592	154.333	26.659	57.386	8.671	92.544
Itaguaí	Light	269.476	76.446	23.928	152.492	1.072	15.539
Japeri	Light	53.865	29.754	3.912	9.556	73	10.570
Magé	Ampla	258.022	147.188	25.725	50.706	1.139	33.263
Maricá	Ampla	202.629	141.175	10.743	30.429	1.456	18.827
Mesquita	Light	164.282	113.839	4.927	29.641	48	15.827
Nilópolis	Light	198.606	123.075	4.984	50.889	0	19.658
Niterói	Ampla	1.276.611	608.255	74.657	419.382	180	174.137
Nova Iguaçu	Light	1.221.619	462.050	96.954	251.903	391	410.322
Paracambi	Light	48.131	29.434	3.039	9.738	322	5.598
Queimados	Light	184.136	70.485	66.988	34.572	49	12.041
Rio Bonito	Ampla	73.054	31.118	12.299	18.544	1.556	9.539
Rio de Janeiro	Light	17.395.796	5.916.653	2.510.028	6.240.670	2.519	2.725.926
São Gonçalo	Ampla	1.269.147	667.126	148.272	289.154	1.194	163.401
São João de Meriti	Light	492.115	262.319	24.564	148.107	4	57.121
Seropédica	Light	86.538	41.130	15.785	14.665	981	13.976
Tanguá	Ampla	37.968	17.002	4.409	7.525	5.255	3.777

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Conforme a distribuição do consumo de energia elétrica, em 2012, dentre os 21 municípios da Região, o Rio de Janeiro foi o que registrou o maior consumo,

ao todo 17.395.796 MWh, concentrando, aproximadamente, 67% de toda a energia elétrica distribuída na Região Metropolitana.

Em 2012, o município do Rio de Janeiro possuía o maior percentual de consumo (MWh) de eletricidade distribuída nos setores industrial, comercial e residencial com relação à Região Metropolitana.

Na análise para cada setor de consumo, o município do Rio de Janeiro obteve a maior parcela de consumo (MWh) nos setores Comercial (75,7%; 6.240.670 MWh), Industrial (62,3%; 2.510.028 MWh) e Residencial (61,4%; 5.916.653 MWh). O município de Duque de Caxias também se destacou com participação do consumo industrial de energia elétrica na Região (17,5%; 703.773). Vale ressaltar, ainda, o município de Cachoeiras de Macacu, com a maior parcela do

consumo no setor Agropecuário (59,2% do total da Região; 37.866 MWh) – Tabela 63.

Neste ano, o município do Rio de Janeiro consumiu mais de 10 vezes o total da energia elétrica distribuída para o município de segundo maior consumo, Duque de Caxias, com 1.633.412 MWh. Na sequência, Niterói (1.276.611 MWh) e Nova Iguaçu (1.211.619 MWh), também responderam com significativo consumo de eletricidade.

TABELA 63

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Consumo de energia elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região Metropolitana	Ampla/Light	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Belford Roxo	Light	2,0%	2,1%	4,4%	1,0%	0,0%	1,5%
Cachoeiras de Macacu	Ampla	0,4%	0,2%	0,7%	0,1%	59,2%	0,2%
Duque de Caxias	Ampla/Light	6,3%	5,0%	17,5%	4,0%	0,5%	3,0%
Guapimirim	Ampla	0,4%	0,3%	1,4%	0,2%	1,3%	0,3%
Itaboraí	Ampla	1,3%	1,6%	0,7%	0,7%	13,6%	2,3%
Itaguaí	Light	1,0%	0,8%	0,6%	1,8%	1,7%	0,4%
Japeri	Light	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%
Magé	Ampla	1,0%	1,5%	0,6%	0,6%	1,8%	0,8%
Maricá	Ampla	0,8%	1,5%	0,3%	0,4%	2,3%	0,5%
Mesquita	Light	0,6%	1,2%	0,1%	0,4%	0,1%	0,4%
Nilópolis	Light	0,8%	1,3%	0,1%	0,6%	0,0%	0,5%
Niterói	Ampla	4,9%	6,3%	1,9%	5,1%	0,3%	4,4%
Nova Iguaçu	Light	4,7%	4,8%	2,4%	3,1%	0,6%	10,3%
Paracambi	Light	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%	0,5%	0,1%
Queimados	Light	0,7%	0,7%	1,7%	0,4%	0,1%	0,3%
Rio Bonito	Ampla	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	2,4%	0,2%
Rio de Janeiro	Light	67,0%	61,4%	62,3%	75,7%	3,9%	68,4%
São Gonçalo	Ampla	4,9%	6,9%	3,7%	3,5%	1,9%	4,1%
São João de Meriti	Light	1,9%	2,7%	0,6%	1,8%	0,0%	1,4%
Seropédica	Light	0,3%	0,4%	0,4%	0,2%	1,5%	0,4%
Tanguá	Ampla	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	8,2%	0,1%

FONTE: Sedes/Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Em 2012, houve predomínio de consumo de energia elétrica distribuída no Setor Residencial em 16 municípios da Região.

Observa-se na Tabela 64 que, em 2012, o consumo (MWh) do setor Residencial foi superior ao dos demais setores em 16 municípios, com percentuais variando entre 69,7% em Maricá e 37,8% em Nova Iguaçu. Nos municípios de Guapimirim (49,9%) e Duque de Caxias (43,1%), o Setor Industrial se destacou. Já os municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro apresentaram, nesse mesmo ano, os percentuais mais elevados no setor Comercial sobre o total

do consumo municipal (56,6% e 35,9%, respectivamente). O município de Cachoeiras de Macacu registrou maior percentual no setor Agropecuário (36,1%).

Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, os pesos relativos (%) do consumo comercial de energia elétrica dos municípios de Itaguaí, Rio de Janeiro e Niterói (32,9%) foram superiores ao respectivo peso de toda a Região Metropolitana (31,8%).

64 TABELA

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Consumo de energia elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região Metropolitana	Ampla/Light	100,0%	37,1%	15,5%	31,8%	0,2%	15,3%
Belford Roxo	Light	100,0%	38,9%	33,5%	16,0%	0,0%	11,5%
Cachoeiras de Macacu	Ampla	100,0%	21,1%	28,4%	8,1%	36,1%	6,4%
Duque de Caxias	Ampla/Light	100,0%	29,4%	43,1%	20,0%	0,0%	7,4%
Guapimirim	Ampla	100,0%	27,8%	49,9%	11,2%	0,7%	10,4%
Itaboraí	Ampla	100,0%	45,4%	7,9%	16,9%	2,6%	27,3%
Itaguaí	Light	100,0%	28,4%	8,9%	56,6%	0,4%	5,8%
Japeri	Light	100,0%	55,2%	7,3%	17,7%	0,1%	19,6%
Magé	Ampla	100,0%	57,0%	10,0%	19,7%	0,4%	12,9%
Maricá	Ampla	100,0%	69,7%	5,3%	15,0%	0,7%	9,3%
Mesquita	Light	100,0%	69,3%	3,0%	18,0%	0,0%	9,6%
Nilópolis	Light	100,0%	62,0%	2,5%	25,6%	0,0%	9,9%
Niterói	Ampla	100,0%	47,6%	5,8%	32,9%	0,0%	13,6%
Nova Iguaçu	Light	100,0%	37,8%	7,9%	20,6%	0,0%	33,6%
Paracambi	Light	100,0%	61,2%	6,3%	20,2%	0,7%	11,6%
Queimados	Light	100,0%	38,3%	36,4%	18,8%	0,0%	6,5%
Rio Bonito	Ampla	100,0%	42,6%	16,8%	25,4%	2,1%	13,1%
Rio de Janeiro	Light	100,0%	34,0%	14,4%	35,9%	0,0%	15,7%
São Gonçalo	Ampla	100,0%	52,6%	11,7%	22,8%	0,1%	12,9%
São João de Meriti	Light	100,0%	53,3%	5,0%	30,1%	0,0%	11,6%
Seropédica	Light	100,0%	47,5%	18,2%	16,9%	1,1%	16,1%
Tanguá	Ampla	100,0%	44,8%	11,6%	19,8%	13,8%	9,9%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.
NOTA: As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

**A Região Metropolitana,
em 2012, reunia 4.595.583
unidades de consumo.**

No ano de 2012, do total de 4.595.583 unidades de consumo de energia elétrica da Região Metropolitana, a maior quantidade encontrava-se no Setor Residencial (4.225.813), seguida por Comercial (341.125), como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 65.

As unidades de consumo de energia elétrica são entendidas como os consumidores de energia elétrica, ou seja, residências, estabelecimentos industriais e comerciais, propriedades rurais etc.

TABELA 65

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Unidades de consumo de energia elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	Ampla/Energisa/Light	6.535.025	5.945.686	15.983	466.976	75.518	30.862
Região Metropolitana	Ampla/Light	4.595.583	4.225.813	10913	341.125	3.934	13.798
Belford Roxo	Light	153.314	146.140	184	6.619	4	367
Cachoeiras de Macacu	Ampla	15.459	13.557	43	1.303	426	130
Duque de Caxias	Ampla/Light	295.226	275.058	863	18.383	117	805
Guapimirim	Ampla	19.134	17.718	26	1.089	177	124
Itaboraí	Ampla	86.369	81.346	120	4.300	233	370
Itaguaí	Light	47.058	43.187	111	3.150	361	249
Japeri	Light	25.347	23.891	37	1.256	35	128
Magé	Ampla	91.280	85.820	84	4.631	318	427
Maricá	Ampla	73.501	70.558	37	2364	298	244
Mesquita	Light	63.049	59.715	115	2.998	31	190
Nilópolis	Light	62.255	58.032	157	3.869	0	197
Niterói	Ampla	212.315	191.867	432	18.563	16	1.437
Nova Iguaçu	Light	290.923	271.149	503	18.546	90	635
Paracambi	Light	17.658	16.312	54	1.031	114	147
Queimados	Light	48.793	45.779	75	2.699	28	212
Rio Bonito	Ampla	18.952	16.545	58	1.799	349	201
Rio de Janeiro	Light	2.532.062	2.296.787	6.844	221.657	217	6.557
São Gonçalo	Ampla	346.284	328.123	694	16.104	619	744
São João de Meriti	Light	159.669	150.166	397	8.793	2	311
Seropédica	Light	26.914	25.016	66	1.355	245	232
Tanguá	Ampla	10.021	9.047	13	616	254	91

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A..

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

O município do Rio de Janeiro possuía, em 2012, o maior percentual de unidades de consumo nos setores residencial, industrial e comercial com relação à Região Metropolitana.

Em 2012, dentre os 21 municípios da Região Metropolitana, o do Rio de Janeiro possuía o maior número de unidades de consumo da região e também do ERJ (ao todo 2.532.062 unidades). Este número representou 55,1% do total de unidades da Região e 38,7% do total de unidades do ERJ. Este

mesmo município possuía, em 2012, a maior parcela de unidades de consumo nos setores Residencial (54,4%), Industrial (62,7%) e Comercial (65%). Destaque ainda para São Gonçalo, com 15,7% das unidades de consumo do setor Agropecuário sobre o total da Região (Tabela 66).

66 TABELA

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Unidades de consumo de energia elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região Metropolitana	Ampla/Light	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Belford Roxo	Light	3,3%	3,5%	1,7%	1,9%	0,1%	2,7%
Cachoeiras de Macacu	Ampla	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	10,8%	0,9%
Duque de Caxias	Ampla/Light	6,4%	6,5%	7,9%	5,4%	3,0%	5,8%
Guapimirim	Ampla	0,4%	0,4%	0,2%	0,3%	4,5%	0,9%
Itaboraí	Ampla	1,9%	1,9%	1,1%	1,3%	5,9%	2,7%
Itaguaí	Light	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	9,2%	1,8%
Japeri	Light	0,6%	0,6%	0,3%	0,4%	0,9%	0,9%
Magé	Ampla	2,0%	2,0%	0,8%	1,4%	8,1%	3,1%
Maricá	Ampla	1,6%	1,7%	0,3%	0,7%	7,6%	1,8%
Mesquita	Light	1,4%	1,4%	1,1%	0,9%	0,8%	1,4%
Nilópolis	Light	1,4%	1,4%	1,4%	1,1%	0,0%	1,4%
Niterói	Ampla	4,6%	4,5%	4,0%	5,4%	0,4%	10,4%
Nova Iguaçu	Light	6,3%	6,4%	4,6%	5,4%	2,3%	4,6%
Paracambi	Light	0,4%	0,4%	0,5%	0,3%	2,9%	1,1%
Queimados	Light	1,1%	1,1%	0,7%	0,8%	0,7%	1,5%
Rio Bonito	Ampla	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	8,9%	1,5%
Rio de Janeiro	Light	55,1%	54,4%	62,7%	65,0%	5,5%	47,5%
São Gonçalo	Ampla	7,5%	7,8%	6,4%	4,7%	15,7%	5,4%
São João de Meriti	Light	3,5%	3,6%	3,6%	2,6%	0,1%	2,3%
Seropédica	Light	0,6%	0,6%	0,6%	0,4%	6,2%	1,7%
Tanguá	Ampla	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	6,5%	0,7%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Em 2012, houve predomínio de unidades de consumo residenciais nos municípios da Região.

De acordo com a Tabela 67, as unidades de consumo residenciais foram predominantes em todas as localidades, remontando a uma participação média regional de 92%. Os municípios de Maricá e Belford Roxo se destacaram, pois apresentaram percentuais de unidades de consumo residenciais sobre o total da Região superiores a 95%.

Vale destacar, ainda, os municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu, o primeiro apresentando o percentual municipal mais elevado do Setor Comercial (9,5%), enquanto que o segundo obteve participação mais elevada no setor Agropecuário (2,8%).

TABELA 67

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região Metropolitana	Ampla/Light	100,0%	92,0%	0,2%	7,4%	0,1%	0,3%
Belford Roxo	Light	100,0%	95,3%	0,1%	4,3%	0,0%	0,2%
Cachoeiras de Macacu	Ampla	100,0%	87,7%	0,3%	8,4%	2,8%	0,8%
Duque de Caxias	Ampla/Light	100,0%	93,2%	0,3%	6,2%	0,0%	0,3%
Guapimirim	Ampla	100,0%	92,6%	0,1%	5,7%	0,9%	0,6%
Itaboraí	Ampla	100,0%	94,2%	0,1%	5,0%	0,3%	0,4%
Itaguaí	Light	100,0%	91,8%	0,2%	6,7%	0,8%	0,5%
Japeri	Light	100,0%	94,3%	0,1%	5,0%	0,1%	0,5%
Magé	Ampla	100,0%	94,0%	0,1%	5,1%	0,3%	0,5%
Maricá	Ampla	100,0%	96,0%	0,1%	3,2%	0,4%	0,3%
Mesquita	Light	100,0%	94,7%	0,2%	4,8%	0,0%	0,3%
Nilópolis	Light	100,0%	93,2%	0,3%	6,2%	0,0%	0,3%
Niterói	Ampla	100,0%	90,4%	0,2%	8,7%	0,0%	0,7%
Nova Iguaçu	Light	100,0%	93,2%	0,2%	6,4%	0,0%	0,2%
Paracambi	Light	100,0%	92,4%	0,3%	5,8%	0,6%	0,8%
Queimados	Light	100,0%	93,8%	0,2%	5,5%	0,1%	0,4%
Rio Bonito	Ampla	100,0%	87,3%	0,3%	9,5%	1,8%	1,1%
Rio de Janeiro	Light	100,0%	90,7%	0,3%	8,8%	0,0%	0,3%
São Gonçalo	Ampla	100,0%	94,8%	0,2%	4,7%	0,2%	0,2%
São João de Meriti	Light	100,0%	94,0%	0,2%	5,5%	0,0%	0,2%
Seropédica	Light	100,0%	92,9%	0,2%	5,0%	0,9%	0,9%
Tanguá	Ampla	100,0%	90,3%	0,1%	6,1%	2,5%	0,9%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Os consumos médios de energia elétrica (MWh), no ano de 2012, distribuída pelas concessionárias, são apresentados na Tabela 68. Estes foram obtidos dividindo-se o consumo de energia elétrica (MWh) pelas respectivas unidades de consumo, conforme os setores econômicos analisados. De acordo com a referida tabela, em 2012, os consumos totais médios de energia elétrica (MWh) dos municípios de Rio de Janeiro (6,9 MWh), Cachoeiras de Macacu (6,8 MWh), Niterói (6 MWh), Guapimirim (5,9 MWh) e Itaguaí (5,7 MWh) foram superiores à média da Região Metropolitana (5,6 MWh) e também à média estadual (5,5 MWh). Todos os demais municípios registraram média de consumo inferior às médias regional e estadual.

No setor Residencial, os valores médios mais significativos ocorreram nos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, onde os consumos médios residenciais de energia elétrica foram de 3,2 MWh e 2,6 MWh, respectivamente, superiores às médias regional

(2,3 MWh) e estadual (2,2 MWh) por residência faturada.

Já os consumos médios industriais de energia elétrica, apresentaram variações entre 31,7 MWh em Nilópolis e 2.182,5 MWh em Guapimirim. Dos 21 municípios da Região, Guapimirim, Belford Roxo (965,8 MWh), Queimados (893,2 MWh), Duque de Caxias (815,5 MWh) e Cachoeiras de Macacu (692,8 MWh) obtiveram maiores consumos médios de energia elétrica do que as médias dos consumos do ERJ (491,4 MWh) e da Região (368,9 MWh).

Os municípios de Itaguaí (48,4 MWh) e Rio de Janeiro (28,2 MWh) destacaram-se no consumo médio comercial, tendo apresentado resultados superiores ao da média regional (24,2 MWh), como também da estadual (20,9 MWh). Já no setor Agropecuário, Cachoeiras de Macacu (88,9 MWh) obteve o maior consumo médio anual, quase 23 vezes superior ao respectivo consumo médio estadual.

Os consumos totais médios de energia elétrica de cinco municípios superaram ao consumo total médio da Região, em 2012.

TABELA 68

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa concessionária	Consumo médio de energia elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	Ampla/Energisa/Light	5,5	2,2	491,4	20,9	3,9	162,1
Região Metropolitana	Ampla/Light	5,6	2,3	368,9	24,2	16,3	288,6
Belford Roxo	Light	3,5	1,4	965,8	12,8	8,0	166,0
Cachoeiras de Macacu	Ampla	6,8	1,6	692,8	6,5	88,9	51,4
Duque de Caxias	Ampla/Light	5,5	1,7	815,5	17,8	2,8	150,5
Guapimirim	Ampla	5,9	1,8	2.182,5	11,6	4,7	95,2
Itaboraí	Ampla	3,9	1,9	222,2	13,3	37,2	250,1
Itaguaí	Light	5,7	1,8	215,6	48,4	3,0	62,4
Japeri	Light	2,1	1,2	105,7	7,6	2,1	82,6
Magé	Ampla	2,8	1,7	306,2	10,9	3,6	77,9
Maricá	Ampla	2,8	2,0	290,3	12,9	4,9	77,2
Mesquita	Light	2,6	1,9	42,8	9,9	1,6	83,3
Nilópolis	Light	3,2	2,1	31,7	13,2	–	99,8
Niterói	Ampla	6,0	3,2	172,8	22,6	11,3	121,2
Nova Iguaçu	Light	4,2	1,7	192,8	13,6	4,3	646,2
Paracambi	Light	2,7	1,8	56,3	9,4	2,8	38,1
Queimados	Light	3,8	1,5	893,2	12,8	1,8	56,8
Rio Bonito	Ampla	3,9	1,9	212,0	10,3	4,5	47,5
Rio de Janeiro	Light	6,9	2,6	366,7	28,2	11,6	415,7
São Gonçalo	Ampla	3,7	2,0	213,6	18,0	1,9	219,6
São João de Meriti	Light	3,1	1,7	61,9	16,8	1,8	183,7
Seropédica	Light	3,2	1,6	239,2	10,8	4,0	60,2
Tanguá	Ampla	3,8	1,9	339,2	12,2	20,7	41,5

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A..

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Niterói obteve o maior consumo mensal per capita de energia elétrica residencial da Região, em 2012.

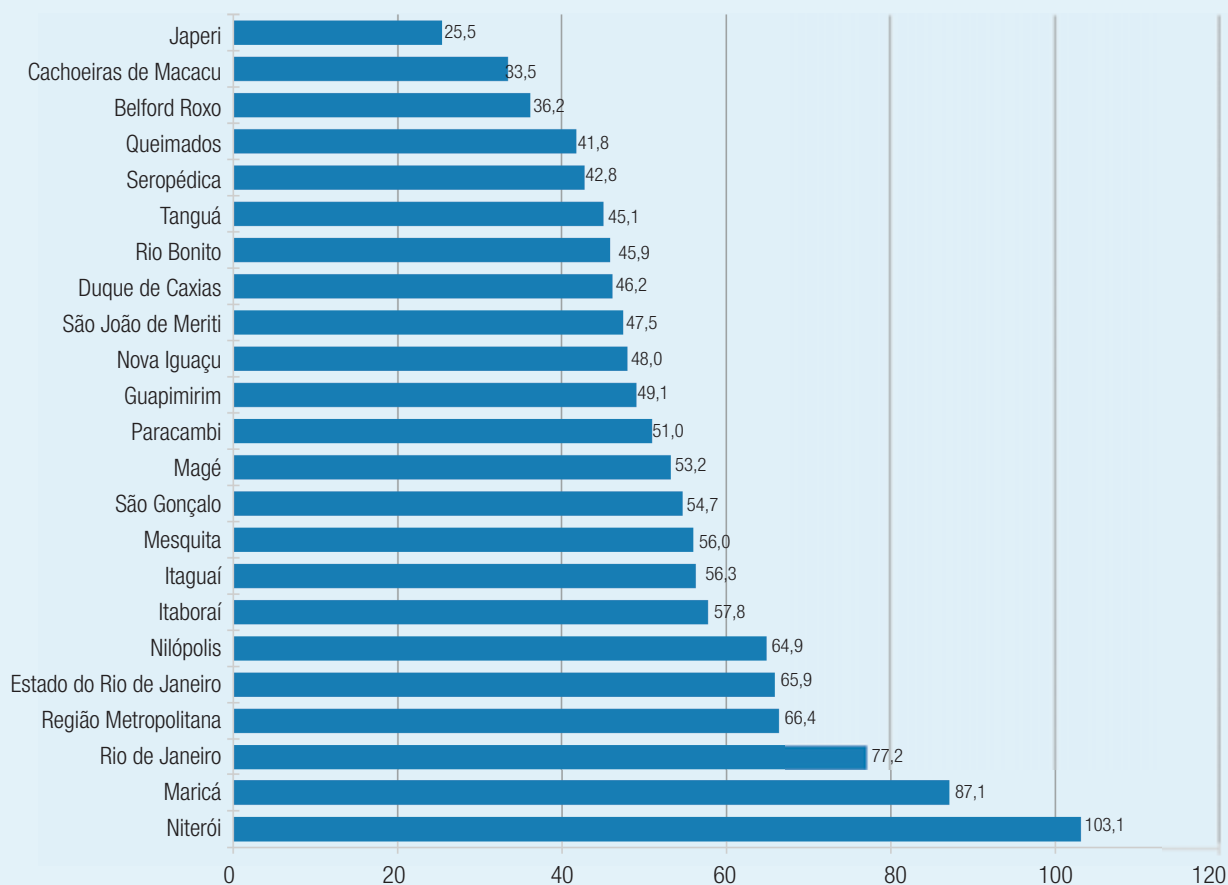
O indicador de Consumo Mensal per capita de Energia Elétrica Residencial (em quilowatt-hora – kWh), representado no Gráfico 29, foi obtido dividindo-se os valores do consumo residencial de energia elétrica pela população residente estimada pelo IBGE para o ano de 2012. Nota-se que, nesse mesmo ano, Niterói apresentou o maior consumo mensal per capita de energia elétrica residencial (103,1 kWh) da Região. Outros

municípios que se destacaram foram Maricá (com 87,1 kWh) e Rio de Janeiro (77,2 kWh) que apresentaram consumos superiores ao da média regional (66,4 kWh) e ao do ERJ (65,9 kWh). Por outro lado, Japeri (25,5 kWh), Cachoeiras de Macacu (33,5 kWh) e Belford Roxo (36,2 kWh) obtiveram os menores consumos per capita nesse mesmo ano.

29

GRÁFICO

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

6.2 CONSUMO DE GÁS NATURAL

Na presente seção, analisam-se dados do consumo de gás natural dos municípios da Região Metropolitana e do total do Estado do Rio de Janeiro, relativos ao ano de 2012, segundo o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), com base em dados das concessionárias CEG e CEG Rio.

Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram o consumo final municipal e estadual de gás natural nos diferentes setores de consumo. O denominado gás natural “seco” configura-se como próprio para o consumo final por conter grande quantidade de metano e etano [Sedeis (2013)]. Os dados trabalhados foram estritamente de gás natural “seco”, que para simplificação do texto optou-se por designá-lo apenas de “gás natural”.

Vale ressaltar que o suprimento para as usinas termelétricas movidas a gás natural não é considerado consumo final, mas sim transformação. Isso decorre do fato da termoeletricidade transformar esse combustível em energia elétrica, sendo no Balanço Energético computado apenas o consumo da eletricidade gerada.

A distribuição de gás canalizado no ERJ cabe às concessionárias CEG e CEG Rio, empresas controladas pelo grupo espanhol Gás Natural Fenosa. A CEG, que concentra a distribuição de gás natural na Região Metropolitana, possuía, em 2012, uma rede de dutos de cerca de 4.000 km de extensão e atendia 16 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Seropédica. Já a CEG Rio, que cuida da distribuição para o interior do Estado, possuía, nesse mesmo ano, uma rede de distribuição de, aproximadamente, 5.000 km²⁵ e estava presente em 21 municípios de seis regiões de governo: Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense e Médio Paraíba.

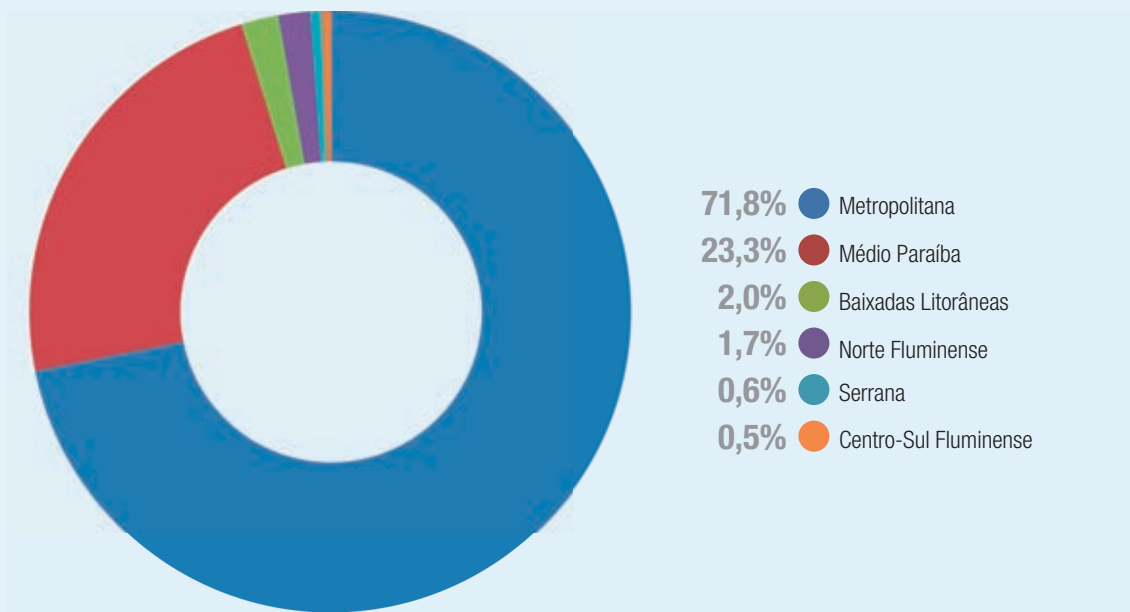
A distribuição do consumo (em m³) nas seis regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), em 2012, está apresentada no Gráfico 30. A Região Metropolitana representou 71,8% do consumo do ERJ, tendo ocupado a primeira posição com, aproximadamente, 2,1 bilhões de metros cúbicos, no ano de 2012.

Em 2012, a Região Metropolitana ocupou a primeira posição em consumo de gás natural no ERJ.

30

GRÁFICO

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural, Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

As informações trabalhadas na sequência foram desagregadas em quatro setores de consumo regional: Residencial, Industrial, Comercial e Transportes.

O Setor Residencial caracteriza-se pelo fornecimento de gás natural às unidades consumidoras com fim residencial. O Setor Industrial refere-se ao fornecimento àquelas unidades onde sejam exercidas quaisquer atividades industriais. Já o setor Comercial, caracteriza-se pelo fornecimento às unidades de consumo onde sejam exercidas as

atividades comerciais e de serviços. O fornecimento aos veículos movidos a gás natural, compete ao setor de Transportes.

O mercado consumidor de gás natural da Região Metropolitana teve predomínio do setor de Transportes (803.909.472 m³), seguido pelos setores industrial (704.544.886 m³), Energético (435.642.186 m³), residencial (113.532.625 m³), Comercial (88.096.588 m³) e Público (2.105.438 m³), conforme a Tabela 69.

O consumo de gás natural da Região Metropolitana, em 2012, estava concentrado no setor de Transportes.

TABELA 69

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Setor	Consumo (m ³)
Consumo Final Total	2.147.831.195
Transportes	803.909.472
Energético	435.642.186
Residencial	113.532.625
Comercial	88.096.588
Público	2.105.438
Industrial	704.544.886
Química	245.537.827
Siderúrgico/Metalúrgico	204.039.323
Ferro-gusa/aço	188.511.390
Não Ferrosos/Outros	15.527.933
Minerais Não Metálicos	73.392.997
Vidros	70.154.712
Cimento	2.179.657
Cerâmica	1.058.628
Bebidas	51.079.336
Produtos Alimentícios	32.874.557
Papel e Celulose	22.226.449
Têxtil	8.312.006
Extração e Tratamento de Minerais	108.070
Outras Indústrias	66.974.321

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

O elevado consumo de gás natural da Região pode ser justificado pela concentração de veículos automotores, de indústrias e demografia.

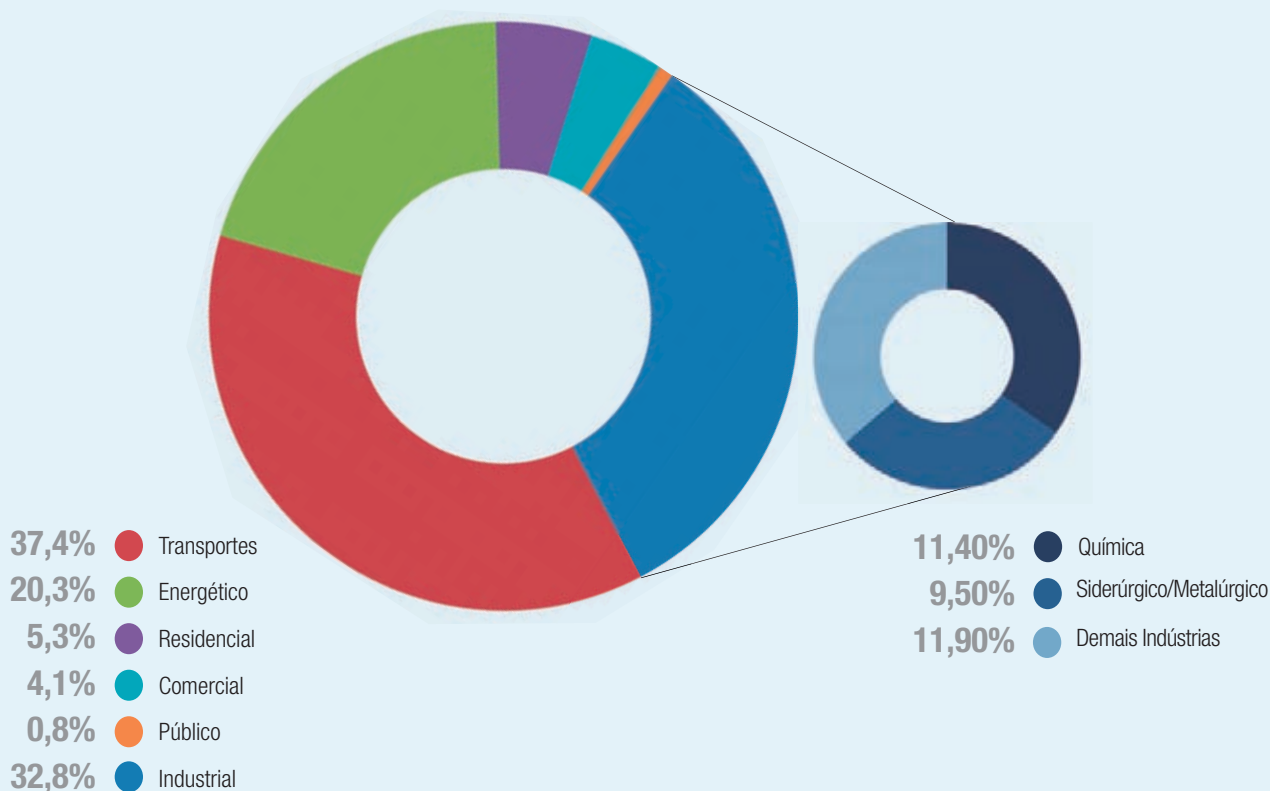
O elevado consumo de gás natural na Região Metropolitana se deve a maior concentração de veículos automotores, de indústrias e demografia da Região, reunindo 75% da população residente de todo o estado.

De fato, como mostram os dados do Gráfico 31, nesse mesmo ano de 2012, o setor de Transportes foi responsável por, aproximadamente, 37,4% de todo o consumo regional de gás natural.

Coube ao Setor Industrial a segunda maior parcela (32,8%) do consumo regional de gás natural nesse mesmo ano. Neste setor, chamam atenção as participações apresentadas pelos subsetores de química e siderúrgico/metalúrgico, com, respectivamente, 11,4% e 9,5%, proporcionalmente ao consumo total. Além da indústria, coube ao setor energético a terceira maior parcela (20,3%) do consumo regional de gás natural nesse mesmo ano.

31 GRÁFICO

Participação (%) do Consumo Setorial de Gás Natural no Consumo Final da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)



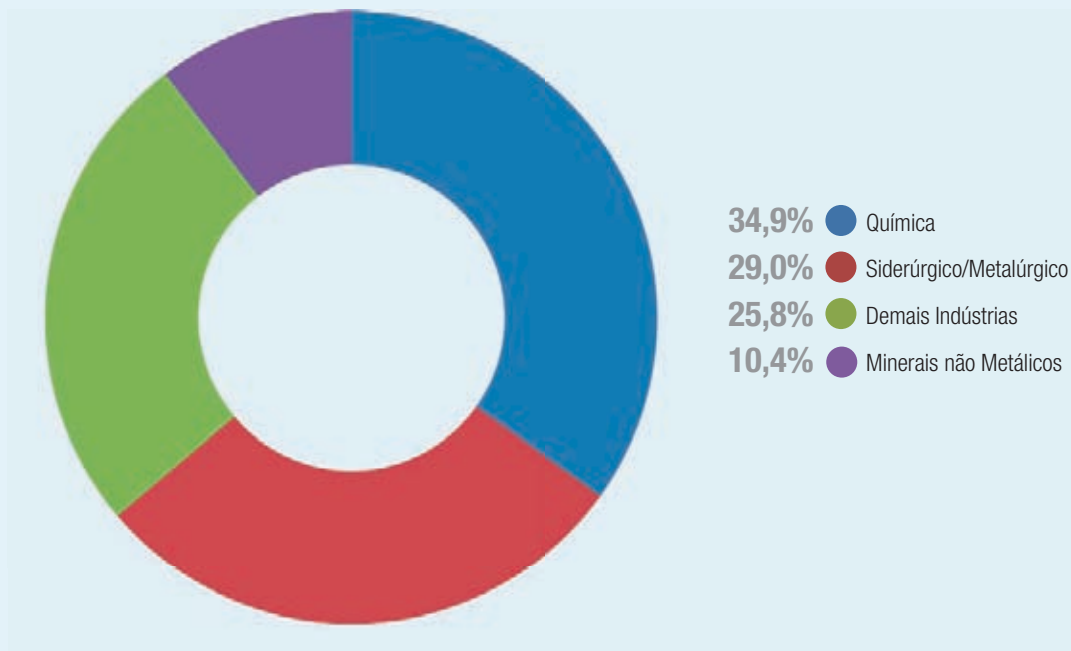
FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

NOTA: As "Demais Indústrias" incluem: Extração e Tratamento de Minerais, Produtos Alimentícios, Bebidas, Têxtil, Papel e Celulose, Minerais Não Metálicos, entre outras.

Considerando apenas o consumo industrial de gás natural, a análise do Gráfico 32 revela que as indústrias químicas responderam por 34,9% do consumo industrial. O subsetor siderúrgico/metalúrgico respondeu com 29%, sendo quase a totalidade de seu consumo direcionada para

a produção de ferro-gusa/aço, representada principalmente pela ThyssenKrupp CSA/Companhia Siderúrgica do Atlântico, localizada no distrito industrial de Santa Cruz. Já minerais não metálicos, representaram 10,4% do consumo total de gás natural do Setor Industrial.

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural do Setor Industrial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 32

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

NOTA: As "Demais Indústrias" incluem: Extração e Tratamento de Minerais, Produtos Alimentícios, Bebidas, Têxtil, Papel e Celulose entre outras.

A Tabela 70 revela que, em 2012, o Rio de Janeiro obteve o maior consumo municipal de gás natural (m³), distribuído pela CEG Rio, dentre 16 municípios da Região (1.177.093.093 m³). Esse resultado

foi superior em, aproximadamente, duas vezes o consumo total de gás natural do município de Duque de Caxias, que se configurou como o segundo maior consumo da Região.

O maior consumo municipal de gás natural (m³) distribuído pela CEG Rio na Região Metropolitana foi do Rio de Janeiro.

70 TABELA

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores de Consumo nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	Consumo de Gás Natural (m ³)						
	Total	Energético	Residencial	Industrial	Comercial	Público	Transportes
Estado do Rio de Janeiro	2.989.519.230	435.642.186	117.184.055	1.375.498.444	89.743.530	2.105.438	969.345.577
Metropolitana	2.147.831.195	435.642.186	113.532.625	704.544.886	88.096.588	2.105.438	803.909.472
Belford Roxo	97.357.085	–	98.016	86.259.196	101.790	–	10.898.083
Duque de Caxias	568.130.232	435.642.186	252.530	75.422.846	2.265.732	–	54.546.937
Guapimirim	26.666.130	–	–	14.950.337	–	–	11.715.793
Itaboraí	30.747.883	–	56.119	1.850.082	15.986	–	28.825.697
Itaguaí	13.344.361	–	10.884	158.915	83.000	–	13.091.563
Magé	3.302.721	–	–	686.065	–	–	2.616.656
Mesquita	6.561.623	–	85.153	–	9.755	–	6.466.715
Nilópolis	2.988.210	–	53.445	645.308	5.242	–	2.284.215
Niterói	30.474.851	–	3.287.029	981.245	1.734.417	–	24.472.160
Nova Iguaçu	58.689.233	–	426.591	16.170.234	239.046	–	41.853.362
Paracambi	3.527.585	–	–	342	–	–	3.527.243
Queimados	16.570.042	–	–	11.259.409	–	–	5.310.633
Rio de Janeiro	1.177.093.093	–	108.538.314	467.488.655	82.697.116	2.105.438	516.263.570
São Gonçalo	81.587.336	–	701.377	27.845.208	295.231	–	52.745.520
São João de Meriti	26.342.841	–	23.167	827.045	649.273	–	24.843.356
Seropédica	4.447.970	–	–	–	–	–	4.447.970

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

Em 2012, Rio de Janeiro possuía o maior percentual de consumo (m³) de gás natural distribuído nos setores público, residencial, comercial, industrial e de transportes com relação à Região Metropolitana.

Conforme a distribuição do consumo de gás natural, em 2012, dentre 16 municípios da Região, o do Rio de Janeiro obteve a maior parcela de consumo (m³) nos setores Público (100%; 2.105.438 m³), Residencial (95,6%; 108.538.314 m³), Comercial (93,9%; 82.697.116 m³), Industrial (66,4%; 467.488.655 m³) e de Transporte (64,2%; 516.263.570 m³). O município de Duque de Caxias também se destacou com participação do consumo

energético de gás natural na Região de 100% (435.642.186 m³). Vale ressaltar, ainda, os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias com, respectivamente, a segunda e a terceira maior parcela do consumo no Setor Industrial (12,2% e 10,7% do total da Região; 86.259.196 m³ e 75.422.846 m³). Juntos, os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo e Duque de Caxias representaram 89,3% do consumo regional de gás natural no Setor Industrial – Tabela 71.

TABELA 71

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Setores de Consumo na Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural						
	Total	Energético	Residencial	Industrial	Comercial	Público	Transportes
Metropolitana	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Belford Roxo	4,5%	–	0,1%	12,2%	0,1%	–	1,4%
Duque de Caxias	26,5%	100,0%	0,2%	10,7%	2,6%	–	6,8%
Guapimirim	1,2%	–	–	2,1%	–	–	1,5%
Itaboraí	1,4%	–	0,0%	0,3%	0,0%	–	3,6%
Itaguaí	0,6%	–	0,0%	0,0%	0,1%	–	1,6%
Magé	0,2%	–	–	0,1%	–	–	0,3%
Mesquita	0,3%	–	0,1%	–	0,0%	–	0,8%
Nilópolis	0,1%	–	0,0%	0,1%	0,0%	–	0,3%
Niterói	1,4%	–	2,9%	0,1%	2,0%	–	3,0%
Nova Iguaçu	2,7%	–	0,4%	2,3%	0,3%	–	5,2%
Paracambi	0,2%	–	–	0,0%	–	–	0,4%
Queimados	0,8%	–	–	1,6%	–	–	0,7%
Rio de Janeiro	54,8%	–	95,6%	66,4%	93,9%	100,0%	64,2%
São Gonçalo	3,8%	–	0,6%	4,0%	0,3%	–	6,6%
São João de Meriti	1,2%	–	0,0%	0,1%	0,7%	–	3,1%
Seropédica	0,2%	–	–	–	–	–	0,6%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

6.3 SANEAMENTO E ÁGUA

Niterói possui o maior percentual da população beneficiada por ETEs na Região Metropolitana.

No Quadro 2, é possível identificar as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) localizadas nos municípios da Região Metropolitana, seus níveis de tratamento e o percentual da população beneficiada para o ano de 2012. O nível primário corresponde a um procedimento físico de separação da matéria poluente da água por meio de sedimentação.

Já o nível secundário é um processo biológico, no qual a matéria orgânica poluente é

consumida por micro-organismos. Observa-se que Niterói possui a maior parcela da população beneficiada pelas ETEs (89,6%), com seis estações, todas de nível secundário e um emissário submarino. Logo depois, vem Rio de Janeiro, com 59,08% de população beneficiada, sendo 12 estações de nível secundário e dois emissários submarinos. O município com a menor parcela beneficiada é Japeri, com apenas 0,13% de população atendida por uma estação de nível primário.

2 QUADRO

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	ETE*	Nível de tratamento	População beneficiada (%)
Rio de Janeiro	ETE Alegria	secundário	12,43
	ETE Recreio dos Bandeirantes	secundário	0,10
	ETE de Vila Catiri - Bangu	secundário	0,11
	ETE Ana Gonzaga - Inhoaíba	secundário	0,04
	ETE Vila do Céu - Cosmo	secundário	0,14
	ETE Penha	secundário	6,77
	ETE Ilha do Governador	secundário	2,94
	ETE Paquetá	secundário	–
	ETE Pavuna	secundário	0,14
	ETE Municipal Sepetiba	secundário	0,63
	ETE Hosp. Municipal Lourenço Jorge	secundário	0,07
	ETE Comunidade Vila Real	secundário	–
	Emissário de Ipanema	Emissário submarino	29,62
	ETE + Emissário da Barra	Emissário submarino	6,09
Belford Roxo	ETE Orquídea	secundário	–
	ETE Sarapuí	secundário	4,26
Duque de Caxias	ETE Pavuna	secundário	1,07
Itaboraí	ETE Apolo III	secundário	3,69
Japeri	ETE - Bairro Jardim Marajoara	primário	0,13
Maricá	ETE Maricá	secundário	3,58
Mesquita	ETE Sarapuí	secundário	–
Nilópolis	ETE Nova cidade e matadouro	secundário	5,40
	ETE de Barreto	secundário	3,97
	ETE de Jurujuba	secundário	0,99
	ETE Centro/ Toque Toque	secundário	18,52
Niterói	ETE Camboinhas	secundário	4,63
	ETE Itaipú	secundário	3,97
	ETE Icaraí	Emissário submarino	56,20
	ETE Ilha do Mocanguê	secundário	1,32
	ETE Sarapuí	secundário	-
	ETE Rancho Fundo	secundário	0,32
Nova Iguaçu	ETE Jardim Panorama	secundário	0,34
	ETE São Francisco de Paula II	secundário	0,76
	ETE Palhada	secundário	0,76
	ETE Jardim cabuçu/ Laranjeiras	secundário	1,27
	ETE Jardim Canaã	secundário	0,52
	ETE Jardim Guandú	secundário	0,51

(continua)

QUADRO 2

Municípios	ETE*	Nível de tratamento	População beneficiada (%)
Paracambi	ETE Bairro Guarajuba	secundário	7,19
	ETE Centro	secundário	–
	ETE Bom Jardim	secundário	–
	Jardim Nova Era	secundário	7,19
	Sistema fossa/filtro	primário	4,67
Queimados	ETE Dom Antonio	primário	–
São Gonçalo	ETE São Gonçalo II	secundário	–
	ETE Jardim Catarina -CEDAE	secundário	0,48
	Apollo	secundário	0,20
São João de Meriti	ETE Pavuna	secundário	–
	ETE Sarapuí	secundário	–
Tanguá	ETE Bairro Pinhão	secundário	–
	ETE Bairro Bandeirantes e Ete Ampliação	primário	9,11

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

NOTAS: ¹ Estão relacionadas as ETES consideradas para o cálculo do Índice de Conservação Ambiental (ICMS Ecológico), ano fiscal de 2013. ² Foi aplicado redutor de 25% sobre as populações atendidas dos seguintes municípios devido à captação de tempo seco: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Nilópolis, Nova Friburgo, Petrópolis (ETE Quitandinha, ETE Palatinato, Biodigestor Nogueira), São Pedro da Aldeia, Santa Maria Madalena, Saquarema, Silva Jardim.

*Estação de Tratamento de Esgoto

Na Tabela 72 estão apresentadas as economias e ligações de esgoto, população atendida e extensão da rede de esgoto. As ligações são ramais prediais ligados à rede coletora de esgoto. Já as economias são: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares existentes em uma determinada edificação e que

são atendidos pelos serviços de esgotamento sanitário.

A Região Metropolitana é a primeira dentre oito regiões do Governo do Estado do Rio de Janeiro em economias ativas de esgoto e em ligações ativas de esgoto. Dos 18 municípios analisados, o Rio de Janeiro foi o município que mais se destacou.

A Metropolitana é a região do ERJ com maior número em economias e ligações ativas de esgoto.

72 TABELA

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Economias ativas de esgoto	Economias residenciais ativas de esgoto	Ligações ativas de esgoto	População total atendida com esgotamento sanitário [habitante]	Extensão da rede de esgoto [km]
Estado do Rio de Janeiro	3.022.388	2.765.259	1.683.329	9.062.495	14.426
Região Metropolitana	2.378.568	2.185.545	1.196.525	6.945.047	9.337
Belford Roxo	49.012	46.934	41.358	184.258	406
Cachoeiras de Macacu	7.500	-	7.500	46.944	479
Duque de Caxias	99.576	93.409	74.050	355.735	669
Itaboraí	30.179	28.075	22.149	87.878	115
Itaguaí	13.272	12.558	9.662	40.315	98
Magé	30.434	28.765	17.016	92.340	161
Maricá	5.584	5.299	4.767	15.741	23
Mesquita	22.774	19.780	18.722	62.703	170
Nilópolis	51.947	48.536	34.536	150.950	186
Niterói	170.433	154.455	55.423	451.752	640
Nova Iguaçu	112.040	104.499	77.079	334.400	556
Paracambi	4.878	4.611	4.013	14.113	48
Queimados	16.304	15.666	13.259	51.074	125
Rio de Janeiro	1.577.632	1.448.405	692.079	4.432.121	4.464
São Gonçalo	109.450	102.116	77.183	367.678	717
São João de Meriti	66.364	61.830	39.885	223.524	417
Seropédica	8.072	7.703	5.883	24.343	53
Tanguá	3.117	2.904	1.961	9.178	10

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

6.4 TRANSPORTE

De 2010 para 2011 a Região Metropolitana como um todo, equiparou-se à variação nos licenciamentos de veículos do estado, colocando mais 15.831 veículos nas ruas. Destes, a capital contribuiu com 13.141. Até o ano de 1979, foram emplacados 645 mil carros no Estado e na Região Metropolitana, 450 mil. Nos vinte anos que se seguiram (1980-1999), os emplacamentos representaram mais do que o triplo da quantidade licenciada até então, e, após a

virada do milênio, em apenas 10 anos, foram emplacados no Estado do Rio de Janeiro os mesmos dois milhões de veículos dos 20 anos anteriores, sendo 1,4 milhões só na capital. Apesar da imensa maioria dos carros de 1979 não estar mais rodando, o crescimento do número de veículos emplacados na Região Metropolitana, de 2010 para 2011, foi de 6,3%, e a população residente na Região aumentou em menos de 8,9% no mesmo período.

A frota veicular é um dos indicadores do grau de mobilidade urbana e da capacidade da infraestrutura das cidades.

A aquisição de ciclomotores cresceu de forma intensa em todo o país e no Estado do Rio não foi diferente: Entre 2010 e 2011 o emplacamento cresceu na ordem de 7%.

Na Região Metropolitana, o número de emplacamentos de veículos em 2011 é quase o dobro da média anual do período de 2000 a 2009.

Apesar da imensa maioria dos veículos fabricados antes de 1979 não estar mais rodando, trata-se de um parâmetro para a quantidade de automotores em circulação atualmente nas cidades. Nas décadas de 80 e 90, a Região emplacava, em média, 74.630 veículos por ano, valor que passa a mais de 146.235, quase o dobro, na primeira década dos anos 2000. Atinge a ordem de mais de 250 mil em 2010 e, em 2011, último dado disponível, foram emplacados 268.852 veículos na Região.

O aumento da renda per capita, nos últimos anos de cobertura deste trabalho e a facilidade de

aquisição, impulsionou a compra e, conseqüentemente, a taxa de emplacamento dos veículos que estão nas ruas hoje. De toda a Região, os municípios de Paracambi e Rio Bonito reduziram em 10% os emplacamentos anuais de 2010 para 2011. Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí e Itaboraí também apresentaram redução no número de um ano para o outro. Em contrapartida, os municípios de Nilópolis e São João de Meriti aumentaram em 10% o número de veículos emplacados. Juntos, em 2011, foram quase 800 carros a mais do que em 2010 – Tabela 73.

73 TABELA

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos Emplacados					
	Total	Ano de Fabricação				
		2011	2010	2000/2009	1980/1999	Até 1979
Estado do Rio de Janeiro	5.480.245	363.624	340.709	2.059.492	2.071.263	645.157
Região Metropolitana	3.927.199	268.852	253.021	1.462.354	1.492.608	450.364
Rio de Janeiro	2.497.695	180.981	167.840	930.908	956.279	261.687
Niterói	247.166	19.845	19.034	97.726	86.481	24.080
Rio Bonito	48.397	1.504	1.672	14.003	22.542	8.676
Cachoeiras de Macacu	18.094	723	776	7.145	6.879	2.571
Duque de Caxias	237.002	13.080	12.545	76.605	89.365	45.407
São Gonçalo	215.620	12.113	12.069	89.338	82.142	19.958
Nova Iguaçu	201.240	10.700	10.421	67.156	81.221	31.742
São João de Meriti	115.225	6.076	5.525	36.769	45.657	21.198
Belford Roxo	69.411	4.808	4.649	28.976	26.701	4.277
Itaboraí	61.037	3.175	3.266	20.536	25.131	8.929
Magé	47.409	2.935	2.875	18.751	17.063	5.785
Itaguaí	45.844	2.194	2.258	13.305	16.811	11.276
Nilópolis	42.434	2.617	2.378	16.546	16.184	4.709
Maricá	41.032	2.831	2.845	18.120	13.532	3.704
Mesquita	29.267	2.349	2.313	15.061	8.808	736
Queimados	23.058	1.616	1.480	10.251	8.060	1.651
Seropédica	14.089	1.247	1.187	6.139	4.576	940
Paracambi	13.708	505	566	5.285	5.468	1.884
Guapimirim	10.383	692	679	4.195	3.728	1.089
Japeri	10.268	745	719	4.384	3.560	860
Tanguá	5.311	343	372	2.303	1.841	452

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

O Rio de Janeiro concentra 65% dos veículos da Região Metropolitana.

Tanto no transporte de passageiros como no transporte de cargas, o município do Rio possui quase dois terços da frota, liderando em todos os tipos de veículos. No transporte de passageiros, Niterói assume a vice-liderança do quantitativo total de veículos, principalmente em função do número de automóveis. O município fica atrás de Duque de Caxias e São Gonçalo no número de motocicletas e ônibus, mesmo

quando somados os micro-ônibus, bastante presentes na cidade. Tanguá é o município onde a participação de carros particulares sobre o total de veículos de passageiros é a menor. A cidade apresenta 62% do total enquanto a média da Região Metropolitana é de 81%, o que representa, em média, um carro a cada quatro habitantes (de todas as idades) – Tabela 74.

TABELA 74

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Passageiro Emplacados							
	Total	Automóvel	Ciclomotor	Motoneta	Motocicleta	Triciclo	Micro-ônibus	Ônibus
Estado do Rio de Janeiro	4.708.949	3.821.520	1.052	115.120	693.990	2.129	32.101	43.037
Região Metropolitana	3.417.689	2.887.969	614	54.126	416.055	1.263	23.910	33.752
Rio de Janeiro	2.206.430	1.919.579	335	26.747	227.311	568	15.756	16.134
Niterói	220.449	186.935	19	3.638	25.979	66	1.235	2.577
Duque de Caxias	191.991	154.270	48	3.732	28.864	188	818	4.071
São Gonçalo	185.772	147.298	14	3.633	29.720	44	1.670	3.393
Nova Iguaçu	170.428	137.342	40	3.671	25.945	92	1.218	2.120
São João de Meriti	97.704	82.261	14	1.249	12.286	20	499	1.375
Belford Roxo	58.626	44.411	16	1.504	11.590	23	302	780
Itaboraí	48.681	36.658	5	1.256	9.427	56	806	473
Magé	39.261	27.918	12	1.879	8.547	46	395	464
Cachoeiras de Macacu	14.878	10.237	13	797	3.628	7	139	57
Rio Bonito	36.674	28.875	–	1.451	5.787	41	373	147
Itaguaí	37.791	30.854	12	901	5.298	47	263	416
Nilópolis	37.772	30.701	19	965	5.596	12	130	349
Maricá	34.938	25.808	3	1.604	6.879	22	276	346
Mesquita	24.765	19.142	8	564	4.334	22	92	603
Queimados	19.630	13.585	54	619	5.036	8	167	161
Seropédica	10.906	8.334	2	333	1.955	6	48	228
Paracambi	11.362	8.889	9	586	1.704	4	88	82
Guapimirim	8.505	5.534	4	643	2.198	32	55	39
Japeri	8.455	5.821	–	356	2.159	4	51	64
Tanguá	4.223	2.629	–	246	1.227	3	41	77

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

Na Região Metropolitana estão 67% dos veículos de carga encontrados no estado.

A Região Metropolitana possui 59% dos caminhões do estado do Rio. Sobre os transportes exclusivamente de carga como são os caminhões, a Região não apresenta peso tão expressivo no estado como verificado nos transportes de passageiros.

Camionetas e caminhonetes possuem dupla função de transportar cargas e passageiros e os tratores já não se fazem mais tão presentes nos municípios da Região Metropolitana, (predominantemente urbanos) – Tabela 75.

75 TABELA

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Carga Emplacados							
	Tipo de Veículo							
	Total	Camioneta	Caminhonete	Caminhão	Reboque	Semi-reboque	Caminhão Trator	Trator de Rodas
Estado do Rio de Janeiro	659.536	283.339	174.059	129.378	39.470	17.542	14.747	1.001
Região Metropolitana	439.191	210.388	112.291	76.013	22.074	10.165	7.685	575
Rio de Janeiro	266.626	139.275	68.845	37.183	12.818	4.603	3.496	406
Niterói	25.433	13.136	7.114	2.661	2.261	137	106	18
Duque de Caxias	37.346	13.161	7.426	9.595	1.700	3.391	2.003	70
São Gonçalo	19.561	8.078	6.013	3.750	1.256	237	217	10
Nova Iguaçu	24.849	10.697	5.555	6.420	1.186	478	505	8
São João de Meriti	13.615	6.139	3.057	3.433	463	250	271	2
Belford Roxo	7.254	3.188	2.195	1.422	191	100	129	29
Itaboraí	9.802	3.542	2.287	3.065	515	177	203	13
Magé	6.192	2.417	1.600	1.562	274	169	170	–
Cachoeiras de Macacu	2.801	875	874	866	139	18	29	–
Rio Bonito	11.966	4.243	2.288	3.771	1.220	200	237	7
Itaguaí	6.757	3.010	1.350	1.709	317	193	172	6
Nilópolis	3.617	1.700	1.049	672	138	33	25	–
Maricá	4.959	1.695	1.782	948	434	56	44	–
Mesquita	2.927	993	1.006	558	116	129	119	6
Queimados	2.119	840	737	420	104	9	9	–
Seropédica	2.308	605	622	847	63	85	86	–
Paracambi	2.380	792	564	785	101	61	74	3
Guapimirim	1.350	464	466	308	65	24	21	2
Japeri	1.363	464	393	444	27	15	20	–
Tanguá	733	192	230	231	45	18	15	2

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Royalties: tabelas contendo o valor mensal dos royalties dos beneficiários.** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=9080>>. (Acesso em janeiro de 2015).

BENTES, Júlio Cláudio da Gama . **A Transformação dos Ambientes Natural e Rural com a Industrialização do Médio Paraíba Fluminense-RJ.**

In: V ENANPPAS – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis, SC. Anais V Encontro da ANPPAS. Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-20.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO Estado do Rio de Janeiro (CEPERJ). **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013.** Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2012/ApresentacaoInfraEnergia.html>>. (Acesso em julho de 2014).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das Empresas (2009).** Estudos e Pesquisas – Informação Econômica nº 16. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Estimativas de População.** Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. (Acesso em janeiro de 2014).

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?ti=1&tf=99999&e=c&t=7&p=IO&xv=37&z=t&o=3>>. (Acesso em janeiro de 2015).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989** - Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de dezembro de 1989, p. 24.782.

_____. Senado Federal. **Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no Art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 dez 2001, Seção 1, p. 6. Republicação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 de abril de 2002, Seção 1, p. 5.

_____. Senado Federal. **Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 de dezembro de 2001, Seção 1, p. 1. Republicação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 abr. 2002, Seção 1, p. 5.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO (SEFAZ-RJ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**. Disponível em: <http://www.efaz.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?_afLoop=3207115020658306&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169989&_adf.ctrl-state=12vuocv63i_9>. (Acesso em outubro de 2014).

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Receitas Públicas: Manual de Procedimentos**. 4ª Ed. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf>. (Acesso em janeiro de 2014).

TRIBUNAL DE CONTAS DO Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Belford Roxo, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>>. (Acesso em janeiro de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Guapimirim. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Itaboraí. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Itaguaí. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Japeri. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Magé. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Maricá. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Mesquita. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Nilópolis. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Niterói. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Paracambi.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Queimados.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Rio Bonito.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: São João de Meriti.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Seropédica.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Tanguá.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Cachoeiras de Macacu.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em maio de 2014).

TRIBUNAL DE CONTAS DO Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária.** Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorio-resumido-execucao-orcamentaria>>. (Acesso em outubro de 2014).

SITES VISITADOS:

<http://portal.cefet-rj.br/>

<http://www2.datasus.gov.br/>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>

<http://www.ceperj.rj.gov.br/>

<http://www.faecet.rj.gov.br/>

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.rais.gov.br/>

<http://www.mtecbo.gov.br/>

Apêndices

APÊNDICE

1

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Belford Roxo		Cachoeiras de Macacu		Duque de Caxias		Guapimirim		Itaboraí	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	350.795,7	503.166,0	97.376,0	163.787,8	1.172.522,4	1.699.584,6	81.067,9	139.888,8	232.801,5	537.807,6
Receitas Tributárias	31.638,7	46.315,1	6.134,3	11.918,0	198.224,3	348.264,4	6.465,6	10.389,8	16.581,0	213.812,3
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	6.831,8	8.781,0	1.148,1	1.351,9	35.719,0	50.099,2	1.661,9	2.090,9	5.671,6	11.642,8
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	14.029,1	22.842,2	2.657,8	7.350,1	117.417,5	200.536,4	3.527,4	5.276,4	5.006,2	173.373,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	396,8	3.394,7	436,8	1.305,3	2.488,6	8.799,3	464,1	639,9	852,9	9.464,6
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	4.776,2	3.570,5	1.025,7	1.509,2	36.838,8	68.548,7	284,0	1.834,6	2.530,3	10.170,6
Outras Receitas Tributárias	5.604,8	7.726,7	865,8	401,6	5.760,3	20.280,8	528,3	548,0	2.520,1	9.160,8
Receita de Contribuições	21.489,5	23.020,5	3.071,6	4.911,8	54.945,6	62.056,4	1.862,1	3.320,3	13.613,3	22.209,7
Receita Patrimonial	7.333,1	17.290,0	1.118,7	5.468,9	20.511,6	5.383,0	4.205,4	891,0	1.300,9	18.690,4
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,0	0,0	3.515,9	2.505,0	0,0	24,1	0,0	0,0	10,6	4.448,3
Transferências Correntes	282.904,2	407.746,5	80.450,8	137.406,3	847.197,4	1.237.715,8	67.865,3	124.586,6	183.209,3	253.111,6
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC nº 91/97 (100%)	32.460,2	46.128,9	13.739,3	19.127,3	35.517,1	46.128,9	11.241,7	19.127,2	32.751,9	43.813,0
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	569,7	312,8	181,8	150,9	3.409,2	2.530,1	101,7	91,6	211,3	150,9
Cota-Parte do ITR	0,0	1,7	0,0	195,1	0,0	49,4	0,0	45,5	0,0	72,9
Cota-Parte do ICMS (100%)	72.747,4	82.886,8	23.199,8	36.655,6	435.716,6	614.692,6	12.974,1	22.249,0	26.973,3	36.638,0
Cota-Parte do IPVA	3.879,3	9.665,2	1.067,3	2.100,6	14.238,2	30.664,4	553,2	1.332,4	3.967,6	6.713,4
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	1.494,1	2.265,4	476,6	987,5	8.942,8	16.557,6	266,4	596,7	565,0	967,3
Transferências do FUNDEB	78.749,7	119.932,6	9.210,5	17.398,4	155.183,7	210.818,0	9.832,0	19.434,5	44.604,7	76.145,2
Outras Transferências Correntes	93.003,8	146.553,0	32.575,6	60.790,9	194.177,7	316.274,8	32.896,3	61.709,7	74.135,5	88.610,8
Outras Receitas Correntes	7.430,4	8.793,8	3.084,6	1.577,8	51.643,4	46.141,0	669,5	701,1	18.086,4	25.535,4
DEDUÇÕES (II)	25.733,0	39.258,0	7.949,4	15.361,6	129.071,5	191.703,3	3.687,6	8.531,0	15.334,7	30.579,8
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	9.642,3	11.236,5	2.309,1	3.572,3	28.844,6	42.344,8	0,0	0,0	5.278,5	11.184,7
Servidor	9.642,3	11.236,5	2.309,1	3.572,3	28.844,6	42.344,8	0,0	0,0	5.278,5	11.184,7
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	136,5	0,0	127,2	27.892,1	7.632,3	0,0	0,0	0,0	2.108,2
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	16.090,7	27.885,0	5.640,3	11.662,1	72.334,9	141.726,2	3.687,6	8.531,0	10.056,2	17.286,9
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	325.062,8	463.908,0	89.426,6	148.426,2	1.043.450,8	1.507.881,3	77.380,3	131.357,8	217.466,8	507.227,9

(Continua)

1 APÊNDICE

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Itaguaí		Japeri		Magé		Maricá		Mesquita	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	271.775,8	561.485,6	99.877,8	144.851,6	229.450,8	362.464,1	123.051,5	321.316,0	124.734,4	212.611,3
Receitas Tributárias	68.796,1	264.847,5	4.156,8	7.686,6	26.579,0	30.602,8	24.703,3	49.861,8	17.050,9	21.989,8
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	9.466,9	17.892,6	375,0	783,0	8.035,6	3.983,7	13.934,2	18.549,9	4.866,9	6.833,3
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	54.370,2	229.313,3	2.713,2	4.892,3	13.012,5	12.333,4	4.022,6	17.343,1	4.612,5	9.809,8
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	786,0	3.138,3	14,7	142,4	532,5	1.085,1	4.173,6	8.898,8	511,3	662,8
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	2.766,2	10.913,6	574,8	1.279,0	1.577,2	7.593,2	1.223,6	2.841,2	1.296,1	2.242,1
Outras Receitas Tributárias	1.406,9	3.589,6	479,1	589,9	3.421,2	5.607,3	1.349,3	2.228,7	5.764,1	2.441,7
Receita de Contribuições	7.152,4	11.850,6	21.576,0	3.868,1	10.270,6	11.704,0	8.656,0	14.849,0	11.155,0	7.091,9
Receita Patrimonial	2.638,5	12.587,9	3.127,3	6.166,7	1.805,2	2.869,5	903,9	8.140,3	3.579,7	12.571,0
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	182,8	55,1	0,0	0,0	5.741,8	2,3	2.669,8	3.450,6	0,0	0,0
Transferências Correntes	180.638,8	258.065,2	69.775,1	125.566,7	181.910,8	307.534,1	75.541,8	233.883,1	90.831,6	166.423,1
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	18.938,3	27.821,6	18.730,0	26.082,6	33.714,4	46.128,9	18.732,5	31.294,9	33.234,6	46.061,1
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	725,1	349,1	122,4	91,7	178,6	672,5	134,3	98,6	159,1	136,5
Cota-Parte do ITR	0,0	37,9	0,0	6,1	0,0	95,1	0,0	77,3	0,0	0,2
Cota-Parte do ICMS (100%)	92.486,3	83.708,0	15.669,6	22.261,4	24.245,2	38.511,3	17.153,9	25.442,6	20.313,3	33.358,4
Cota-Parte do IPVA	2.078,5	4.866,2	371,2	1.113,6	2.580,4	5.851,4	3.123,0	6.913,8	2.265,8	5.577,2
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	1.902,7	2.272,3	321,8	586,8	787,9	1.035,1	352,2	694,4	415,9	894,6
Transferências do FUNDEB	26.886,5	51.505,1	21.259,5	39.243,7	52.976,5	89.207,6	16.275,3	34.977,4	18.928,4	33.763,7
Outras Transferências Correntes	37.621,5	87.505,0	13.300,5	36.180,7	67.427,8	126.032,2	19.770,4	134.384,2	15.514,6	46.631,3
Outras Receitas Correntes	12.367,1	14.079,4	1.242,6	1.563,5	3.143,3	9.751,4	10.576,8	11.131,2	2.117,1	4.535,5
DEDUÇÕES (II)	20.793,5	29.746,5	6.613,4	13.138,9	12.712,2	23.197,5	10.150,5	24.922,5	8.290,7	20.295,9
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	3.695,8	6.065,8	1.386,3	2.885,4	3.886,5	5.118,5	4.243,4	5.876,4	0,0	3.555,8
Servidor	3.695,8	6.065,8	1.386,3	2.885,4	3.886,5	5.118,5	4.243,4	5.876,4	0,0	3.555,8
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	124,1	0,0	0,0	0,0	0,0	132,0	332,8	0,0	0,0
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	17.097,7	23.556,6	5.227,1	10.253,5	8.825,7	18.079,0	5.456,0	18.713,3	8.290,7	16.740,2
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	250.982,3	531.739,1	93.264,3	131.712,8	216.738,6	339.266,6	112.901,1	296.393,5	116.443,7	192.315,4

(Continua)

APÊNDICE

1

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Nilópolis		Niterói		Nova Iguaçu		Paracambi		Queimados	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	133.076,6	216.804,6	1.005.320,0	1.429.580,0	628.976,9	873.123,6	86.096,6	107.847,4	115.179,9	231.974,8
Receitas Tributárias	22.038,4	28.885,6	369.167,1	577.473,0	87.888,2	135.724,8	5.546,4	7.910,9	10.081,9	27.044,0
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	6.177,4	7.230,1	170.120,0	208.234,3	25.881,4	35.141,7	737,6	1.021,4	2.107,4	2.818,2
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5.268,4	11.713,2	104.535,4	210.975,2	37.110,8	64.624,0	3.786,6	5.797,8	5.207,7	16.473,9
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	737,6	1.696,6	33.502,9	84.618,6	3.289,1	10.936,2	44,3	103,8	168,4	3.050,1
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1.062,6	2.317,6	24.331,4	35.816,3	7.413,9	8.316,8	397,5	457,9	1.934,9	3.693,6
Outras Receitas Tributárias	8.792,3	5.928,1	36.677,2	37.828,5	14.192,9	16.706,0	580,4	530,1	663,5	1.008,3
Receita de Contribuições	2.671,7	9.570,8	53.001,9	59.531,4	36.511,8	44.794,9	1.150,1	1.341,9	6.719,4	6.840,0
Receita Patrimonial	1.468,7	2.204,3	17.303,6	112.732,2	18.319,1	18.162,9	514,3	284,7	2.885,2	14.057,9
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	5.979,6	5.766,6	7.690,2	2.942,5	49,8	962,0	14,0	37,7	0,0	1.245,3
Transferências Correntes	96.061,5	165.968,6	456.880,3	598.909,3	462.966,6	628.827,1	77.567,2	97.242,5	93.399,2	180.154,5
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	30.704,8	46.128,9	32.460,9	46.128,9	39.728,9	46.129,0	11.241,5	17.888,5	22.481,7	31.299,3
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	145,8	113,1	1.069,0	754,7	776,3	568,9	9,0	73,5	164,0	130,6
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	7,9	0,0	28,6	0,0	12,6	0,0	6,7
Cota-Parte do ICMS (100%)	18.685,4	27.631,9	136.419,4	186.846,9	98.489,1	138.144,1	12.573,3	17.950,3	20.926,1	31.624,7
Cota-Parte do IPVA	3.428,1	6.028,3	48.969,3	64.861,9	13.706,9	23.477,5	750,7	1.651,5	1.273,2	2.737,0
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	383,5	696,4	2.803,7	4.929,9	2.233,8	3.721,2	258,3	471,1	433,2	851,7
Transferências do FUNDEB	17.794,6	27.488,1	29.113,0	64.926,3	94.711,2	181.750,3	8.579,6	13.543,9	22.822,8	34.849,5
Outras Transferências Correntes	24.919,3	57.881,8	206.044,9	230.452,7	213.320,4	235.007,5	44.056,2	45.650,9	25.298,2	78.655,1
Outras Receitas Correntes	4.856,7	4.408,8	101.277,0	77.991,6	23.241,5	44.651,8	1.304,6	1.029,7	2.094,2	2.633,1
DEDUÇÕES (II)	10.160,0	19.811,7	47.761,3	92.378,1	42.336,1	71.893,0	3.629,8	7.371,4	9.838,2	17.116,5
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv. Servidor	2.671,8	4.071,6	20.205,7	31.372,4	9.958,6	18.698,8	0,0	5,0	3.237,8	4.039,0
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	0,0	1.646,6	702,4	12.221,7	11.163,7	0,0	0,0	0,0	5,2
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	7.488,1	15.740,0	25.908,9	60.303,3	20.155,9	42.030,4	3.629,8	7.366,4	6.600,4	13.072,3
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	122.916,6	196.993,0	957.558,7	1.337.201,9	586.640,8	801.230,6	82.466,7	100.476,0	105.341,7	214.858,3

(Continua)

1 APÊNDICE

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Rio Bonito		Rio de Janeiro		São Gonçalo		São João de Meriti		Seropédica		Tanguá	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	99.413,8	163.734,8	11.734.359,4	17.565.579,6	533.909,2	940.476,0	299.748,9	482.451,5	85.577,9	162.216,8	53.032,6	68.171,8
Receitas Tributárias	28.050,9	24.492,4	4.484.935,2	7.774.875,7	95.383,6	153.961,2	34.799,5	68.970,2	7.094,0	25.830,6	2.618,0	4.466,6
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	1.792,9	2.646,7	1.471.109,3	1.687.842,4	31.587,4	42.093,4	13.380,1	21.095,8	1.826,4	2.491,7	710,5	120,3
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	24.747,7	17.975,5	2.381.433,1	4.424.897,8	34.884,1	58.215,6	10.635,0	24.293,6	4.035,8	19.408,2	759,9	1.783,5
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	546,8	975,8	330.464,0	768.651,2	4.523,5	14.722,7	791,8	1.281,2	175,1	792,7	86,0	269,8
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	606,2	2.611,5	–	524.243,4	5.886,1	9.041,8	4.011,8	9.091,2	712,3	892,0	360,4	698,2
Outras Receitas Tributárias	357,2	282,8	301.928,8	369.240,9	18.502,6	29.887,7	5.980,9	13.208,5	344,5	2.245,9	701,2	1.033,6
Receita de Contribuições	4.287,9	5.027,9	829.557,0	581.729,4	47.832,9	46.631,0	17.179,6	50.908,9	2.167,7	3.350,0	0,0	0,0
Receita Patrimonial	1.660,8	2.083,8	738.990,4	961.092,8	14.764,9	13.636,0	9.030,5	7.366,7	516,1	1.737,4	1.166,8	533,3
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	7.378,7	2.635,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	506,5	59,1	131.690,0	84.572,8	5.446,4	647,3	0,0	26.230,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	61.729,9	129.570,9	4.661.388,2	6.653.132,9	333.576,5	631.751,5	221.558,8	294.670,7	74.611,3	127.807,7	48.153,9	61.362,5
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	13.738,6	19.125,1	136.412,9	234.976,1	34.114,1	48.966,9	34.305,8	45.424,6	16.234,4	22.605,1	8.743,5	13.910,8
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	132,9	150,1	–	8.418,6	1.356,7	673,4	368,3	257,3	114,4	95,5	83,3	63,2
Cota-Parte do ITR	0,0	21,3	–	413,5	0,0	9,6	0,0	0,0	0,0	61,7	0,0	20,3
Cota-Parte do ICMS (100%)	15.543,3	21.220,9	1.743.126,1	2.055.298,5	106.691,2	164.160,3	47.006,4	67.465,5	14.520,6	23.323,5	10.634,4	15.216,0
Cota-Parte do IPVA	3.176,2	4.931,1	425.236,7	558.949,4	18.975,1	33.364,5	6.229,3	13.836,7	919,6	2.687,1	276,1	798,7
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	527,9	87,7	–	55.049,9	0,0	4.401,7	942,4	1.485,1	243,4	625,7	218,4	413,4
Transferências do FUNDEB	11.854,2	20.962,2	1.028.874,5	1.742.852,6	74.984,2	122.921,9	47.508,0	60.003,6	20.505,6	37.451,3	6.143,1	11.121,8
Outras Transferências Correntes	16.756,8	63.072,4	1.327.738,0	1.997.174,4	97.455,3	257.253,1	85.198,6	106.198,0	22.073,3	40.957,7	22.055,3	19.818,3
Outras Receitas Correntes	3.177,8	2.500,6	880.419,9	1.507.540,7	36.904,8	93.848,9	18.177,5	34.304,3	1.188,8	3.491,2	1.093,8	1.809,4
DEDUÇÕES (II)	7.045,6	11.032,4	1.118.929,9	978.328,0	65.789,1	74.030,7	16.589,8	56.433,3	4.721,0	12.108,9	3.041,0	5.970,0
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	2.561,2	2.213,6	823.666,2	344.476,7	19.981,0	24.048,1	4.528,9	31.116,4	0,0	2.415,5	0,0	0,0
Servidor	2.561,2	2.213,6	823.666,2	344.476,7	19.981,0	24.048,1	4.528,9	31.116,4	0,0	2.415,5	0,0	0,0
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	0,0	5.919,3	53.164,2	0,0	68,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	4.484,5	8.818,8	289.344,4	580.687,1	21.285,9	49.913,8	12.060,8	25.316,9	4.721,0	9.693,4	3.041,0	5.970,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	92.368,2	152.702,3	10.615.429,5	16.587.251,6	468.120,0	866.445,3	283.159,2	426.018,3	80.856,9	150.107,9	49.991,5	62.201,9

FONTE: Controladoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.
 NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

(Conclusão)

APÊNDICE 2

Apêndice 2: Distribuição (%) das Principais Receitas Sobre os Orçamentos dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Belford Roxo		Cachoeiras de Macacu		Duque de Caxias		Guapimirim		Itaboraí		Itaguaí		Japeri	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	9,0	9,2	6,3	7,3	16,9	20,5	8,0	7,4	7,1	39,8	25,3	47,2	4,2	5,3
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	1,9	1,7	1,2	0,8	3,0	2,9	2,0	1,5	2,4	2,2	3,5	3,2	0,4	0,5
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	4,0	4,5	2,7	4,5	10,0	11,8	4,4	3,8	2,2	32,2	20,0	40,8	2,7	3,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,1	0,7	0,4	0,8	0,2	0,5	0,6	0,5	0,4	1,8	0,3	0,6	0,0	0,1
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1,4	0,7	1,1	0,9	3,1	4,0	0,4	1,3	1,1	1,9	1,0	1,9	0,6	0,9
Outras Receitas Tributárias	1,6	1,5	0,9	0,2	0,5	1,2	0,7	0,4	1,1	1,7	0,5	0,6	0,5	0,4
Receita de Contribuições	6,1	4,6	3,2	3,0	4,7	3,7	2,3	2,4	5,8	4,1	2,6	2,1	21,6	2,7
Receita Patrimonial	2,1	3,4	1,1	3,3	1,7	0,3	5,2	0,6	0,6	3,5	1,0	2,2	3,1	4,3
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,0	0,0	3,6	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	80,6	81,0	82,6	83,9	72,3	72,8	83,7	89,1	78,7	47,1	66,5	46,0	69,9	86,7
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	9,3	9,2	14,1	11,7	3,0	2,7	13,9	13,7	14,1	8,1	7,0	5,0	18,8	18,0
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,1	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	20,7	16,5	23,8	22,4	37,2	36,2	16,0	15,9	11,6	6,8	34,0	14,9	15,7	15,4
Cota-Parte do IPVA	1,1	1,9	1,1	1,3	1,2	1,8	0,7	1,0	1,7	1,2	0,8	0,9	0,4	0,8
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	0,4	0,5	0,5	0,6	0,8	1,0	0,3	0,4	0,2	0,2	0,7	0,4	0,3	0,4
Transferências do FUNDEB	22,4	23,8	9,5	10,6	13,2	12,4	12,1	13,9	19,2	14,2	9,9	9,2	21,3	27,1
Outras Transferências Correntes	26,5	29,1	33,5	37,1	16,6	18,6	40,6	44,1	31,8	16,5	13,8	15,6	13,3	25,0
Outras Receitas Correntes	2,1	1,7	3,2	1,0	4,4	2,7	0,8	0,5	7,8	4,7	4,6	2,5	1,2	1,1

(Continua)

2 APÊNDICE

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Magé		Maricá		Mesquita		Nilópolis		Niterói		Nova Iguaçu		Paracambi	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	11,6	8,4	20,1	15,5	13,7	10,3	16,6	13,3	36,7	40,4	14,0	15,5	6,4	7,3
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	3,5	1,1	11,3	5,8	3,9	3,2	4,6	3,3	16,9	14,6	4,1	4,0	0,9	0,9
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,7	3,4	3,3	5,4	3,7	4,6	4,0	5,4	10,4	14,8	5,9	7,4	4,4	5,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,2	0,3	3,4	2,8	0,4	0,3	0,6	0,8	3,3	5,9	0,5	1,3	0,1	0,1
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	0,7	2,1	1,0	0,9	1,0	1,1	0,8	1,1	2,4	2,5	1,2	1,0	0,5	0,4
Outras Receitas Tributárias	1,5	1,5	1,1	0,7	4,6	1,1	6,6	2,7	3,6	2,6	2,3	1,9	0,7	0,5
Receita de Contribuições	4,5	3,2	7,0	4,6	8,9	3,3	2,0	4,4	5,3	4,2	5,8	5,1	1,3	1,2
Receita Patrimonial	0,8	0,8	0,7	2,5	2,9	5,9	1,1	1,0	1,7	7,9	2,9	2,1	0,6	0,3
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	2,5	0,0	2,2	1,1	0,0	0,0	4,5	2,7	0,8	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0
Transferências Correntes	79,3	84,8	61,4	72,8	72,8	78,3	72,2	76,6	45,4	41,9	73,6	72,0	90,1	90,2
Cota-Parte do FPM AJUSTADO PELA LC 91/97 (100%)	14,7	12,7	15,2	9,7	26,6	21,7	23,1	21,3	3,2	3,2	6,3	5,3	13,1	16,6
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	10,6	10,6	13,9	7,9	16,3	15,7	14,0	12,7	13,6	13,1	15,7	15,8	14,6	16,6
Cota-Parte do IPVA	1,1	1,6	2,5	2,2	1,8	2,6	2,6	2,8	4,9	4,5	2,2	2,7	0,9	1,5
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4
Transferências do FUNDEB	23,1	24,6	13,2	10,9	15,2	15,9	13,4	12,7	2,9	4,5	15,1	20,8	10,0	12,6
Outras Transferências Correntes	29,4	34,8	16,1	41,8	12,4	21,9	18,7	26,7	20,5	16,1	33,9	26,9	51,2	42,3
Outras Receitas Correntes	1,4	2,7	8,6	3,5	1,7	2,1	3,6	2,0	10,1	5,5	3,7	5,1	1,5	1,0

(Continua)

APÊNDICE 2

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Queimados		Rio Bonito		Rio de Janeiro		São Gonçalo		São João de Meriti		Seropédica		Tanguá	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	8,8	11,7	28,2	15,0	38,2	44,3	17,9	16,4	11,6	14,3	8,3	15,9	4,9	6,6
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	1,8	1,2	1,8	1,6	12,5	9,6	5,9	4,5	4,5	4,4	2,1	1,5	1,3	0,2
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	4,5	7,1	24,9	11,0	20,3	25,2	6,5	6,2	3,5	5,0	4,7	12,0	1,4	2,6
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,1	1,3	0,6	0,6	2,8	4,4	0,8	1,6	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2	0,4
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1,7	1,6	0,6	1,6	–	3,0	1,1	1,0	1,3	1,9	0,8	0,5	0,7	1,0
Outras Receitas Tributárias	0,6	0,4	0,4	0,2	2,6	2,1	3,5	3,2	2,0	2,7	0,4	1,4	1,3	1,5
Receita de Contribuições	5,8	2,9	4,3	3,1	7,1	3,3	9,0	5,0	5,7	10,6	2,5	2,1	0,0	0,0
Receita Patrimonial	2,5	6,1	1,7	1,3	6,3	5,5	2,8	1,4	3,0	1,5	0,6	1,1	2,2	0,8
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,0	0,5	0,5	0,0	1,1	0,5	1,0	0,1	0,0	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	81,1	77,7	62,1	79,1	39,7	37,9	62,5	67,2	73,9	61,1	87,2	78,8	90,8	90,0
Cota-Parte do FPM AJUSTADO PELA LC 91/97 (100%)	19,5	13,5	13,8	11,7	1,2	1,3	6,4	5,2	11,4	9,4	19,0	13,9	16,5	20,4
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,1	0,1	0,1	0,1	–	0,0	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	18,2	13,6	15,6	13,0	14,9	11,7	20,0	17,5	15,7	14,0	17,0	14,4	20,1	22,3
Cota-Parte do IPVA	1,1	1,2	3,2	3,0	3,6	3,2	3,6	3,5	2,1	2,9	1,1	1,7	0,5	1,2
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	0,4	0,4	0,5	0,1	–	0,3	0,0	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6
Transferências do FUNDEB	19,8	15,0	11,9	12,8	8,8	9,9	14,0	13,1	15,8	12,4	24,0	23,1	11,6	16,3
Outras Transferências Correntes	22,0	33,9	16,9	38,5	11,3	11,4	18,3	27,4	28,4	22,0	25,8	25,2	41,6	29,1
Outras Receitas Correntes	1,8	1,1	3,2	1,5	7,5	8,6	6,9	10,0	6,1	7,1	1,4	2,2	2,1	2,7

(Conclusão)

FONTE: Controladoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.
NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

3 APÊNDICE

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012)

Município	Ano	Receitas Tributárias	IPTU	ISS	ITBI	IR	Outras Receitas Tributárias
Belford Roxo	2006	R\$ 64,70	R\$ 13,97	R\$ 28,69	R\$ 0,81	R\$ 9,77	R\$ 11,46
	2012	R\$ 97,59	R\$ 18,50	R\$ 48,13	R\$ 7,15	R\$ 7,52	R\$ 16,28
	2006/2012	50,8%	32,4%	67,8%	781,4%	-23,0%	42,0%
Cachoeiras de Macacu	2006	R\$ 112,14	R\$ 20,99	R\$ 48,59	R\$ 7,99	R\$ 18,75	R\$ 15,83
	2012	R\$ 216,14	R\$ 24,52	R\$ 133,30	R\$ 23,67	R\$ 27,37	R\$ 7,28
	2006/2012	92,7%	16,8%	174,4%	196,4%	46,0%	-54,0%
Duque de Caxias	2006	R\$ 231,84	R\$ 41,78	R\$ 137,33	R\$ 2,91	R\$ 43,09	R\$ 6,74
	2012	R\$ 401,66	R\$ 57,78	R\$ 231,28	R\$ 10,15	R\$ 79,06	R\$ 23,39
	2006/2012	73,2%	38,3%	68,4%	248,7%	83,5%	247,2%
Guapimirim	2006	R\$ 142,88	R\$ 36,73	R\$ 77,95	R\$ 10,26	R\$ 6,28	R\$ 11,67
	2012	R\$ 194,10	R\$ 39,06	R\$ 98,58	R\$ 11,95	R\$ 34,27	R\$ 10,24
	2006/2012	35,8%	6,4%	26,5%	16,6%	446,0%	-12,3%
Itaboraí	2006	R\$ 75,03	R\$ 25,67	R\$ 22,65	R\$ 3,86	R\$ 11,45	R\$ 11,40
	2012	R\$ 960,44	R\$ 52,30	R\$ 778,79	R\$ 42,52	R\$ 45,69	R\$ 41,15
	2006/2012	1180,0%	103,8%	3337,7%	1001,5%	299,0%	260,8%
Itaguaí	2006	R\$ 718,45	R\$ 98,86	R\$ 567,79	R\$ 8,21	R\$ 28,89	R\$ 14,69
	2012	R\$ 2.340,01	R\$ 158,09	R\$ 2.026,06	R\$ 27,73	R\$ 96,43	R\$ 31,72
	2006/2012	225,7%	59,9%	256,8%	237,8%	233,8%	115,9%
Japeri	2006	R\$ 43,21	R\$ 3,90	R\$ 28,20	R\$ 0,15	R\$ 5,97	R\$ 4,98
	2012	R\$ 78,97	R\$ 8,04	R\$ 50,26	R\$ 1,46	R\$ 13,14	R\$ 6,06
	2006/2012	82,8%	106,4%	78,2%	855,6%	119,9%	21,7%
Magé	2006	R\$ 112,15	R\$ 33,91	R\$ 54,91	R\$ 2,25	R\$ 6,65	R\$ 14,44
	2012	R\$ 132,73	R\$ 17,28	R\$ 53,49	R\$ 4,71	R\$ 32,93	R\$ 24,32
	2006/2012	18,4%	-49,0%	-2,6%	109,5%	394,9%	68,5%
Maricá	2006	R\$ 249,40	R\$ 140,68	R\$ 40,61	R\$ 42,14	R\$ 12,35	R\$ 13,62
	2012	R\$ 369,02	R\$ 137,28	R\$ 128,35	R\$ 65,86	R\$ 21,03	R\$ 16,49
	2006/2012	48,0%	-2,4%	216,1%	56,3%	70,2%	21,1%
Mesquita	2006	R\$ 91,89	R\$ 26,23	R\$ 24,86	R\$ 2,76	R\$ 6,99	R\$ 31,06
	2012	R\$ 129,71	R\$ 40,31	R\$ 57,86	R\$ 3,91	R\$ 13,23	R\$ 14,40
	2006/2012	41,1%	53,7%	132,8%	41,9%	89,3%	-53,6%

(Continua)

APÊNDICE 3

Município	Ano	Receitas Tributárias	IPTU	ISS	ITBI	IR	Outras Receitas Tributárias
Nilópolis	2006	R\$ 146,46	R\$ 41,05	R\$ 35,01	R\$ 4,90	R\$ 7,06	R\$ 58,43
	2012	R\$ 182,84	R\$ 45,76	R\$ 74,14	R\$ 10,74	R\$ 14,67	R\$ 37,52
	2006/2012	24,8%	11,5%	111,8%	119,1%	107,7%	-35,8%
Niterói	2006	R\$ 774,47	R\$ 356,89	R\$ 219,30	R\$ 70,29	R\$ 51,04	R\$ 76,94
	2012	R\$ 1.174,19	R\$ 423,41	R\$ 428,98	R\$ 172,06	R\$ 72,83	R\$ 76,92
	2006/2012	51,6%	18,6%	95,6%	144,8%	42,7%	0,0%
Nova Iguaçu	2006	R\$ 104,06	R\$ 30,64	R\$ 43,94	R\$ 3,89	R\$ 8,78	R\$ 16,80
	2012	R\$ 169,29	R\$ 43,83	R\$ 80,60	R\$ 13,64	R\$ 10,37	R\$ 20,84
	2006/2012	62,7%	43,0%	83,4%	250,3%	18,2%	24,0%
Paracambi	2006	R\$ 127,60	R\$ 16,97	R\$ 87,11	R\$ 1,02	R\$ 9,14	R\$ 13,35
	2012	R\$ 164,37	R\$ 21,22	R\$ 120,46	R\$ 2,16	R\$ 9,51	R\$ 11,01
	2006/2012	28,8%	25,1%	38,3%	111,7%	4,0%	-17,5%
Queimados	2006	R\$ 72,47	R\$ 15,15	R\$ 37,43	R\$ 1,21	R\$ 13,91	R\$ 4,77
	2012	R\$ 192,66	R\$ 20,08	R\$ 117,36	R\$ 21,73	R\$ 26,31	R\$ 7,18
	2006/2012	165,8%	32,5%	213,5%	1695,1%	89,2%	50,6%
Rio Bonito	2006	R\$ 528,87	R\$ 33,80	R\$ 466,59	R\$ 10,31	R\$ 11,43	R\$ 6,73
	2012	R\$ 433,99	R\$ 46,90	R\$ 318,51	R\$ 17,29	R\$ 46,27	R\$ 5,01
	2006/2012	-17,9%	38,7%	-31,7%	67,7%	304,8%	-25,6%
Rio de Janeiro	2006	R\$ 730,84	R\$ 239,73	R\$ 388,07	R\$ 53,85	-	R\$ 49,20
	2012	R\$ 1.216,67	R\$ 264,13	R\$ 692,44	R\$ 120,28	R\$ 82,04	R\$ 57,78
	2006/2012	66,5%	10,2%	78,4%	123,4%	-	17,4%
São Gonçalo	2006	R\$ 97,99	R\$ 32,45	R\$ 35,84	R\$ 4,65	R\$ 6,05	R\$ 19,01
	2012	R\$ 151,52	R\$ 41,43	R\$ 57,29	R\$ 14,49	R\$ 8,90	R\$ 29,41
	2006/2012	54,6%	27,7%	59,9%	211,8%	47,1%	54,7%
São João de Meriti	2006	R\$ 74,52	R\$ 28,65	R\$ 22,77	R\$ 1,70	R\$ 8,59	R\$ 12,81
	2012	R\$ 149,92	R\$ 45,85	R\$ 52,81	R\$ 2,78	R\$ 19,76	R\$ 28,71
	2006/2012	101,2%	60,0%	131,9%	64,3%	130,0%	124,2%
Seropédica	2006	R\$ 92,38	R\$ 23,78	R\$ 52,56	R\$ 2,28	R\$ 9,28	R\$ 4,49
	2012	R\$ 322,33	R\$ 31,09	R\$ 242,18	R\$ 9,89	R\$ 11,13	R\$ 28,03
	2006/2012	248,9%	30,7%	360,8%	333,9%	20,0%	524,8%
Tanguá	2006	R\$ 86,99	R\$ 23,61	R\$ 25,25	R\$ 2,86	R\$ 11,98	R\$ 23,30
	2012	R\$ 142,08	R\$ 3,83	R\$ 56,73	R\$ 8,58	R\$ 22,21	R\$ 32,88
	2006/2012	63,3%	-83,8%	124,7%	200,3%	85,4%	41,1%

FONTE: Controladoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.
NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

(Conclusão)

4 APÊNDICE

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região Metropolitana (2006 a 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Belford Roxo	Cachoeiras de Macacu	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Itaguaí	Japeri	Magé	Maricá	Mesquita	Nilópolis
RECEITAS CORRENTES	43,4	68,2	45,0	72,6	131,0	106,6	45,0	58,0	161,1	70,5	62,9
Receitas Tributárias	46,4	94,3	75,7	60,7	1.189,5	285,0	84,9	15,1	101,8	29,0	31,1
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	28,5	17,7	40,3	25,8	105,3	89,0	108,8	-50,4	33,1	40,4	17,0
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	62,8	176,5	70,8	49,6	3.363,2	321,8	80,3	-5,2	331,1	112,7	122,3
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	755,4	198,8	253,6	37,9	1.009,7	299,3	866,8	103,8	113,2	29,6	130,0
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	-25,2	47,1	86,1	545,9	301,9	294,5	122,5	381,4	132,2	73,0	118,1
Outras Receitas Tributárias	37,9	-53,6	252,1	3,7	263,5	155,1	23,1	63,9	65,2	-57,6	-32,6
Receita de Contribuições	7,1	59,9	12,9	78,3	63,1	65,7	-82,1	14,0	71,5	-36,4	258,2
Receita Patrimonial	135,8	388,9	-73,8	-78,8	1.336,7	377,1	97,2	59,0	800,6	251,2	50,1
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-28,8	-	-	41.878,8	-69,9	-	-100,0	29,2	-	-3,6
Transferências Correntes	44,1	70,8	46,1	83,6	38,2	42,9	80,0	69,1	209,6	83,2	72,8
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC nº 91/97 (100%)	42,1	39,2	29,9	70,1	33,8	46,9	39,3	36,8	67,1	38,6	50,2
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	-45,1	-17,0	-25,8	-9,9	-28,6	-51,9	-25,1	276,5	-26,6	-14,2	-22,4
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-Parte do ICMS (100%)	13,9	58,0	41,1	71,5	35,8	-9,5	42,1	58,8	48,3	64,2	47,9
Cota-Parte do IPVA	149,1	96,8	115,4	140,8	69,2	134,1	200,0	126,8	121,4	146,2	75,8
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	51,6	107,2	85,1	123,9	71,2	19,4	82,3	31,4	97,1	115,1	81,6
Transferências do FUNDEB	52,3	88,9	35,9	97,7	70,7	91,6	84,6	68,4	114,9	78,4	54,5
Outras Transferências Correntes	57,6	86,6	62,9	87,6	19,5	132,6	172,0	86,9	579,7	200,6	132,3
Outras Receitas Correntes	18,3	-48,8	-10,7	4,7	41,2	13,8	25,8	210,2	5,2	114,2	-9,2
DEDUÇÕES	52,6	93,2	48,5	131,3	99,4	43,1	98,7	82,5	145,5	144,8	95,0
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	16,5	54,7	46,8	-	111,9	64,1	108,1	31,7	38,5	-	52,4
Servidor	16,5	54,7	46,8	-	111,9	64,1	108,1	31,7	38,5	-	52,4
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	-	-	-72,6	-	-	-	-	-	152,1	-	-
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	73,3	106,8	95,9	131,3	71,9	37,8	96,2	104,8	243,0	101,9	110,2
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	42,7	66,0	44,5	69,8	133,2	111,9	41,2	56,5	162,5	65,2	60,3

(Continua)

APÊNDICE 4

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	Rio Bonito	Rio de Janeiro	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá
RECEITAS CORRENTES	42,2	38,8	25,3	101,4	64,7	49,7	76,1	61,0	89,6	28,5
Receitas Tributárias	56,4	54,4	42,6	168,2	-12,7	73,4	61,4	98,2	264,1	70,6
Imposto s/ a Prop. Predial/ Territorial Urbana (IPTU)	22,4	35,8	38,5	33,7	47,6	14,7	33,3	57,7	36,4	-83,1
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	101,8	74,1	53,1	216,3	-27,4	85,8	66,9	128,4	380,9	134,7
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	152,6	232,5	134,4	1.711,3	78,4	132,6	225,5	61,8	352,8	213,7
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	47,2	12,2	15,2	90,9	330,8	-	53,6	126,6	25,2	93,7
Outras Receitas Tributárias	3,1	17,7	-8,7	52,0	-20,8	22,3	61,5	120,8	552,0	47,4
Receita de Contribuições	12,3	22,7	16,7	1,8	17,3	-29,9	-2,5	196,3	54,5	-
Receita Patrimonial	551,5	-0,9	-44,7	387,2	25,5	30,1	-7,6	-18,4	236,6	-54,3
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-64,3	-	-	-	-
Receita de Serviços	-61,7	1.833,6	169,9	-	-88,3	-35,8	-88,1	-	-	-
Transferências Correntes	31,1	35,8	25,4	92,9	109,9	42,7	89,4	33,0	71,3	27,4
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	42,1	16,1	59,1	39,2	39,2	72,3	43,5	32,4	39,2	59,1
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	-29,4	-26,7	721,3	-20,4	13,0	-	-50,4	-30,1	-16,6	-24,1
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-Parte do ICMS (100%)	37,0	40,3	42,8	51,1	36,5	17,9	53,9	43,5	60,6	43,1
Cota-Parte do IPVA	32,5	71,3	120,0	115,0	55,3	31,4	75,8	122,1	192,2	189,3
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	75,8	66,6	82,4	96,6	-83,4	-	-	57,6	157,1	89,3
Transferências do FUNDEB	123,0	91,9	57,9	52,7	76,8	69,4	63,9	26,3	82,6	81,0
Outras Transferências Correntes	11,8	10,2	3,6	210,9	276,4	50,4	164,0	24,6	85,6	-10,1
Outras Receitas Correntes	-23,0	92,1	-21,1	25,7	-21,3	71,2	154,3	88,7	193,7	65,4
DEDUÇÕES	93,4	69,8	103,1	74,0	56,6	-12,6	12,5	240,2	156,5	96,3
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	55,3	87,8	-	24,7	-13,6	-58,2	20,4	587,1	-	-
Servidor	55,3	87,8	-	24,7	-13,6	-58,2	20,4	587,1	-	-
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	-57,3	-8,7	-	-	-	798,1	-	-	-	-
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	132,8	108,5	102,9	98,1	96,7	100,7	134,5	109,9	105,3	96,3
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	39,6	36,6	21,8	104,0	65,3	56,3	85,1	50,5	85,6	24,4

FONTE: Controladoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: Valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

(Conclusão)

5 APÊNDICE

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

Município/Ano	DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ⁽¹⁾	Investimento ⁽²⁾	Juros e Amortização da Dívida ⁽³⁾	
Belford Roxo	2006	331.649,4	160.439,7	131.967,5	37.189,0	2.053,2
	2012	466.413,6	228.806,2	224.017,8	9.991,5	3.598,1
Cachoeiras de Macacu	2006	95.133,8	43.925,6	38.544,0	10.301,5	2.362,7
	2012	140.843,5	74.309,7	59.955,9	4.744,8	1.833,2
Duque de Caxias	2006	1.135.200,3	589.068,9	402.661,7	133.209,5	10.260,2
	2012	1.564.435,5	925.982,8	551.801,3	52.748,9	33.902,5
Guapimirim	2006	65.191,8	29.138,7	25.140,8	10.912,3	0,0
	2012	125.837,6	52.150,0	69.814,4	1.827,2	2.046,0
Itaboraí	2006	213.147,1	99.191,7	93.210,3	20.668,7	76,4
	2012	476.580,7	220.422,4	229.540,6	18.889,7	7.728,0
Itaguaí	2006	252.433,8	106.512,4	75.958,0	68.056,0	1.907,3
	2012	512.363,3	217.130,2	165.529,9	124.370,9	5.332,3
Japeri	2006	94.517,9	40.223,5	40.758,1	11.686,5	1.849,8
	2012	121.391,6	66.259,8	45.552,4	9.316,3	263,1
Magé	2006	221.381,7	80.771,9	101.201,0	38.818,0	590,8
	2012	323.441,5	179.030,2	132.358,9	12.052,4	0,0
Maricá	2006	127.641,2	45.712,0	50.660,4	29.369,9	1.899,0
	2012	269.494,2	111.991,7	101.727,5	50.896,1	4.878,9
Mesquita	2006	106.636,5	61.236,6	37.598,6	6.693,2	1.108,1
	2012	158.889,7	57.534,0	86.636,4	14.719,4	0,0
Nilópolis	2006	142.140,2	73.370,6	41.995,1	22.527,4	4.247,1
	2012	195.261,7	101.755,5	73.004,0	17.719,8	2.782,5
Niterói	2006	964.570,3	470.218,7	428.846,7	49.943,5	15.561,5
	2012	1.266.907,8	649.224,3	526.481,6	71.271,8	19.930,1
Nova Iguaçu	2006	679.878,9	287.654,4	319.597,8	67.019,1	5.607,6
	2012	760.831,1	425.532,4	283.428,6	17.043,0	34.827,1

(Continua)

APÊNDICE 5

Município/Ano		DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ⁽¹⁾	Investimento ⁽²⁾	Juros e Amortização da Dívida ⁽³⁾
Paracambi	2006	81.464,3	27.908,0	48.917,2	2.456,4	2.073,3
	2012	92.556,6	29.088,5	60.392,7	1.678,1	1.397,3
Queimados	2006	106.037,0	57.651,3	40.829,1	7.556,6	0,0
	2012	180.193,4	88.409,7	75.343,7	16.440,1	0,0
Rio Bonito	2006	88.859,2	52.574,5	27.435,8	7.995,4	853,5
	2012	140.933,5	61.310,4	72.677,5	5.468,4	1.477,2
Rio de Janeiro	2006	–	–	–	–	–
	2012	–	–	–	–	–
São Gonçalo	2006	484.784,0	242.814,4	194.019,0	44.881,4	3.069,2
	2012	832.761,8	414.724,3	305.400,9	111.646,2	990,4
São João de Meriti	2006	258.981,2	159.998,9	89.796,2	5.805,8	3.380,2
	2012	316.535,1	180.361,0	109.141,3	22.308,0	4.724,8
Seropédica	2006	72.529,6	44.010,5	23.936,8	4.582,3	0,0
	2012	141.036,5	73.978,6	50.846,7	14.365,2	1.846,0
Tanguá	2006	42.753,6	21.029,6	11.573,4	9.950,5	200,1
	2012	55.244,1	35.747,6	16.718,1	2.778,4	0,0

(Conclusão)

⁽¹⁾ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.⁽²⁾ Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.⁽³⁾ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTAS: Valores atualizados pelo IPCA para 2012. Para despesas liquidadas de São João de Meriti foi utilizado o relatório do 5º bimestre, pois do 6º bimestre não está disponível para o ano de 2012.

6 APÊNDICE

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica Sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região Metropolitana (2006 e 2012)

(%)

Município/Ano		DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ⁽¹⁾	Investimento ⁽²⁾	Juros e Amortização da Dívida ⁽³⁾
Belford Roxo	2006	100,0	48,4	39,8	11,2	0,6
	2012	100,0	49,1	48,0	2,1	0,8
Cachoeiras de Macacu	2006	100,0	46,2	40,5	10,8	2,5
	2012	100,0	52,8	42,6	3,4	1,3
Duque de Caxias	2006	100,0	51,9	35,5	11,7	0,9
	2012	100,0	59,2	35,3	3,4	2,2
Guapimirim	2006	100,0	44,7	38,6	16,7	0,0
	2012	100,0	41,4	55,5	1,5	1,6
Itaboraí	2006	100,0	46,5	43,7	9,7	0,0
	2012	100,0	46,3	48,2	4,0	1,6
Itaguaí	2006	100,0	42,2	30,1	27,0	0,8
	2012	100,0	42,4	32,3	24,3	1,0
Japeri	2006	100,0	42,6	43,1	12,4	2,0
	2012	100,0	54,6	37,5	7,7	0,2
Magé	2006	100,0	36,5	45,7	17,5	0,3
	2012	100,0	55,4	40,9	3,7	0,0
Maricá	2006	100,0	35,8	39,7	23,0	1,5
	2012	100,0	41,6	37,7	18,9	1,8
Mesquita	2006	100,0	57,4	35,3	6,3	1,0
	2012	100,0	36,2	54,5	9,3	0,0
Nilópolis	2006	100,0	51,6	29,5	15,8	3,0
	2012	100,0	52,1	37,4	9,1	1,4
Niterói	2006	100,0	48,7	44,5	5,2	1,6
	2012	100,0	51,2	41,6	5,6	1,6
Nova Iguaçu	2006	100,0	42,3	47,0	9,9	0,8
	2012	100,0	55,9	37,3	2,2	4,6
Paracambi	2006	99,9	34,3	60,0	3,0	2,5
	2012	100,0	31,4	65,2	1,8	1,5
Queimados	2006	100,0	54,4	38,5	7,1	0,0
	2012	100,0	49,1	41,8	9,1	0,0

(Continua)

APÊNDICE 6

Município/Ano		DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ⁽¹⁾	Investimento ⁽²⁾	Juros e Amortização da Dívida ⁽³⁾
Rio Bonito	2006	100,0	59,2	30,9	9,0	1,0
	2012	100,0	43,5	51,6	3,9	1,0
Rio de Janeiro	2006	–	–	–	–	–
	2012	–	–	–	–	–
São Gonçalo	2006	100,0	50,1	40,0	9,3	0,6
	2012	100,0	49,8	36,7	13,4	0,1
São João de Meriti	2006	100,0	61,8	34,7	2,2	1,3
	2012	100,0	57,0	34,5	7,0	1,5
Seropédica	2006	100,0	60,7	33,0	6,3	0,0
	2012	100,0	52,5	36,1	10,2	1,3
Tanguá	2006	100,0	49,2	27,1	23,3	0,5
	2012	100,0	64,7	30,3	5,0	0,0

(Conclusão)

⁽¹⁾ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.

⁽²⁾ Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.

⁽³⁾ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTAS: Valores atualizados pelo IPCA para 2012. Para despesas liquidadas de São João de Meriti foi utilizado o relatório do 5º bimestre, pois do 6º bimestre não está disponível para o ano de 2012.

7 APÊNDICE

Evolução das Despesas dos Municípios da Região Metropolitana (2006 a 2012)

(%)

Município	DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ⁽¹⁾	Investimento ⁽²⁾	Juros e Amortização da Dívida ⁽³⁾
Belford Roxo	40,6	42,6	69,8	-73,1	75,2
Cachoeiras de Macacu	48,0	69,2	55,6	-53,9	-22,4
Duque de Caxias	37,8	57,2	37,0	-60,4	230,4
Guapimirim	93,0	79,0	177,7	-83,3	–
Itaboraí	123,6	122,2	146,3	-8,6	10.021,7
Itaguaí	103,0	103,9	117,9	82,7	179,6
Japeri	28,4	64,7	11,8	-20,3	-85,8
Magé	46,1	121,6	30,8	-69,0	-100,0
Maricá	111,1	145,0	100,8	73,3	156,9
Mesquita	49,0	-6,0	130,4	119,9	-100,0
Nilópolis	37,4	38,7	73,8	-21,3	-34,5
Niterói	31,3	38,1	22,8	42,7	28,1
Nova Iguaçu	11,9	47,9	-11,3	-74,6	521,1
Paracambi	13,6	4,2	23,5	-31,7	-32,6
Queimados	69,9	53,4	84,5	117,6	–
Rio Bonito	58,6	16,6	164,9	-31,6	73,1
Rio de Janeiro	–	–	–	–	–
São Gonçalo	71,8	70,8	57,4	148,8	-67,7
São João de Meriti	22,2	12,7	21,5	284,2	39,8
Seropédica	94,5	68,1	112,4	213,5	–
Tanguá	29,2	70,0	44,5	-72,1	-100,0

⁽¹⁾ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.

⁽²⁾ Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.

⁽³⁾ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTAS: Valores atualizados pelo IPCA para 2012. Para despesas liquidadas de São João de Meriti foi utilizado o relatório do 5º bimestre, pois do 6º bimestre não está disponível para o ano de 2012.

APÊNDICE 8

Classificação das Atividades Industriais

Subsetor Industrial	Atividades
Extração e Tratamento de Minerais	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de carvão mineral • Extração de petróleo e gás natural • Extração de minerais metálicos • Extração de minerais não metálicos • Atividades de apoio à extração de minerais
Produtos Alimentícios	<ul style="list-style-type: none"> • Abate e fabricação de produtos de carne • Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado • Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais • Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais • Laticínios • Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais • Fabricação e refino de açúcar • Torrefação e moagem de café • Fabricação de outros produtos alimentícios
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de bebidas alcoólicas • Fabricação de bebidas não alcoólicas
Têxtil	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e fiação de fibras têxteis • Tecelagem, exceto malha • Fabricação de tecidos de malha • Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis • Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
Confecção	<ul style="list-style-type: none"> • Confecção de artigos do vestuário e acessórios • Fabricação de artigos de malharia e tricotagem
Papel e Celulose	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel • Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão • Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado • Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
Impressão e Reprodução de Gravações	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade de impressão • Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos • Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte

(Continua)

8 APÊNDICE

Subsetor Industrial	Atividades
Química	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos químicos inorgânicos • Fabricação de produtos químicos orgânicos • Fabricação de resinas e elastômeros • Fabricação de fibras artificiais e sintéticas • Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários • Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal • Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins • Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
Farmoquímicos e Farmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos farmoquímicos • Fabricação de produtos farmacêuticos
Borracha e Material Plástico	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos de borracha • Fabricação de produtos de material plástico
Minerais não Metálicos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de vidro e de produtos do vidro • Fabricação de cimento • Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes • Fabricação de produtos cerâmicos • Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos
Siderúrgico/Metalúrgico	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de ferro-gusa e de ferroligas • Siderurgia • Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura • Metalurgia dos metais não ferrosos • Fundição
Produtos de Metal (exceto Máquinas e Equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada • Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras • Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais • Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas • Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições • Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos • Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos • Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica • Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação • Fabricação de eletrodomésticos • Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente

(Continua)

APÊNDICE 8

Subsetor Industrial	Atividades
Máquinas e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral • Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária • Fabricação de máquinas-ferramenta • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico
Veículos Automotores	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários • Fabricação de caminhões e ônibus • Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores • Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores • Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores
Equipamentos de Transporte (exceto Veículos Automotores)	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de embarcações • Fabricação de veículos ferroviários • Fabricação de aeronaves • Fabricação de veículos militares de combate • Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
Obras de Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais • Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos • Construção de outras obras de infraestrutura
Outras Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos do fumo • Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados • Fabricação de produtos de madeira • Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis • Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos • Fabricação de móveis • Fabricação de produtos diversos • Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos • Captação, tratamento e distribuição de água • Esgoto e atividades relacionadas • Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais • Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos • Construção de edifícios • Serviços especializados para construção • Eletricidade, gás e outras utilidades

